Índice

1. Atividades do emissor
1.1 Histórico do emissor 1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas 8
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais 35
1.4 Produção/Comercialização/Mercados 36
1.5 Principais clientes 50
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal 51
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior 54
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira 55
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG) 56
1.10 Informações de sociedade de economia mista 58
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante 59
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital 60
1.13 Acordos de acionistas 61
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios 62
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas 63
1.16 Outras informações relevantes 64
2. Comentário dos diretores
2.1 Condições financeiras e patrimoniais 66
2.2 Resultados operacional e financeiro 83
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases 85
2.4 Efeitos relevantes nas DFs 86
2.5 Medições não contábeis 91
2.6 Eventos subsequentes as DFs 98
2.7 Destinação de resultados 99
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs 102
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados 103
2.10 Planos de negócios 104
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional 106
3. Projeções
3.1 Projeções divulgadas e premissas 107
3.2 Acompanhamento das projeções 108

Índice

4. Fatores de risco
4.1 Descrição dos fatores de risco 109
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco 157
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado 158
4.4 Processos não sigilosos relevantes 160
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes 161
4.6 Processos sigilosos relevantes 162
4.7 Outras contingências relevantes 163
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado 164
5.2 Descrição dos controles internos 171
5.3 Programa de integridade 174
5.4 Alterações significativas 179
5.5 Outras informações relevantes 180
6. Controle e grupo econômico
6.1/2 Posição acionária 181
6.3 Distribuição de capital 184
6.4 Participação em sociedades 185
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico 186
6.6 Outras informações relevantes 187
7. Assembleia geral e administração
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 188
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal 192
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração 193
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal 195
7.4 Composição dos comitês 214
7.5 Relações familiares 217
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle 218
7.7 Acordos/seguros de administradores 223
7.8 Outras informações relevantes 224
8. Remuneração dos administradores
8.1 Política ou prática de remuneração 227

Índice

8.2 Remuneração total por órgão 238
8.3 Remuneração variável 242
8.4 Plano de remuneração baseado em ações 244
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações) 253
8.6 Outorga de opções de compra de ações 254
8.7 Opções em aberto 256
8.8 Opções exercidas e ações entregues 257
8.9 Diluição potencial por outorga de ações 258
8.10 Outorga de ações 259
8.11 Ações entregues 261
8.12 Precificação das ações/opções 262
8.13 Participações detidas por órgão 264
8.14 Planos de previdência 265
8.15 Remuneração mínima, média e máxima 266
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização 269
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração 270
8.18 Remuneração - Outras funções 271
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado) 272
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada 273
8.20 Outras informações relevantes 274
9. Auditores
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração 278
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores 280
9.4 Outras informações relevantes 281
10. Recursos humanos
10.1A Descrição dos recursos humanos 282
10.1 Descrição dos recursos humanos 284
10.2 Alterações relevantes 285
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados 286
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados 290
10.4 Relações entre emissor e sindicatos 291
10.5 Outras informações relevantes 292

Índice

11. Transações com partes relacionadas

11.1 Regras, políticas e práticas 294

11.2 Transações com partes relacionadas 296

11.2 Itens 'n.' e 'o.' 301

11.3 Outras informações relevantes 303

12. Capital social e Valores mobiliários

12.1 Informações sobre o capital social 304

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras 306

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 307

12.4 Número de titulares de valores mobiliários 312

12.5 Mercados de negociação no Brasil 313

12.6 Negociação em mercados estrangeiros 314

12.7 Títulos emitidos no exterior 315

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas 316

12.9 Outras informações relevantes 317

13. Responsáveis pelo formulário

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE 318

13.1 Declaração do diretor presidente 319

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores 320

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual 321

1.1 Histórico do emissor

1.1. Histórico do emissor

O Méliuz S.A. ("Méliuz" ou "Companhia") foi constituído como uma sociedade empresária limitada, tendo sido posteriormente transformada, em 6 de agosto de 2015, em uma sociedade por ações de capital fechado e por prazo indeterminado. Atualmente, tem como sede e foro a cidade de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo.

Israel Fernandes Salmen e Ofli Campos Guimarães se conheceram no curso de graduação em Economia, na Universidade Federal de Minas Gerais e, em 13 de junho de 2011, fundaram a Companhia, na época sob a denominação social de Solo Marketing Eletrônico Ltda. Seus atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial de Minas Gerais em 11 de agosto de 2011.

No início, a Companhia era focada em cupons de desconto e *cashback* - devolução de parte do valor da compra feita em lojas online parceiras, iniciadas pelo Méliuz. A Companhia sempre teve o objetivo de criar formas de recompensar seus usuários e parceiros. Aos poucos, novos serviços foram lançados, ampliando a experiência de compra.

Em 2012, a Companhia foi uma das 100 empresas selecionadas para participar do Startup Chile, um programa de aceleração de startups do governo chileno. Nesse contexto conheceram Leandro de Barros Alves, que veio a se tornar sócio da Companhia.

Ao longo dos anos seguintes, a Companhia se dedicou a desenvolver o produto e a expandir sua base de usuários, sendo que, no ano de 2015, buscou investidores estratégicos por meio de uma rodada de *Seed Capital*.

Em 2016, a Companhia realizou uma captação de investimento junto a fundos de investimento, incluindo o fundo Monashees - investidor da 99, Rappi e de outras companhias. Pouco menos de um ano depois, em 2017, foi realizada uma nova rodada de captação de investimentos, que foi liderada pela Lumia Capital, fundo de investimentos baseado em São Francisco, nos Estados Unidos.

As rodadas de investimento foram significativas e, na visão da Companhia, suficientes para que a Companhia pudesse fortalecer seu principal negócio na geração de vendas no *marketplace*, como também para desenvolver novos negócios, com a expansão da sua atuação para parcerias com indústrias (além das lojas online) e parcerias com instituições financeiras para emissão de cartões de crédito.

Ainda em 2016, a Companhia abriu uma filial em Manaus, no estado do Amazonas, com o objetivo principal de atrair talentos da região, que conta com a Universidade Federal do Amazonas, um importante polo de formação de profissionais de tecnologia. Posteriormente, em 2022, a filial de Manaus foi fechada, já que todos os funcionários da Companhia vieram a trabalhar remotamente, e, em 2024, o CNPJ da referida filial foi baixado.

Em 2019, a Companhia entrou no mercado de serviços financeiros, com o lançamento do cartão de crédito *co-branded*, em parceria com o Banco Pan. O cartão não possuía taxa de anuidade e oferecia até 1,8% de *cashback* nas compras realizadas em qualquer estabelecimento. A parceria perdurou até novembro de 2021 e foram solicitados pelos nossos usuários mais de 7,2 milhões de cartões de crédito.

Em janeiro de 2020, o Méliuz passou a oferecer *cashback* por meio da leitura de notas fiscais. Nessa *feature*, o consumidor recebe benefícios ao comprar produtos específicos que estejam em oferta no aplicativo do Méliuz ou mesmo ao enviar qualquer nota fiscal (a depender de quais campanhas estão ativas no momento). Para receber o benefício, o usuário deve realizar as compras em quaisquer lojas físicas ou online e escanear a nota fiscal usando o aplicativo Méliuz. Esta ferramenta foi criada com o intuito de permitir que a indústria incentive a venda de produtos

1.1 Histórico do emissor

específicos sem precisar estar atrelada a uma rede ou ponto de venda específico. Além disso, por meio da leitura da nota fiscal, o parceiro e o Méliuz têm acesso a outras informações estratégicas, tais como: funil de compra, preço praticado na ponta, cesta completa de produtos e média de preços por dia/ estabelecimento/ cidade, dentre outras informações contidas na nota fiscal.

Em julho de 2020, a Companhia passou a deter ações representativas de 51% do capital social da Gana Internet S.A. ("Gana" ou "iDinheiro"), por meio da celebração de um contrato de sociedade em conjunto entre o Méliuz e a Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., com o objetivo de atuação integrada nas operações da Gana (sem que tenha havido a constituição de uma nova sociedade). Em 10 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu o restante das ações, passando a deter 100% das ações da Gana. Posteriormente, em 16 de novembro de 2022, a Companhia vendeu 100% das ações da Gana que detinha. Inspirado em *players* consolidados no mercado internacional, o iDinheiro é um *marketplace* de serviços financeiros que tem a missão de democratizar e simplificar os serviços financeiros. A plataforma oferece comparativos e simuladores como ferramentas para auxiliar os brasileiros e aumentar o ponto de contato das instituições com o público final, além de conteúdo educativo de qualidade.

Em novembro de 2020, a Companhia se tornou emissora de valores mobiliários registrado na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), bem como realizou sua oferta pública inicial de 62.939.563 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, compreendendo: (i) 33.467.751 novas ações; e (ii) 29.471.812 ações de titularidade dos acionistas vendedores, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, vigente à época, ao preço de R$ 10,00 por ação perfazendo o montante total de R$ 629.395.630,00. A Companhia tornou-se a primeira startup a abrir capital na bolsa de valores brasileira, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Em dezembro de 2020, o Méliuz passou a disponibilizar a compra de produtos dentro do próprio App. Começando pela venda de *gift cards* - cartões pré-pagos que permitem nossos usuários ganharem *cashback* ao comprarem créditos que podem ser usados em parceiros como Uber, Google Play, iFood, Airbnb, entre outros.

Em fevereiro de 2021, foi celebrado o "*Share Purchase Agreement*", para adquirir 51,2% das ações representativas do capital social da Picodi.com S.A. ("Picodi"), sediada na Polônia, por R$ 118,6 milhões. A Picodi é uma empresa que atua na divulgação de cupons de desconto e ofertas de *cashback* distribuídas em 44 países, através de seu site, disponível em 19 línguas, ou extensão para navegadores. Na época da aquisição, a Picodi era uma empresa que ofertava apenas cupons de descontos e promoções, mas ainda em 2021, passou a ofertar o *cashback.* Inicialmente foi ofertado o *cashback* para 9 dos 44 países em que a Picodi atua, a partir da combinação de alguns fatores como tráfego orgânico e qualidade das redes de afiliados no território. Após completar um ano com a operação de *cashback* rodando nesses 9 países, o *rollout* da *feature* foi finalizado para os demais países. A aquisição do Picodi foi estratégica para ampliar a exposição do Méliuz a mercados internacionais. Para mais informações sobre essa aquisição, vide item 1.16 deste Formulário de Referência.

Em março de 2021, a Companhia lançou o Méliuz Empréstimos, no qual permitimos que os usuários simulem empréstimos em dezenas de instituições financeiras, em um só lugar, de maneira personalizada, gratuita, rápida e segura.

A Companhia celebrou, em 3 maio de 2021, o "Acordo de Associação" com a Acessopar Investimentos e Participações S.A. ("Acessopar") e a Acesso Soluções de Pagamento S.A. ("Acesso Soluções" e, em conjunto com a Acessopar, "Grupo Acesso"), *fintech* especializada em

1.1 Histórico do emissor

soluções de pagamento e *banking as a service* e que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso” (“Bankly” e “Acordo de Associação”, respectivamente). O Acordo de Associação previu, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, *holding* controladora do Bankly, em troca de novas ações de emissão da Companhia, pelo valor de R$ 324,5 milhões.

O Bankly é uma plataforma de *bank as service* que oferece soluções modularizadas que vão desde uma conta digital completa, emissão de boletos bancários, transferências (TED) e PIX até uma plataforma de cartão completa (emissão, processamento e gestão de cartões bandeirados Mastercard personalizados), dentre vários outros recursos.

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

A Companhia celebrou, em 12 de maio de 2021, o “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, para adquirir quotas representativas de 100% do capital social da Promobit Serviços de Tecnologia Digital Ltda., posteriormente, transformada em uma sociedade anônima, com a denominação de Promobit Serviços de Tecnologia Digital S.A. (“Promobit”), pelo preço de R$ 13 milhões. Adicionalmente, os vendedores receberam o direito a receber eventual *earn out*, conforme o atingimento de metas financeiras apuradas pela Promobit. A aquisição foi submetida à aprovação pelos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 25 de junho de 2021, quando foi ratificada.

A Promobit atua no mercado de *social-commerce*. Por meio de seu site e aplicativo para celular, os usuários compõem uma comunidade de compradores que divulgam e compartilham entre si ofertas e oportunidades de compra de lojas online. A Companhia acredita que a aquisição do Promobit ampliou sua capacidade de se posicionar e se fazer presente em mais etapas do processo de decisão do consumidor, promovendo a troca de informações e opiniões sobre produtos e promoções entre os usuários. Além disso, entende que a plataforma representa uma importante fonte de tráfego qualificado e de baixo custo, contribuindo para a redução dos gastos com aquisição de novos usuários.

Em 13 de maio de 2021, a Companhia celebrou o “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, para aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da Melhor Plano Internet Ltda., posteriormente transformada em uma sociedade anônima, com a denominação de Melhor Plano Internet S.A. (“Melhor Plano”), por R$ 10,3 milhões. Adicionalmente, os vendedores receberam o direito a receber eventual *earn out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Melhor Plano. A aquisição foi submetida à aprovação pelos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 28 de junho de 2021, quando foi ratificada.

Através da plataforma da Melhor Plano, os usuários conseguem encontrar diferentes ofertas de planos e pacotes de serviços de telecomunicações que melhor se adequam ao seu perfil individual de consumo. Em um mesmo ambiente é possível comparar entre as diferentes empresas do setor planos de telefone móvel ou fixa, TV por assinatura, internet fixa e combos. As empresas parceiras pagam para estarem presentes na plataforma e pelos usuários originados

1.1 Histórico do emissor

para seus serviços a partir do Melhor Plano. Recentemente, a Melhor Plano incluiu em sua plataforma a vertical de serviços financeiros, com um comparador de cartões de crédito e outro comparador de contas digitais, em que, de maneira similar à vertical de telecomunicações, os bancos e instituições financeiras pagam uma comissão ao Melhor Plano pelos clientes gerados a partir da sua plataforma. A Melhor Plano também é dona da plataforma Minha Conexão, que permite aos usuários auferirem a velocidade de sua conexão com a internet.

Em julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de 20.265.967 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, sendo (i) 7.500.000 novas ações de emissão da Companhia, e (ii) 12.765.967 ações de titularidade dos acionistas vendedores, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, vigente à época, ao preço de R$ 57,00 por ação (R$ 95,00, se considerar (i) o grupamento/desdobramento das ações ocorrido em 3 de setembro de 2021, e (ii) o grupamento das ações ocorrido em 28 de abril de 2023), perfazendo o montante total de R$ 1.155.160.119,00 (considerando as ações adicionais).

A Companhia celebrou, em 29 de julho de 2021, o “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, para adquirir quotas que representam 100% do capital social da Alter Pagamentos Ltda. (“Alter”), pelo valor de R$ 25,9 milhões. A aquisição foi submetida à aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 1 de outubro de 2021, quando foi ratificada. Em janeiro de 2022, foi realizada a conversão de notas conversíveis em participação societária da Alter que eram detidas por investidores desde o momento anterior à aquisição da companhia pelo Alter. Com a conversão dessas notas, o Méliuz passou a ser titular de 99,67% do capital social do Alter. Em 6 de abril de 2022, foi dado início ao processo de incorporação de ações do Alter para que ele se tornasse uma subsidiária integral do Méliuz e, em 16 de agosto de 2022, foi homologada, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a conclusão da incorporação das ações. Sendo assim, a partir do dia 16 de agosto de 2022 o Méliuz passou a ser titular de 100% do capital social do Alter.

A Alter é uma startup especializada na negociação de ativos virtuais, consolidando em um único aplicativo uma carteira de criptoativos (ativos virtuais) com integração de uma conta digital e um cartão pré-pago. A referida aquisição teve como principal objetivo aproximar a Companhia de um mercado em notória ascensão.

Em 3 setembro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 1:6, sem alteração no valor do capital social da Companhia, passando o capital social da Companhia a ser composto por 803.598.000 ações.

Em novembro de 2021, foi anunciado o término da parceria entre a Companhia e o Banco Pan S.A., por meio da assinatura de distrato do contrato referente a emissão do cartão de crédito *co-branded*. A parceria, que teve início em 19 de março de 2019, foi o primeiro passo do Méliuz na vertical de serviços financeiros e obteve mais de 7 milhões de solicitações de cartão nesse período. O término da parceria ocorreu como uma consequência natural do amadurecimento dos negócios e do plano estratégico do Méliuz, haja vista que, na avaliação da Companhia, com o lançamento do novo App, o Méliuz passou a oferecer aos seus usuários um ecossistema completo, onde a vertical shopping e a vertical de serviços financeiros estão totalmente integradas.

A Companhia celebrou, em 10 de dezembro de 2021, o “Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças”, para adquirir ativos de titularidade da Bridi e Rolim Ltda. (“Muambator”), de

1.1 Histórico do emissor

Cícero Raupp Rolim, de Paulo Martini Bridi e de Ícaro Raupp Henrique, pelo valor total de R$ 3 milhões, sendo que 85% do valor foi pago em dinheiro e 15% em ações da Companhia.

A Muambator é especializada no rastreamento online de pacotes e encomendas nacionais e internacionais, sendo possível que o próprio usuário cadastre códigos de rastreio nas compras feitas em diversas lojas de e-commerce, incluindo, mas não se limitando, à Shoppe, Aliexpress e Mercado Livre.

No início de 2022, o Méliuz lançou seu novo aplicativo que chegou ao mercado já com a nova identidade visual e novo posicionamento da Companhia.

Com o objetivo de facilitar o processo de compra dos usuários por meio da oferta de serviços financeiros integrados de maneira fluida à jornada de shopping já existente. No novo app, passamos a oferecer uma conta digital gratuita, compra e venda de *bitcoin*, cartão de crédito Platinum, cartão de débito e cartão pré-pago. Para mais informações sobre os novos produtos acessar o item 1.2 deste Formulário de Referência.

Em março de 2022, recebemos do Banco Central e, posteriormente, em assembleia com os nossos acionistas, a aprovação da aquisição do Bankly, empresa que foi peça chave e determinante para o sucesso do novo App e pela qualidade dos produtos que lançamos. Essas entregas foram construídas em cima de uma infraestrutura robusta e escalável que, além do Méliuz, já serve centenas de parceiros B2B.

Em julho de 2022, lançamos o nosso *social-commerce*, uma nova funcionalidade que traz a experiência do Promobit para dentro do nosso App, promovendo um ambiente onde os usuários possam trocar informações sobre produtos e promoções de lojas.

Ainda em julho de 2022, constituímos a controlada Cash3 Corretora de Seguros Ltda ("Cash3 Corretora"), detendo 100% do seu capital social. A Cash3 Corretora tem como objeto a atividade de corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e saúde. Em maio de 2023, a Cash3 Corretora foi encerrada.

Em agosto de 2022, realizamos a incorporação dos serviços de ativos virtuais da Alter - empresa adquirida em 2021 dentro do ecossistema Méliuz.

Em outubro de 2022, expandimos a operação de *cashback* para todos os 44 países em que a Picodi atua com um ecossistema que já conta com mais de 12 mil lojistas parceiros. Nossa expansão internacional segue avançando de acordo com as nossas expectativas, indicando a tração do produto e corroborando a tese inicial da estratégia.

Em 16 de novembro de 2022, a Companhia celebrou o "Contrato Particular de Compra e Venda de Ações", para vender e transferir 100% do capital social da Gana, representado por 5.003.576 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas de emissão da Gana, com todos os direitos que representam, pelo valor total de R$ 2 milhões.

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, acordo comercial para estabelecer uma parceria estratégica com o Banco Votorantim S.A. ("Banco BV" e "Aliança Estratégica" ou "Aliança", respectivamente), a qual foi consumada em 8 de março de 2023 e contemplou: (i) oferta de produtos e serviços financeiros do Banco BV aos usuários do Méliuz. Neste momento, a Companhia passava a atuar num modelo *asset light,* deixando de incorrer em custos e despesas diretamente relacionados aos produtos, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz, sem renunciar à experiência do usuário; e (ii) aquisição de participação minoritária do Méliuz. A venda foi efetivamente concluída após ser aprovada por todos os órgãos de governança dos envolvidos e pelos respectivos órgãos reguladores em 27 de novembro de 2023.

1.1 Histórico do emissor

Em 27 março de 2023, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a proposta de grupamento e desdobramento simultâneos de suas ações ordinárias, por meio do qual cada grupo de 100 ações foi agrupado em 1 ação e, em ato contínuo, cada ação foi desdobrada em 10 ações, sem alteração no valor do capital social da Companhia.

Em outubro de 2023, a Companhia lançou o Méliuz Prime, modelo de assinatura premium, onde o usuário pode pagar uma assinatura para ter acesso a condições exclusivas. O produto possui o objetivo de aumentar a recorrência e engajamento dos nossos usuários e gerar receita recorrente.

Em novembro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, condicionada à conclusão da venda do Bankly, a convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 210 milhões, por considerá-lo excessivo, mediante restituição aos acionistas em dinheiro, sem o cancelamento de ações. A redução de capital foi efetivada em 2 de abril de 2024 e o pagamento no valor de R$ 2,41496025096 por ação foi realizado dia 11 de abril de 2024.

Em abril de 2024, a Companhia assinou um Contrato de Investimento, Compra e Venda de Ações e Opções de Compra para a aquisição de 19,4% da Zoppy Tecnologia Ltda ("Zoppy"), empresa especializada em gestão de CRM (*Customer Relationship Management*) voltada para pequenos e médios varejistas, por R$ 2,9 milhões.

Em 28 de junho de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 220 milhões, por considerá-lo excessivo, mediante restituição aos acionistas em dinheiro, sem o cancelamento de ações. A redução de capital foi efetivada em 2 de setembro de 2024, e o pagamento no valor de R$ 2,52713563580 por ação foi realizado dia 13 de setembro de 2024.

Em 31 de julho de 2024, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de quotas, entre Melhor Plano e Lucas Tavares Vieira da Costa, por meio do qual a Melhor Plano adquiriu 73,37% do capital social da Gana pelo valor de R$ 2,3 milhões. O Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa exerce a função de diretor da Gana e, em 5 de abril de 2024, foi eleito diretor presidente da Melhor Plano.

Em outubro de 2024, lançamos o "Cofrinho", um novo produto de investimentos desenvolvido em parceria com o Banco BV. Com essa solução, os valores depositados pelos usuários são investidos em títulos de renda fixa, visando proporcionar rentabilidade superior à poupança tradicional e com rendimento atrelado ao CDI.

Em 1 de novembro de 2024, a Melhor Plano passou a deter 100% do capital social da Gana, e o Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa passou a deter 10% do capital social da Melhor Plano.

Em 4 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a alteração da Política de Gestão de Liquidez, que passou a se chamar Política de Aplicações Financeiras, para permitir o investimento de até 10% do caixa total da Companhia em Bitcoin, em linha com a nova estratégia de investimento de longo prazo no referido ativo. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração, já indicando sua intenção de reforçar e ampliar sua estratégia de investimento em Bitcoin, constituiu o Comitê Estratégico de Bitcoin, atribuindo-lhe a responsabilidade de apoiar a expansão da estratégia de investimentos em Bitcoin, a operacionalização das negociações e o desenvolvimento de diretrizes e práticas de governança específicas para o tema. Em 15 de maio de 2025, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, de forma a implementar tal estratégia de tesouraria focada em Bitcoin para possibilitar a aplicação de recursos do caixa estratégico no referido ativo. Com a aprovação em assembleia, o Méliuz se tornou a primeira Companhia do Brasil e da América Latina a ser uma *Bitcoin Treasury*

1.1 Histórico do emissor

Company[1]. Uma *Bitcoin Treasury Company* tem como missão principal o acúmulo de Bitcoin de forma acretiva aos acionistas, utilizando da sua geração de caixa e estruturas corporativas e de mercado de capitais para ampliar a exposição ao ativo ao longo do tempo. Mais do que uma simples alocação de parte do caixa em Bitcoin como proteção contra a inflação ou desvalorização cambial, esse modelo representa um reposicionamento estratégico da Companhia. A proposta passa a ser a de maximizar a quantidade de Bitcoin por ação – o BTC Yield – transformando o Bitcoin em um pilar de longo prazo da estratégia de criação de valor da Companhia.

Por fim, a Companhia esclarece que não foram verificadas decisões políticas setoriais ou macroeconômicas que a tenham afetado de forma relevante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, observadas as informações descritas nos demais itens desse Formulário de Referência.

[1] Fonte: Portal “Live Coins”, de 6 de março de 2025

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Somos uma Companhia de tecnologia que trabalha em criar condições para alavancar vendas, gerando tráfego qualificado para as lojas e marcas parceiras a partir do empoderamento dos usuários através de uma jornada de compra fácil e integrada à oferta de serviços financeiros. Igualmente, conforme detalhado abaixo, somos uma *Bitcoin Treasury Company*, que visa o acúmulo de Bitcoin de forma adicional aos acionistas.

Na data deste Formulário de Referência, somos parceiros de mais de 1.000 *e-commerces*, de forma que, para cada R$ 100,00 vendidos pelo *e-commerce* brasileiro, R$ 3,00 são pelo Méliuz. Ainda, no ano de 2024, totalizamos vendas *online* no montante total de R$ 5 bilhões, conforme informações gerenciais da Companhia, com data-base de 31 de dezembro de 2024. Além disso, entendemos ser pioneiros na oferta de *cashback* no Brasil. Ainda, em 2020, fomos a primeira startup brasileira a realizar uma abertura de capital (IPO) na B3.

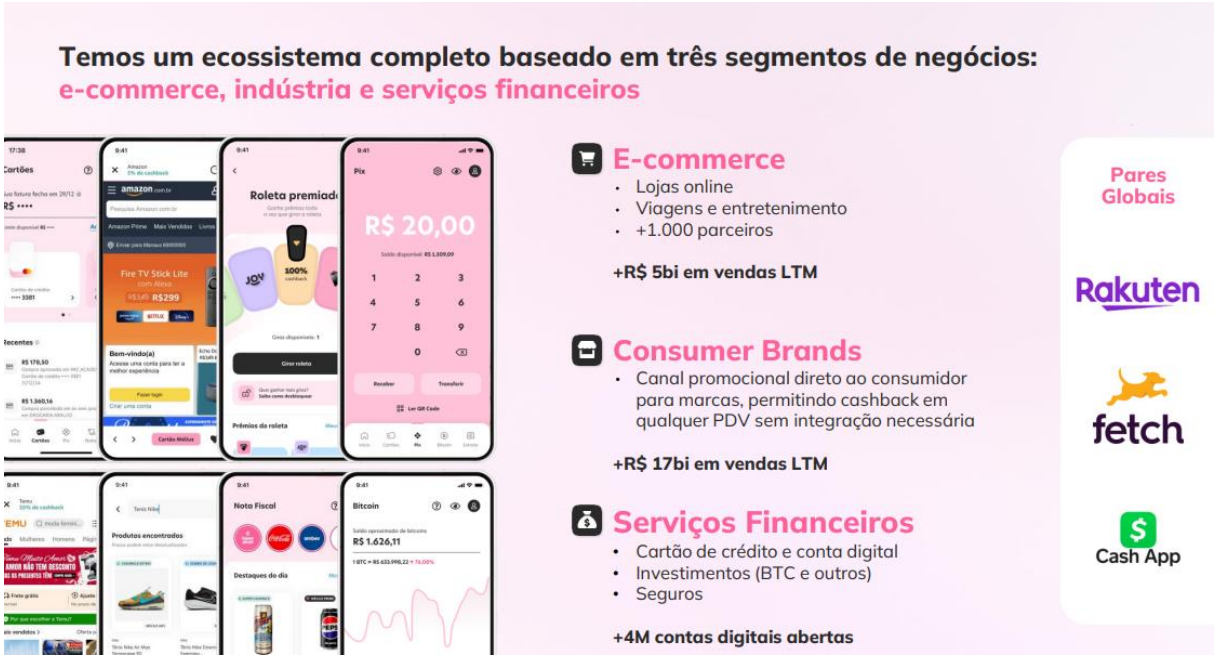
Desde 2022, adicionamos no nosso *app* uma experiência mais completa aos nossos clientes, incluindo serviços financeiros (tais como, conta, pix e cartão) com o objetivo de potencializar a jornada de compra dos clientes. Além disso, acreditamos ter desenvolvido uma estratégia sólida no varejo físico, o que resultou no fato de que 4 em cada 100 brasileiros usam o Méliuz para compras em lojas físicas. Todos esses fatores nos tornaram o 3º aplicativo de compras que mais cresceu no Brasil em 2023, segundo informações da *State of Mobile 2024 Report by Sensor Tower*[1], da notícia de janeiro de 2025[2].

Fonte: Companhia. Informações gerenciais, data-base 31/03/2025

Nosso modelo de negócios é estruturado na proposta de valor “ganha-ganha-ganha”, na qual todos os participantes do nosso ecossistema digital - usuários, parceiros e o Méliuz - são beneficiados, por meio do seguinte ciclo virtuoso sustentável:

[1] Fonte do reporte: https://sensortower.com/state-of-mobile-2025
[2] Fonte da matéria: https://sensortower.com/blog/2025-state-of-mobile-consumers-usd150-billion-spent-on-mobile-highlights

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Nota: (1) "Marcas de CPG" – marcas de consumo embalados, ou consumer packager goods
Fonte: Companhia. Informações gerenciais, data-base 31/03/2025

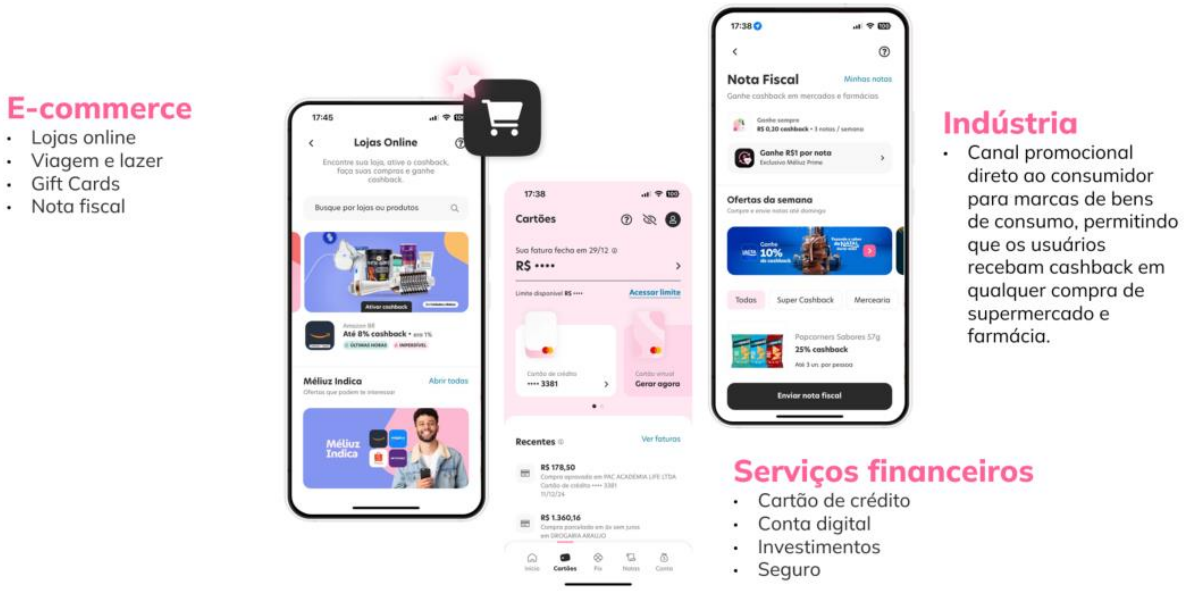
- **Usuários:** recebem, de forma gratuita, acesso a uma pluralidade de marcas, produtos, serviços, cupons de descontos, *cashback e* serviços financeiros, todos organizados e integrados em um único ecossistema digital dinâmico e *user-friendly*;
- **Parceiros:** têm acesso a um importante canal de divulgação das suas marcas, produtos e serviços, o qual, além de atingir uma base de 41 milhões de consumidores no Méliuz, considerando a data-base de 31 de março de 2025, conta com inteligência de dados e tecnologia voltados para aquisição e retenção de usuários. Desta forma, visamos gerar mais vendas aos parceiros ao mesmo tempo em que otimizamos os seus investimentos de *marketing*;
- **Companhia**: nossas atividades são remuneradas pelos parceiros mediante o pagamento de: (i) remuneração fixa relativa à venda de espaços publicitários de destaque em nossa plataforma para divulgação de marcas, produtos e serviços e à ativação de serviços financeiros; (ii) remuneração variável incidente sobre o volume bruto de mercadorias (*gross merchandise volume* – "GMV") gerado em nossa plataforma e/ou sobre o volume total de pagamentos (*total payment value* - "TPV") decorrente de produtos e/ou serviços financeiros oferecidos em nossa plataforma; e (iii) remuneração por usuários gerados para nossas parcerias, como cartões de crédito e empréstimos originados em nossa plataforma.

Em 2011, começamos como a empresa de *cashback* no Brasil. Desde então, ampliamos nossa atuação, lançando serviços que entendemos que enriquecem a experiência de compra dos nossos usuários, como o *cashback* via Nota Fiscal, recarga de celular, venda de *gift cards*, serviços financeiros, o Méliuz Prime (que oferece *cashback* em dobro para assinantes) e, mais recentemente, intensificamos em 2025 a adoção do Bitcoin como parte estratégica do nosso modelo de negócios.

Na data deste Formulário de Referência, trabalhamos em oferecer uma jornada de compra completa, integrando shopping e serviços financeiros em um único ecossistema. Nosso aplicativo gratuito permite que o usuário receba *cashback* diretamente em sua conta digital Méliuz e realize pagamentos com o cartão de crédito Méliuz, com possibilidade de até 2% de *cashback*.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Seguimos buscando o lançamento de novos produtos, como o Méliuz Ads, que visa ampliar as oportunidades de visibilidade e vendas dos nossos parceiros comerciais, com novas modalidades de investimento e pontos de contato com os usuários.



A integração entre shopping e serviços financeiros tornou o Méliuz uma plataforma ainda mais valiosa, onde o usuário pode descobrir, decidir, comprar, pagar, guardar e ganhar – tudo em um único *app*. Acreditamos que, para nossos parceiros, isso se traduz em mais engajamento e geração de valor.

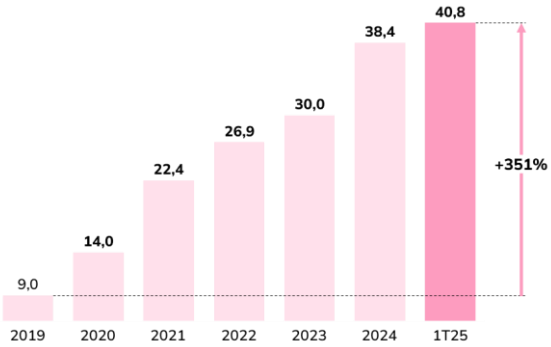
Esse ecossistema é impulsionado por uma base de usuários ampla e engajada, que acreditamos que não apenas cresce de forma consistente, como também apresenta comportamento de compra recorrente. Entendemos que o sucesso das nossas iniciativas de aquisição e retenção se reflete no destaque do aplicativo nas lojas: no ano de 2023, fomos o 7º *app* de shopping mais baixado do Brasil e o 3º que mais cresceu no Brasil, segundo dados da *State of Mobile 2024 Report by Sensor Tower*[3], da notícia de janeiro de 2025[4]. Acreditamos que a força da base ativa é um diferencial estratégico que potencializa nossos resultados operacionais e amplia as oportunidades de monetização da plataforma.

[3] Fonte do reporte: https://sensortower.com/state-of-mobile-2025
[4] Fonte da matéria: https://sensortower.com/blog/2025-state-of-mobile-consumers-usd150-billion-spent-on-mobile-highlights

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

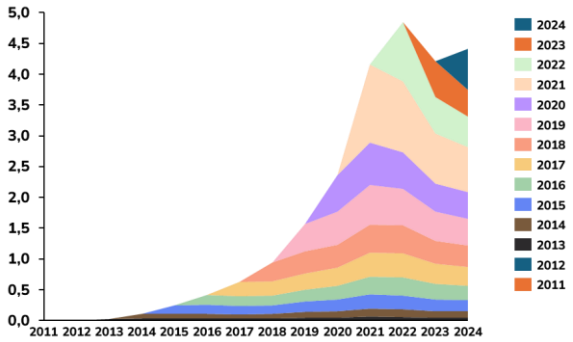
Contas totais[1] Méliuz

(milhões)



Cohort GMV Méliuz [2]

(R$ bilhões)



(1) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz

(2) Cohort GMV Méliuz: Corresponde ao volume bruto de mercadorias (GMV) gerado, ao longo do tempo, pelos usuários agrupados com base no ano em que realizaram sua primeira compra na plataforma.

Nossa solução de serviços financeiros dentro do ecossistema, que inclui uma conta digital, cartão de crédito, produtos de investimentos e seguro são oferecidas a partir da aliança estratégica com o Banco BV, firmada em 30 de dezembro de 2022. Com essa parceria, a emissão de cartões e criação de contas se tornaram mais eficientes e rentáveis, preservando a excelência da experiência do usuário. Para mais informações sobre a rentabilidade, vide itens “Cartão de crédito Méliuz - Parceria BV” e “Conta digital”.

Em decorrência dessa parceria, lançamos, em 2024, o Cofrinho, no qual os valores depositados são investidos em títulos de renda fixa, decorrência dessa parceria, lançamos, em 2024, o Cofrinho, no qual os valores depositados são investidos em títulos.

Ecossistema de serviços financeiros

Fonte: Companhia. Informações gerenciais, data-base 31/03/2025

Cartão de crédito Méliuz - Parceria BV

O cartão de crédito Méliuz é um cartão de crédito, com bandeira Mastercard, sem anuidade e que oferece *cashback* nas compras. Aceito no mundo inteiro em compras presenciais e online, o cartão está disponível nas versões física e virtual que, além de mais segurança, visando proporcionar mais

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

agilidade já que permite ao usuário fazer compras antes mesmo da via física chegar ("Cartão de Crédito Méliuz").

Acreditamos que o cartão possui outras vantagens importantes em relação à versão inicial do *co-branded* e outras opções do mercado: total controle do cartão pelo aplicativo do Méliuz, retorno de até 2% em *cashback* nas compras e atendimento 24 horas.

A busca por segurança é outro diferencial do Cartão de Crédito Méliuz, que foi o primeiro do Brasil a ser emitido sem tarja magnética[5]. A inovação dificulta a clonagem do cartão, incentiva o uso da função de pagamento por aproximação (*contactless*) e ainda diminui o custo de produção do plástico.

Em 31 de março de 2025, totalizamos um acumulado de 241,1 mil cartões de crédito emitidos em parceria com o Banco BV.

Conta digital

A conta digital do Méliuz, disponível no *app*, é 100% gratuita e garante acesso a todos os serviços Méliuz, permitindo inclusive que o usuário receba o *cashback* das compras efetuadas direto na sua conta digital.

A experiência Méliuz foi desenvolvida a partir do nosso propósito de estar sempre em busca de soluções para que usuários e parceiros ganhem sempre. Para isso, é essencial criar uma experiência totalmente fluida entre o shopping e os produtos financeiros, de modo que consigamos ajudar nossos usuários a alcançarem aquilo que desejem comprar. Ao mesmo tempo, nos tornamos mais eficientes em alavancar os nossos parceiros, trazendo novas soluções e ferramentas que facilitem a jornada de consumo. Em 31 de março de 2025, alcançamos um total de 4,2 milhões de contas digitais abertas em parceria com o Banco BV.

Nossa estratégia

Considerando o cenário macroeconômico mais desafiador dos últimos anos, com aumento na taxa de juros e, consequentemente, com impactos negativos nos setores de tecnologia e varejo, ao longo de 2022, revisitamos nossa estratégia com o objetivo de continuar crescendo de forma mais eficiente, com margens mais saudáveis em todas as linhas de negócio e atingir o nosso *break-even* operacional no menor tempo possível.

Em 2024, consolidamos essa estratégia e continuamos crescendo com margens saudáveis, na nossa visão. Entendemos que os resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2025 reforçam essa trajetória.

Ainda, possuímos um *roadmap* de lançamentos de novos produtos que também estão em linha com essa estratégia.

[5] Fonte: Notícia do jornal Valor Econômico, do dia 05 de janeiro de 2022 Méliuz faz parceria com Mastercard em cartão | Finanças | Valor Econômico

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

	2022	2023	2024
Modelo de Negócio	Pesado em Ativos *(asset-heavy)*	Leve em Ativos *(asset-light)*	Leve em Ativos *(asset-light)*
Top Line	Foco no *cross-sell* de novos produtos	Priorização da margem de contribuição do produto	Início da recuperação do investimento com retorno positivo para o crescimento
Bottom Line	Investimento agressivo na construção e lançamento de produtos financeiros	Foco na redução de custos e despesas	Alocação eficiente de recursos
EBITDA Ajustado(1) (em milhões de R$)	(R$ 93,5)	(R$ 1,1)	R$ 54,1
Crescimento da receita operacional líquida (2)	+21,5%	+2,0%	+11,8%

Fonte: Companhia

(1) O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez, como substituto do fluxo de caixa ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) Crescimento da receita operacional líquida se refere ao crescimento da receita operacional líquida entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro dos respectivos anos.

Ao longo deste ciclo, o resultado consolidado do Méliuz apresentou a seguinte trajetória, conforme descrito abaixo.

Em número de contas, fechamos o período de três meses findo em 31 de março de 2025 com 40,8 milhões de contas, frente a 31,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, fechamos o ano com mais de 38,4 milhões de contas cadastradas no Méliuz, um crescimento de 28% em relação a 2023, quando somávamos 30 milhões.

Quanto ao GMV do Shopping Brasil, alcançamos no período de três meses findo em 31 de março de 2025, R$ 1,4 bilhão, ante R$ 1,1 bilhão no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, encerramos com R$ 4,8 bilhões, crescimento de 5% sobre os R$ 4,6 bilhões de 2023.

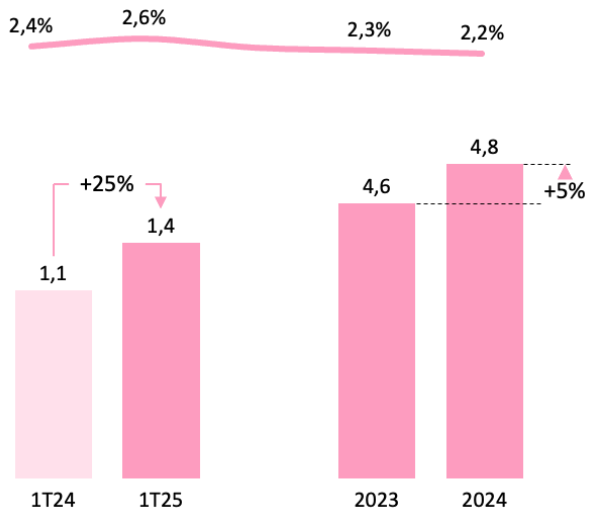
Na nossa vertical de Shopping Brasil, no período de três meses findo em 31 de março de 2025, alcançamos uma taxa de comissão líquida (*net take rate*[6]) de 2,6%, frente a 2,4%, no mesmo período de 2024. Finalizamos o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 com uma taxa de comissão líquida (*net take rate*) de 2,2%, em linha com os 2,3% registrados em 2023.

[6] *Net take rate*: Comissionamento recebido dos parceiros menos o que é repassado em forma de *cashback* aos usuários da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

GMV *Shopping* Brasil e *net take rate*

(R$ bilhões | %)



Fonte: Companhia. Informações gerenciais, data-base 31/03/2025.

Fechamos o ano de 2024 com um total de 3,5 milhões contas digitais Méliuz em parceria com o Banco BV e um total de 210,5 mil cartões de créditos emitidos. Em termos de volume transacionado, no ano de 2024, o Cartão de Crédito Méliuz em parceria com o Banco BV gerou um TPV de R$ 970,7 milhões. O cartão *co-branded* legado teve o seu contrato de parceria encerrado em novembro de 2021 e o Cartão de Crédito Méliuz deixou de ser emitido em 2023. No período de três meses findo em 31 de março de 2025, o número de contas digitais alcançou 4,2 milhões, com um total de 241,1 mil cartões emitidos. O TPV do Cartão de Crédito Méliuz com o Banco BV, no período de três meses findo em 31 de março de 2025, foi de R$ 298,4 milhões.

Em termos financeiros, no período de três meses findo em 31 de março de 2025, atingimos uma receita operacional líquida de R$ 100,4 milhões, 21,8% maior se comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 quando atingimos R$ 82,4 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a nossa receita operacional líquida foi de R$ 365,0 milhões, um aumento de 11,8% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 326,6 milhões, o que representou um aumento de 2,0% em comparação com a receita operacional líquida de R$ 320,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, observado que para fins comparativos os resultados de Bankly foram expurgados dos resultados consolidados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando que a venda do ativo foi consolidada para o Banco BV em novembro de 2023.

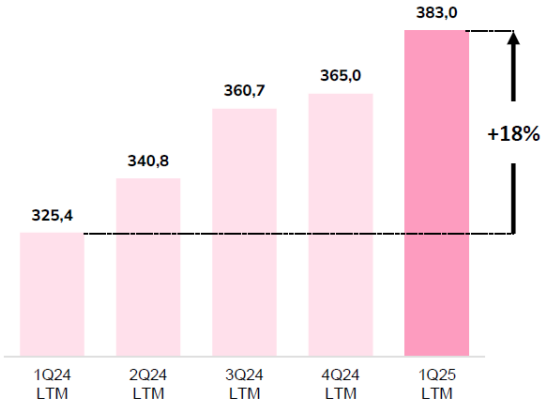
Essa melhora na margem de contribuição do nosso *core business* permitiu que realizássemos um *turnaround*[7] e acreditamos que atingimos um *break even*[8]. A partir disso, focaremos em crescer com sustentabilidade - consistência em nossa missão de crescimento, rentabilidade e geração de caixa.

[7] *Turnaround* significa o processo de reestruturação e recuperação que visa reverter a trajetória de uma empresa em declínio ou crise, conduzindo-a para um novo caminho de crescimento e rentabilidade.
[8] *Break even* significa em português “ponto de equilíbrio”, ou seja, é o ponto em que as receitas de uma empresa ou projeto cobrem todos os seus custos, tanto fixos quanto variáveis, sem gerar lucro ou prejuízo.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

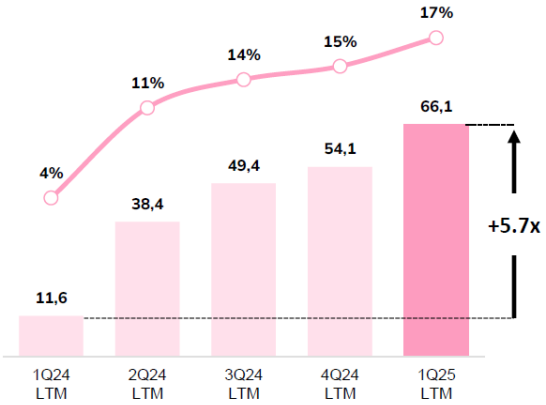
Receita operacional líquida

(R$ milhões)



EBITDA Ajustado LTM[1] e Margem EBITDA Ajustado LTM[2]

(R$ milhões, exceto %s)



Fonte: Companhia.

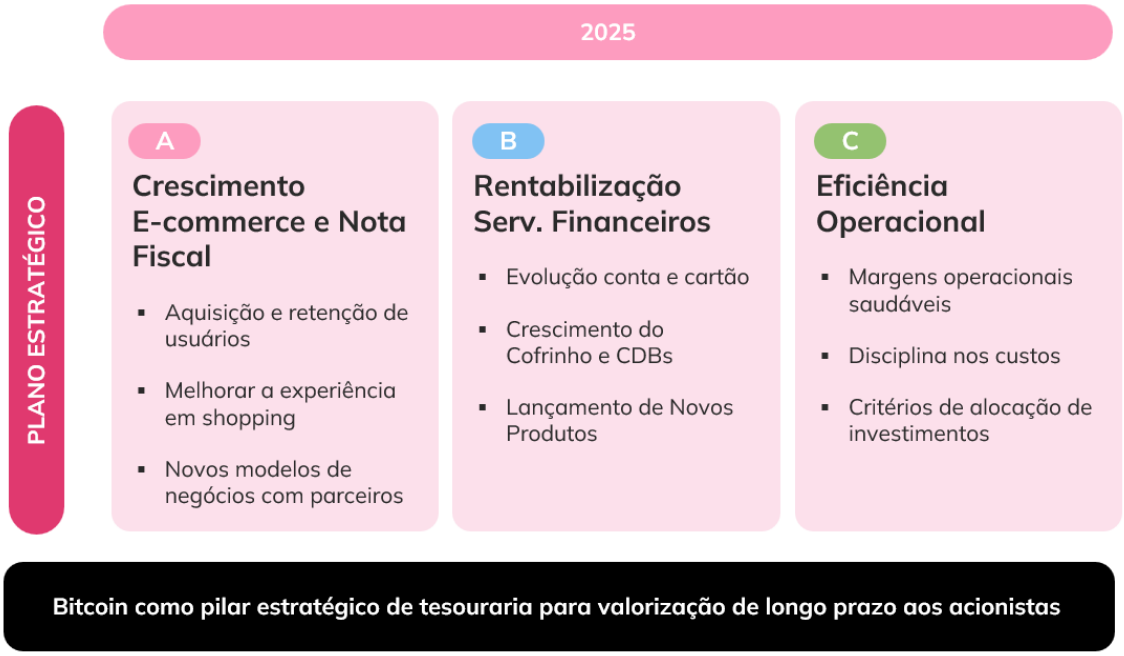
(1) O EBITDA Ajustado LTM não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez, como substituto do fluxo de caixa ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA Ajustado LTM, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) A Margem EBITDA Ajustado LTM se refere ao EBIDA Ajustado LTM dividido pela receita operacional líquida nos períodos indicados. Para o cálculo da Margem EBITDA Ajustado LTM, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) 1T24 LTM, 2T24 LTM, 3T24 LTM, 4T24 LTM e 1T25 LTM se referem aos períodos de 12 meses findos em 31 de março de 2024, 30 de junho de 2024, 30 de setembro de 2024, 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, respectivamente. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Pretendemos continuar a focar no crescimento do *e-commerce*, com melhora na aquisição e retenção de usuários, melhor experiência de compra e novos modelos de negócio, crescimento no produto de nota fiscal, rentabilização dos produtos financeiros e eficiência operacional enquanto mantém o que acredita serem margens saudáveis.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Em 2025, uma nova fase da nossa jornada passou a se consolidar, com a incrementação da estratégia do Bitcoin ao nosso modelo de negócio. Acreditamos que o Bitcoin, como ativo virtual escasso e descentralizado, representa uma oportunidade única de longo prazo para a preservação e valorização de capital.

Em julho de 2021, demos o primeiro passo no mercado de Bitcoin, quando adquirimos 100% do capital social total da Alter Pagamentos Ltda ("Alter"). A Alter é uma empresa especializada na negociação de Bitcoin e seu produto foi integralizado ao app do Méliuz. O valor da transação foi de R$ 25,9 milhões.

Dessa forma, desde 2021, por meio da aquisição da nossa atual controlada Alter, exercemos atividades relacionadas a Bitcoin.

Bitcoin Treasury Company

Em 2025, após aprovação da mudança do objeto social da Companhia em assembleia, nos tornamos uma Bitcoin Treasury Company. Uma *Bitcoin Treasury Company* tem como missão principal o acúmulo de Bitcoin de forma acretiva aos acionistas, utilizando da sua geração de caixa e estruturas corporativas e de mercado de capitais para ampliar a exposição ao ativo ao longo do tempo. A Companhia passa a atuar, além do seu *core business*, também para maximizar a quantidade de Bitcoin por ação.

Entendemos que o Bitcoin representa uma oportunidade relevante no longo prazo. Trata-se de uma classe de ativos com capitalização de mercado estimada em aproximadamente US$ 2 trilhões, em 28 de maio de 2025, que superou o desempenho de todos os principais ativos na última década, conforme dados da Macromicro. Em um contexto de expansão monetária, o Bitcoin destaca-se como reserva de valor escassa e descentralizada.

Acreditamos que o Méliuz está bem posicionado para implementar essa estratégia, contando com:

- uma base de aproximadamente 41 milhões de usuários e mais de mil parceiros corporativos, em 31 de março de 2025;
- geração de fluxo de caixa livre e EBITDA positivos, com potencial de crescimento;

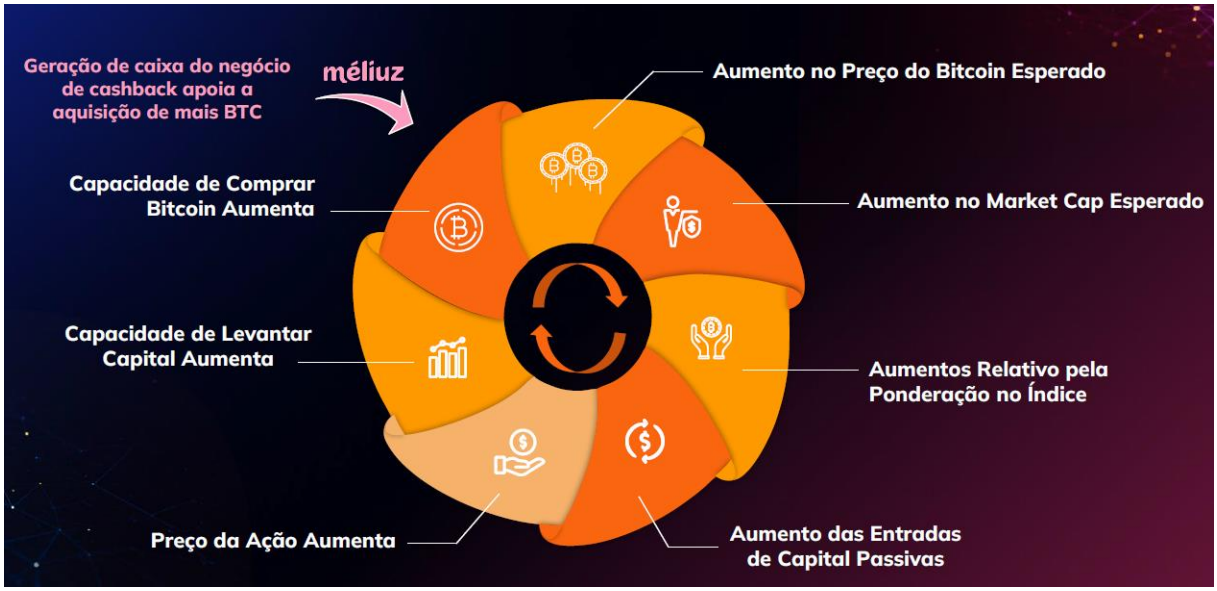
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

- um ecossistema robusto e diversificado, com atuação nos mercados de *e-commerce*, serviços financeiros e fidelização, o que proporciona fluxos de caixa recorrentes e sustentáveis.

Com isso, passamos a ser a primeira empresa listada na América Latina a adotar o Bitcoin de forma estratégica como reserva de valor[9]. Essa abordagem segue um conceito inspirado na estratégia adotada pela companhia Strategy (antiga MicroStrategy), sediada nos Estados Unidos, adaptada às particularidades do mercado latino-americano. Acreditamos que tal posicionamento promoverá o acesso capital local e internacional que buscam exposição institucional a ativos digitais como este.

Em 23 de maio de 2025, conforme informações gerenciais da Companhia, o Méliuz contava com mais de 59 mil acionistas em sua base acionária, sendo a segunda ação de tecnologia (excluindo players de *hardware*) mais líquida da B3 e contando com um mercado de opções desenvolvido, segundo dados do FactSet, em 28 de maio de 2025. Acreditamos que essa estrutura nos confere uma liquidez relevante, além de facilitar captações de recursos estruturadas. Nossa governança foi reforçada com a criação do Comitê Estratégico de Bitcoin, o qual reporta ao nosso Conselho de Administração.

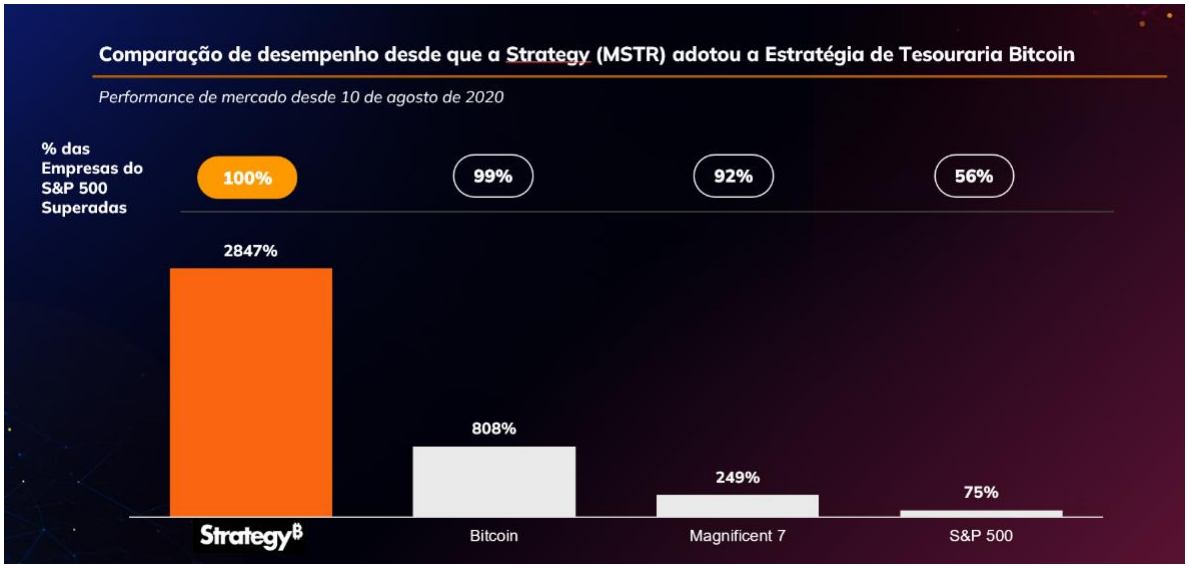
Caso haja aumento do preço do Bitcoin ao longo dos períodos, empresas que adotam o Bitcoin como estratégia de reserva de valor têm o potencial de apresentar uma valorização, crescimento do *market cap*, maior ponderação em índices, entrada de fluxos passivos e valorização das ações — o que, por sua vez, pode aumentar a capacidade de captação e viabilização de novas compras de Bitcoin. Nesse sentido, existem empresas de tesouraria de Bitcoin que superaram os principais índices e o próprio Bitcoin. Para mais informações, vide o fator de risco "*A exposição da Companhia ao Bitcoin pode impactar adversamente seus resultados, sua condição financeira, sua liquidez e o valor das suas ações*" descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.



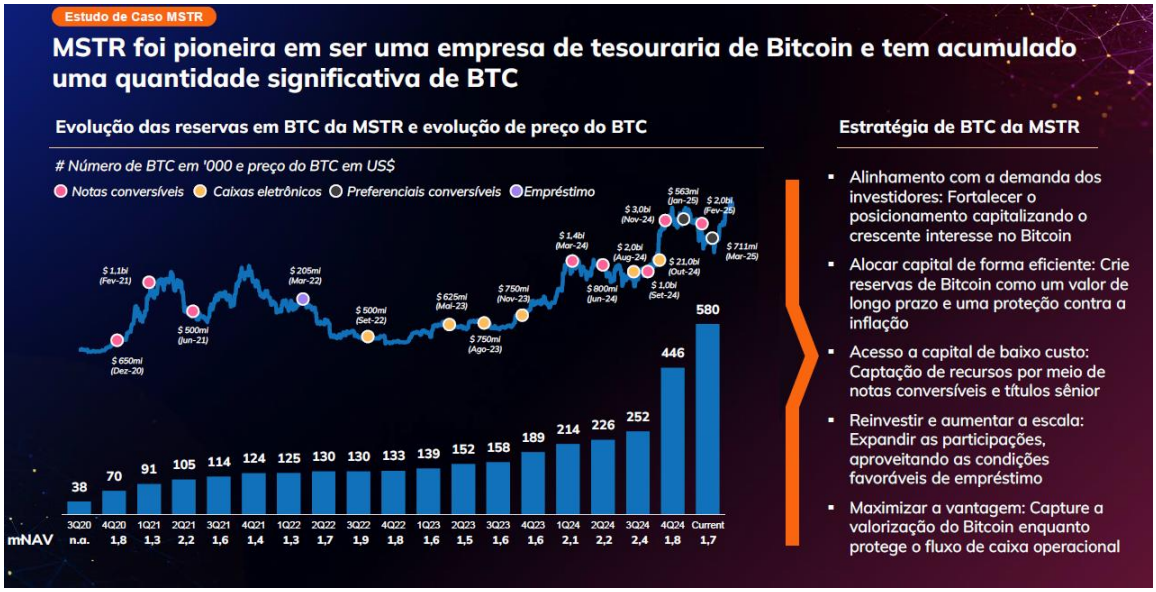
O caso da Strategy ilustra esse potencial. Desde a adoção da estratégia, em agosto de 2020, a referida companhia superou 100% das empresas do S&P 500, com valorização de 2.847% no período, superior ao próprio Bitcoin (808%), ao grupo "Magnificent 7" (249%) e ao S&P 500 (75%), segundo dados da FactSet, de 28 de maio de 2025.

[9] Fonte: Portal "Live Coins", de 6 de março de 2025.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Fonte: FactSet, data-base 28/05/2025



Fonte: FactSet e Arquivos da Strategy, data-base 28/05/2025

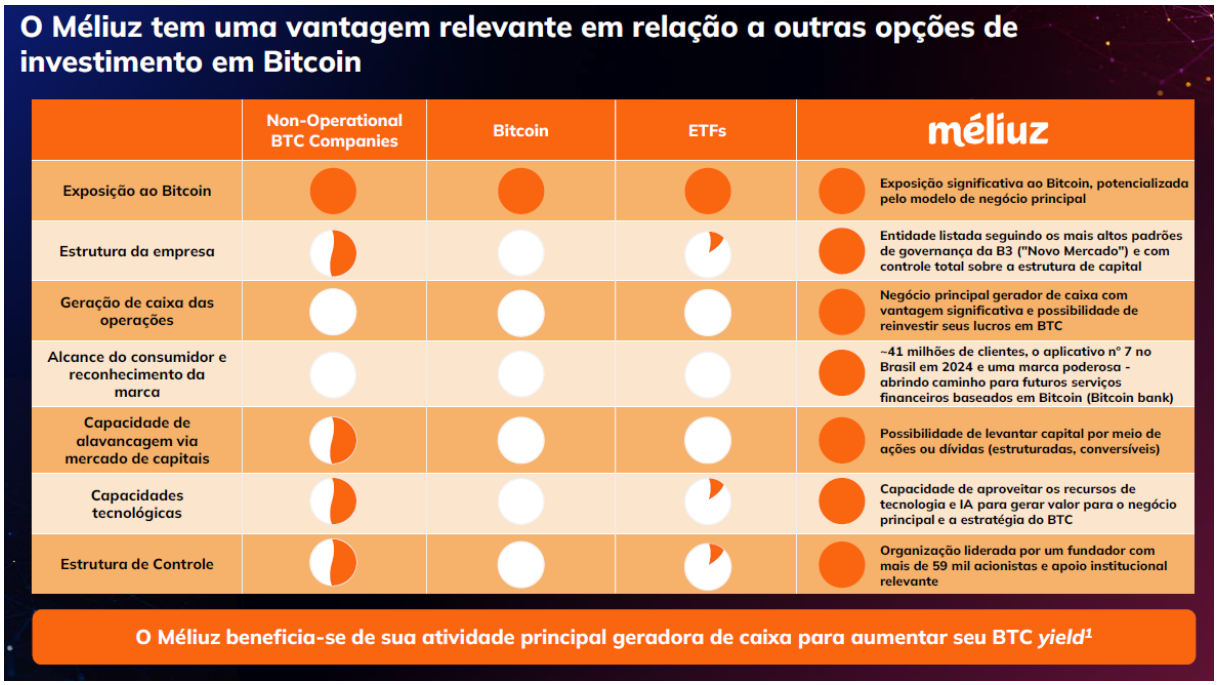
A Strategy é, na nossa visão, referência no mercado como a empresa pioneira e mais bem-sucedida na adoção da estratégia de tesouraria em Bitcoin, até o momento. Desde 2020, a Strategy estruturou sucessivas aquisições do ativo por meio de notas conversíveis, preferenciais conversíveis, empréstimos e uso de caixa próprio, acumulando uma quantidade significativa de mais de 580 mil Bitcoins. De 2020 a maio de 2025, o valor de mercado da referida companhia cresceu significativamente, refletindo a valorização do ativo e a execução da estratégia.

A abordagem da Strategy demonstra os pilares essenciais de: (i) alinhamento com a demanda dos investidores; (ii) alocação de capital eficiente visando proteção contra inflação e geração de valor no longo prazo; (iii) acesso a capital de baixo custo via instrumentos estruturados; (iv) reinvestimento contínuo para ganho de escala; e (v) maximização do retorno enquanto protege o fluxo de caixa operacional.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos que o Méliuz tem uma vantagem relevante em relação a outras opções de investimento em Bitcoin — como ETFs, ativos diretamente custodiados por investidores ou empresas não operacionais com reserva em Bitcoins — por combinar exposição significativa ao ativo com um modelo de negócios gerador de caixa.

Aliamos essa posição com a estrutura de capital adequada, operação rentável, tecnologia proprietária e uma marca com relevância no Brasil, contando com cerca de 41 milhões de clientes e sendo o aplicativo de compras nº 7 do país em 2023, segundo dados da *State of Mobile 2024 Report by Sensor Tower*[10], da notícia de janeiro de 2025[11]. Além disso, o Méliuz é uma empresa de capital aberto no segmento de governança da B3 com os níveis mais elevados de governança corporativa, o Novo Mercado.



Fonte: Informações da Companhia, data-base 31/03/2025
Nota: (1) BTC yield é um indicador que mede a variação percentual, período a período, da relação entre os Bitcoins mantidos pela Companhia e o número total de ações diluídas assumidas

É nesse contexto que entendemos que o Méliuz se posiciona como uma das poucas *Bitcoin Treasury Company* no mundo com atividade principal geradora de dinheiro, o que permite reinvestir os lucros operacionais na ampliação das reservas em Bitcoin, com potencial de criação de uma alavanca sustentável para geração de valor.

[10] Fonte do reporte: https://sensortower.com/state-of-mobile-2025
[11] Fonte da matéria: https://sensortower.com/blog/2025-state-of-mobile-consumers-usd150-billion-spent-on-mobile-highlights

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: Bloomberg em 28 de maio de 2025

No primeiro semestre de 2025, a Companhia trabalhou para ampliar sua estratégia de Bitcoin. Os principais passos adotados foram:

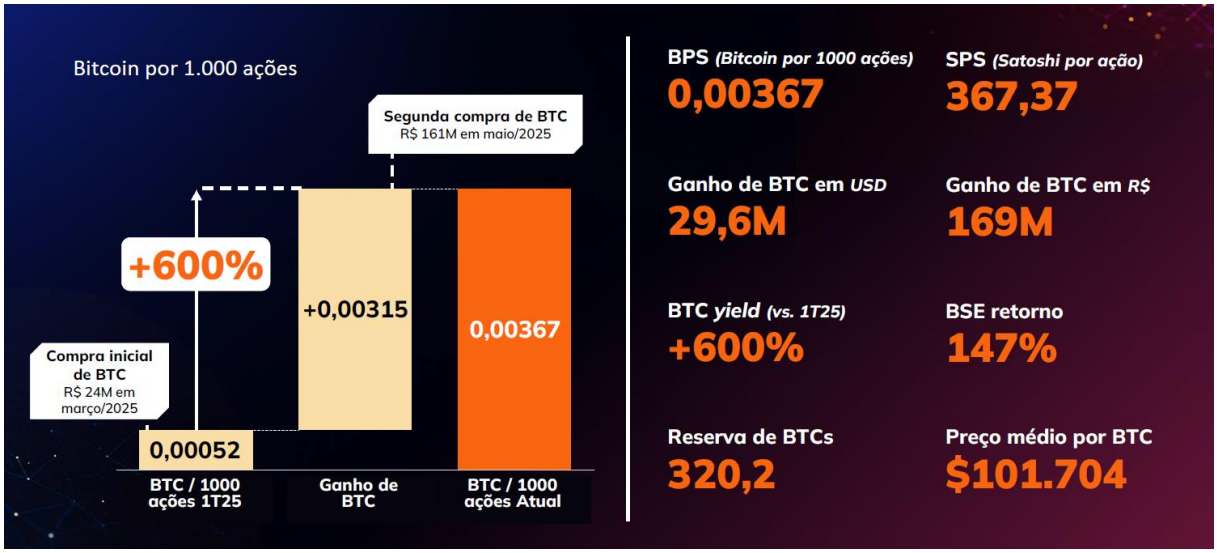
- A constituição do Comitê Estratégico de Bitcoin, criado para avaliar e deliberar sobre oportunidades e estratégias envolvendo o ativo;
- O reforço da equipe executiva e do Conselho de Administração com profissionais experientes para apoiar a execução da estratégia no longo prazo;
- A primeira aquisição de Bitcoin em março de 2025, representando 10% do nosso caixa (45,7 Bitcoins);
- A realização de estudos para expansão da estratégia;
- A convocação de Assembleia Geral Extraordinária para alterar o nosso objeto social, com aprovação de 99,3% dos votos válidos - nos tornando a primeira Bitcoin Treasury do Brasil e da América Latina[12]; e
- A segunda compra, de 274,5 Bitcoins, posicionando o Méliuz como a primeira empresa de tesouraria de Bitcoin da América Latina, com reservas totais de 320,2 Bitcoins.

[12] Fonte: https://livecoins.com.br/meliuz-compra-r-20-milhoes-em-bitcoin/

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fonte: bitcointreasuries.net. em 28/05/2025

Em maio de 2025, adquirimos 320,2 Bitcoins, alcançando a 44ª posição mundial entre empresas listadas em termos de reservas de Bitcoin. O volume representa um aumento significativo se comparado aos meses anteriores (março e abril de 2025, ambos com 45,7 Bitcoins em tesouraria).



Fonte: Companhia. Informações gerenciais, data-base de 28/05/2025

Criamos nossa estratégia de alocação em Bitcoin visando maximizar a geração do ativo por ação (Bitcoin por 1000 ações – "BPS"). A partir março de 2025, realizamos uma compra inicial de Bitcoins no valor de R$ 24 milhões, gerando um BPS inicial de 0,00052.

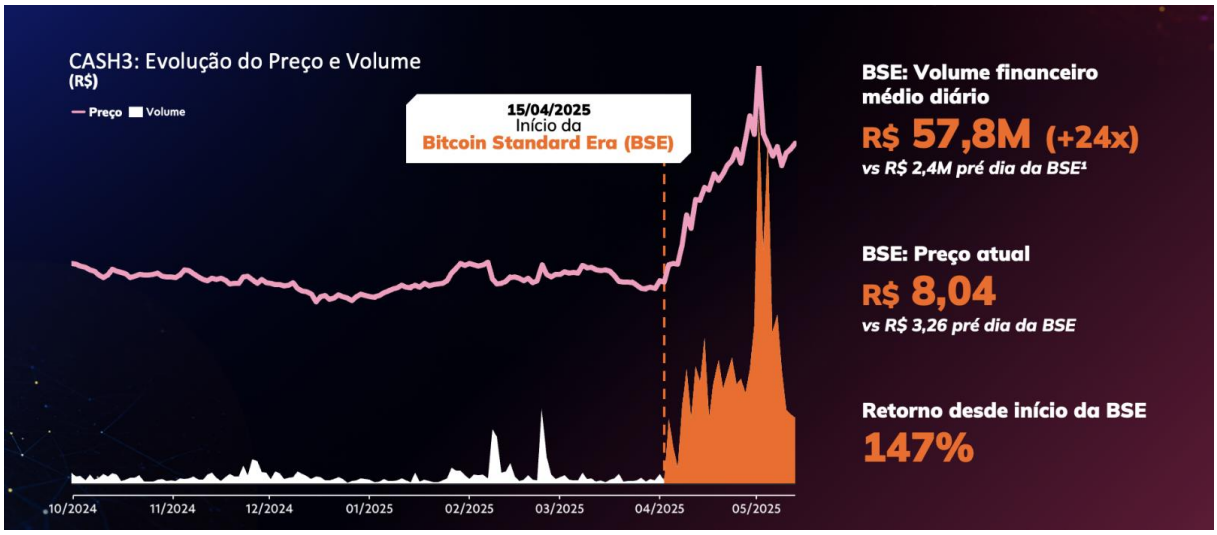
Posteriormente, em maio de 2025, realizamos uma segunda compra significativa, de R$ 161 milhões, o que elevou o BPS para 0,00367, um aumento superior a 600% no *yield* comparado ao primeiro trimestre de 2025.

Esta estratégia resultou em um ganho de Bitcoin avaliado em dólares norte-americanos equivalente a aproximadamente US$ 29,6 milhões, com uma reserva total atualizada para 320,2 Bitcoins, conforme

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

informações gerenciais da Companhia, em 15 de maio de 2025. O preço médio de aquisição foi de US$ 101.704,00.

Adicionalmente, atingimos um impulsionamento de 147% desde abril de 2025. Pretendemos continuar o foco na maximização do Bitcoin por ação, visando, assim, otimizar o retorno para os acionistas.



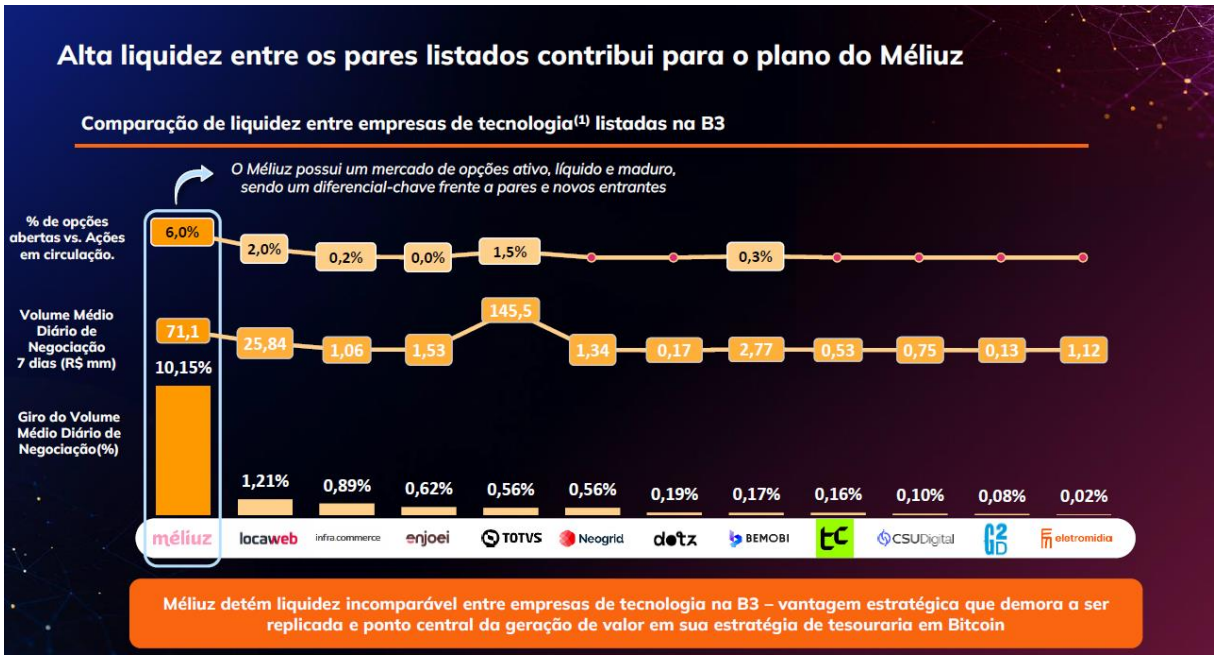
[1] Antes do período da BSE: nos 30 dias anteriores ao início de nossa BSE, de 14 de março a 14 de abril de 2025.

Fonte: Bloomberg, data base 28/05/2025

Em 15 de abril de 2025, iniciamos a ampliação da estratégia relacionada ao Bitcoin Standard Era (BSE), evento que impulsionou o preço e o volume de negociação das nossas ações.

Desde então, observou-se um aumento no volume financeiro médio diário, que saltou de R$ 2,4 milhões para R$ 57,8 milhões, representando uma multiplicação de 24 vezes.

O preço das ações também refletiu essa mudança estrutural, passando de R$ 3,26 a R$ 8,04.

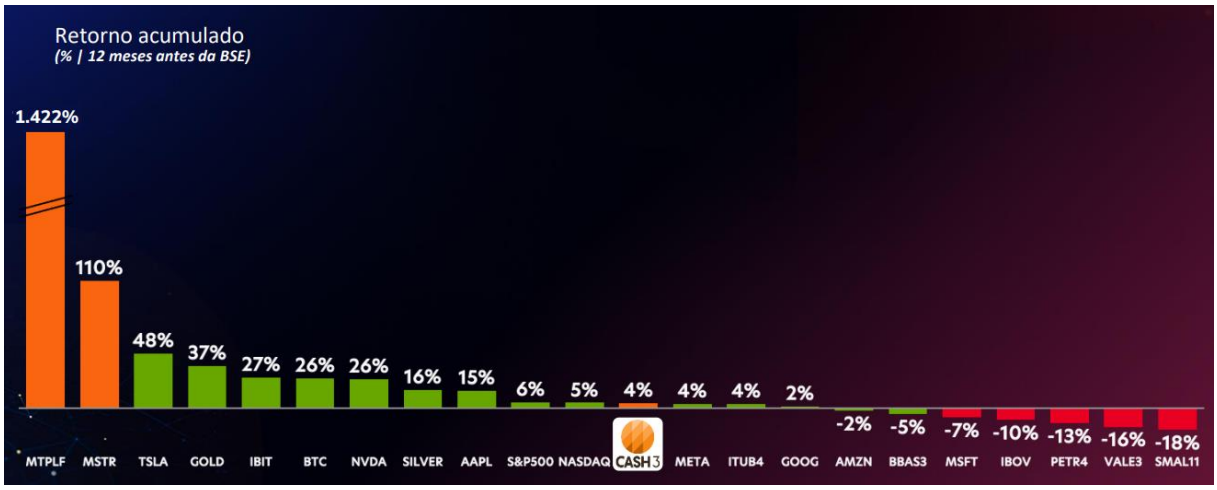


Fonte: FactSet e CVM, data base 28/05/2025

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Méliuz possui o maior volume médio diário de negociação entre seus pares (R$ 71.1 milhões), além da maior proporção de opções abertas sobre ações em circulação (6,0%) e um dos maiores giros de volume diário (10,15%), de acordo com dados do *Factset*, de 28 de maio de 2025.

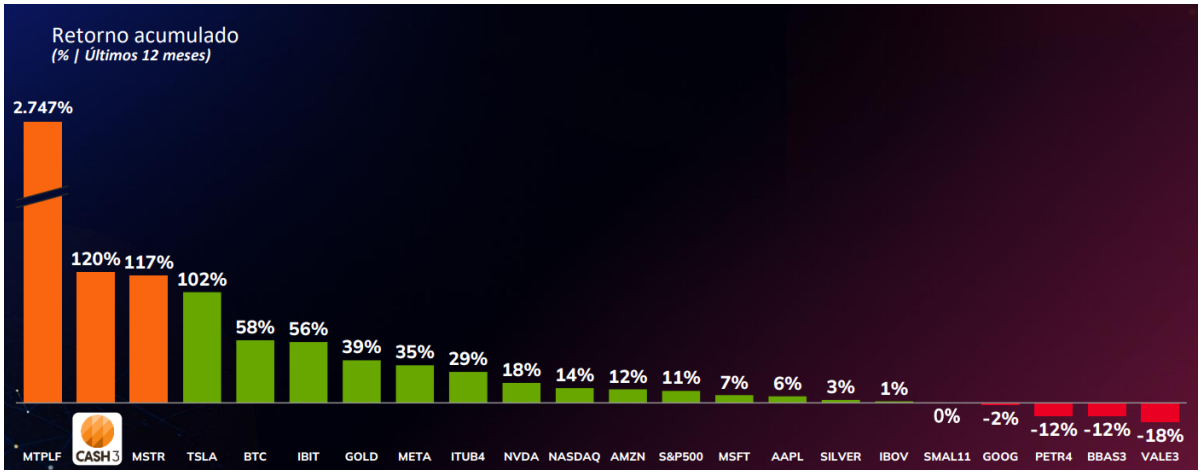
Acreditamos que esse nível de liquidez representa um diferencial competitivo relevante frente a concorrentes e novos entrantes, sendo um habilitador central para a execução e escalabilidade de sua estratégia de *Bitcoin Treasury Company*.



Fonte: Bloomberg, data base 28/05/2025

Conforme ilustrado no gráfico de retorno acumulado dos 12 meses anteriores à ampliação da estratégia, destacam-se retornos expressivos em alguns ativos específicos, como MPTLF (+1.422%) e MSTR (+110%), enquanto a maioria dos ativos apresentou desempenho modesto ou negativo, refletindo um cenário de volatilidade e ajuste no mercado, conforme dados da *Bloomberg*, de 28 de maio de 2025.

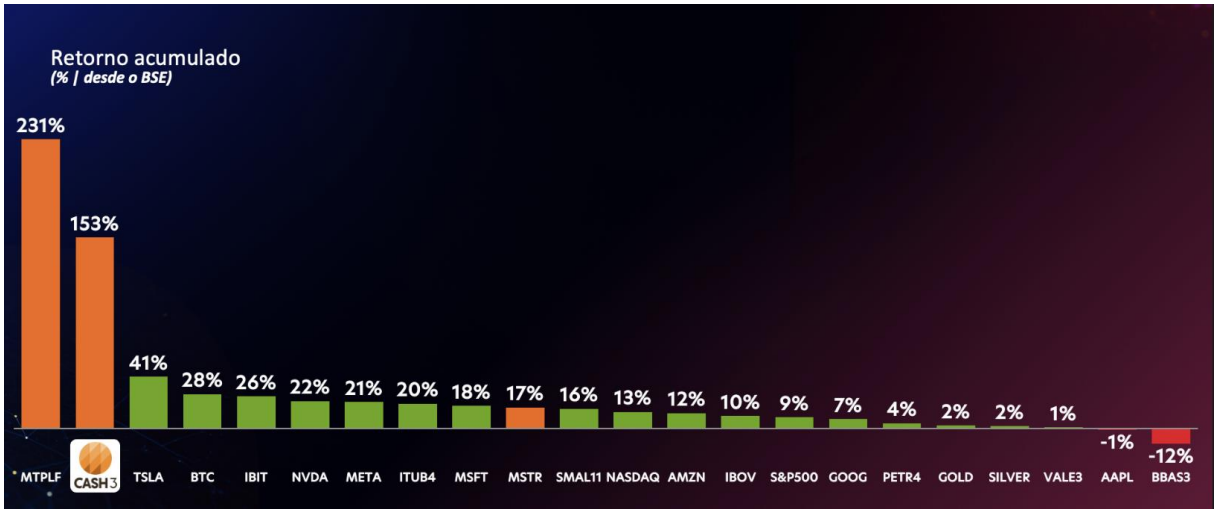
Essa dinâmica visa demonstrar que a recuperação operacional ainda não se traduziu em resultados financeiros significativos para nós no período anterior a abril de 2025.



Fonte: Bloomberg, data-base 28/05/2025

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Nos últimos 12 meses, o Méliuz destacou-se entre companhias com as maiores rentabilidades do mercado, posicionando-se logo atrás de apenas duas outras empresas que atuam como *Bitcoin Treasury Companies*, com retorno acumulado no período de 120%.

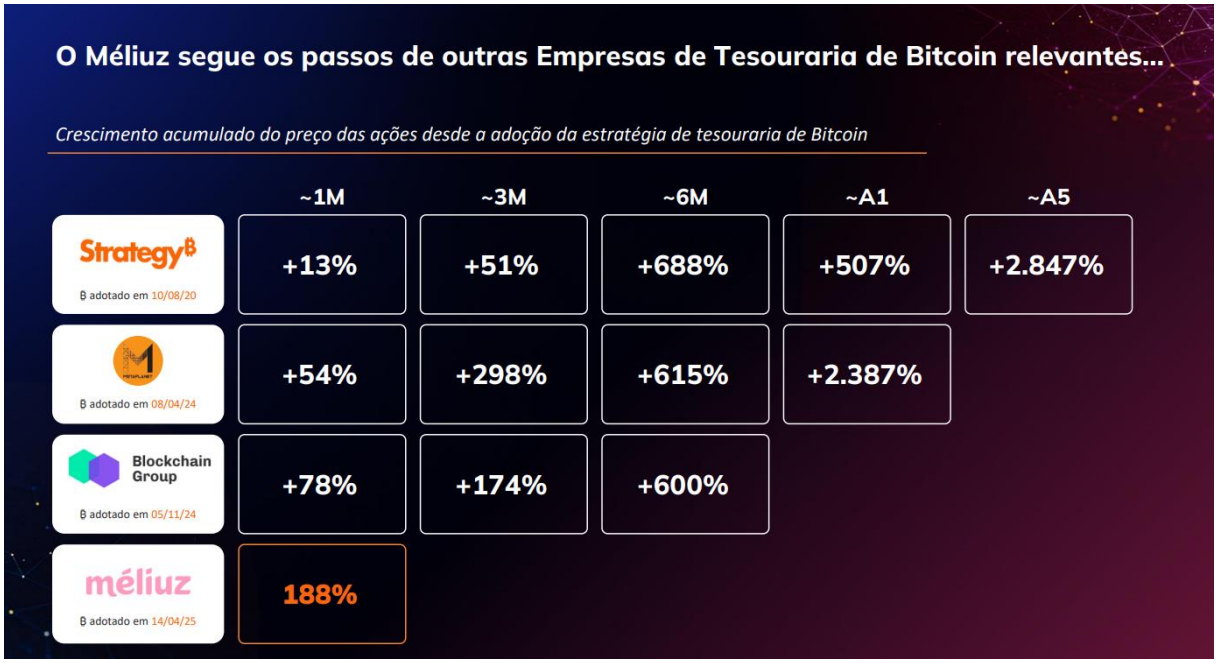


Fonte: Bloomberg, data-base 28/05/2025

Desde o nosso BSE (Business Strategy Execution), o Méliuz se tornou o ativo de maior rendimento, reforçando o valor de nossa Empresa de Tesouraria de BTC.

A performance acumulada evidencia a nossa liderança em nossa estratégia de tesouraria de Bitcoin, com retorno de 153%, superando empresas como Tesla (41%), Microsoft (18%) e Nasdaq (13%), conforme gráfico acima.

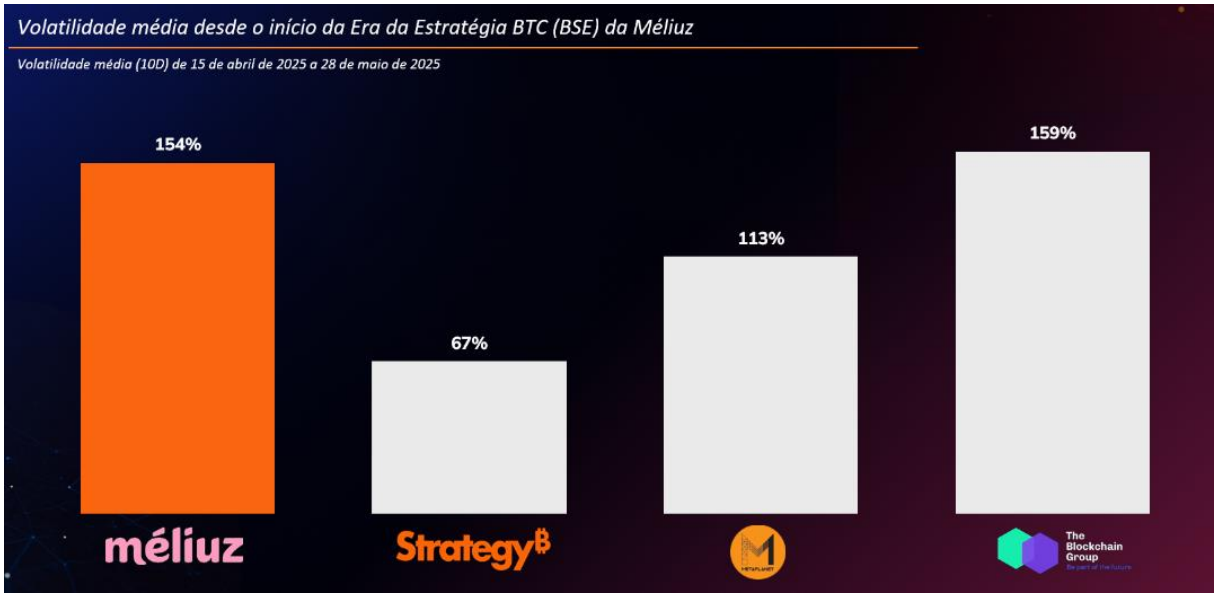
Além disso, se comparada com outras Empresas de Tesouraria em Bitcoin, o Méliuz apresentou valorização superior no primeiro mês após a adoção da estratégia, conforme observado abaixo.



Fonte: Bloomberg, data-base 28/05/2025

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Ainda no sentido de comparação com outras empresas que adotam a mesma estratégia de tesouraria, a Méliuz, desde o início de sua Bitcoin Standard Era (BSE), em 15 de abril de 2025, tem apresentado volatilidade média considerável, conforme pode ser observado abaixo.



Fonte: Bloomberg, data-base 28/05/2025

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

As tabelas a seguir apresentam um resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 2024 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Para mais informações, vide seção 2 deste Formulário de Referência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Dados Bitcoin em tesouraria	Em 31 de março de 2025	Em 15 de maio de 2025
Posição de Bitcoin (#)	45,72	320,25
Preço médio ponderado de compra (US$ mil)	90.194	101.704
Bitcoin por mil ação (#)	0,000525	0,003674
Total de ações em circulação	87.173.826	87.173.826
Ganho em Bitcoin (#)	-	274,5
Ganho em Bitcoin (US$ milhões)	-	28,4
Retorno BSE	-	176%
Bitcoin yield	-	600

	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Desempenho operacional	**2025**	**2024**	**2024**	**2023**	**2022**
Taxa de comissão líquida (*net take rate*[1]) (Méliuz)	2,6%	2,4%	2,2%	2,3%	2,3%
Taxa de aquisição (*take rate*[2]) (Méliuz)	8,4%	7,1%	6,7%	6,1%	6,5%
GMV - Méliuz + Promobit (R$ milhões)[3]	1.365,18	1.092,00	4.823,59	4.597,40	5.347,18
Contas totais Méliuz (# milhões)[4]	40,8	31,3	38,4	30,0	26,9
Parceria BV					
Contas digitais abertas acumul. (# milhões)	4,2	1,5	3,5	0,9	-
Cartões de créd. acumul. (# mil)	241,1	89,8	210,5	48,7	-
Volume Total de Pagamentos (*Total Payment Value*) (R$ milhões)[5]	298,4	155,6	970,7	110,3	-

(1) *Net take rate*: Comissionamento recebido dos parceiros menos o que é repassado em forma de *cashback* aos usuários da Companhia.

(2) *Take rate*: Percentual de comissão da empresa em cada transação originada para os parceiros no shopping. Cálculo gerencial Méliuz: divisão da comissão acordada com cada parceiro pelo GMV originado.

(3) GMV: Valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – contempla os números de Méliuz e Promobit.

(4) Contas Totais: Total de usuários que possuem cadastro no Méliuz.

(5) *Total Payment Value*: Considera o valor total transacionado pelos nossos usuários.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

	Em e/ou no período de três meses findo em 31 de março de		Em e/ou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Desempenho Financeiro (R$ milhões)	**2025**	**2024**	**2024**	**2023**	**2022**
Receita Operacional Líquida	100,4	82,4	365,0	326,6	320,1
Lucro líquido (Prejuízo) do período/exercício	10,0	19,1	(11,3)	(25,6)	(58,1)
EBITDA(1)	15,8	5,8	(14,1)	(66,6)	(114,6)
EBITDA Ajustado(2)	17,8	5,8	54,1	(1,1)	(93,5)
Patrimônio Líquido	358,4	N/A	349,5	782,5	799,2
Caixa e Equivalentes de Caixa	70,0	N/A	37,4	69,4	455,8
Dívida Bruta(3)	0,2	N/A	0,2	0,8	0,1
Caixa Líquido(4)	(230,6)	N/A	(246,6)	(663,5)	(743,3)

(1) O EBITDA não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez, como substituto do fluxo de caixa ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto do lucro líquido (prejuízo) do exercício, como indicador do desempenho operacional, como indicador de liquidez, como substituto do fluxo de caixa ou como base para a distribuição de dividendos. Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) para o EBITDA Ajustado, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) A Dívida Bruta corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(4) O Caixa Líquido corresponde ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante). O Caixa Líquido não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

Nossas Vantagens Competitivas

Seguem abaixo as nossas principais vantagens competitivas.

Posicionamento como a 1ª Bitcoin Treasury Company na América Latina[13]

[13] Fonte: https://livecoins.com.br/meliuz-compra-r-20-milhoes-em-bitcoin/

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Desde 2021, por meio da aquisição da nossa atual controlada Alter, exercemos atividades relacionadas a Bitcoin. Em 2025, uma nova fase da nossa jornada passou a se consolidar, com a incrementação da estratégia do Bitcoin ao nosso modelo de negócio.

Em 2025, após aprovação da mudança do objeto social da Companhia em assembleia, nos tornamos uma *Bitcoin Treasury Company*. Uma *Bitcoin Treasury Company* tem como missão principal o acúmulo de Bitcoin de forma acretiva aos acionistas, utilizando da sua geração de caixa e estruturas corporativas e de mercado de capitais para ampliar a exposição ao ativo ao longo do tempo. A Companhia passa a atuar também para maximizar a quantidade de Bitcoin por ação. Entendemos que o Bitcoin representa uma oportunidade relevante no longo prazo. Trata-se de uma classe de ativos com capitalização de mercado estimada em aproximadamente US$ 2 trilhões, em 28 de maio de 2025, que superou o desempenho de todos os principais ativos na última década, conforme dados da Macromicro.

Ecossistema digital que visa viabilizar o nosso crescimento, o qual é intensificado pelo "efeito de rede".

Somos uma companhia de tecnologia que oferece uma experiência de compra integrada à vida financeira dos usuários, cujo modelo de negócios é estruturado para entregar uma proposta de valor ganha-ganha-ganha, na qual todos os *stakeholders* do nosso ecossistema digital (usuários, parceiros e a nossa Companhia) são beneficiados por meio de um ciclo virtuoso sustentável, conforme descrito no item "Visão Geral" acima.

Tal proposta de valor é evidenciada principalmente pelo crescimento relevante da nossa base de contas abertas (que passou de 200 mil contas em junho de 2014 para 40,8 milhões de contas em março de 2025) e do volume comercializado por nossos parceiros a partir da vertical *shopping* (que passou do GMV de R$ 163,6 milhões no exercício de 2014 para o GMV de aproximadamente R$ 5,1 bilhões na visão consolidado LTM findo em março de 2025). Com o crescimento do número de contas, conseguimos também ampliar nossa base de dados interna, permitindo oferecer soluções que pensamos serem cada vez mais apuradas e sob medida (*tailor-made*) para nossos parceiros, mediante a transformação dos dados de perfis e hábitos de consumo em inteligência de mercado.

O crescimento da base de contas, aliado ao incremento de parcerias, impactam positivamente as nossas receitas, as quais são auferidas mediante o pagamento pelos nossos parceiros à nossa Companhia de (i) remuneração fixa relativa à venda de espaços publicitários de destaque em nossa plataforma para divulgação de marcas, produtos e serviços e à ativação de serviços financeiros; (ii) remuneração variável incidente sobre o GMV gerado em nossa plataforma e/ou sobre o TPV decorrente de produtos e/ou serviços financeiros oferecidos em nossa plataforma; e (iii) remuneração por usuários gerados para nossas parcerias, como por exemplo cartões de crédito ativados, contas digitais abertas e ativadas e empréstimos originados em nossa plataforma. A adição de mais empresas ao grupo, conforme descritas no item 2.4 deste Formulário de Referência, visa diversificar ainda mais os setores de atuação; a presença geográfica; a base de clientes; o tráfego de usuários qualificados; e o nosso portfólio de produto e serviços ofertados para a nossa base.

Por fim, esclarecemos ainda que nosso modelo de negócios tem o seu crescimento também impulsionado pelo "efeito de rede". Assim, buscamos fazer com que a percepção de valor da plataforma aumente, mediante a combinação das variáveis de atração e retenção de usuários (obtida ao se oferecer uma diversidade de produtos, serviços e benefícios); e à entrada de novos parceiros (em busca de uma base ampla e diversificada de contas), o que gera, na nossa visão, um ciclo positivo de crescimento decorrente da interação de tais variáveis que se retroalimentam. Tentamos com que todo esse modelo de negócios seja potencializado pela nossa presença nas redes sociais, observado que, em 2024, tivemos 2 bilhões de visualizações nas nossas redes sociais.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Modelo de negócios asset-light e escalável, que possibilita o crescimento de receitas, de forma a preservar a rentabilidade.

Não contamos em nosso modelo de negócios com estoques ou ativos imobilizados relevantes (como por exemplo, centros de distribuição), uma vez que a fabricação, entrega, e pós-venda dos produtos e serviços disponibilizados em nossa plataforma são de responsabilidade exclusiva dos nossos parceiros, sendo o nosso foco, o fornecimento de soluções digitais para promoção de tais produtos e serviços, que promovam a intensificação das vendas dos nossos parceiros junto a nossa significativa base de contas. Como principal vantagem de tal modelo, não incorremos em custos relativos a tais produtos e logística de sua entrega, nem em riscos de crédito relacionados aos serviços financeiros oferecidos pelos nossos parceiros.

Considerando tal dinâmica, conseguimos aumentar o volume e sortimento do portfólio de produtos e serviços em nossa plataforma, exclusivamente por meio do estabelecimento de novas parcerias e aumento da nossa base de contas. Acreditamos que o “efeito de rede” presente em nosso ecossistema, bem como o marketing “boca-a-boca”, nos permite atrair e reter novas contas com investimentos reduzidos, sem a necessidade de realização de mais dispêndios em despesas de vendas e *marketing.* Com uma base de contas robusta e fidelizada, podemos expandir nossa atuação para outros serviços e produtos, como já fizemos, por exemplo, de forma bem-sucedida, quando entramos no mercado de serviços financeiros, mediante a disponibilização do Cartão de Crédito Méliuz.

No que tange às nossas operações de shopping - que englobam o e-commerce, o Méliuz Nota Fiscal, gift card e recarga - nosso modelo de negócios é *asset-light* e flexível, sendo focado no fornecimento de soluções digitais para que nossos parceiros promovam as suas marcas, aumentem seu volume de vendas e a capilaridade da sua atuação. Dessa forma, nós acreditamos que asseguramos a rentabilidade e escalabilidade nessa linha de negócio, e além disso, (i) não contamos com estoques ou ativos imobilizados relevantes (como por exemplo, centros de distribuição), uma vez que os produtos e serviços são oferecidos diretamente por nossos parceiros, sendo a sua fabricação, formatação, entrega e o pós-venda de responsabilidade exclusiva dos parceiros; e (ii) acreditamos que somos bem-sucedidos em manter nossos custos com atendimento baixos.

Na operação de shopping, ficam a nosso cargo a (i) operacionalização da nossa plataforma que conta com as ferramentas e inteligência de mercado para divulgação dos produtos e serviços dos nossos parceiros ao público-alvo e (ii) o repasse de eventual *cashback* às contas, o qual é definido ao nosso exclusivo critério e é calculado a partir do valor prometido e divulgado por nós no momento da ativação do benefício de *cashback* pelo usuário. Os valores de *cashback* das compras são acumulados no extrato Méliuz do usuário que, ao completar R$ 20 de saldo disponível, pode solicitar o resgate do valor para sua conta corrente, sem nenhum custo.

Já em relação aos serviços financeiros, a partir do acordo comercial firmado com o Banco BV, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz. Nos termos do acordo comercial, foram definidas as seguintes principais condições, dentre outras: (i) remuneração por cartão ativado; (ii) remuneração por conta ativada; (iii) percentual atrelado ao TPV do cartão; (iv) compra e venda de ativos virtuais e (v) cofrinho.

Oportunidades nos Mercados de Atuação

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Atuamos nos mercados de *shopping* e serviços financeiros, que têm apresentado taxas de crescimento em períodos longos e que contam com um potencial de expansão dada a baixa penetração em determinados nichos, em comparação com mercados mais maduros. Atuamos em tais mercados por meio do estabelecimento de parcerias diversificadas, contando, apenas no Brasil, com mais de 1.000 parceiros, em 31 de março de 2025. Além disso, com aquisições anunciadas desde o IPO: (i) ampliamos a quantidade de parceiros aumentando nossa presença para mais de 44 países, com a aquisição de Picodi; (ii) aumentamos nossa presença ao longo do funil de consumo e em outras verticais de consumo, com a aquisição de Promobit e Melhor Plano; e (iii) aumentamos nossas capacidades de oferta de produtos e serviços financeiros com a parceria com o BV.

Com o nosso modelo de negócios *asset-light* e escalável, acreditamos que podemos consolidar e intensificar nossa presença no setor de *shopping*, além de continuar nossa expansão acelerada no mercado de serviços financeiros, conforme oportunidades abaixo destacadas.

a) *Shopping*: De acordo com a 50ª edição do estudo Webshoppers o e-commerce brasileiro continua em expansão, sendo que é o segundo maior canal no varejo brasileiro desde 2023 e teve o maior crescimento em 2024. Em 2024, o setor registrou um faturamento de R$ 351,4 bilhões, representando um crescimento de 19,1% em relação ao mesmo período de 2023. As vendas online apresentaram um crescimento de duplo dígito e o canal também teve um crescimento expressivo de consumidores ativos. Em 2024, o volume de vendas (GMV) foi de R$ 351,4 bilhões, representando um crescimento de 19,1% e o número de consumidores ativos aumentou 15,9% no comparativo com 2023, atingindo em 2024 um total de 125,6 milhões.

b) Serviços financeiros: Segundo o jornal Valor Econômico, publicado em 12 de fevereiro de 2025, o setor de meios eletrônicos de pagamento no Brasil teve um forte crescimento em 2024, com R$ 4,1 trilhões transacionados, um aumento de 10,9% em relação a 2023. No último trimestre, segundo a mesma reportagem, os cartões movimentaram R$ 1,1 trilhão, estabelecendo um novo recorde, o que reforça a posição dos cartões como o principal meio de pagamento para compras e consumo entre os brasileiros.

Para mais informações sobre os nossos mercados de atuação, vide item 1.4 deste Formulário de Referência.

Contamos com uma base de parceiros ampla e fidelizada, com potencial de expansão.

Nos beneficiamos de uma base de mais de 1.000 parceiros em 31 de março de 2025, que inclui desde empresas de pequeno e médio portes a grandes *players*. Além disso, com a aquisição de Picodi anunciada em fevereiro de 2021, ampliamos as parcerias para mais de 12 mil lojas presentes em 44 países. A Aquisição de Melhor Plano anunciada em maio de 2021, por sua vez, amplia a base de parceiros comerciais para setores como telecomunicações e serviços financeiros.

Atuamos em duas principais grandes frentes de parcerias: (i) no âmbito de *shopping* junto aos principais *players* dos mercados de *e-commerce*, turismo e lazer, bens de consumo, vendas *cross-border, telecomunicações,* serviços diversos, e (ii) no âmbito de serviços financeiros, junto a instituições financeiras, como bancos, *fintechs*, entre outros, com a oferta de diversos produtos financeiros, incluindo o Cartão de Crédito Méliuz.

Nossos parceiros mais relevantes em termos de representatividade das nossas receitas são companhias com histórico de atividade, com as quais temos um relacionamento de longa data. Adicionalmente, acreditamos que o nosso *track-record* e inteligência de mercado adquirida desde a nossa fundação, nos permitem celebrar novas parcerias de forma ágil em novos nichos de mercado

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

nos quais entendemos haver oportunidades de crescimento, dada a sua penetração e condições macroeconômicas e setoriais favoráveis.

Contamos com tecnologia proprietária para fornecer aos nossos parceiros soluções personalizadas e, ao mesmo tempo, promover a atratividade da nossa plataforma junto a nossa base de usuários.

A nossa plataforma é composta por portal/*website* (www.meliuz.com.br), um aplicativo *mobile*, bem como extensão (*plugin*) para os navegadores Chrome, Firefox e Safari, os quais foram desenvolvidos internamente pela nossa Companhia. Tal plataforma é amparada por uma solução completa de CRM (*e-mail*, *webpush*, *push*, *push* geolocalizado, SMS, *placements* no site e aplicativo) que visa permitir aos nossos parceiros realizar ofertas personalizadas a partir da análise de dados e das informações de consumo da nossa base de usuários.

Somos orientados a dados e tecnologia e entendemos ser a nossa prioridade a entrega e aprimoramento da nossa plataforma e suas funcionalidades de forma a conquistar novos usuários e parceiros bem como reter os atuais. Para atingir tal objetivo, possuímos uma equipe engajada focada no desenvolvimento de plataformas e novas features.

Adicionalmente, utilizamos de forma intensa as tecnologias aplicadas à extensa base de dados para desenvolver e entregar produtos customizados. Temos uma forte cultura de testes e times dedicados a aplicá-los e disseminá-los pela nossa Companhia. Visando alcançar uma melhoria contínua nos resultados, o nosso time implementa de maneira consistente a execução de testes nas diversas etapas do funil e em diferentes etapas da nossa operação. Isso visa garantir maior constância de ganhos de desempenho operacional e melhorias significativas nas taxas de conversões dos diferentes funis, a fim de refletir em redução de custos, como menores custos de aquisição (CAC) e aumento de receitas.

Ainda, é importante destacar que nascemos como uma Companhia de tecnologia e entendemos ser importante continuar a promover o nosso crescimento a partir de tal fato. Acreditamos que usar tecnologia de maneira intensiva é a melhor maneira para continuar entregando um serviço de qualidade para nossos usuários e parceiros.

Cultura corporativa centrada em inovação, bem como no desenvolvimento dos nossos colaboradores, orientada à excelência no atendimento de nossos stakeholders.

A palavra “melius” significa “melhor” em latim, e norteia a nossa missão de sermos a principal companhia de tecnologia focada no fornecimento de soluções digitais por meio de uma plataforma integrada. Para tal, buscamos construir e desenvolver uma cultura empreendedora centrada em nossos *stakeholders*, focada em inovação, agilidade e confiabilidade, a qual busca primar pela formação de um time de colaboradores altamente capacitado e comprometido com os nossos valores e cultura corporativa. Em decorrência desses valores primordiais e nossa missão, acreditamos que, por meio de nossa capacidade de adaptação, podemos embutir uma cultura de constante inovação e proximidade dos nossos parceiros e convergência dos nossos usuários ao nosso propósito.

Acreditamos que quanto mais nos dedicamos a fornecer soluções personalizadas aos nossos parceiros e usuários, mais compreendemos suas necessidades.

Estratégia de crescimento

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os fatores descritos a seguir:

Incrementar o posicionamento da Companhia como Bitcoin Treasury Company

O Méliuz acompanha o desempenho das principais empresas globais sendo uma *Bitcoin Treasury Company*. Desde a adoção da estratégia de Bitcoin em abril de 2025, o Méliuz já acumula uma valorização de suas ações em mais de 127%, comparável ao desempenho inicial das líderes do mercado em outros países, conforme dados da *Bloomberg*, de 14 de maio de 2025. Ressalta-se que as empresas que adotaram essa estratégia há mais tempo, como Strategy em 8 de outubro de 2020 e Metaplanet em 4 de agosto de 2024, registraram um retorno acumulado, em dólar, de até +2.387% em 1 ano, segundo dados da Bloomberg, de 14 de maio de 2025.

Acreditamos que o movimento das empresas de *Bitcoin Treasury Company* evidencia que essas organizações estão entre as que apresentam o crescimento mais rápido do preço de suas ações no mercado, corroborando a estratégia como um diferencial.

A execução da estratégia foi organizada em três fases:

- *Fase 1 (2025)*: (i) estruturação inicial da governança com a criação do Comitê Estratégico de Bitcoin (em março de 2025); (ii) alocação inicial de 10% do nosso caixa em Bitcoin (em março de 2025); (iii) planos de conversão de caixa adicional (no valor de R$ 161 milhões (em abril de 2025)), (iv) aprimoramento do Conselho de Administração (em abril de 2024); e (v) conversão de novos fluxos de caixa futuros e captação de recursos via equity para aquisição de Bitcoins.
- *Fase 2 (até 2026)*: tornar o Bitcoin a nossa principal métrica de tesouraria, com início de operações financeiras e de mercado de capitais para aquisição de Bitcoins e continuação da implementação de sua estratégia, de forma que o Bitcoin possa auxiliar no incremento do valor operacional para o Méliuz.
- *Fase 3 (até 2030)*: lançamento de serviços relacionados à Bitcoin, aproveitando a nossa base de clientes e marca, bem como a consolidação da estratégia de fortalecimento do BTC Yield.

Continuar a promover o crescimento orgânico das atividades atuais de shopping em nossa plataforma.

Planejamos continuar nos adaptando e levando ao mercado soluções inovadoras e funcionalidades aprimoradas para a nossa plataforma. Com a integração dos novos serviços financeiros, na nossa avaliação, acreditamos que o Méliuz se tornou uma completa e valiosa plataforma, onde usuários conseguem descobrir, decidir, comprar, pagar, guardar e ganhar usando um único aplicativo - o do Méliuz.

Nos últimos anos lançamos o Méliuz Ads e o Méliuz Prime, dois produtos que trazem recorrência dos usuários e gera ainda mais vendas para os parceiros.

A inclusão de novas funcionalidades foi feita a fim de intensificar e estimular o *cross-selling* (venda cruzada) dos produtos e serviços dos nossos parceiros junto à nossa ampla e diversificada base de contas, o que visa impactar de forma positiva o volume de transações em nossa plataforma, e, por conseguinte, a remuneração devida por nossos parceiros à nossa Companhia, de forma a promover o crescimento orgânico da nossa plataforma.

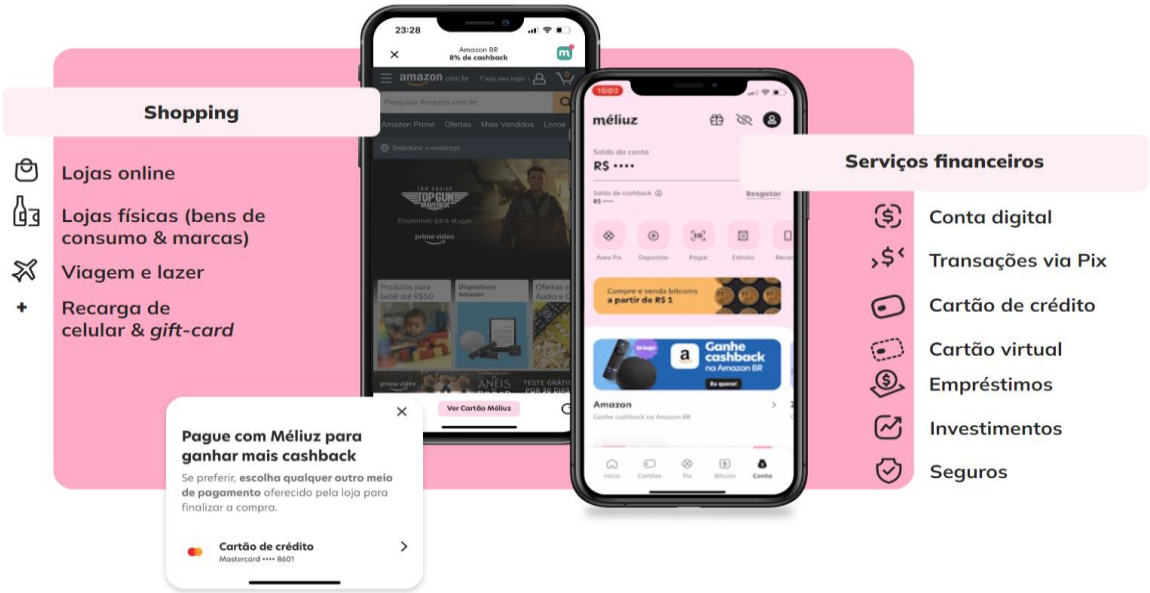
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Fortalecimento e expansão da oferta de novos serviços financeiros em nosso ecossistema digital.

Acreditamos que a integração do shopping com os novos serviços financeiros, o Méliuz se torna uma completa e valiosa plataforma, onde usuários conseguem descobrir, decidir, comprar, pagar, guardar e ganhar usando um único aplicativo. Da mesma forma, com mais pontos de contato com nossos usuários, buscamos ter mais oportunidades de engajamento com as nossas lojas parceiras, para quem poderemos agregar ainda mais valor.

Acreditamos que a expansão da oferta de produtos e serviços de crédito oferecidos aos nossos clientes possibilita uma maior flexibilidade no pagamento ampliando o poder de compra e aumentando a fidelidade da nossa base de contas, além de incrementar nossa receita de operações de crédito.

Com a adição de novos produtos e serviços financeiros como conta digital, pagamento de contas e cartão de crédito, através da parceria com o BV, é possível retroalimentar todo nosso ecossistema a partir do saldo de *cashback* gerado pelos usuários nos atuais serviços e produtos disponibilizados por nós. Até o lançamento da conta digital do Méliuz, em janeiro de 2022, os usuários resgatavam o seu *cashback* para uma conta bancária de outra instituição, agora, o resgate de *cashback* é feito para a conta digital do Méliuz, onde os usuários podem usufruir com os próprios produtos Méliuz - pagamento de boletos, transações via PIX e etc. Segue abaixo figura ilustrativa de oportunidades que podem ser exploradas no nosso ecossistema:



Fonte: Companhia. Informações Gerenciais.

Maximizar o aproveitamento de nossa base de contas.

Pretendemos explorar mais intensamente as oportunidades de *cross-selling* sobre nossa base de contas, que totalizaram 40,8 milhões de contas em 31 de março de 2025. Para tal, pretendemos alavancar a promoção dos produtos e serviços que atualmente integram o nosso ecossistema digital, por meio da: (i) migração de clientes para serviços de maior valor agregado, (ii) intensificação do esforço de identificação de produtos e serviços complementares que possam ser oferecidos para a nossa base de contas, e (iii) otimização do fluxo de procedimentos online para incentivar a venda de produtos e serviços complementares.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Acreditamos ainda estarmos no início do processo de incremento da nossa penetração com tais ofertas complementares junto à nossa atual base de contas, e uma vez que tais ofertas sejam bem-sucedidas, irão estimular o nosso crescimento nos próximos anos.

Expertise regulatória para expansão da oferta de novos serviços financeiros em nosso ecossistema digital.

Conforme informado acima, a aliança estratégica com o Banco BV marca mais um passo na expansão do ecossistema de serviços financeiros do Méliuz, permitindo o desenvolvimento de soluções em contas digitais, pagamentos, e outros temas relacionados a serviços e produtos transacionais.

No dia 30 de dezembro de 2022, anunciamos uma aliança estratégica com o Banco BV, através da qual visamos conseguir um crescimento sustentável no mercado de serviços financeiros. Com a mudança do cenário macroeconômico, vemos esta aliança como fundamental para que o Méliuz consiga se reafirmar como uma empresa *asset light*, geradora de caixa no curto prazo e livre do risco de crédito.

A transação com o Banco BV visa nos trazer a oportunidade de crescer com uma estrutura de custos e despesas mais enxuta. Teremos novas fontes de receitas advindas da ativação de cartões e de contas, além de cada transação realizada (TPV), além de manter por completo a experiência do usuário dentro do nosso ecossistema, garantindo assim a qualidade dos serviços que tanto valorizamos.

Com isso, avaliamos que passamos a ter capacidade de aumentar ainda mais o engajamento da base de usuários, facilitando o lançamento de novos produtos financeiros como investimentos e seguros, além de aumentar a venda cruzada com os produtos e serviços já existentes: Cartão de Crédito Méliuz, *Shopping* e Méliuz Nota Fiscal.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada ou não. Para mais informações veja os itens “4.1 Fatores de Risco”, “4.2 Cinco Principais Fatores de Risco” e “4.3 Riscos de Mercado” deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3. Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website, um aplicativo mobile e extensão (*plugin*) para navegadores de internet Chrome e Firefox ("Plataforma").

As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou ativação de serviços financeiros, e valores variáveis, incidentes sobre as vendas geradas pela Plataforma.

A Companhia possui quatro segmentos, conforme divulgado em suas demonstrações contábeis: (i) B2C (*Business to Customers*) Nacional, que compreende os resultados do Méliuz, incluindo as operações de ecommerce, Gift Card, Recarga, Méliuz Nota Fiscal, conta digital, cartão de crédito e pagamentos e os resultados da Promobit; (ii) B2C Internacional, que compreende os resultados da operação internacional do Picodi; (iii) Tesouraria Bitcoin, criado em 2025, compreende a operação de reserva de valor em Bitcoin; e (iv) Outros segmentos, que compreende as operações das controladas Melhor Plano, Alter e Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), que são analisadas pela Administração separadamente dos outros segmentos. Logo, a receita operacional líquida, bem como o resultado líquido são derivados, em sua totalidade, destes quatro segmentos operacionais.

O FIDC tem como objetivo oferecer produtos de crédito para os seus usuários que possuírem o novo cartão Méliuz.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

(em R$ milhares)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2024	2023	2022
Receita operacional líquida	**100.399**	**82.412**	**365.018**	**326.589**	**320.121**
B2C Nacional	85.883	68.307	313.665	272.489	278.115
B2C Internacional	6.209	4.538	19.803	20.618	25.009
Tesouraria Bitcoin[1]	-	-	-	-	-
Outros segmentos	8.307	9.567	31.550	33.482	16.997

[1] A Tesouraria Bitcoin foi criada em 2025 e não é contabilizada na receita operacional líquida.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

(em R$ milhares)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2024	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) das operações em continuidade	**10.004**	**19.080**	**(11.334)**	**(20.788)**	**(33.573)**
B2C Nacional	12.907	27.573	4.083	5.974	(25.290)
B2C Internacional	(834)	(2.363)	(7.025)	(14.316)	(3.183)
Tesouraria Bitcoin[1]	(1.975)	-	-	-	-
Outros segmentos	469	(6.130)	(8.392)	(12.446)	(5.100)

[1] A Tesouraria Bitcoin foi criada em 2025, dessa forma, não há saldos comparativos para os períodos anteriores.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Produção/Comercialização/Mercados

a. características do processo de produção

A seguir serão apresentadas as características dos principais produtos e serviços do Méliuz.

B2C Nacional

- **Shopping**

Nossos usuários acessam gratuitamente o site e o app do Méliuz, onde encontram uma ampla variedade de marcas, produtos, serviços, cupons de desconto e cashback, tudo em um ecossistema digital dinâmico e user-friendly.

No shopping Méliuz, somos comissionados de três formas: (i) por vendas geradas para parceiros do e-commerce, repassando parte da comissão aos usuários via cashback; (ii) pela divulgação de cupons de desconto; e (iii) pela venda de espaços publicitários em nossas plataformas.

Para parceiros e indústrias, oferecemos uma solução eficiente para aquisição e retenção de clientes, combinando inteligência de dados e campanhas personalizadas. Com cerca de 41 milhões de usuários cadastrados (31/03/2025) e um CRM completo, permitimos estratégias direcionadas com alto impacto.

Segundo a pesquisa AlphaWise do Morgan Stanley (jan/2024) - *LatAm Retail & eCommerce Playbook for the Digital Age: 2024 Outlook Edition*, o cashback é um dos principais incentivos de compra no Brasil. Além disso, diferentemente dos descontos diretos, ele não reduz o valor percebido do produto, pois o cliente paga o preço integral e recebe o reembolso depois.

Cashback e cupons de desconto

Para aproveitar os benefícios do cashback, basta acessar o site (www.meliuz.com.br) ou o aplicativo do Méliuz, selecionar a loja online desejada e conferir as Regras e Exceções disponíveis na página da loja. Após ativar o cashback e/ou copiar o cupom de desconto, o consumidor é direcionado automaticamente ao site do parceiro para finalizar a compra, podendo escolher qualquer forma de pagamento disponível.

A ativação do cashback também pode ser feita pela Extensão do Méliuz, um plugin compatível com Google Chrome, Firefox e Safari. Basta clicar no ícone da extensão ao acessar o site da loja parceira e ativar o benefício antes de concluir a compra.

Os valores acumulados podem ser resgatados a partir de R$ 20,00, com exceção para assinantes do Méliuz Prime que como benefício poderá resgatar qualquer valor. Se o usuário tiver uma conta digital no Méliuz, o resgate ocorre diretamente nela. Caso contrário, basta indicar uma conta bancária, e a transferência será feita em até 7 dias úteis. Ainda, há a opção do resgate combinado, onde parte do seu saldo a ser resgatado pode ser trocado por números de sorteio e cupons de desconto.

Já os cupons de desconto devem ser aplicados no check-out antes da finalização da compra, garantindo o desconto imediato. Neste caso, o Méliuz é comissionado sempre que um cupom for utilizado.

Cashback via Nota Fiscal

O cashback via nota fiscal permite que os usuários ganhem cashback ao enviar a nota fiscal de produtos participantes das campanhas.

Para receber o benefício, basta acessar o aplicativo do Méliuz, conferir as ofertas disponíveis, comprar os produtos em qualquer supermercado ou farmácia e, em seguida, escanear o QR

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Code da nota fiscal ou digitar a chave de acesso dentro do prazo. O cashback aparecerá como pendente no extrato e será confirmado após o término da campanha.

Essa solução permite que as indústrias incentivem a venda de produtos específicos sem estarem vinculadas a uma rede ou ponto de venda determinado. Além disso, a leitura da nota fiscal fornece insights estratégicos, como comportamento de compra, preços praticados, composição da cesta de produtos e variações por estabelecimento ou região.

Méliuz Ads

Com uma base qualificada de cerca de 41 milhões de contas (dados de 31/03/2025), o Méliuz oferece um ambiente diversificado e multicanal para dar visibilidade aos parceiros, seus produtos, ofertas e campanhas em diferentes momentos da jornada de compra do usuário.

Através do Méliuz Ads, os parceiros têm acesso a posições estratégicas no site, aplicativo e extensão, além de comunicações direcionadas via CRM. As estratégias são personalizadas conforme os objetivos de cada anunciante.

As campanhas são segmentadas e veiculadas de forma multicanal. Os consumidores cadastrados no Méliuz recebem comunicações por e-mail, SMS, site, app e extensão, além de interações pelas redes sociais da empresa.

A comunicação é sempre contextualizada, com segmentação baseada em dados comportamentais, interesses e histórico de compras, garantindo maior relevância e impacto para as campanhas.

Gift Cards e recarga de celular

Os usuários do Méliuz podem comprar produtos diretamente na plataforma, garantindo praticidade e benefícios exclusivos. Entre as opções disponíveis estão os gift cards, que permitem a compra de créditos para parceiros como Uber, Airbnb, Zé Delivery, entre outros, com cashback. Além disso, também é possível realizar recargas de celular, oferecendo mais conveniência no dia a dia dos nossos usuários.

Méliuz Prime

Méliuz Prime é o modelo de assinatura premium do Méliuz, oferecendo condições exclusivas para os usuários. Entre os benefícios, estão o cashback em dobro em lojas online selecionadas semanalmente, notificadas diretamente para cada assinante. Além disso, os assinantes têm direito a cashback extra em notas fiscais. Com o Méliuz Prime, buscamos aumentar a frequência de compras, gerar oportunidades de *cross-sell* e garantir uma receita recorrente por meio das assinaturas pagas pelos usuários.

- **Serviços financeiros - Parceria BV**

O Méliuz oferece uma solução financeira completa, incluindo conta digital gratuita, cartão de crédito sem anuidade com cashback e opções de investimentos. Esses produtos foram desenvolvidos em parceria com o banco BV para proporcionar mais praticidade, benefícios exclusivos e uma experiência integrada aos nossos usuários.

Cartão de crédito

O Cartão Méliuz é um cartão de crédito Mastercard, sem anuidade e com cashback em todas as compras. Disponível nas versões física e virtual, garante mais segurança e praticidade, permitindo que o usuário realize compras antes mesmo de receber o cartão físico.

Com controle total pelo aplicativo, o Cartão Méliuz oferece uma experiência fluida e intuitiva, cashback de até 2% e atendimento 24 horas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

A segurança também é um diferencial: foi o primeiro cartão do Brasil emitido sem tarja magnética, reduzindo o risco de clonagem e incentivando o pagamento por aproximação (*contactless*).

Em 31 de março de 2025, possuímos um total de 241,1 mil cartões de crédito emitidos em parceria com o BV.

Conta digital

A conta digital do Méliuz, disponível no aplicativo, é 100% gratuita e permite que os usuários acessem todos os serviços do Méliuz, incluindo o recebimento direto do cashback das compras efetuadas.

A experiência Méliuz foi desenvolvida com o propósito de criar soluções que beneficiem tanto os usuários quanto os parceiros. Nossa proposta é integrar de forma fluida o shopping e os produtos financeiros, ajudando os usuários a conquistarem seus objetivos de compra, enquanto impulsionamos nossos parceiros com novas ferramentas para otimizar a jornada de consumo. Em 31 de março de 2025, possuímos um total de 4,2 milhões de contas digitais abertas em parceria com o BV.

Investimentos

Os usuários do Méliuz podem investir seu dinheiro através do “Cofrinho”, uma funcionalidade que permite aplicar valores em títulos de renda fixa com rendimento atrelado ao CDI, visando proporcionar rentabilidade superior à poupança tradicional.

- **Social-commerce**

Aproveitando a sinergia com a Promobit - empresa adquirida em 2021-, o Méliuz desenvolveu o “Ofertas Selecionadas”, funcionalidade que compartilha no aplicativo do Méliuz as melhores ofertas e oportunidades de diversas lojas online.

Outros segmentos

- **Plataforma de conteúdo**

Através da Melhor Plano, plataforma que conecta usuários a diversas ofertas de telecomunicações e serviços financeiros, é possível comparar e encontrar os melhores planos de telefone, internet, TV por assinatura, combos, cartões de crédito e contas digitais, de acordo com o perfil de consumo de cada usuário. As empresas parceiras pagam para aparecer na plataforma e pelos clientes gerados por meio dela.

Além disso, a Minha Conexão, também pertencente à Melhor Plano, permite que os usuários testem a velocidade de sua conexão, gerando receita com a venda de espaços publicitários.

- **Social-commerce**

A Promobit é uma plataforma de social-commerce formada por uma comunidade ativa de usuários que divulgam e compartilham ofertas e oportunidades de compra de diversas lojas online por meio de seu site e aplicativo.

Os usuários da comunidade geram e curam conteúdo constantemente, direcionando outros usuários para as lojas parceiras, que identificam essas origens e pagam comissões pelas vendas realizadas.

Além disso, a Promobit oferece fóruns de discussões sobre produtos, marcas, lojas e promoções, auxiliando os usuários a tomarem decisões mais informadas e assertivas, contando também com cupons de desconto e promoções exclusivas.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

b. características do processo de distribuição

Entendemos por processo de distribuição todas as atividades relacionadas às compras e contratações de produtos e serviços que geram comissão para a Companhia, sendo parte deste valor repassado ao consumidor como *cashback*.

A responsabilidade pelo processo de entrega dos produtos e serviços de pós-venda é exclusiva dos Parceiros Comerciais. Cabe ao Méliuz apenas o repasse do *cashback*, calculado com base no valor final da compra informado pelos parceiros, e a distribuição dos códigos de *gift cards*.

Distribuição de *cashback*

O *cashback* referente a cada compra é confirmado ou cancelado na área “Minha Conta” do Portal Méliuz, geralmente em até 90 dias após a compra. Esse período é necessário para que o parceiro comercial valide a compra e identifique casos de cancelamento, devolução ou alteração, que tornam a compra inelegível para *cashback*.

Para serviços (como turismo e serviços financeiros), o cashback é contabilizado apenas após a utilização do serviço. Por exemplo, uma passagem aérea só gera cashback após o voo ser realizado.

O *cashback* bônus do Cartão Méliuz, gerado por compras realizadas com parceiros Méliuz usando o cartão, também só é confirmado após a validação do cashback principal da compra.

Além disso, os usuários também podem acumular *cashback* através do envio de notas fiscais de compras realizadas em supermercados e farmácias, conforme as regras de cada campanha.

Os valores de *cashback* ficam acumulados no extrato do usuário e, ao atingir R$ 20,00 de saldo disponível, o resgate pode ser solicitado gratuitamente para a conta corrente do Méliuz ou transferido para uma conta bancária indicada pelo usuário.

Distribuição do cartão

Os cartões do Méliuz são disponibilizados em uma via física e virtualmente. Após a solicitação do cartão, a entrega da via física é feita por uma empresa parceira.

Canais de oferta de serviços

Os principais canais pelos quais o Méliuz oferece seus serviços são o aplicativo, disponível para iOS e Android, o site (meliuz.com.br) e a extensão para navegadores, compatível com Google Chrome, Firefox e Safari. O site e a extensão permitem acesso à plataforma de shopping, enquanto o aplicativo proporciona uma experiência completa, incluindo o uso da plataforma de shopping, Méliuz Nota Fiscal, Gift Cards e Recargas, solicitação e controle do Cartão Méliuz, conta digital, investimento em CDB e Méliuz Empréstimos.

O Méliuz também disponibiliza um canal de atendimento ao usuário por telefone, disponível 24 horas por dia para questões relacionadas à conta digital e ao Cartão Méliuz.

Além disso, o Picodi opera por meio de aplicativo, site e extensão para navegadores, ampliando o alcance dos serviços oferecidos.

Aquisição e retenção de usuários

O Méliuz adota diversas estratégias e ferramentas para aquisição de usuários, incluindo SEO, notificações via celular (push), aquisição orgânica, programa de indicação (referral), parcerias, influenciadores e canais online, como o Facebook.

Além disso, o Méliuz busca engajar pessoas que já possuem conta ou já tiveram contato com a marca por meio de redes sociais, e-mails e notificações personalizadas. Essas comunicações

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

são direcionadas a usuários cadastrados que autorizam o recebimento desse tipo de mensagem e são realizadas por canais como Facebook, Instagram, YouTube e Twitter.

O Méliuz utiliza análises de dados avançadas para personalizar comunicações, considerando o histórico de compras ou a localização dos usuários, o que aumenta significativamente a eficácia dessas interações e converte mais usuários para o uso de seus serviços.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

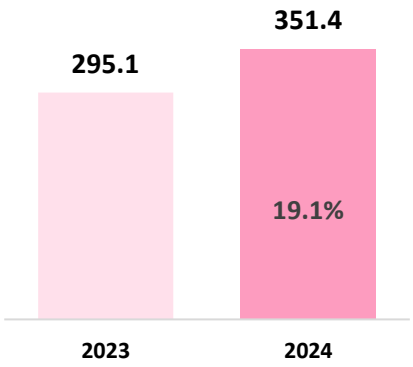
1. *Shopping*

De acordo com dados da 51ª edição do relatório "Webshoppers", da NielsenIQ Ebit, o e-commerce brasileiro segue em constante evolução e, mesmo após a pandemia, mantém os patamares de vendas e apresenta crescimento. Além disso, o estudo indica que o canal *e-commerce* já é o segundo maior em valor quando comparado aos demais e segue em tendência de crescimento.

Mesmo com a desaceleração do e-commerce observada em 2022 e das taxas de juros ainda elevadas em 2023, o faturamento do e-commerce em 2024 apresentou um crescimento de 19,1% em relação a 2023, conforme demonstrado abaixo. Se olharmos os resultados da Companhia, apresentamos um crescimento acima do mercado, saindo de uma receita operacional líquida de R$ 326,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 para R$ 365,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, um crescimento de 11,8%.

Evolução de faturamento do e-commerce

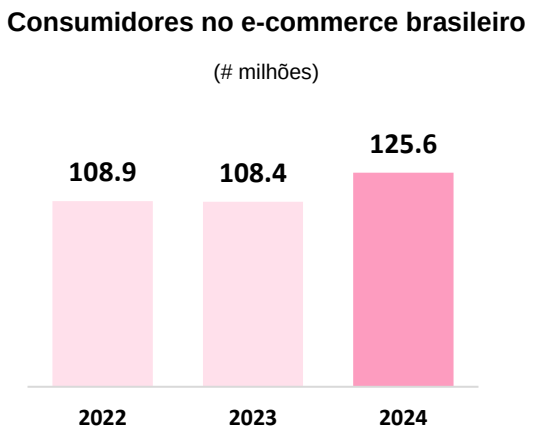
(R$ bilhões de GMV | Crescimento anual em %)



Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 51ª edição.

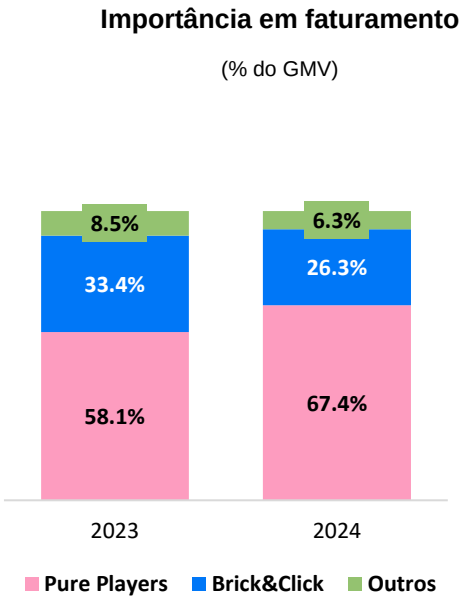
Em termos de consumidores, a quantidade de consumidores online acompanhou a dinâmica de vendas, em 2024 o e-commerce brasileiro apresentou 125,6 milhões de consumidores ativos, aumento de 15,9% em relação a 2023. O gráfico a seguir demonstra a evolução do número de consumidores do *e-commerce* no Brasil, em milhões:

1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 51ª edição.

O estudo ainda mostrou que analisando as empresas que operam exclusivamente no ambiente online (*Pure Players*) e aquelas combinam a presença física com o ambiente online (*Brick&click*), aquelas que operam apenas no online apresentou um ganho de importância considerável, indicando a tendência das empresas em buscarem o e-commerce para expandir suas operações e alcançar um público mais amplo.



Fonte: Nielsen IQ Ebit - Webshoppers - 51ª edição.

Ainda, conforme dados da ABComm, as projeções são que a receita do e-commerce no Brasil chegue a R$ 234.9 bilhões em 2025, um crescimento de 15,0% se comparado a 2024 que foi de R$ 204.3 bilhões, e conforme dados do Digital Market Insights da Statista estima-se que a receita do e-commerce varejista no Brasil ultrapassará 60 bilhões de dólares até 2027[1].

[1] Fonte: https://www-statista-com.translate.goog/forecasts/289746/e-commerce-revenue-forecast-in-brazil?_sso_cookie_checker=failed&_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=wa

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Social-commerce

O social commerce é uma estratégia de marketing que utiliza as redes sociais para promover produtos e serviços, facilitando a jornada de compra e promovendo a interação entre usuários para troca de experiências. Através da Promobit, as lojas parceiras podem se comunicar com uma base qualificada de clientes, oferecendo produtos de forma personalizada, o que aumenta a eficiência das comunicações e gera maior engajamento e fidelização.

Essa abordagem permite às marcas expandirem sua presença, estreitar o relacionamento com o público-alvo e atrair novos consumidores com base na reputação e recomendações positivas da comunidade.

O social commerce tem apresentado um crescimento significativo no Brasil, consolidando-se como uma tendência relevante no mercado digital. De acordo com uma pesquisa realizada pela Adyen, 65% dos brasileiros utilizam redes sociais para realizar compras online, evidenciando a popularidade dessa modalidade de comércio.

Além disso, o mercado de social commerce no Brasil está projetado para crescer a uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 25,7% entre 2024 e 2029, alcançando um volume de US$ 10,65 bilhões até 2029, segundo Research and Markets[2].

Esses dados refletem a crescente integração entre redes sociais e comércio eletrônico, indicando uma mudança no comportamento dos consumidores e uma oportunidade significativa para empresas que buscam expandir sua presença digital.

2. Serviços financeiros

2.1. Cartão de crédito

O setor de meios eletrônicos de pagamento brasileiro encerrou o ano de 2024 com excelentes resultados, mostrando que a inovação e tecnologia continuam impulsionando a digitalização dos pagamentos no país. O valor total transacionado por meios eletrônicos (cartões de crédito, débito e pré-pago) atingiu a marca de R$ 4,1 trilhões, um aumento de 10,9% se comparado ao ano de 2023.

Conforme balanço do setor realizado pela Abecs, esse aumento do volume transacionado em 2024 se deve, em grande parte, ao investimento constante em inovação e tecnologia, que ajudaram a ampliar o escopo do setor e a disseminar a digitalização dos pagamentos, o menor índice de desemprego no Brasil desde 2012, atingindo 6,4%, o ganho de 2,6% da população ocupada no país, com 103,3 milhões de pessoas, além da expansão acumulada de 5% do comércio em 2024, segundo dados do IBGE, em novembro de 2024.

Os brasileiros fizeram, em média, 125 milhões de pagamentos por dia em 2024, totalizando um total de 45,7 bilhões de transações em 2024. Deste valor total, o uso dos cartões de crédito atingiu o patamar de 19,8 bilhões de transações. Os valores do ticket médio por modalidade de cartão de crédito seguem mais altos se comparados ao cartão de débito e pré-pago sendo: R$ 139,15 para o cartão de crédito, R$ 60,23 para o cartão de débito e R$ 41,32 para o cartão pré-pago.

Ainda, o uso dos meios eletrônicos de pagamento pela internet e outros canais remotos, como aplicativos e carteiras digitais, tiveram aumento significativo de 17,9% em relação à 2023, atingindo a marca de R$ 979 bilhões. O valor transacionado por modalidade de cartão foi de R$ 945,7 bilhões para o cartão de crédito, R$ 15,9 bilhões para o cartão de débito e R$ 17,9 bilhões para o cartão pré-pago.

[2] Fonte: https://www.globenewswire.com/news-release/2024/02/26/2834861/28124/en/Brazil-Social-Commerce-Market-Databook-2024-A-US-10-65-Billion-Market-by-2029-Recording-a-CAGR-of-25-7-During-2024-2029.html?

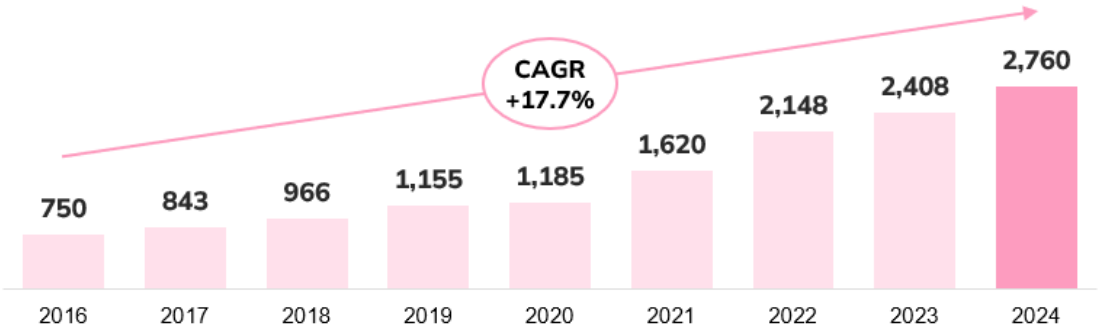
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O gráfico abaixo demonstra o crescimento do volume total de pagamentos com cartões de crédito no Brasil, em bilhões de reais:

Volume transacionado no mercado brasileiro

Cartões de créditos

(R$ bilhões)



Fonte: Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS, 2024)

A idwall, empresa especializada em gestão de identidade digital e soluções antifraudes, em seu Estudo idwall de Experiência Digital 2025 no qual avaliou 21 instituições financeiras e 4.421 usuários, indicou a preferência pelos bancos digitais para abertura de contas em 2024, responsáveis por 61,7% dos novos registros.

Os bancos digitais avançam consistentemente em representatividade: atualmente, estão presentes entre as cinco maiores instituições do país. Além disso, os bancos digitais apresentaram o *Net Promoter Score* (NPS) mais alto, com 69,2, superior ao índice dos bancos tradicionais (59,7), destacando-se na recomendação e satisfação do usuário. Outro diferencial positivo dos players digitais está na percepção de facilidade: 56,2% dos clientes avaliam os aplicativos digitais como “muito fáceis de usar”, superando as instituições tradicionais. Além disso, a satisfação com a oferta de produtos nos bancos digitais alcança 87,4% de avaliações positivas, com destaque para Pix, seguros e Open Finance, todos impulsionados pelo ambiente digital. Como resultado, ao serem questionados sobre o uso de soluções e serviços financeiros e bancários de forma digital, 84,9% dos respondentes pretendem manter ou aumentar essa utilização.

Diante desses resultados, é possível afirmar que o setor de meios eletrônicos de pagamento brasileiro tem um futuro promissor, com potencial de crescimento cada vez maior. A digitalização dos pagamentos traz inúmeros benefícios, como mais segurança, praticidade e agilidade nas transações financeiras. Com isso, é esperado que o setor continue se expandindo e contribuindo para o desenvolvimento da economia brasileira nos próximos anos.

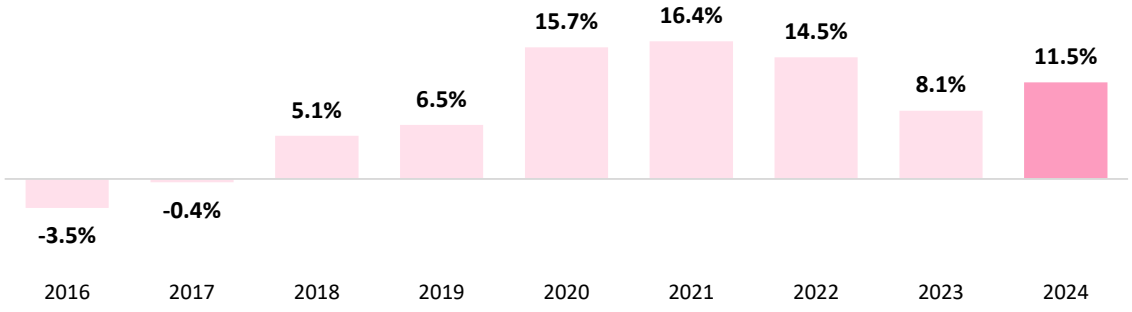
2.2. Operações de crédito

O mercado de crédito brasileiro encerrou o ano de 2024 com um crescimento de 11,5% no estoque das operações de crédito, chegando a um total de R$ 6,5 trilhões, segundo dados do Banco Central.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Crescimento do estoque total de crédito no Brasil

(Variação anual em %)



Fonte: Banco Central do Brasil - Estatísticas monetárias e de crédito, dados históricos extraídos em maio de 2025

Os empréstimos totais às famílias apresentaram um crescimento de 12,4% em 2024, destaca-se a expansão das carteiras de cartão de crédito à vista, crédito pessoal não consignado, crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS e financiamentos, para aquisição de veículos. Esse resultado demonstra a confiança dos consumidores em investir e adquirir bens, o que é um sinal positivo para a economia.

O saldo de crédito subiu acima de 2 dígitos por 3 anos consecutivos: 2020, 2021 e 2022 (15,5%; 16,5% e 14,0%) e em 2024 voltou a subir dois dígitos (11,5%). Durante a pandemia de covid-19, a taxa básica, a Selic, ficou em 2% ao ano de agosto de 2020 a março de 2021 para estimular a economia.

A projeção de crescimento da carteira de crédito total para 2025 ficou praticamente estável, em 8,6%, ante 8,5% no levantamento feito em fevereiro de 2025, revela a Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da Febraban, de março de 2025. O resultado da pesquisa pode ser considerado positivo, pois consolida a percepção de que o mercado de crédito tende a apresentar uma evolução positiva em 2025, especialmente na carteira com recursos livres, mais sensível ao ciclo econômico.

A Pesquisa de Economia Bancária e Expectativas da federação também traz projeções para 2026, indicando um leve movimento de desaceleração do crédito para o próximo ano, com expansão esperada de 7,8%, porém acima da captada na pesquisa de 2025 (+7,7%).

Portanto, há motivos para ser otimista em relação ao desempenho do mercado de crédito brasileiro. Com a recuperação da economia ganhando força e os programas públicos impulsionando o setor, as perspectivas continuam favoráveis para a expansão da carteira de crédito.

2.2. Investimentos em Bitcoin

O Bitcoin tem se consolidado como uma alternativa relevante à reserva de valor tradicional, ao combinar os princípios do ouro com uma execução digital eficiente. Dentre os principais atributos que sustentam sua posição global, destacam-se:

(i) Infraestrutura Descentralizada: O Bitcoin opera em uma rede *blockchain* distribuída globalmente, o que reduz pontos únicos de falha e oferece maior resistência à censura.

(ii) Transparência: Todas as transações realizadas na rede são públicas e registradas de forma permanente em um livro-razão inviolável, garantindo integridade e rastreabilidade.

(iii) Independência: O ativo é imune à intervenção de bancos centrais ou governos, oferecendo aos usuários autonomia e soberania monetária.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

(iv) Nascido Digital: Por ser um ativo concebido para o ambiente digital, o Bitcoin é facilmente transferível e armazenável entre jurisdições, superando as limitações físicas e logísticas típicas de commodities tradicionais.

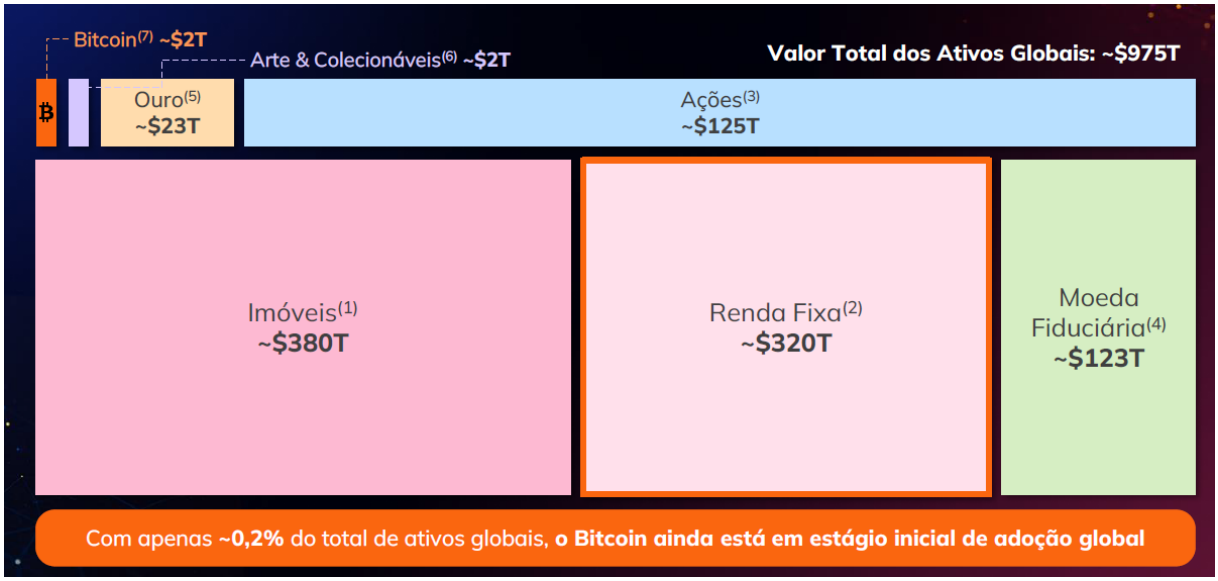
(v) Mecânica Deflacionária Integrada: Eventos programados de *halving* e o aumento progressivo da dificuldade de mineração limitam a emissão de novos bitcoins, reforçando seu papel como reserva de valor deflacionária.

(vi) Escassez Programada: Com uma oferta limitada a 21 milhões de unidades, segundo dados da *Convex Research* demaio de 2024, o Bitcoin reproduz a natureza finita do ouro, favorecendo a escassez e a preservação de valor no longo prazo.

(vii) Proteção Macroeconômica: O ativo vem sendo cada vez mais utilizado como instrumento de proteção contra desvalorização de moedas fiduciárias, riscos de endividamento soberano e instabilidade geopolítica.

(viii) Alta Liquidez Global: O Bitcoin é amplamente negociado em centenas de bolsas ao redor do mundo, com acesso ininterrupto e mecanismos de precificação alinhados aos padrões institucionais.

Embora tenha apresentado crescimento expressivo nos últimos anos, o Bitcoin ainda representa uma fração bastante pequena do valor total dos ativos globais. Essa sub-representação evidencia uma oportunidade para expansão e valorização no longo prazo, especialmente à medida que a adoção institucional e corporativa avança.



Fontes: (1) Savills, Total Value of Global Real Estate, publicado em 20 de setembro de 2023; (2) Institution of International Finance, Winds of Change – Prospects for Debt Markets in 2025; (3) focus.world-exchanges.org; (4) Visual Capitalist, dados de 31 de dezembro de 2024; (5) Macromicro, dados de 24 de abril de 2025; (6) Deloitte, Art & Finance 2023; (7) Macromicro, dados de 16 de maio de 2025.

Nos últimos cinco anos, o Bitcoin apresentou um desempenho significativamente superior ao das principais classes de ativos globais. Considerando o período de maio de 2020 a maio de 2025, o ativo acumulou valorização de aproximadamente 1.029%, posicionando-se como um ativo com boa performance.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fonte: Bloomberg, de 28 de maio de 2020 a 28 de maio de 2025.

Notas:(1) Considera o índice S&P 500 *Total Bond Index*;(2) Considera o índice S&P 500 *Real Estate Index*;(3) Considera um índice composto por Apple, Microsoft, Amazon, Alphabet, Nvidia, Meta e Tesla.

As atuais condições macroeconômicas têm beneficiado o fortalecimento do Bitcoin como ativo estratégico, impulsionado por uma série de avanços regulatórios e políticos recentes, principalmente nos Estados Unidos.

Entre os principais desenvolvimentos recentes estão: (i) a adoção de ETFs por Wall Street, (ii) a implementação do padrão contábil de valor justo do *Financial Accounting Standards Board*, (iii) a presença de um presidente e gabinete que apoiam as estratégias relacionadas a ativos virtuais (ou criptoativos, como são conhecidos), e (iv) o fim da postura hostil do governo em relação aos criptoativos. O Congresso americano conta atualmente com mais de 250 parlamentares que apoiam as estratégias relacionadas a criptoativos. Além disso, houve a revogação da norma SAB 121 emitida pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) dos Estados Unidos, que impunha restrições contábeis às companhias que custodiavam criptoativos.

Outras iniciativas relevantes incluem: (i) a proposta de criação de uma Reserva Estratégica de Bitcoin pelos Estados Unidos, (ii) o surgimento de empresas que mantêm Bitcoin em seus balanços ("*Bitcoin Treasury* Companies"); e (iii) o aumento significativo da visibilidade do ativo no debate público e institucional.

Diante desse cenário, o Bitcoin tem recebido amplo apoio da nova administração dos Estados Unidos, por meio de ações e discursos oficiais, culminando numa valorização relevante do ativo virtual desde a eleição de do Presidente Donald Trump, em novembro de 2024.

Fontes: Factset, BiTBO e Informações das Companhias

Nota: (1) Dados da companhia em 18 de maio de 2025; (2) Divulgação em 3 de março de 2025, (3) Divulgação em 31 de janeiro de 2025; (4) Dados da BiTBO em 23 de abril de 2025; (5) Divulgação em 28 de fevereiro de 2025.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

O Brasil tem se destacado como um dos países mais avançados em termos de regulação e infraestrutura para o mercado de criptoativos, criando um ambiente favorável para a expansão do Bitcoin como ativo financeiro. A combinação de amadurecimento regulatório, inovação tecnológica e crescente interesse institucional tem impulsionado a adoção local, refletindo o amadurecimento do ecossistema nacional.

Fonte: Notícias de mercado, CVM e Exame

Graças a um ambiente regulatório favorável e ao forte apetite dos investidores, o Brasil é o 6º maior mercado de criptoativos no mundo em número de investidores, conforme dados publicados pelo Exame em fevereiro de 2023.

ii. Condições de competição nos mercados

A Companhia possui concorrentes em suas diferentes frentes de atuação:

(i) *Marketplace* de cupons de desconto e *cashback*: Companhias especializadas em serviços como *cashback*, cupons de desconto e ofertas em uma ampla variedade de produtos e serviços, incluindo eletrônicos, roupas, alimentos e viagens. Essas empresas operam por meio de plataformas online e atuam juntamente com outras empresas que oferecem serviços semelhantes; e

(ii) Players financeiros: Empresas de tecnologia financeira que oferecem serviços financeiros digitais, como contas bancárias, cartões de crédito, transferências e pagamentos, entre outros, e que estão entrando no mercado de marketplace, juntamente com outras empresas que atuam nesse ramo.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou subsídios

A Companhia usufrui de determinados benefícios fiscais previstos na Lei nº 11.196/2005 ("Lei do Bem"). A Lei do Bem institui incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. Dessa forma, a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a usufruir de um dos incentivos previstos em tal lei, qual seja, a dedução, para efeito de apuração do lucro real, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Situações de monopólio ou oligopólio

Em seus segmentos principais de atuação, a atividade da Companhia não é caracterizada pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Não se aplica, pois, a Companhia é uma prestadora de serviço e não depende de matéria prima para exercício de suas atividades. Ademais, a Companhia não possui outras despesas relevantes que não sejam relacionadas com suas atividades operacionais.

Dependência de tecnologia

Nosso modelo de negócios é dependente de tecnologia. Nosso sucesso e habilidade de venda online e oferecimento de serviços de alta qualidade aos nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação. Nossas operações e de nossas controladas dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é uma importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos tangíveis e intangíveis relevantes. O nosso crescimento está fortemente ligado à capacidade de expandir nossa plataforma digital e explorar novas oportunidades de negócios com sucesso. Adicionalmente a estratégia de investimento em Bitcoins também depende de fatores tecnológicos relacionados à segurança na aquisição e guarda dos referidos ativos virtuais.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

d. Eventual sazonalidade

O quarto trimestre de cada ano apresenta alta sazonalidade, em virtude de eventos como *Black Friday* e Natal, os quais, costumam impactar nossos resultados positivamente no próprio quarto trimestre e no trimestre seguinte, já que parte das nossas receitas de comissão são usualmente reconhecidas aproximadamente dois meses após a realização das vendas por nossos parceiros comerciais.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não possui processo de produção, desta forma não trabalha com matérias primas. Não obstante, nós cuidadosamente selecionamos e mantemos nossos fornecedores através de políticas, procedimentos e controles rigorosos. Durante o processo de escolha, nosso objetivo principal é garantir que somente os fornecedores mais qualificados sejam selecionados para fornecer produtos ou serviços específicos. Desta maneira, atuamos com uma abordagem transparente e rigorosa em nossas contratações, planejando-as com antecedência e fazendo uma análise cuidadosa da reputação e dos antecedentes de cada fornecedor potencial. Assim, estamos sempre buscando trabalhar com os melhores parceiros comerciais.

Entendemos que os processos de escolha e contratação são extremamente importantes, tanto para cumprimento de regulamentações quanto para minimização de riscos legais e de reputação. Entre os principais critérios que consideramos na escolha de nossos fornecedores, podemos destacar:

- Busca de melhores preços, prazos de entrega e condições de pagamento;
- Comprar serviços e produtos de qualidade, considerando os parâmetros qualitativos e quantitativos;

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- Contratar fornecedores com bons antecedentes, a fim de manter uma relação de longo prazo.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia contrata profissionais externos para cuidar de tarefas como o processamento de pagamentos, transações com cartão de crédito, *back office*, apoio aos processos comerciais, produção e suporte à tecnologia da informação, conexões na internet e acesso à rede e computação em nuvem.

Todos os procedimentos bancários dentro da conta digital, o cartão de crédito Méliuz, os investimentos realizados por transações de criptoativos (ativos virtuais) são feitos via APIs com o banco BV, conforme acordo comercial firmado em 2023, tornando-o um fornecedor relevante para a Companhia.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A flutuação dos preços, como as operações de crédito, juros e tarifas cobradas por nossos produtos e serviços financeiros, entre outros, estão sujeitos às condições econômicas gerais e competição no mercado. Os principais fatores que podem afetar as taxas de juros incluem: (i) mudanças na taxa básica de juros, controlada pelo Banco Central do Brasil de acordo com as expectativas de inflação; (ii) aumento ou diminuição da inadimplência dos clientes; (iii) variações nas taxas de impostos sobre operações financeiras; e (iv) o aumento ou diminuição da concorrência no setor financeiro.

1.5 Principais clientes

1.5. Principais clientes

a. montante total de receitas provenientes do cliente

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, três clientes corresponderam, individualmente, a mais de 10% da receita operacional líquida da Companhia, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, um cliente correspondeu, individualmente, a mais de 10% da receita operacional líquida da Companhia, conforme demonstrado abaixo.

Clientes	Em 31 de março de 2025
Cliente 1	12,6%
Cliente 2	12,1%
Cliente 3	10,8%

Clientes	Em 31 de dezembro de 2024
Cliente 1	16,0%

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Companhia decorrem da remuneração pela divulgação de produtos e serviços de clientes, sendo tais receitas tratadas no segmento operacional B2C (*Business to Customers*) Nacional. Dessa forma, todas as receitas provenientes dos clientes impactam o referido segmento.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Nosso negócio está sujeito, em especial, a leis e regulamentos aplicáveis às companhias que fazem negócios na internet, em especial a regulação relativa à proteção de dados pessoais.

Regulação relativa à Proteção de Dados Pessoais

Em 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019 e pela Lei nº 14.010/2020, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsas e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção dos artigos 52, 53 e 54 da LGPD, que tratam das sanções administrativas e entraram em vigor posteriormente, a partir de 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD estabeleceu um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, e será aplicável a toda e qualquer operação envolvendo dados pessoais, que estarão sujeitas às hipóteses de tratamento previstas na LGPD.

Além disso, em 28 de dezembro de 2018, foi publicada a Medida Provisória nº 869, de 27 de dezembro de 2018, convertida na Lei nº 13.853/2019, que altera certas disposições da LGPD e cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"). Entre as suas diversas competências, cabe à ANPD (i) editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados pessoais e privacidade, bem como sobre relatórios de impacto à proteção de dados pessoais para os casos em que o tratamento representar alto risco à garantia dos princípios gerais de proteção de dados pessoais previstos na LGPD; (ii) deliberar, na esfera administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da LGPD, as suas competências e os casos omissos; (iii) articular-se com as autoridades reguladoras públicas para exercer suas competências em setores específicos de atividades econômicas e governamentais sujeitas à regulação; (iv) garantir que o tratamento de dados de idosos seja efetuado de maneira simples, clara, acessível e adequada ao seu entendimento; e (v) celebrar, a qualquer momento, compromisso com agentes de tratamento para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa no âmbito de processos administrativos.

A ANPD tem assegurado sua autonomia técnica, transformada em autarquia de natureza especial com status de agência reguladora, por meio da Medida Provisória nº 1.124/2022, posteriormente convertida na Lei º 14.460/2022. Com isso, deixou de ser vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República e passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme Decreto nº 11.401/2023. A Lei nº 13.853/2019 também prevê autoridade para a ANPD avaliar as penalidades previstas pela LGPD. A competência da ANPD prevalece sobre qualquer autoridade relacionada com outras entidades públicas no que diz respeito à proteção de dados pessoais. No dia 26 de agosto de 2020, o executivo federal editou o Decreto nº 10.474/2020 aprovando a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança da ANPD.

Em 24 de fevereiro de 2023, a ANPD publicou a Resolução CD/ANPD nº 4/2023, que traz a regulamentação sobre a aplicação de penalidades aos infratores da LGPD. Tal Resolução CD/ANPD 4/2023 traz importantes definições que deverão ser levadas em conta caso seja iniciado um processo sancionatório e apresenta os requisitos que deverão ser seguidos pela ANPD, caso seja necessária a aplicação das penalidades previstas na LGPD.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Em 16 de julho de 2024, a ANPD aprovou a Resolução CD/ANPD nº 18, que estabelece diretrizes sobre a atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, também denominado como *Data Protection Officer* (DPO). Com base nisso, a Companhia formalizou internamente o DPO responsável pelas operações, especificando suas responsabilidades. A Companhia também criou uma Comissão de Privacidade, de modo que profissionais das áreas de Segurança da Informação e Governança, Riscos e Compliance ("GRC"), atuem como suporte ao DPO, caso haja necessidade.

Com a entrada em vigor da LGPD, a Companhia iniciou seu processo de adaptação de suas operações e seu modelo de negócios aos limites estabelecidos em referida lei. Nesse sentido, a Companhia finalizou a adequação à LGPD no final de 2022 e, atualmente, segue com os processos rotineiros de proteção de privacidade e proteção de dados.

Adicionalmente, a Companhia conta com seguro de proteção de dados e responsabilidade cibernética ("*CyberEdge*") contratado junto à AIG Seguros Brasil S.A., com cobertura para danos decorrentes de vazamentos de dados e responsabilidade civil por vazamentos de até R$ 5 milhões. Para o ano de 2025, o limite de cobertura da apólice foi atualizado para R$ 10 milhões.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Questões Ambientais

Nossas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, motivo pelo qual não possuímos uma política ambiental formalizada e/ou aderimos a padrões internacionais ambientais, uma vez que a Companhia não possui obrigações nesse sentido. Dessa forma, esclarecemos que não incorremos em custos relevantes para o cumprimento da regulação ambiental.

Questões Sociais

Embora a regulação específica sobre direitos humanos e empresas no Brasil não possua caráter vinculante, há uma tendência cada vez mais forte de proliferação de novos instrumentos normativos para prever obrigações a serem cumpridas por empresas no que tange à incorporação do respeito aos direitos humanos em toda a estratégia de negócios.

O Decreto nº 9.571/2018, inspirado pelos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos para médias e grandes empresas, incluídas as empresas multinacionais com atividades no Brasil. Apesar de serem voluntariamente implementadas, as Diretrizes incluem a previsão da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos de sua força de trabalho, seus clientes e das comunidades, bem como o dever de monitorar o respeito aos direitos humanos na sua cadeia produtiva, divulgar internamente os instrumentos internacionais de responsabilidade social e direitos humanos, implementar atividades educativas em direitos humanos para seus colaboradores, elaborar e divulgar código de conduta, dentre outros. Por sua vez, a Resolução do Conselho Nacional de Direitos Humanos nº 5/2020 oferece subsídios para a postura a ser assumida pelas empresas com relação ao tratamento dos direitos humanos, indicando que as empresas são responsáveis pelas violações de direitos humanos causadas direta ou indiretamente por suas atividades, o que se estende por toda sua cadeia de produção.

A Companhia possui Código de Ética e Conduta, que detalha a conduta esperada por parte de todos os profissionais da Companhia, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes, indicando os seus princípios, valores e normas para a relação com terceiros, em estrita conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, em especial aquelas que proíbem práticas de corrupção.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis, compostos por nomes e/ou imagens, que identificam e distinguem produtos e/ou serviços.

A Lei nº 9.279/1996, conforme alterada ("Lei da Propriedade Industrial") dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade industrial e intelectual no Brasil. Após a concessão do registro da marca pelo INPI, é assegurado ao titular o uso exclusivo da marca registrada em todo o território nacional, para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um prazo determinado de 10 (dez) anos, passível de sucessivas renovações, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil).

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas afiliadas, de registros e pedidos de registro de marcas junto ao INPI, com destaque para a marca "MELIUZ", que é bastante relevante para as nossas atividades. Ainda, somos titulares de diversos nomes de domínio, entre eles o "meliuz.com.br".

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

No período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Méliuz não havia realizado nenhuma contribuição financeira diretamente ou por meio de terceiros em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7. Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 93,8% e 94,6% da receita operacional líquida total da Companhia, respectivamente, foi proveniente de clientes situados no Brasil, representada pela receita operacional líquida dos segmentos B2C nacional *(business to Customers)* e outros segmentos (Mercado nacional).

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, 6,2% e 5,4% da receita operacional líquida total da Companhia, respectivamente, foi proveniente de clientes situados em países que não sejam o Brasil, representada pela receita operacional líquida dos segmentos B2C internacional *(business to Customers)* (Mercado internacional). As receitas provenientes de outros países surgem de uma presença global da Picodi, abrangendo 44 países ao redor do mundo. Diante disso, para fins de relatórios financeiros, todas as receitas estrangeiras são convertidas para a moeda da Polônia, local onde a sede da empresa está estabelecida. Portanto, a moeda polonesa é adotada como referência para a consolidação e análise dos resultados financeiros:

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	**No período de três meses findo em 31 de março de 2025**	
Mercado nacional	94.190	93,8%
Mercado internacional	6.209	6,2%
Total receita operacional líquida	**100.399**	**100,0%**
(em R$ milhares, exceto porcentagem)	**No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024**	
Mercado nacional	345.215	94,6%
Mercado internacional	19.803	5,4%
Total receita operacional líquida	**365.018**	**100,0%**

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8. Efeitos relevantes da regulação estrangeira

A Companhia possui o controle acionário da Picodi, que opera internacionalmente com sede na Polônia, as operações da Picodi são integralmente reportadas no segmento B2C (*Business to Customers*) Internacional, a receita operacional líquida deste segmento totalizou R$ 6,2 milhões e R$ 19,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, respectivamente, representando 6,2% e 5,4% da receita operacional líquida da Companhia, respectivamente.

Uma vez que a Companhia desenvolve suas atividades em diferentes países, conforme descrito no item 1.2 deste Formulário de Referência, a Companhia está sujeita a uma série de situações que podem afetar seu resultado financeiro adversamente.

As operações internacionais da Companhia exigem atenção, recursos de gestão e que a Companhia esteja em conformidade com uma grande variedade de culturas, práticas comerciais, leis e políticas locais.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos complexos que se aplicam às suas operações internacionais, tais como requisitos de privacidade e proteção de dados, incluindo a GDPR (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, na tradução para o português), a principal lei de proteção de dados na União Europeia, e outras leis similares aplicáveis em outras jurisdições, e leis locais que proíbem certos pagamentos a funcionários governamentais, regulamentos bancários e de processamento de pagamentos e regulamentos anticoncorrenciais, entre outros. O custo do cumprimento destas várias e, por vezes conflituosas, leis e regulamentos pode vir a ser significativo, bem como a Companhia pode assegurar que os seus funcionários ou agentes não violem tais leis e regulamentos, ou mesmo políticas internas da Companhia.

Como consequência desses riscos, o resultado operacional, a reputação e as condições financeiras das operações nessas regiões onde a Companhia possui operações podem ser negativamente impactados. Para informações adicionais, vide item 4.1 deste Formulário de Referência.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia não divulga informações ambientais, sociais e de governança corporativa. A Companhia é uma empresa de tecnologia, cujas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente. Além disso, desde 2020, a Companhia atua no regime de teletrabalho, reduzindo significativamente o consumo de energia dentro da Companhia. Desta forma, não adotamos ainda uma política formal de responsabilidade ambiental, social e de governança corporativa, bem como não publicamos relatório de sustentabilidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações sociais e ambientais.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

ii. a não adoção de matriz de materialidade

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Por ser uma empresa de tecnologia, a Companhia entende que suas atividades não provocam impactos negativos significativos ao meio-ambiente, razão pela qual não divulga informações sociais e ambientais, na data deste Formulário de Referência.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Informações de sociedade de economia mista

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12. Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Não houve operações de fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia no último exercício social e no exercício social corrente.

Aumento do Capital Social da Companhia em 2024 e em 2025:

Data da deliberação	Data da emissão	Ações ordinárias (#)	Preço de emissão	Valor total da emissão	Tipo de Subscrição	Órgão que deliberou
30/01/2024	30/01/2024	53.610	R$ 0,02	R$893,47	Subscrição particular	Conselho de Administração
20/02/2024	20/02/2024	324.128	R$ 24,20	R$7.843.897,60	Subscrição particular	Conselho de Administração
24/07/2024	24/07/2024	94.003	R$ 0,02	R$1.566,72	Subscrição particular	Conselho de Administração
06/08/2024	06/08/2024	3.125	R$ 0,02	R$52,10	Subscrição particular	Conselho de Administração
10/09/2024	10/09/2024	114.183	R$ 0,02	R$1.903,08	Subscrição particular	Conselho de Administração
11/03/2025[1]	11/03/2025	4.562	R$ 0,02	R$ 76,03	Subscrição particular	Conselho de Administração
21/05/2025	21/05/2025	15.259	R$ 0,02	R$ 254,31	Subscrição particular	Conselho de Administração

[1] O aumento do capital social da Companhia aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2025 teve seu valor rerratificado na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de maio de 2025, passando de R$ 76,02 para R$ 76,03 e o número de ações reduzidas de 4.561 para 4.562.

Redução do Capital Social da Companhia em 2024:

Data da deliberação	Valor total reduzido	Órgão que deliberou
26/01/2024	R$107.922.029,79	Assembleia Geral Extraordinária
26/01/2024	R$210.000.000,00	Assembleia Geral Extraordinária
28/06/2024	R$220.000.000,00	Assembleia Geral Extraordinária

Informações mais detalhadas sobre tais aumentos e reduções de capital podem ser encontradas no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa” e no website da CVM (https://sistemas.cvm.gov.br/).

1.13 Acordos de acionistas

Encontra-se arquivado na sede da Companhia um Acordo de Acionistas celebrado em 31 de agosto de 2020 originalmente por Ofli Campos Guimarães ("Olfi"), Israel Fernandes Salmen ("Israel"), Lucas Marques Peloso Figueiredo ("Lucas") e André Amaral Ribeiro ("André") em conjunto com seus respectivos sucessores e cessionários permitidos, e a Companhia, como parte interveniente anuente, com vigência desde 5 de outubro de 2020 por um período inicial de 10 anos, prorrogável por igual período, conforme aditado ("Acordo de Acionistas").

Em 30 de maio de 2022, a Org Investments LCC ("Org" e, em conjunto com Israel, Lucas e André, "Acionistas de Referência") aderiu de forma incondicional e irrevogável ao Acordo de Acionistas por meio da celebração de um aditamento, tendo em vista que, em 28 de março de 2022, o Ofli deixou de ser parte do Acordo de Acionistas ao transferir a totalidade das ações que detinha no capital social da Companhia para a Org e a Org Investments 2 LLC. e esta, por sua vez, também deixou de integrar o Acordo de Acionistas.

Em 13 de agosto de 2025, foi celebrado o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Companhia ("Acordo"), tendo como objeto a substituição de dois acionistas signatários por dois novos acionistas. Foram incluídos no Acordo o Sr. Gabriel Loures, Presidente e Diretor de Growth, Estratégia e Novos Negócios do Méliuz, e o Sr. Túlio Braga, Diretor de Operações da Companhia. Os acionistas ORG Investments LLC e o Sr. Lucas Marques Peloso deixaram de ser signatários do Acordo de Acionistas.

A íntegra do Acordo de Acionistas pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Governança Corporativa", item "Estatuto, políticas, regimentos e outros", "Acordo de Acionistas e Votos" e por fim, selecione o documento desejado.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Alterações significativas na condução dos negócios

Estratégia Bitcoin

Em 4 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a alteração da Política de Gestão de Liquidez, que passou a se chamar Política de Aplicações Financeiras, para permitir o investimento de até 10% do caixa total da Companhia em Bitcoin, em linha com a nova estratégia de investimento de longo prazo no referido ativo. Na mesma ocasião, o Conselho de Administração, já indicando sua intenção de reforçar e ampliar sua estratégia de investimento em Bitcoin, constituiu o Comitê Estratégico de Bitcoin, atribuindo-lhe a responsabilidade por apoiar a expansão da estratégia de investimentos em Bitcoin, a operacionalização das negociações e o desenvolvimento de diretrizes e práticas de governança específicas para o tema.

Em 15 de maio de 2025, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia, de forma a implementar tal estratégia de tesouraria focada em Bitcoin para possibilitar a aplicação de recursos do caixa estratégico no referido ativo. Na mesma data, a Companhia adquiriu 274,52 Bitcoin por aproximadamente US$ 28,4 milhões a um preço médio de US$ 103.604,07 por Bitcoin. Com a primeira compra realizada em março de 2025, a Companhia já tem em posse 320,25 Bitcoin, adquiridos a um preço médio de US$ 101.703,80 por Bitcoin.

Aliança Estratégica com o Banco BV

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, acordo comercial para estabelecer uma parceria estratégica com o Banco BV pelo qual passou a ofertar aos seus clientes, a partir de 8 de março de 2023, produtos e serviços financeiros do Banco BV, no modelo *asset light* ("Acordo Comercial"). Nesse formato, a Companhia deixou de incorrer em custos e despesas relacionados aos produtos financeiros, sendo remunerada pela originação de transações junto à sua base de clientes.

Inicialmente, como parte da aliança estratégica, o Banco BV adquiriu 3,85% do capital social do Méliuz e obteve uma opção de compra, exercível em até 24 meses (findos em 8 de março de 2025), da totalidade das ações ordinárias detidas pelos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo e a Org Investments LCC (em conjunto, "Acionistas"), com a obrigação de realizar uma oferta pública nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz.

No entanto, em 17 de fevereiro de 2025, a Companhia foi notificada pelo Banco BV sobre sua decisão irrevogável e irretratável de não exercer a opção de compra dessas ações. Assim, a opção perdeu sua validade e não poderá mais ser exercida. Além disso, o acordo de voto celebrado entre os Acionistas e o Fundo de Investimento em Participações BV – Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP BV") em 8 de março de 2023 foi distratado, resultando na rescisão dos direitos do Banco BV, incluindo a indicação de um membro para o Conselho de Administração do Méliuz. Consequentemente, o Sr. Júlio Cezar Tozzo Mendes Pereira, conselheiro indicado pelo FIP BV, apresentou sua renúncia.

No âmbito comercial, Méliuz e Banco BV renegociaram as diretrizes do Acordo Comercial para o ano de 2025 (de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025) com o intuito de proporcionar maior alinhamento entre as partes visando uma parceria de longo prazo.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais, no último exercício social e no exercício social corrente.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Aquisição Picodi

Em fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações para a aquisição de ações representativas de 51,2% do capital social de emissão da Picodi por R$118,6 milhões ("Aquisição"). A Aquisição foi submetida à aprovação dos acionistas em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 30 de abril de 2021, quando foi ratificada. Posteriormente à Aquisição, a participação da Companhia foi alterada para 51,1%, em razão da emissão de novas ações para fins de remuneração do plano de incentivo à longo prazo, já previsto no contrato de aquisição.

Adicionalmente, em 26 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou um Acordo de Acionistas com os acionistas vendedores das ações da Picodi ("Acordo de Acionistas" e "Demais Acionistas", respectivamente), sendo que estes permanecem titulares dos 48,8% restantes das ações representativas do capital social da Picodi. O Acordo de Acionistas prevê a possibilidade de a Companhia adquirir, dos vendedores, a participação de aproximadamente 48,8% restante, por meio do exercício das opções de compra ou venda (que poderá ser objeto de exercício a partir de setembro de 2025), em data a ser determinada pelos Demais Acionistas vendedores.

O valor a ser pago pelas ações dos Demais Acionistas poderá variar entre PLN 66.346.920,00 a PLN 1 ,00 (valor aproximadamente correspondente ao intervalo de R$ 100.302.676,53 a R$ 1,48, considerando a taxa cambial média do mês de maio de 2025), a depender do número de primeiros usuários na data de saída igual ou menor que 731.000 ("Valor da Aquisição Adicional"). O preço da aquisição da participação adicional será calculado proporcionalmente com base em métricas de captação de usuários pela Picodi. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e os Demais Acionistas estão em discussões e tratativas para determinar o Valor da Aquisição Adicional.

As partes do Acordo de Acionistas estão sujeitas à obrigação de manter suas ações por determinado período de tempo ("Lock-Up"), desde a vigência do Acordo de Acionistas até que os Demais Acionistas, que não o Méliuz, alienem todas as suas ações. Em caso de violação ao período de Lock-Up, a penalidade prevista para o Méliuz, para pagamento aos Demais Acionistas, é de PLN 20.000.000 (valor aproximado de R$ 30.150.540,00, considerando a taxa cambial média do mês de maio de 2025), enquanto, caso os Demais Acionistas deem causa à violação do Lock-Up, cada um deles deverá pagar o valor da multa proporcionalmente à sua participação societária. O Acordo de Acionistas prevê, também, um direito de *drag-along* dos Demais Acionistas na hipótese em que ocorra determinadas falhas no cumprimento das obrigações pelo Méliuz. Ainda, caso as referidas falhas ocorram e não seja possível implementar o *drag-along*, os Demais Acionistas contarão com a prerrogativa de adquirir a participação do Méliuz na Picodi.

Em caso de descumprimento das obrigações previstas no contrato pelo: (a) Méliuz: o Méliuz deverá pagar a todos aos Demais Acionistas uma multa contratual de PLN 20.000.000,00 por cada violação. Todos os Demais Acionistas serão elegíveis para receber essa multa contratual na proporção relevante, que é o rácio entre o número de ações detidas por um determinado Demais Acionistas e o número total de todas as ações detidas por todos os Demais Acionistas; e (b) qualquer um dos Demais Acionistas: o acionista deverá pagar a todos os Demais Acionistas, por cada violação, uma multa contratual no valor da parte relevante de PLN 20.000.000,00, sendo o produto de PLN 20.000.000,00 multiplicado pela proporção relevante aplicável a um determinado acionista atual, em qualquer caso, no entanto, não inferior a PLN 500.000,00. Todos os Demais Acionistas serão elegíveis para receber essa penalização contratual na proporção relevante que é o rácio do número de ações detidas por um determinado outro acionista em relação ao número total de todas as ações detidas por todos os Demais Acionistas.

A resolução de disputas no âmbito do Acordo de Acionistas está sujeita a arbitragem, de acordo com a legislação aplicável do país sede da Picodi, qual seja, a Polônia.

1.16 Outras informações relevantes

Alteração do Objeto Social e Direito de Recesso

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de maio de 2025 ("AGE 15/05/2025"), foi aprovada a alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para a inclusão da possibilidade de aplicação de recursos e realização de investimentos em Bitcoin e em outros títulos referenciados em Bitcoin no objeto social ("Alteração do Objeto Social").

Conforme aviso aos acionistas divulgado pela Companhia em 27 de maio de 2025, eventuais acionistas titulares de ações de emissão da Companhia que (i) não compareceram à AGE 15/05/2025, ou que caso tenham comparecido, se abstiveram de votar ou dissentiram da deliberação sobre a Alteração do Objeto Social, e (ii) sejam comprovadamente titulares das ações com relação às quais poderão exercer o direito de retirada, de maneira ininterrupta, a partir do encerramento do pregão de 14 de abril de 2025, quando ocorreu a divulgação de fato relevante tratando da matéria que deu origem ao direito de recesso ("Acionistas Elegíveis") podem exercer o direito de retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, em até 30 dias contados da data de publicação da ata da AGE 15/05/2025, que ocorreu no dia 28 de maio de 2025 ("Direito de Retirada"). Desse modo, os Acionistas Elegíveis podem exercer o Direito de Retirada até 27 de junho de 2025 (inclusive). A Companhia esclarece que não fará uso da faculdade prevista do artigo 137, §3º, da Lei das S.A., de, nos 10 dias subsequentes ao término do prazo do exercício do Direito de Retirada, convocar assembleia geral para deliberar sobre proposta de reconsideração da Alteração do Objeto Social, uma vez concluída a liquidação da Oferta (conforme definido abaixo).

A Companhia divulgou em 30 de maio, fato relevante relativo ao protocolo de oferta pública primária de ações ordinárias, como bônus de subscrição, de emissão da Companhia ("Oferta"), cuja liquidação ocorreu em 17 de junho de 2025.

O valor de reembolso, nos termos do artigo 45 da Lei das S.A., corresponde a R$ 3,9285253473904 por ação. Nos termos do artigo 45, §1°, da Lei das S.A., o valor do reembolso foi calculado com base no patrimônio líquido da Companhia constante das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, últimas demonstrações financeiras aprovadas pelos acionistas na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 14 de abril de 2025.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.10 são derivadas das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e/ou das informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, elaboradas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

As informações contidas nesta seção 2 deste Formulário de Referência devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e com as informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia, disponíveis para acesso nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/) e da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Resultados e Comunicados", no item "Central de resultados", clique no ano desejado e por fim, selecione o arquivo desejado.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e/ou informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia destacam que em decorrência da venda do Bankly, em 27 de novembro de 2023, as informações consolidadas do Méliuz dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram ajustadas e o resultado do Bankly foi reapresentado na categoria de operações descontinuadas, conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5).

Os termos "AH" e "AV" das colunas de determinadas tabelas neste item "Comentário dos Diretores" significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas operacionais líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia mantém uma estrutura financeira e patrimonial com recursos suficientes para executar seu plano de negócios e honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazo.

A Companhia vem realizando adequações à sua estrutura de capital culminando com a realização de reduções de capital em excesso, no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 424,4 milhões. Destaca-se que houve redução de capital social no valor de R$ 107,9 milhões, realizada por meio de absorção de prejuízos acumulados e, desta forma, não afetou o caixa da Companhia.

A Companhia pretende continuar gerando caixa e preservando uma posição financeira segura, assegurando a sustentabilidade e a continuidade da execução de seu modelo de negócio, em linha com os novos direcionamentos estratégicos de estratégia de tesouraria em Bitcoin, conforme aprovado em Assembleia Extraordinária ocorrida em 15 de maio de 2025.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa Líquido

Os diretores da Companhia entendem que a Companhia possui capacidade para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, considerando seu baixo nível de endividamento e a sua posição de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo apresenta a Dívida Bruta e o Caixa Líquido da Companhia nas referidas datas.

(em milhares de R$)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
Dívida Bruta (1)	**182**	**226**	**846**	**132**
Caixa Líquido (2)(3)	**(230.608)**	**(246.645)**	**(663.502)**	**(743.254)**

(1) A Dívida Bruta corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(2) O Caixa Líquido corresponde ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante). O Caixa Líquido não é uma medida contábil definida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). Não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes apresentadas por outras companhias. Para mais informações, vide item 2.5 deste Formulário de Referência.

(3) Os números divulgados nos press-releases da Companhia desconsideram o saldo de clientes do Bankly.

Em 31 de março de 2025, a Companhia atingiu uma posição de caixa líquido de R$ 230,6 milhões, representando uma redução de 6,5% em relação ao caixa líquido de R$ 246,6 milhões em 31 de dezembro de 2024. Essa redução entre 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é explicada, principalmente, pelo pagamento de bônus por atingimento de metas de R$ 12,2 milhões e pela aquisição de 45,7 bitcoin no valor de R$ 24,2 milhões, com a cotação do dia 6 de março de 2025 (data da compra), sendo parcialmente compensada pelo resultado financeiro positivo da Companhia de R$ 6,1 milhões e pela geração de caixa do período.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu uma posição de caixa líquido de R$ 246,6 milhões, representando uma redução de 62,8% em relação ao caixa líquido em 31 de dezembro de 2023 de R$ 663,5 milhões, essa redução deve-se, principalmente, por duas reduções de capital em excesso, representando restituições de capital aos acionistas, ocorridas no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024 totalizando R$ 424,4 milhões. Destaca-se que houve uma outra redução de capital no valor de R$ 107,9 milhões no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, realizada por meio de absorção de prejuízos acumulados e, desta forma, não afetou o caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu uma posição de caixa líquido de R$ 663,5 milhões, representando uma redução de 10,7% em relação ao caixa líquido em 31 de dezembro de 2022 de R$ 743,3 milhões, explicado, principalmente, pelo recebimento da venda do Bankly.

Índice de liquidez corrente e de endividamento

A seguir, apresentamos os índices de liquidez corrente e de endividamento, os quais, na visão da diretoria, reforçam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia.

As informações financeiras patrimoniais da Companhia evidenciam um baixo nível de endividamento, uma vez que não há dívidas financeiras relacionadas ao cumprimento de compromissos financeiros de curto, médio ou longo prazo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os índices de liquidez corrente e de endividamento indicam uma posição confortável para a continuidade da dinâmica operacional dos negócios da Companhia e uma posição confortável para honrar os compromissos.

(em milhares de R$, exceto índice)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
Ativo Circulante	308.869	326.207	740.911	922.992
Passivo Circulante	92.210	101.379	131.572	471.614
Passivo Não Circulante	36.176	35.945	64.936	87.139
Patrimônio Líquido	358.405	349.470	782.487	799.198
Índice de Liquidez Corrente(1)	**3,3x**	**3,2x**	**5,6x**	**2,0x**
Índice de Endividamento(2)	**0,4x**	**0,4x**	**0,3x**	**0,7x**

(1) Índice de liquidez corrente corresponde ao ativo circulante dividido pelo passivo circulante da Companhia nas datas informadas;

(2) Índice de endividamento corresponde a soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido da Companhia nas datas informadas

Índice de liquidez corrente

Em março de 2025, a Companhia apresentou um índice de 3,3x, praticamente em linha em relação ao índice de 3,2x em 31 de dezembro de 2024, sem variação relevante no período.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um índice de 3,2x, representando uma redução de 42,9% em relação ao índice de 5,6x em 31 de dezembro de 2023, explicada majoritariamente pela redução do caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários da Companhia em decorrência das duas reduções de capital em excesso ocorridas no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 424,4 milhões. Destaca-se que houve uma outra redução de capital no valor de R$ 107,9 milhões, realizada por meio de absorção de prejuízos acumulados e, desta forma, não afetou o caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um índice de 5,6x, representando um aumento de 187,7% em relação ao índice de 2,0x em 31 de dezembro de 2022, explicado principalmente pela redução do passivo de créditos em circulação e estabelecimentos a pagar em decorrência da venda do Bankly.

Índice de Endividamento

Em março de 2025, a Companhia atingiu um índice de 0,4x, representando uma redução de 8,8% em relação ao índice de 0,4x em 31 de dezembro de 2024, explicada pelo aumento do patrimônio líquido em função do bom resultado alcançado pela Companhia no período.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um índice de 0,4x, representando um aumento de 56,5% em relação ao índice de 0,3x em 31 de dezembro de 2023, explicado pela diminuição do patrimônio líquido, em função das reduções de capital em excesso ocorridas no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 424,4 milhões. Destaca-se que houve uma outra redução de capital no valor de R$ 107,9 milhões, realizada por meio de absorção de prejuízos acumulados e, desta forma, não afetou o caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atingiu um índice de 0,3x, representando uma redução de 64,1% em relação ao índice de 0,7x em 31 de dezembro de 2022, explicada majoritariamente pela

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

redução do passivo de créditos em circulação e estabelecimentos a pagar em decorrência da venda do Bankly.

Indicadores Operacionais

Os Diretores da Companhia acreditam que os seus resultados operacionais refletem a sua capacidade de crescimento. Uma base de usuários adequada e engajada viabiliza a expansão sustentável do negócio, criando oportunidades estratégicas para aumentar a monetização e fortalecer a proposta de valor da Companhia.

A estabilidade da taxa de comissão líquida (*net take rate*) reforça o compromisso da Companhia com a busca por maior eficiência e expansão de margens. Já a manutenção da taxa de aquisição (*take rate*) reflete o êxito das iniciativas comerciais junto aos parceiros, que vêm ampliando a captura de valor ao longo do tempo.

O crescimento consistente do GMV[1] reflete a combinação de uma base de usuários cada vez mais ampla e engajada, o fortalecimento das iniciativas comerciais voltadas à oferta de campanhas exclusivas e a melhoria contínua da experiência do usuário.

Além disso, o Méliuz conta com a parceria com o Banco BV para impulsionar o mercado de serviços financeiros dentro do ecossistema Méliuz, ampliando o seu portfólio de produtos e explorando novas oportunidades de venda cruzada (*cross-sell*). O lançamento de novos produtos reforça esse movimento, permitindo maior integração entre as verticais e aumentando a recorrência e o engajamento dos usuários.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o principal foco da Companhia foi crescer de forma mais eficiente, com margens mais saudáveis em todas as linhas de negócio. Como resultado dessa estratégia, a Companha finalizou o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 com uma estrutura de custos e despesas mais equilibrada, promovendo o alinhamento entre crescimento e geração de caixa, e garantindo eficiência operacional.

Esse movimento representou um verdadeiro *turnaround* entre 2022 e 2024, com evolução consistente de receita e EBITDA, impulsionada não apenas pelo crescimento da receita, mas principalmente pelo controle rigoroso de custos e despesas. A Companhia segue demonstrando sua capacidade de escalar o negócio sem abrir mão da rentabilidade, o que já se reflete em lucro líquido e EBITDA positivo no primeiro trimestre de 2025.

b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia acreditam que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das suas operações, apresentando uma proporção equilibrada e saudável entre capital próprio e de terceiros, conforme evidenciado na tabela abaixo:

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	**Em 31 de março de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**2023**	**2022**
Capital de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante)	128.386	137.324	196.508	558.753
Capital próprio (patrimônio líquido)	358.405	349.470	782.487	799.198
Capital total (terceiros + próprio)	**486.791**	**486.794**	**978.995**	**1.357.951**

[1] GMV: Valor Bruto de Mercadorias, na tradução para português. Indica o valor total das vendas originadas para nossos parceiros do e-commerce na data em que os usuários realizaram as compras, ou seja, trata-se do GMV originado no ato da compra – contempla os números de Méliuz e Promobit.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
Participação do capital de terceiros	26,4%	28,2%	20,1%	41,1%
Participação do capital próprio	73,6%	71,8%	79,9%	58,9%

Em 31 de março de 2025, o capital total da Companhia era de R$ 486,8 milhões, praticamente em linha com o reportado em 31 de dezembro de 2024, quando o capital total da Companhia era de R$ 486,8 milhões. Destaca-se que houve uma redução do passivo total da Companhia e um aumento do patrimônio líquido em função do lucro líquido apurado entre essas datas.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital total da Companhia era de R$ 486,8 milhões, representando uma queda de 50,3% em relação a 31 de dezembro de 2023, em que foi registrado um capital total de R$ 979,0 milhões. A referida variação decorre majoritariamente pelas duas reduções de capital em excesso, no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 424,4 milhões devolvidos aos acionistas. Destaca-se que houve uma outra redução de capital no valor de R$ 107,9 milhões, realizada por meio de absorção de prejuízo, e desta forma, não afetou o caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital total da Companhia era de R$ 979,0 milhões, representando uma queda de 27,9% em relação a 31 de dezembro de 2022, em que foi registrado um capital total de R$ 1.358,0 milhões. A referida variação decorre majoritariamente pela venda do Bankly, no qual deixamos de consolidar os passivos da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia, por meio da análise dos indicadores de desempenho e da geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem a capacidade de honrar com as obrigações de curto, médio e longo prazo existentes.

Os Diretores da Companhia acreditam que com o seu baixo endividamento e o fluxo de caixa, tem liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos meses, embora não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, em função de fatores exógenos a Companhia como, por exemplo, fatores macroeconômicos. Adicionalmente, a Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Os Diretores entendem que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, tem mantido a assiduidade dos pagamentos referidos a esses compromissos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes da Companhia foram, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a oferta subsequente de ações (*follow-on*) realizada em julho de 2021 e a sua própria geração de caixa operacional. A combinação de capital obtido junto ao mercado de valores mobiliários e a geração interna de recursos permitiu a continuidade dos investimentos estratégicos da Companhia sem comprometer a solidez financeira do negócio.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais. Caso necessário, a Companhia poderá contratar empréstimos, arrendamentos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a Companhia não apresentava contratos de empréstimos e financiamentos relevantes. No entanto, a Companhia apresenta um arrendamento mercantil com o saldo em aberto de R$ 182 mil em 31 de março de 2025, referente ao arrendamento do edifício utilizado como escritório e sede administrativa da Picodi, subsidiária do Méliuz.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que, em 31 de março de 2025, não existiam relações de longo prazo entre a Companhia e instituições financeiras, além daquelas já descritas no item (f)(i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não aplicável, uma vez que no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não possuía dívidas e, portanto, não havia grau de subordinação entre elas. No entanto, esclarece-se que, em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações/passivos registrados no balanço patrimonial acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além daquelas previstas em lei.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia não possuía limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Em 1º de junho de 2023, foi celebrado o acordo de investimento definitivo para a venda ao Banco BV da totalidade das ações de titularidade do Méliuz de emissão do Bankly, a partir desta data, o resultado de Bankly foi classificado como ativo mantido para venda e como operações descontinuadas, conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Desta forma, as informações contábeis comparativas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram reapresentadas para fins de comparabilidade nas demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, conforme requerido pelas normas contábeis.

Em 27 de novembro de 2023, a venda do Bankly foi concluída.

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações dos resultados da Companhia, referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, e aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Período de três meses findo em 31 de março de 2025 comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2024

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Período de três meses findo em 31 de março de				
	2025	AV	2024	AV	AH
Receita operacional líquida	**100.399**	**100,0%**	**82.412**	**100,0%**	**21,8%**
Custos e despesas operacionais	**(89.180)**	**-88,8%**	**(79.480)**	**-96,4%**	**12,2%**
Cashback (1)	(48.273)	-48,1%	(33.937)	-41, 2%	42,2%
Pessoal (1)	(16.877)	-16,8%	(18.667)	-22,7%	-9,5%
Publicidade e propaganda (1)	(11.725)	-11,7%	(6.135)	-7,4%	91,1%
Softwares (1)	(2.815)	-2,8%	(2.457)	-3,0%	14,5%
Serviços de terceiros	(3.329)	-3,3%	(3.682)	-4,5%	-9,5%
Depreciação e amortização	(4.573)	-4,5%	(2.832)	-3,4%	61,4%
Redução ao valor recuperável de ativos	(1.975)	-2,0%	-	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas (2)	387	0,4%	(11.770)	-14,3%	-103,2%
Resultado Bruto	**11.219**	**11,2%**	**2.932**	**3,6%**	**282,6%**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**11.219**	**11,2%**	**2.932**	**3,6%**	**282,6%**
Resultado financeiro	6.114	6,1%	17.020	20,7%	-64,0%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**17.333**	**17,3%**	**19.952**	**24,2%**	**-13,1%**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(7.329)	-7,3%	(872)	-1,1%	740,4%
Lucro líquido do período	**10.004**	**10,0%**	**19.080**	**23,2%**	**-47,5%**

(1) Nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 as rubricas eram, respectivamente, “Despesas com cashback”, “Despesas com pessoal”, “Despesas comerciais e de marketing” e “Despesas com softwares”.

(2) No período de três meses findo em 31 de março de 2024, refere-se ao somatório das rubricas de “Despesas Administrativas” e “Outros”, conforme apresentadas nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 100,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou um aumento de 21,8% em comparação com a receita operacional líquida de R$ 82,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo desempenho do Shopping Brasil e do Melhor Plano.

Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia foram de R$ 89,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou um aumento de 12,2% em comparação com as despesas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

operacionais de R$ 79,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Este aumento decorreu devido principalmente:

- Na linha de *cashback*, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 48,3 milhões, representando um aumento de 42,2% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando as despesas de *cashback* totalizaram R$ 33,9 milhões, explicado, principalmente, pelo maior GMV gerado no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que, devido ao descasamento entre o momento da geração do GMV e o reconhecimento contábil da despesa de *cashback* e o faturamento da receita, parte desse efeito impacta o trimestre subsequente.
- Na linha de pessoal, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 16,9 milhões, representando uma redução de 9,5% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando as despesas com pessoal totalizaram R$ 18,7 milhões, explicado, principalmente, pela estrutura organizacional mais enxuta da empresa.
- Na linha de publicidade e propaganda, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 11,7 milhões, representando um aumento de 91,1% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando as despesas comerciais e de marketing totalizaram R$ 6,1 milhões, explicado por investimentos em campanhas de aquisição de usuários e ações para impulsionar produtos estratégicos da Companhia. Esses investimentos são fundamentais para a construção de novas safras que irão gerar valor a longo prazo para a Companhia. Vale ressaltar que todas as iniciativas seguem focadas em rentabilidade e *payback*, em linha com a estratégia da Companhia.
- Na linha de software, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 2,8 milhões, representando um aumento de 14,5% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando as despesas com softwares totalizaram R$ 2,5 milhões, explicado, principalmente, por ajustes contratuais pontuais com fornecedores.
- Na linha de serviços de terceiros, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 3,3 milhões, representando uma redução de 9,5% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando as despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 3,7 milhões, explicada pelo menor gasto com assessores externos.
- A linha de depreciação e amortização, a Companhia finalizou o período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 4,6 milhões, representando um aumento de 61,4% em relação à despesa de depreciação e amortização de R$ 2,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, explicado, principalmente, pelo aumento de projetos em desenvolvimento e licenças de uso.
- Na linha de redução ao valor recuperável de ativos, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 em R$ 2,0 milhões referentes ao *impairment* dos ativos de Bitcoin. Esse *impairment* é um efeito não-caixa e foi gerado, pois o preço de fechamento do Bitcoin ao final do período de três meses findo em 31 de março de 2025 (US$ 82.673,00 em 31 de março de 2025) foi inferior ao preço médio ponderado de compra do ativo (US$ 90.194,17). Vale evidenciar que no dia da divulgação deste relatório (15 de maio de 2025), o preço do Bitcoin estava por volta de US$ 103 mil. Além de ser um efeito estritamente contábil (sem impacto no caixa da Companhia), ressalta-se que todo trimestre faremos esse reconhecimento frente ao valor de fechamento do Bitcoin, seja abaixo ou acima do valor médio de compra.
- Na linha de outras receitas (despesas) líquidas, a Companhia finalizou no período de três meses findo em 31 de março de 2025 com uma receita de R$ 0,4 milhões, representando uma redução de 103,3% em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, quando a despesa totalizou R$ 11,8 milhões, explicada pela menor despesa com provisionamento de PCLD referente ao FIDC contratado para os cartões com *funding* próprio do Méliuz, dado que essa operação foi descontinuada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado antes do resultado financeiro e impostos

O resultado antes do resultado financeiro e impostos da Companhia foi de R$ 11,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou um aumento de 282,6% em comparação com R$ 2,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao aumento da receita que foi impulsionado pelo desempenho do Shopping Brasil e do Melhor Plano.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia foi de R$ 6,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 64,0% em comparação com R$ 17,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. A variação decorreu principalmente devido ao menor caixa do período em função das três reduções de capital no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, das quais reduções de capital em excesso, no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2024, totalizando R$ 424,4 milhões devolvidos aos acionistas. Destaca-se que houve uma outra redução de capital no valor de R$ 107,9 milhões, realizada por meio de absorção de prejuízo, e desta forma, não afetou o caixa da Companhia.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

O resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia foi de R$ 17,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 13,1% em comparação com R$ 20,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. A variação decorreu principalmente pelo menor resultado financeiro do período.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia foram de R$ 7,3 milhões negativos no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou um aumento de 740,4% em comparação com os R$ 0,9 milhão no período de três meses findo em 31 de março de 2024. A variação decorreu principalmente pela geração de lucro fiscal no primeiro trimestre de 2025, gerando assim imposto a pagar e pelo aumento do imposto diferido do período.

Lucro líquido do período

O lucro líquido do período foi de R$ 10,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 47,5% em comparação com o lucro líquido de R$ 19,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. A variação decorreu principalmente pelo menor resultado financeiro no período de R$ 6,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, em comparação com uma receita financeira líquida de R$ 17,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, devido às reduções no caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários devido às reduções de capital que ocorreram em 2024 e pela compra de Bitcoin realizada em março de 2023.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Exercício social encerrado em				
	2024	AV	2023	AV	AH
Receita operacional líquida	**365.018**	**100,0%**	**326.589**	**100,0%**	**11,8%**
Despesas operacionais	**(390.192)**	**-106,9%**	**(397.659)**	**-121,8%**	**-1,9%**
Despesas com *cashback*	(157.396)	-43,1%	(139.183)	-42,6%	13,1%
Despesa com pessoal	(76.831)	-21,0%	(100.823)	-30,9%	-23,8%
Despesas comerciais e de marketing	(34.737)	-9,5%	(22.771)	-7,0%	52,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Exercício social encerrado em				
	2024	AV	2023	AV	AH
Despesas com softwares	(11.490)	-3,1%	(12.324)	-3,8%	-6,8%
Despesas gerais e administrativas	(31.303)	-8,6%	(51.072)	-15,6%	-38,7%
Serviços de terceiros	(11.384)	-3,1%	(26.537)	-8,1%	-57,1%
Depreciação e amortização	(11.090)	-3,0%	(9.253)	-2,8%	19,9%
Ajuste a valor justo de opção de compra	19.389	5,3%	(25.365)	-7,8%	-176,4%
Redução ao valor recuperável de ativos	(82.995)	-22,7%	-	-	-
Outros	7.645	2,1%	(10.331)	-3,2%	-174,0%
Resultado bruto	**(25.174)**	**-6,9%**	**(71.070)**	**-21,8%**	**-64,6%**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**(25.174)**	**-6,9%**	**(71.070)**	**-21,8%**	**-64,6%**
Resultado financeiro	42.294	11,6%	51.304	15,7%	-17,6%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**17.120**	**4,7%**	**(19.766)**	**-6,1%**	**-186,6%**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(28.454)	-7,8%	(1.022)	-0,3%	N/A
Prejuízo das operações em continuidade	**(11.334)**	**-3,1%**	**(20.788)**	**-6,4%**	**-45,5%**
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(4.764)	-1,5%	-100,0%
Prejuízo do exercício	(11.334)	-3,1%	(25.552)	-7,8%	-55,6%

Nota: “N/A” significa não aplicável

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 365,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R$ 38,4 milhões ou 11,8%, em comparação com a receita operacional líquida de R$ 326,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse crescimento é fruto, principalmente, da: (i) evolução da taxa de aquisição (*take rate*); (ii) expansão da base de usuários e de novos compradores, refletindo o sucesso das estratégias de aquisição e retenção de usuários; (iii) avanço da parceria com o BV; e (iv) maior desempenho em receita da subsidiário do Méliuz, Melhor Plano.

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Companhia foram de R$ 390,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma redução de R$ 7,5 milhões ou 1,9%, em comparação com as despesas operacionais de R$ 397,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta redução decorreu principalmente:

- As despesas com *cashback* totalizaram R$ 157,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R$ 18,2 milhões ou 13,1%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando totalizaram R$ 139,2 milhões, explicado, principalmente, pela expansão do GMV, que aumentou 5% no exercício no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior.
- As despesas com pessoal totalizaram R$ 76,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 100,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 24,0 milhões ou 23,8%, explicada pela estrutura organizacional mais enxuta.
- As despesas comerciais e de marketing totalizaram R$ 34,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 22,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R$11,9 milhões ou 52,5%. Esse aumento reflete, principalmente, maiores investimentos em campanhas de aquisição de usuários e na Black Friday em relação ao ano anterior. Como informado

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

anteriormente, apesar dos maiores gastos com marketing, conseguimos entregar uma melhor rentabilidade no exercício de 2024 em comparação ao exercício anterior.

- As despesas com software totalizaram R$ 11,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 12,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 0,8 milhão ou 6,8%. Essa redução reforça o compromisso da Companhia em revisar continuamente seus contratos, garantindo maior eficiência operacional.
- As despesas gerais e administrativas totalizaram R$31,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 51,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 19,8 milhões ou 38,7%, devido, principalmente, a redução na despesa com provisão para perda de crédito esperada referente ao FIDC contratado para os cartões com *funding* próprio do Méliuz, dado que essa operação em específico (cartões Méliuz com *funding* próprio) foi descontinuada.
- As despesas com serviços de terceiros, totalizaram R$ 11,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 26,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 15,1 milhões ou 57,1%, devido, principalmente, ao menor gasto com assessores jurídicos e financeiros em decorrência da venda do Bankly.
- As despesas de depreciação e amortização, totalizaram R$ 11,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com R$ 9,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R$ 1,8 milhão ou 19,9%, explicado, principalmente, pelo aumento de projetos em desenvolvimento e licenças de uso.
- O ajuste a valor justo de opção de compra totalizou uma receita de R$ 19,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação com uma despesa de R$ 25,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação de R$ 44,8 milhões ou 176,4% é explicada, principalmente, pelo ajuste a valor justo da opção de compra de compra de Picodi.
- A despesa com redução ao valor recuperável de ativos totalizou R$ 83,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, refletindo a perda por redução ao valor recuperável da controlada Picodi (*impairment*). No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não registramos perdas.
- As despesas “outros” totalizaram receita de R$7,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação a despesa de R$ 10,3 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação é explicada, principalmente, pela baixa de antecipação de *earn-out* ocorrida no exercício de 2023.

Resultado bruto

Em decorrência dos fatores acima, o resultado bruto da Companhia totalizou prejuízo de R$ 25,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R$ 45,9 milhões ou 64,6%, em comparação com o prejuízo de R$ 71,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou receita financeira líquida de R$ 42,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R$ 9,0 milhões ou 17,6%, em comparação com a receita financeira líquida de R$ 51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esta redução decorreu, principalmente, do menor saldo de títulos e valores mobiliários aplicados, o que gerou menor rendimento de aplicações financeiras em comparação ao exercício anterior.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Em decorrência dos fatores acima, o resultado antes dos tributos sobre o lucro totalizou lucro de R$ 17,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em comparação ao prejuízo de R$ 19,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido da Companhia totalizou R$ 28,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de R$ 27,5 milhões, em comparação com a despesas de R$ 1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Este aumento decorreu, principalmente, da geração de lucro tributável no exercício, gerando assim imposto a pagar e pelo impacto negativo da variação dos impostos diferidos.

Prejuízo das operações em continuidade

O prejuízo das operações em continuidade totalizou R$ 11,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R$ 9,5 milhões ou 45,5%, em comparação com o prejuízo de R$ 20,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A melhora do resultado reflete o crescimento consistente do *core business* do Méliuz - Shopping Brasil - , impulsionado pelo aumento da taxa de aquisição (*take rate*), resultado de melhores negociações com parceiros e aprimoramentos no produto, além da expansão contínua da base de usuários, sustentada por melhores estratégias de aquisição e retenção. O avanço da parceria com o BV também contribuiu para o resultado, acelerando a tração dos serviços financeiros.

Resultado das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas totalizou prejuízo de R$ 4,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando o resultado da operação descontinuada do Bankly, líquido do ganho pela alienação. Não houve outras operações descontinuadas pela Companhia no decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Prejuízo do exercício

Em decorrência dos fatores acima, a Companhia obteve um prejuízo de R$ 11,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma redução de R$ 14,3 milhões ou 55,6%, em comparação com o prejuízo de R$ 25,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em milhares de R$, exceto porcentagem)	**2023**	**AV**	**2022**	**AV**	**AH**
Receita operacional líquida	**326.589**	**100,0%**	**320.121**	**100,0%**	**2,0%**
Despesas operacionais	**(397.659)**	**-121,8%**	**(416.985)**	**-130,3%**	**-4,6%**
Despesas com *cashback*	(139.183)	-42,6%	(179.277)	-56,0%	-22,4%
Despesas com pessoal	(100.823)	-30,9%	(145.904)	-45,6%	-30,9%
Despesas comerciais e de marketing	(22.771)	-7,0%	(26.028)	-8,1%	-12,5%
Despesas com softwares	(12.324)	-3,8%	(26.897)	-8,4%	-54,2%
Despesas gerais e administrativas	(51.072)	-15,6%	(30.830)	-9,6%	65,7%
Serviços de terceiros	(26.537)	-8,1%	(26.477)	-8,3%	0,2%
Depreciação e amortização	(9.253)	-2,8%	(6.806)	-2,1%	36,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
(em milhares de R$, exceto porcentagem)	**2023**	**AV**	**2022**	**AV**	**AH**
Ajuste a valor justo de *earn-out* a pagar e de opção de compra	(25.365)	-7,8%	31.065	9,7%	-181,7%
Outros	(10.331)	-3,2%	(5.831)	-1,8%	77,2%
Resultado bruto	**(71.070)**	**-21,8%**	**(96.864)**	**-30,3%**	**-26,6%**
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	**(71.070)**	**-21,8%**	**(96.864)**	**-30,3%**	**-26,6%**
Resultado financeiro	51.304	15,7%	49.550	15,5%	3,5%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**(19.766)**	**-6,1%**	**(47.314)**	**-14, 8%**	**-58,2%**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(1.022)	-0,3%	13.741	4,3%	-107,4%
Prejuízo das operações em continuidade	**(20.788)**	**-6,4%**	**(33.573)**	**-10,5%**	**-38,1%**
Resultado das operações descontinuadas	(4.764)	-1,5%	(24.575)	-7,7%	-80,6%
Prejuízo do exercício	**(25.552)**	**-7,8%**	**(58.148)**	**-18,2%**	**-56,1%**

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 326,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R$ 6,5 milhões ou 2,0%, em comparação com a receita operacional líquida de R$ 320,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é explicado, principalmente, pelo avanço nos resultados de serviços financeiros, fruto da transição entre os produtos próprios para a parceria com o Banco BV, esse resultado foi parcialmente compensado pela queda da receita da controlada Picodi.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R$ 397,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 19,3 milhões ou 4,6%, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R$ 417,0 milhões.

- As despesas com *cashback* totalizaram R$ 139,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representado uma redução de R$ 40,1 milhões ou 22,4% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizaram R$ 179,3 milhões, explicado principalmente pelo foco em otimização das margens e pelo menor GMV gerado no período.
- As despesas com pessoal totalizaram R$ 100,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação a R$ 145,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R$ 45,1 milhões ou 30,9%, explicada, principalmente, pela reestruturação organizacional realizada pela Companhia durante o ano de 2023 que culminou com a venda das operações do Bankly.
- As despesas comerciais e de marketing totalizaram R$ 22,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em comparação a R$ 26,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma queda de R$ 3,2 milhões ou 12,5%, explicada, principalmente, pela otimização dos investimentos de marketing, buscando retorno mensurável e de curto prazo para a Companhia.
- As despesas com software totalizaram R$ 12,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação a R$ 26,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representado uma redução de R$ 14,6 milhões ou 54,2% explicada, principalmente, pela renegociação de contratos com fornecedores e otimização de escopo e internalização de serviços.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 51,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação a R$ 30,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R$ 20,3 milhões ou 65,7% explicado, principalmente, pelo aumento na despesa com provisão para perda de crédito esperada referente ao FIDC contratado para os cartões com *funding* próprio do Méliuz.
- As despesas com serviços de terceiros totalizaram R$ 26,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em linha com os R$ 26,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.
- As despesas de depreciação e amortização totalizaram R$ 9,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de R$ 2,5 milhões ou 36,0%, em relação a despesa de R$ 6,8 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, explicado, principalmente, pelo aumento das licenças de uso.
- A despesa de ajuste a valor justo de *earn-out* e de opção de compra totalizou R$ 25,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R$ 56,5 milhões ou 181,7% em relação ao ganho de R$ 31,1 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação é explicada, principalmente, pelo ajuste de *earn-out* das empresas adquiridas em 2021.
- As despesas “outros” totalizaram R$ 10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação a R$ 5,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é explicado, principalmente, pela baixa do *earn-out* antecipado aos antigos acionistas do Bankly no exercício de 2023.

Resultado bruto

Em decorrência dos fatores acima, o resultado bruto da Companhia totalizou prejuízo de R$ 71,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 25,8 milhões ou 26,6%, em comparação ao prejuízo de R$ 96,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia totalizou receita financeira líquida de R$ 51,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando aumento de R$ 1,7 milhão ou 3,5%, em comparação com a receita financeira líquida de R$ 49,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento decorreu principalmente a melhora no rendimento das aplicações financeiras da Companhia devido ao aumento da taxa de juros ocorrida entre os exercícios.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

Em decorrência dos fatores acima, o resultado antes dos tributos sobre o lucro totalizou prejuízo de R$ 19,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 27,5 milhões ou 58,2%, em comparação com prejuízo de R$ 47,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou R$ 1,0 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma variação de R$ 14,7 milhões ou 107,4% em comparação com o crédito de R$ 13,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta variação decorreu principalmente pela redução na variação dos impostos diferidos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Prejuízo das operações em continuidade

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo das operações em continuidade totalizou R$ 20,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 12,8 milhões ou 38,1%, em comparação ao prejuízo de R$ 33,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Resultado das operações descontinuadas

O resultado das operações descontinuadas totalizou prejuízo de R$ 4,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma redução de R$ 19,8 milhões ou 80,6%, em comparação ao prejuízo de R$ 24,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esta redução deve-se, principalmente, ao ganho pela alienação do Bankly ocorrida em 2023.

Prejuízo do exercício

Em decorrência dos fatores acima, o prejuízo totalizou R$ 25,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparativamente ao prejuízo de R$ 58,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2025 e 2024, e aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Período de três meses findo em 31 de março de 2025 comparado ao período de três meses findo em 31 de março de 2024

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Período de três meses findo em 31 de março de		
	2025	2024	AH
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.674	14.784	-48,1%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	21.034	(9.330)	-325,4%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(41)	(89)	-53,9%
Efeito de variação de câmbio de ajuste de conversão	3.990	176	2167,0%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**32.657**	**5.541**	**489,3%**

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 7,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 48,1% em comparação com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R$ 14,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Essa variação é explicada majoritariamente pela redução do contas a receber de clientes, aumento da provisão de *cashback* e de outros ativos, puxado principalmente pelo provisionamento de PCLD referente ao FIDC contratado para os cartões com *funding* próprio do Méliuz, dado que essa operação foi descontinuada.

Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento totalizou R$ 21,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 325,4% em comparação com o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R$ 9,3 milhões no período de três meses

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

findo em 31 de março de 2024. Essa variação é explicada majoritariamente pelo aumento dos títulos e valores mobiliários.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R$ 41 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2025, o que representou uma redução de 53,9% em comparação com o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento de R$ 89 mil no período de três meses findo em 31 de março de 2024. Essa diferença é explicada pelo menor pagamento de empréstimos e arrendamentos.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Exercício social encerrado em		
	2024	2023	AH
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	32.557	(135.033)	-124,1%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	354.863	(251.179)	-241,3%
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(421.347)	(585)	N/A
Efeito de variação de câmbio de ajuste de conversão	1.931	386	400,3%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(31.996)**	**(386.411)**	**-91,7%**

Nota: “N/A” significa não aplicável.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 32,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma variação de 124,1% em comparação ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R$ 135,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação é explicada majoritariamente pelo: (i) maior resultado operacional alcançado pela Companhia; e (ii) pelo não consumo de caixa nas operações do Bankly no exercício de 2024 devido à venda da operação no decorrer de 2023.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R$ 354,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou uma variação de 241,3% em comparação com o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R$ 251,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa variação é explicada, principalmente, pelo resgate de títulos e valores mobiliários de R$ 385,5 milhões no exercício de 2024 ante a aplicação em títulos e valores mobiliários de R$ 379,6 milhões no exercício de 2023, parcialmente, compensado pelo recebimento pela venda de participação acionária no montante de R$ 138,7 milhões no exercício de 2023.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R$ 421,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o que representou um aumento de R$ 420,8 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas reduções de capital em excesso realizadas pela Companhia no decorrer do exercício de 2024 no montante de R$424,4 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em milhares de R$, exceto porcentagem)	Exercício social encerrado em		
	2023	**2022**	**AH**
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(135.033)	(43.022)	213,9%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251.179)	(4.308)	N/A
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(585)	(6.974)	-91,6%
Efeito de variação de câmbio de ajuste de conversão	386	(4.673)	-108,3%
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(386.411)**	**(58.977)**	**555,2%**

Nota: “N/A” significa não aplicável.

Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R$ 135,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparativamente ao caixa líquido utilizado nas atividades operacionais de R$ 43,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 213,9%. Esse aumento é explicado majoritariamente: (i) pelo aumento do contas a receber de clientes no valor de R$ 54,6 milhões no exercício de 2023 em comparação a uma redução de R$56,2 milhões no exercício de 2022; (ii) pela redução da conta de créditos em circulação e estabelecimentos a pagar com a venda do Bankly de R$ 99,6 milhões no exercício de 2023 em comparação a um aumento de R$45,9 milhões no exercício de 2022; (iii) pelo aumento no *earn-out* pago no exercício de 2023 no valor de R$ 8,5 milhões sem contrapartida no ano anterior; (iv) pelo aumento na receita diferida de R$ 0,2 milhão no exercício de 2023 em comparação a R$ 45,0 milhões no exercício de 2022; parcialmente compensado (v) pela redução no *cashback* pago de R$ 141,7 milhões no exercício de 2023 em comparação a R$214,5 milhões no exercício de 2022; e (vi) pela redução no prejuízo da Companhia.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento totalizou R$ 251,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a um caixa líquido utilizado nas atividades de investimento de R$ 4,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo aumento de R$ 373,1 milhões na aquisição de instrumentos financeiros (títulos e valores imobiliários) no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 em comparação ao exercício anterior, esse efeito foi parcialmente compensado pelo recebimento da venda de participação acionária, líquida do caixa da controlada alienada no valor de R$ 138,7 milhões ocorrida no exercício de 2023, sem contrapartida no exercício anterior.

Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento

O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R$ 0,6 milhão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 91,6% no comparativo com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando totalizou caixa líquido utilizado de R$ 7,0 milhões. Esta redução deve-se, principalmente, ao não pagamentos de empréstimos e financiamentos no decorrer do exercício de 2023 dado que eles foram liquidados no decorrer do exercício de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os componentes das receitas da Companhia decorrem das atividades principais da Companhia, de veiculação e divulgação de marcas, produtos, serviços e outros materiais de propaganda e publicidade, incluindo a locação de espaço publicitário virtual para inserção de textos, desenhos e outros materiais.

Desde fevereiro de 2021, as receitas da Companhia passaram a ser compostas por receita decorrente das atividades da Companhia não somente no Brasil, mas também no exterior. Nesse sentido, a Companhia atua com a divulgação de produtos e serviços de parceiros, mediante o desenvolvimento e exploração de uma plataforma composta por portal/website e um aplicativo mobile ("Plataforma").

As receitas da Companhia são decorrentes dos valores recebidos dos Parceiros, que podem variar entre valores fixos pela exibição de seus produtos ou serviços ou percentuais sobre as vendas geradas pela plataforma. O *cashback* pago aos usuários é considerado um investimento para a Companhia, na medida em que é em grande parte responsável pelo grande fluxo de usuários – ao mesmo tempo, os valores pagos como *cashback* são tratados como uma despesa para a Companhia.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetaram os resultados operacionais são:

(i) crescimento do número de usuários e o constante desenvolvimento e aprimoramento da plataforma e suas funcionalidades. Parte das receitas da Companhia estão diretamente relacionadas ao tráfego e às compras realizadas pelos usuários dos parceiros comerciais da Companhia. Portanto, uma base maior de usuários tende a levar, naturalmente, a um tráfego maior e a uma geração de vendas maior;

(ii) reestruturação interna visando redução de custos em todas as linhas de negócio; e

(iii) avanço da parceria com o Banco BV para lançamento da conta digital e cartão de crédito Méliuz.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de vendas podem ser impactadas pela queda no consumo por parte dos usuários, assim como pelo surgimento de novos concorrentes no mercado. Em virtude de tal fato, caso o nível de consumo por parte dos usuários e/ou dos parceiros comerciais da Companhia sofra redução em virtude de condições macroeconômicas gerais, como por exemplo, variação nas taxas de juros, aumento da taxa de inflação, e variações da taxa de câmbio, as receitas de vendas da Companhia poderão ser impactadas.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano, euro e zloty polonês, representando essencialmente aproximadamente a 9% da receita do ano. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, a variação do Zloty polonês pode afetar o auferimento de receita da Companhia.

Apesar do início das atividades da Companhia no exterior, até 31 de março de 2025, suas receitas ainda não haviam sido impactadas de forma relevante por variações de câmbio.

2.2 Resultados operacional e financeiro

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Considerando o exposto acima, caso haja aumento da taxa de inflação, bem como variações da taxa de juros e da taxa de câmbio que promovam uma queda significativa do consumo no país, levando os usuários e parceiros comerciais da Companhia a reduzir o consumo de forma geral, incluindo com relação ao consumo dos produtos e serviços da Companhia, as receitas da Companhia poderão ser impactadas.

Além disso, considerando o início das atividades no exterior, variações na taxa de câmbio podem afetar o auferimento de receita da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia não contém ressalvas para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e os três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, e não contém ênfases para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2022, no entanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, contém a seguinte ênfase conforme trecho extraído do relatório do auditor independente relativo ao mesmo exercício:

"***Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes***

Conforme mencionado na nota explicativa 24, em decorrência da alienação do controle do Bankly em 01 de junho de 2023, os valores correspondentes referentes às demonstrações contábeis individuais e consolidadas do ano anterior, apresentadas para fins comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas para apresentar o segmento operacional B2B (Business to Business) como operação descontinuada conforme exigido pela NBC TG 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e com a IFRS 5 Non-Current Assets Held for Sale and Discontinued Operating Units. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto."

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2022, a introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, houve a alienação do segmento B2B (*Business to Business*), em função da troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao Banco BV, conforme descrito no item (b) abaixo. Com essa alienação e a partir do acordo comercial com o Banco BV, o Méliuz passa a atuar em um modelo *asset light*, deixando de assumir diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz.

Os Diretores da Companhia destacam ainda que em 01 de junho de 2023, foi celebrado o acordo de investimento definitivo para a venda ao Banco BV da totalidade das ações de titularidade do Méliuz de emissão do Bankly, a partir desta data, o resultado de Bankly foi classificado como Ativo Mantido para Venda e como Operações Descontinuadas, conforme exigido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5). Por se tratar de um segmento único, a demonstração financeira de 2022, bem como as informações contábeis intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2022 foram reapresentados. Em 27 de novembro de 2023, a venda do Bankly foi concluída.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Constituição, aquisição ou alienação de participação societária, em 2024

Aquisição de Gana Internet Ltda pela controlada Melhor Plano Internet S.A. (“Melhor Plano”)

Em 31 de julho de 2024, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de quotas, entre Melhor Plano e Lucas Tavares Vieira da Costa, onde a Melhor Plano adquiriu 73,37% do capital social da Gana Internet Ltda, o valor da transação foi de R$ 2.275 mil. O Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa exerce a função de diretor da Gana e em 05 de abril de 2024 foi eleito diretor presidente da Melhor Plano.

Em 01 de novembro de 2024, a Melhor Plano passou a deter 100% do capital social da Gana Internet Ltda, e o Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa passou a deter 10% do capital social da Melhor Plano. Para a Gana foi aplicado o conceito de consolidação integral, dentro da Melhor Plano.

Aquisição de 19,4% da Zoppy Tecnologia Ltda

Em 24 de abril de 2024, a Companhia divulgou fato relevante acerca da celebração do Contrato de Investimento para aquisição de 19,4% da Zoppy, empresa que presta serviços de gestão de CRM (Customer Relationship Management) voltada ao mercado de pequenos e médios varejistas. Para a Zoppy não foi aplicado o conceito de consolidação, pois conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros a participação em outras sociedades, deve ser registrada ao seu valor justo ou seu valor de custo.

O contrato prevê determinadas cláusulas de indenização, dentre elas, o Méliuz se obrigou a indenizar, defender e manter os vendedores e suas afiliadas, e seus respectivos representantes, a salvo e indenes de e contra, e deverá reembolsá-los por, todos e quaisquer danos relacionados a, resultantes ou decorrentes de: (i) qualquer erro, incorreção, violação ou falsidade de qualquer declaração ou garantia prestada pelo Méliuz no contrato ou em qualquer outro documento da operação; ou (ii) qualquer inadimplemento do Méliuz, ou qualquer falha do Méliuz na execução ou cumprimento de quaisquer das

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

obrigações, acordos, avenças ou compromissos previstos no contrato ou em qualquer outro documento da operação.

A Zoppy é um ecossistema de relacionamento das marcas com seus consumidores e, por meio de giftback, automação de marketing, dados e segmentação de clientes, revoluciona a fidelização de compra e melhora a satisfação dos consumidores com menos esforço para os varejistas. A aquisição minoritária da Zoppy complementa o ecossistema Méliuz ao agregar novos parceiros, especialmente entre pequenos e médios varejistas, além de abrir espaço para o desenvolvimento conjunto de novos produtos.

Alienação do controle da Acessopar e Bankly

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia assinou um Memorando de Entendimentos com Banco BV ("Memorando"), por meio do qual as partes acordaram que negociariam a venda do controle do Bankly para o Banco BV durante um prazo de até 90 dias da assinatura do Memorando.

O Memorando prevê determinadas cláusulas de indenização, dentre elas, o Méliuz se obrigou a indenizar o Banco BV e suas afiliadas (inclusive a Acesso Soluções, a partir da data de fechamento), bem como seus respectivos diretores e conselheiros ("Partes Indenizáveis da Investidora"), por quaisquer perdas efetivamente incorridas pelas Partes Indenizáveis do Banco BV em decorrência, única e exclusivamente, de: (i) qualquer violação ou descumprimento das declarações e garantias prestadas pelo Méliuz constantes do contrato que sejam relativos a atos ou fatos originados e ocorridos entre 30 de maio de 2022 e a data de fechamento (inclusive); (ii) qualquer descumprimento das obrigações assumidas pelo Méliuz no acordo; (iii) qualquer ato, fato ou omissão com relação à Acesso Soluções e/ou à Acessopar ocorrido entre 30 de maio de 2022 e a data de fechamento (inclusive), independentemente de tal ato, fato ou omissão (a) ser de conhecimento do Banco BV e/ou do Méliuz, (b) ter sido disponibilizado no Memorando, em seus anexos e/ou durante o procedimento de auditoria da Acesso Soluções e da Acessopar para fins de avaliação da operação pelo Banco BV, ou (c) represente ou não uma violação de qualquer declaração e garantia prestada no acordo; e (iv) qualquer parcela do Montante Repassado Mastercard que venha a ser efetivamente devolvida pela Acesso Soluções para a Mastercard em razão do não atingimento das metas estabelecidas no Contrato de Aliança Estratégica (*clawback*).

Em 31 de março de 2023, a Companhia celebrou um aditamento ao Memorando, para refletir a alteração na estrutura da transação e para estender o prazo para a submissão dos documentos definitivos acordados para aprovação por parte das instâncias de governança aplicáveis das partes envolvidas.

Em 25 de abril de 2023, foi oferecido aos acionistas da Companhia, nos termos e para os fins do artigo 253, incisos I e II, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência para subscrição das ações emitidas pela Acessopar (CASH1). O prazo para exercício foi finalizado em 25 de maio de 2023 e o total exercido foi inferior a 1% do capital da Acessopar.

Em 1 de junho de 2023, foi celebrado o acordo de investimento definitivo para a venda ao Banco BV da totalidade das ações de titularidade da Companhia de emissão do Bankly e de até 100% das ações de emissão da Acessopar.

Após a assinatura do acordo de investimento definitivo entre as partes, a Companhia concluiu que foram atingidos os pré-requisitos do CPC 31 / IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e os saldos do Bankly e da Acessopar foram reclassificados para ativo mantido para venda e operação descontinuada.

Em 20 de outubro de 2023, o BACEN publicou o ofício nº 26364/2023–BCB/Deorf/GTSP3, aprovando a transferência, pela Companhia, do controle societário sobre o Bankly para o Banco BV.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 27 de novembro de 2023, ocorreu a conclusão da alienação de 100% das ações de emissão do Bankly e de 100% das ações de emissão da Acessopar, resultando na troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao Banco BV.

Com essa alienação e a partir do acordo comercial com o Banco BV, o Méliuz passa a atuar em um modelo *asset light*, deixando de assumir diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado pela originação de transações de serviços financeiros junto à base de clientes do Méliuz. Com a conclusão da alienação, a Companhia deixa de consolidar os números de Bankly em suas demonstrações financeiras.

Constituição, aquisição ou alienação de participação societária, em 2023

Alienação do controle da Acessopar e Bankly

Em 30 de dezembro de 2022, a Companhia assinou o Memorando com o Banco BV, por meio do qual as partes acordaram que negociariam a venda do controle do Bankly para o Banco BV durante um prazo de até 90 dias da assinatura do Memorando, conforme descrito acima.

Aquisição de participação minoritária

Em 08 de março de 2023, o fundo CVC do Banco BV, como comprador, e os acionistas do Méliuz, Israel Fernandes Salmen, André Amaral Ribeiro e Lucas Marques Peloso Figueiredo, como vendedores, concluíram, a alienação de ações ordinárias representativas de aproximadamente 3,85% do capital social do Méliuz, pelo preço por ação de R$ 1,5354472, em razão do cumprimento de todas as condições precedentes e atos do fechamento previstos no contrato de compra e venda de ações firmado previamente entre as partes no dia 30 de dezembro de 2022.

Constituição, aquisição ou alienação de participação societária, em 2022

Cash3 Corretora de Seguros Ltda.

Em julho de 2022, a Companhia constituiu a controlada Cash3 Corretora, e é a detentora das quotas representativas de 100% do capital social total e votante da referida controlada.

A Cash3 Corretora tem como objeto a atividade de corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e saúde.

A Companhia realizou a integralização de capital através de aporte financeiro no valor de R$10 mil em moeda corrente nacional através de transferência bancária.

Em 29 de maio de 2023, a Cash3 Corretora foi encerrada.

Incorporação de 100% das ações de emissão da Acessopar Investimentos e Participações S.A.

A Companhia celebrou, em 03 maio de 2021, o Acordo de Associação com o Grupo Acesso, fintech especializada em soluções de pagamento e banking as a service que opera utilizando as marcas “Acesso”, “Acesso Bank”, “Bankly” e “Banco Acesso”. O Acordo de Associação prevê, dentre outras avenças, a incorporação pela Companhia de 100% das ações de emissão da Acessopar, holding controladora da Acesso, em troca de novas ações de emissão da Companhia, por R$ 324,5 milhões. Por meio da referida transação, a Acessopar passou a ser uma subsidiária integral da Companhia e os acionistas da Acessopar tornaram-se acionistas da Companhia. Adicionalmente, a transação prevê a existência eventual e *earn out*, a depender do atingimento de determinadas metas financeiras apuradas pela Acesso, podendo ser emitidas até 5.312.299 ações em função de tal *Earn-out* (ou o Méliuz poderá optar por realizar o pagamento do *Earn-out* em dinheiro no valor bruto de até R$ 27.500.000,00).

Em 31 de março de 2022, por meio do Ofício nº 7287/2022–BCB/Deorf/GTSP3, o BACEN aprovou a transferência do controle societário do Grupo Acesso à Companhia, sendo essa uma das principais condições suspensivas da operação e, em 30 de maio de 2022, aprovada pela Assembleia Geral

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Extraordinária do Méliuz a incorporação de ações da Acessopar pelo Méliuz, de forma que, nesta data, a operação está concluída e a Acessopar é uma subsidiária integral do Méliuz.

O Grupo Acesso é uma solução completa que fornece soluções financeiras para negócios (B2B) e consumidores finais (B2C). A empresa é uma Instituição de Pagamento (IP) autorizada pelo BACEN e possui número próprio, 332, dentro do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). É participante direta do SPI (Sistema de Pagamentos Instantâneos) sendo, portanto, habilitada a processar todas as transações de PIX. É autorizada pela Mastercard para emissão de cartões na modalidade internacional, possuindo também licença perante o regulador para emissão de cartão de crédito na modalidade pós-paga. Está integrada na CIP (Câmara Interbancária de Pagamentos). A empresa possui tecnologias proprietárias que incluem KYC para empresas e consumidores, pessoas físicas e sistemas de prevenção à fraude.

Alienação de 100% do Capital Social da Gana

Em 16 de novembro de 2022, foi celebrado um instrumento particular de compra e venda de ações, firmado entre o Méliuz, Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa e a Gana. As partes acordaram, nos termos e condições estabelecidos em contrato, na venda e transferência pelo Méliuz ao Lucas Tavares Vieira da Costa de 5.003.576 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, representativas de 100% do capital social da Gana, com todos os direitos que representam. O Sr. Lucas Tavares Vieira da Costa assumiu a obrigação de pagar ao Méliuz o valor total de R$ 2,0 milhões. A venda foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 16 de novembro de 2022. Em função da transação de venda, para fins de apresentação do resultado de 31 de dezembro de 2022, a referida empresa compôs o resultado apenas até novembro de 2022. Com isso, para fins de apresentação do resultado de 31 de dezembro de 2022, a referida empresa compõe o resultado divulgado para outros segmentos apenas até novembro de 2022.

Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em março de 2022, foram subscritas 27.500 cotas subordinadas júnior no Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído por prazo indeterminado, com propósito específico de concentrar a operação de antecipação de recebíveis no sistema de crédito do Bankly.

c. eventos ou operações não usuais

Além dos eventos descritos no item (b) acima, em 14 de abril de 2025, a Companhia divulgou fato relevante, em continuidade ao fato relevante divulgado em 6 de março de 2025, informando que concluiu com sucesso o estudo sobre as providências de governança a serem adotadas para a ampliação da sua nova estratégia voltada para aplicação de recursos e realização de investimento em Bitcoin. Em consequência deste estudo e com intuito de que a estratégia seja integralmente implementada, o Conselho de Administração da Companhia deliberou convocar a Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 6 de maio de 2025 ("AGE 06/05/2025"), para que seus acionistas deliberassem, entre outros assuntos, a alteração do objeto social da Companhia para contemplar, além das atividades atualmente exercidas, a possibilidade de realização de investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios.

Contudo, na referida data, não foi atingido o quórum de 2/3 do capital social da Companhia exigido para deliberação da matéria, razão pela qual a AGE 06/05/2025 foi reconvocada, em segunda convocação, para o dia 15 de maio de 2025. Em segunda convocação, os acionistas da Companhia aprovaram a alteração do objeto social da Companhia para contemplar, além das atividades atualmente exercidas, a possibilidade de realização de investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios. Portanto, com ampla aprovação de seus acionistas, o Méliuz se tornou a primeira *Bitcoin Treasury Company* do Brasil e da América Latina.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

No primeiro ato como uma *Bitcoin Treasury Company*, a Companhia adquiriu 274,52 bitcoin por aproximadamente US$ 28,4 milhões a um preço médio de US$ 103.604,07 por bitcoin. Com a primeira compra realizada em março de 2025, a Companhia já tem em posse 320,25 bitcoin, adquiridos a um preço médio de US$ 101.703,80 por bitcoin. Uma *Bitcoin Treasury Company* tem como missão principal o acúmulo de Bitcoin de forma acretiva aos acionistas, utilizando da geração de caixa da Companhia e estruturas corporativas e de mercado de capitais para ampliar a exposição ao ativo ao longo do tempo. Mais do que apenas alocar parte do caixa em Bitcoin como proteção contra a inflação ou desvalorização cambial, a Companhia reposiciona seu propósito para atuar maximizando a quantidade de Bitcoin por ação.

Com isso, a Companhia fará trimestralmente, conforme normas contábeis, o reconhecimento do valor de fechamento do Bitcoin no trimestre frente ao valor médio de compra. Este será um efeito estritamente contábil, sem impacto no caixa da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

(em R$ milhares, exceto %s)	Período de três meses findo em 31 de março de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2024	2023	2022
EBITDA[1]	**15.792**	**5.764**	**(14.084)**	**(66.581)**	**(114.633)**
Margem EBITDA	15,7%	7,0%	-3,9%	-20,4%	-35,8%
EBITDA Ajustado	**17.767**	**5.764**	**54.119**	**(1.079)**	**(93.501)**
Margem EBITDA ajustado	17,7%	7,0%	14,8%	-0,3%	-29,2%

[1] Os números divulgados nos press-releases da Companhia desconsideram o resultado das operações em descontinuidade.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"). Consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício/período acrescido pelo: resultado financeiro; imposto de renda e contribuição social corrente e diferido; e pelos custos e despesas de depreciação e amortização ("EBITDA").

Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras companhias, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras companhias.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA").

O EBITDA Ajustado é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e consiste no lucro líquido (prejuízo) do exercício/período ajustado pelo resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, custos e despesas de depreciação e amortização, operações descontinuadas, impacto bitcoin, assessorias jurídica e financeira para venda de Bankly, atualização opção de compra de Picodi, contingências jurídicas Bankly; *earn-out* das empresas adquiridas em 2021, gasto com rescisão contratual, provisão para redução ao valor recuperável de Picodi, reversão de encargos referentes a *stock options*, provisionamento meta, provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber, custos de *stock options* de funcionários, gastos com fusões e aquisições (M&A), perda na venda da iDinheiro (Gana), custo de desmobilização de ativo imobilizado, perda por *impairment* ("EBITDA Ajustado").

O EBITDA Ajustado não possui significado padrão e, desta forma, nossa definição de EBITDA Ajustado pode não ser comparável à métricas de títulos semelhantes apresentadas por outras entidades.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita operacional líquida ("Margem EBITDA Ajustado").

2.5 Medições não contábeis

EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	Período de três meses findo em 31 de março de 2023	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2023	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023	Exercício social encerrado em 31 e dezembro de 2023	Período de três meses findo em 31 de março de 2024	Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024	Exercício social encerrado em 31 e dezembro de 2024	Período de três meses findo em 31 de março de 2025	Período de doze meses findo em 31 de março de 2024	Período de doze meses findo em 30 de junho de 2024	Período de doze meses findo em 30 de setembro de 2024
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	E+D-A	F+D-B	G+D-C
EBITDA [1]	(23.532)	(46.846)	(50.194)	(66.581)	5.764	(61.880)	(54.486)	(14.084)	15.792	(37.285)	(81.615)	(70.873)
Margem EBITDA [1]	-28,1%	-30,1%	-22,2%	-20,4%	7,0%	-36,4%	-20,9%	-3,9%	15,7%	-11,5%	-23,9%	-19,6%
EBITDA ajustado	(6.997)	(18.660)	(17.425)	(1.079)	5.764	20.919	33.106	54.119	17.767	11.683	38.500	49.452
Margem EBITDA ajustado	-8,4%	-12,0%	-7,7%	-0,3%	7,0%	12,3%	12,7%	14,8%	17,7%	3,6%	11,3%	13,7%

[1] Os números divulgados nos press-releases da Companhia desconsideram o resultado das operações em descontinuidade.

O LTM (Last Twelve Months) ("LTM"), ou "últimos doze meses", é uma métrica utilizada para capturar o desempenho acumulado nos doze meses imediatamente anteriores à data de corte.

O EBITDA LTM, é calculado pela soma do EBITDA dos últimos 12 meses imediatamente anteriores a data de corte ("EBITDA LTM").

A Margem EBITDA LTM é calculada pela divisão do EBITDA LTM pela Receita Operacional Líquida LTM do período analisado ("Margem EBITDA LTM").

O EBITDA Ajustado LTM é calculado pela soma do EBITDA ajustado dos últimos 12 meses imediatamente anteriores a data de corte ("EBITDA Ajustado LTM").

A Margem EBITDA Ajustado LTM é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado LTM pela Receita Líquida LTM do período de doze meses do período analisado.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM não são medidas de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou como substitutos do fluxo de caixa, como indicador de liquidez ou como base para a distribuição de dividendos. Dessa forma, estas métricas não devem ser considerado isoladamente, ou como um indicador substituto para medir lucro operacional ou lucro líquido, tampouco como uma melhor forma de mensuração da liquidez e do fluxo de caixa das atividades operacionais. Estas métricas apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, desempenho operacional ou liquidez da Companhia, na medida em que não consideram determinados custos e despesas decorrentes dos negócios da Companhia, que podem afetar, de maneira significativa, os resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A Dívida Bruta equivale a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e arrendamento mercantil a pagar (circulante e não circulante).

O Caixa Líquido equivale ao total da Dívida Bruta deduzida do saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (circulante).

A Dívida Bruta e o Caixa Líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da calculada pela Companhia. A Companhia utiliza a Dívida Bruta e o Caixa líquido para avaliar a posição financeira da Companhia, seu grau de alavancagem financeira, endividamento, assim como auxiliar decisões gerenciais relacionadas à gestão de fluxo de caixa, de investimentos e de estrutura de capital.

(em R$ milhares)	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
Dívida Bruta	182	226	846	132
Caixa Líquido	(230.608)	(246.645)	(663.502)	(743.254)

b. fazer a conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado

(em R$ milhares, exceto %s)	Período de três meses findo em 31 de março		Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2024	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo)	**10.004**	**19.080**	**(11.334)**	**(25.552)**	**(58.148)**
(+/-) Resultado financeiro	(6.114)	(17.020)	(42.294)	(51.304)	(49.550)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	7.329	872	28.454	1.022	(13.741)
(+) Depreciação e amortização	4.573	2.832	11.090	9.253	6.806
(=) EBITDA	**15.792**	**5.764**	**(14.084)**	**(66.581)**	**(114.633)**
(+) Operações descontinuadas(1)	-	-	-	4.764	24.575
(+) Impacto Bitcoin(2)	1.975	-	-	-	-
(+) Assessorias jurídica e financeira para venda de Bankly(3)	-	-	-	18.159	-
(+/-) Atualização opção de compra de Picodi(4)	-	-	(19.389)	10.947	-
(+) Contingências jurídicas Bankly(5)	-	-	-	16.320	-
(+) *Earn-out* das empresas adquiridas em 2021(6)	-	-	-	14.419	(31.065)
(+) Gasto com rescisão contratual(7)	-	-	-	3.826	-
(+)Provisão para redução ao valor recuperável de Picodi(8)	-	-	82.799	-	-
(-) Reversão de encargos referentes a *stock options*(9)	-	-	-	(3.382)	-
(+) Provisionamento meta(10)	-	-	4.793	-	-
(+) Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber (11)	-	-	-	449	4.663

2.5 Medições não contábeis

(em R$ milhares, exceto %s)	Período de três meses findo em 31 de março		Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2024	2023	2022
(+) Custos de stock options de funcionários[12]	-	-	-	-	10.241
(-) Gastos com fusões e aquisições (M&A)[13]	-	-	-	-	9.172
(+) Perda na venda da iDinheiro (Gana)[14]	-	-	-	-	1.862
(-) Custo de desmobilização de ativo imobilizado[15]	-	-	-	-	972
(-) Perda por impairment[16]	-	-	-	-	711
(=) EBITDA Ajustado	**17.767**	**5.764**	**54.119**	**(1.079)**	**(93.501)**
(/) Receita operacional líquida	100.399	82.412	365.018	326.589	320.121
Margem EBITDA	**15,7%**	**7,0%**	**-3,9%**	**-20,4%**	**-35,8%**
Margem EBITDA Ajustado	**17,7%**	**7,0%**	**14,8%**	**-0,3%**	**-29,2%**

[1] Refere-se ao desreconhecimento do prejuízo apurado com as operações descontinuadas da Companhia relativas à venda das controladas Acessopar e Bankly no decorrer do exercício de 2023. Para maiores informações sobre a alienação das controladas vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

[2] Impacto Bitcoin: impairment dos ativos de Bitcoin. Efeito estritamente contábil (sem impacto no caixa da Companhia), todo trimestre será realizado esse reconhecimento frente ao valor de fechamento do Bitcoin, seja abaixo ou acima do valor médio de compra.

[3] Os saldos referem-se a despesas únicas (*one-time expenses*) com assessorias jurídica e financeira necessárias para a conclusão da venda das controladas Acessopar e Bankly no decorrer do exercício de 2023. Para maiores informações sobre a alienação das controladas vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

[4] Refere-se ao ajuste ao valor justo de opção de compra estabelecida quando da aquisição da controlada Picodi. No entendimento da Companhia estes ajustes não denotam uma saída de caixa e estão relacionados a transação específica de aquisição de controlada.

[5] Contingências jurídicas Bankly: se refere a baixa do *earn-out* a pagar em função da conclusão da alienação da participação acionária no Bankly.

[6] *Earn-out* das empresas adquiridas em 2021 pago conforme o desempenho das investidas.

[7] Os gastos com rescisão contratual referem-se à custos e despesas com desligamento de funcionários do Méliuz devido à reestruturação realizada pela Companhia ao longo do exercício de 2023. A Companhia entende que estes custos e despesas foram incrementais e não fazem parte do resultado operacional da Companhia.

[8] Refere-se à provisão para redução ao valor recuperável (*impairment)* de parte do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) registrado quando da aquisição da controlada Picodi, tendo como principais premissas a alteração na taxa de desconto e alterações nas métricas operacionais e financeiras da controlada.

[9] Custo de *stock options* em que o pagamento foi realizado via transferência de ações que estavam em tesouraria, desta forma, o custo é a diferença entre o resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição (efeito não-caixa).

[10] Refere-se à ajuste de provisão decorrente do atingimento de metas (sem efeito caixa imediato).

[11] Refere-se a provisão para perda de crédito esperada do contas a receber majoritariamente composto pelo provisionamento de perdas com os clientes a Americanas e 123 milhas.

[12] Custos de stock options de funcionários: custo de stock options em que o pagamento foi realizado via transferência de ações que estavam em tesouraria, desta forma, o custo é a diferença entre o resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição (efeito não-caixa).

[13] Gastos com assessorias para auxiliar a Companhia nas operações de aquisições realizadas ao longo de 2021, sendo elas: Picodi, Bankly, Promobit, Melhor Plano e Alter.

[14] Perda na venda da iDinheiro (Gana): se refere a perda da venda do iDinheiro (Gana).

[15] Custo de desmobilização de ativo imobilizado: desmobilização do prédio do escritório de Manaus.

[16] Perda por impairment: baixa do projeto quatro da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

(em R$ milhares, exceto porcentagem)	**Período de três meses findo em 31 de março de 2023**	**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2023**	**Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023**	**Exercício social encerrado em 31 e dezembro de 2023**	**Período de três meses findo em 31 de março de 2024**	**Período de seis meses findo em 30 de junho de 2024**	**Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024**	**Exercício social encerrado em 31 e dezembro de 2024**	**Período de três meses findo em 31 de março de 2025**	**Período de doze meses findo em 31 de março de 2024**	**Período de doze meses findo em 30 de junho de 2024**	**Período de doze meses findo em 30 de setembro de 2024**
	A	**B**	**C**	**D**	**E**	**F**	**G**	**H**	**I**	**E+D-A**	**F+D-B**	**G+D-C**
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício/período	**(11.869)**	**(27.401)**	**(22.238)**	**(25.552)**	**19.080**	**(41.680)**	**(32.881)**	**(11.334)**	**10.004**	**5.397**	**(39.831)**	**(36.195)**
(+) Resultado financeiro	(13.836)	(24.701)	(37.433)	(51.304)	(17.020)	(27.342)	(36.684)	(42.294)	(6.114)	(54.488)	(53.945)	(50.555)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social recorrentes e diferidos	545	1.313	2.810	1.022	872	2.494	7.309	28.454	7.329	1.349	2.203	5.521
(+) Depreciação e amortização	1.628	3.943	6.667	9.253	2.832	4.648	7.770	11.090	4.573	10.457	9.958	10.356
EBITDA	**(23.532)**	**(46.846)**	**(50.194)**	**(66.581)**	**5.764**	**(61.880)**	**(54.486)**	**(14.084)**	**15.792**	**(37.285)**	**(81.615)**	**(70.873)**
(+) Operações descontinuadas (1)	10.432	19.654	22.102	4.764	-	-	-	-	-	(5.668)	(14.890)	(17.338)
(+) Impacto Bitcoin (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.975	-	-	-
(+) Assessorias jurídica e financeira para venda de Bankly (3)	1.233	9.427	9.774	18.159	-	-	-	-	-	16.926	8.732	8.385
(+/-) Atualização opção de compra de Picodi(4)		-	-	10.947	-	-	-	(19.389)	-	10.947	10.947	10.947
(+) Contingências jurídicas Bankly(5)		-	-	16.320	-	-	-	-	-	16.320	16.320	16.320
(+) *Earn-out* das empresas adquiridas em 2021(6)		-	-	14.419	-	-	-	-	-	14.419	14.419	14.419
(+) Gasto com rescisão contratual (7)	2.353	2.353	3.826	3.826	-	-	-	-	-	1.473	1.473	-
(+) Provisão para redução ao valor recuperável (Picodi) (8)		-	-	-	-	82.799	82.799	82.799	-	-	82.799	82.799
(-) Reversão de encargos referentes a *stock Options*(9)		(3.382)	(3.382)	(3.382)	-	-	-	-	-	(3.382)	-	-
(+) Provisionamento meta (10)		-	-	-	-	-	4.793	4.793	-	-	-	4.793
(+) Provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber (11)	2.516	134	449	449	-	-	-	-	-	(2.067)	315	-

2.5 Medições não contábeis

(=) EBITDA Ajustado	**(6.998)**	**(18.660)**	**(17.425)**	**(1.079)**	**5.764**	**20.919**	**33.106**	**54.119**	**17.767**	**11.683**	**38.500**	**49.452**
(/) Receita operacional líquida	83.648	155.800	226.220	326.589	82.412	170.053	260.341	365.018	100.399	325.353	340.842	360.710
Margem EBITDA	**-28,1%**	**-30,1%**	**-22,2%**	**-20,4%**	**7,0%**	**-36,4%**	**-20,9%**	**-3,9%**	**15,7%**	**-11,5%**	**-23,9%**	**-19,6%**
Margem EBITDA Ajustado	**-8,4%**	**-12,0%**	**-7,7%**	**-0,3%**	**7,0%**	**12,3%**	**12,7%**	**14,8%**	**17,7%**	**3,6%**	**11,3%**	**13,7%**

(1) Refere-se ao desreconhecimento do prejuízo apurado com as operações descontinuadas da Companhia relativas à venda das controladas Acessopar e Bankly no decorrer do exercício de 2023. Para maiores informações sobre a alienação das controladas vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

(2) Impacto Bitcoin: impairment dos ativos de Bitcoin. Efeito estritamente contábil (sem impacto no caixa da Companhia), todo trimestre será realizado esse reconhecimento frente ao valor de fechamento do Bitcoin, seja abaixo ou acima do valor médio de compra.

(3) Os saldos referem-se a despesas únicas (*one-time expenses*) com assessorias jurídica e financeira necessárias para a conclusão da venda das controladas Acessopar e Bankly no decorrer do exercício de 2023. Para maiores informações sobre a alienação das controladas vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo de opção de compra estabelecida quando da aquisição da controlada Picodi. No entendimento da Companhia estes ajustes não denotam uma saída de caixa e estão relacionados a transação específica de aquisição de controlada.

(5) Contingências Jurídicas Bankly: se refere a baixa do *earn-out* a pagar em função da conclusão da alienação da participação acionária no Bankly.

(6) *Earn-out* das empresas adquiridas em 2021 pago conforme o desempenho das investidas.

(7) Os gastos com rescisão contratual referem-se à custos e despesas com desligamento de funcionários do Méliuz devido à reestruturação realizada pela Companhia ao longo do exercício de 2023. A Companhia entende que estes custos e despesas foram incrementais e não fazem parte do resultado operacional da Companhia.

(8) Refere-se à provisão para redução ao valor recuperável (*impairment)* de parte do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) registrado quando da aquisição da controlada Picodi, tendo como principais premissas a alteração na taxa de desconto e alterações nas métricas operacionais e financeiras da controlada.

(9) Custos de stock options de funcionários: custo de stock options em que o pagamento foi realizado via transferência de ações que estavam em tesouraria, desta forma, o custo é a diferença entre o resultado do valor de mercado das ações frente ao seu custo de aquisição (efeito não-caixa)

(10) Refere-se à ajuste de provisão decorrente do atingimento de metas (sem efeito caixa imediato).

(11) Refere-se a provisão para perda de crédito esperada do contas a receber majoritariamente composto pelo provisionamento de perdas com os clientes a Americanas e 123 milhas.

Dívida Bruta e Caixa Líquido

(em R$ milhares)	**Em 31 de março**	**Em 31 de dezembro de**		
	2025	**2024**	**2023**	**2022**
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	-	-	-	132
(+) Arrendamento mercantil a pagar (circulante)	165	166	350	-
(+) Arrendamento mercantil a pagar (não circulante)	17	60	496	-
Dívida Bruta	**182**	**226**	**846**	**132**
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(70.022)	(37.365)	(69.361)	(455.772)
(-) Títulos e valores mobiliários	(160.768)	(209.506)	(594.987)	(287.614)
Caixa Líquido	**(230.608)**	**(246.645)**	**(663.502)**	**(743.254)**

2.5 Medições não contábeis

c. explicar motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA ajustado, EBITDA LTM, Margem EBITDA LTM, EBITDA Ajustado LTM e Margem EBITDA Ajustado LTM

A Companhia utiliza o EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA Ajustado, o EBITDA LTM, a Margem EBITDA LTM, o EBITDA Ajustado LTM e a Margem EBITDA Ajustado LTM como indicadores gerenciais (não contábeis), pois acredita ser medidas práticas para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade ao longo dos anos da estrutura atual da Companhia, que corresponde, conforme aplicável, aos indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de uma companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos sem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Dívida Bruta e Caixa Líquido

A medição da Dívida Bruta e do Caixa Líquido é útil na avaliação do grau de endividamento da Companhia em relação à sua respectiva posição de caixa. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e o Caixa Líquido de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Eventos subsequentes às DFs

As informações financeiras da Companhia referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2025 e emitidas em 15 de maio de 2025. Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às informações financeiras referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025:

"*Em 14 de abril de 2025, a Companhia divulgou fato relevante, em continuidade ao fato relevante divulgado em 6 de março de 2025, informando que concluiu com sucesso o estudo sobre as providências de governança a serem adotadas para a ampliação da sua nova estratégia voltada para aplicação de recursos e realização de investimento em Bitcoin ("Estratégia"). Em consequência deste estudo e com intuito de que a Estratégia seja integralmente implementada, o Conselho de Administração da Companhia deliberou convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 6 de maio de 2025, para que seus acionistas possam deliberar, entre outros assuntos, a alteração do objeto social da Companhia para contemplar, além das atividades atualmente exercidas, a possibilidade de realização de investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios ("Alteração do Objeto").*

Contudo, na referida data, não foi atingido o quórum de 2/3 do capital social da Companhia exigido para deliberação da matéria, razão pela qual a AGE foi reconvocada, em segunda convocação, para o dia 15 de maio de 2025, na qual seus acionistas aprovaram a alteração do objeto social da Companhia para contemplar, além das atividades atualmente exercidas, a possibilidade de realização de investimentos em Bitcoin como parte de sua estratégia de negócios. Portanto, com ampla aprovação de seus acionistas, o Méliuz se tornou a primeira Bitcoin Treasury Company do Brasil e da América Latina."

2.7 Destinação de resultados

2.7 Destinação de resultados

	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das S.A. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das S.A. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das S.A. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por	O Estatuto Social da Companhia dispõe que, dos resultados apurados, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, dentro dos limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei das S.A. Parte do lucro líquido poderá ser retida, observada a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% do capital social, observado que a reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que seu saldo, acrescido do montante de reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do Artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social; (ii) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, ser destinada à formação de reserva para contingências, permitida a reversão das reservas de tal natureza formadas em exercícios anteriores, nos termos do Artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (iv) uma parcela, a Assembleia Geral poderá, por

2.7 Destinação de resultados

	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
	proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.	proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.	proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.	proposta dos órgãos da administração, ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A.; (v) uma parcela, poderá ser destinada para a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, observados os limites dispostos no Estatuto Social e a sua destinação; (v) o saldo terá a destinação dada pela Assembleia Geral.
a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável, tendo em vista que o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 ainda está em curso e, portanto, não houve quaisquer retenções em relação aos lucros de tal exercício social.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Conforme Artigo 35, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 35, Parágrafo Quarto do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo	Conforme Artigo 35, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 35, Parágrafo Quarto do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo	Conforme Artigo 35, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 35, Parágrafo Quarto do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo	Conforme Artigo 35, Parágrafo Terceiro, do Estatuto Social da Companhia, é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,001% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância destinada aos dividendos intercalares. Nos termos do Artigo 35, Parágrafo Quarto do Estatuto Social da Companhia, o pagamento do dividendo

2.7 Destinação de resultados

	Período de três meses findo em 31 de março de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2025	2024	2023	2022
	obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.	obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.	obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.	obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da legislação aplicável.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A. e o estatuto social da Companhia, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A. e o Estatuto Social da Companhia, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, intermediários ou intercalares.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A. e o Estatuto Social da Companhia, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, intermediários ou intercalares.	A distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A. e o Estatuto Social da Companhia, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, (i) levantar balanços intercalares ou intermediários, semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços, ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intercalares ou intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não foram pagos dividendos ou juros sobre capital próprio, intermediários ou intercalares.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das S.A. e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.	A destinação de resultados da Companhia segue os critérios estabelecidos em seu Estatuto Social, não havendo uma política de destinação de resultados específica formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem em seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) da Companhia relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2025 e aos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 17 de junho de 2025, a Companhia liquidou a Oferta e, em linha com a ampliação de sua estratégia de *Bitcoin Treasury Company*, a destinação da captação será voltada para a aquisição de Bitcoins, com o objetivo de aumentar o BTC Yield - ou seja, a quantidade de Bitcoin por ação em circulação da Companhia.

Os Diretores da Companhia esclarecem, adicionalmente, que a destinação dos recursos levantados a partir da Oferta pode ser influenciada pelas condições futuras dos mercados em que a Companhia atua, bem como pelas oportunidades de investimento que forem identificadas pela Companhia, além de outros fatores que não se pode antecipar.

Conforme descrito no item 2.4 (c) deste Formulário de Referência, o Méliuz, como a primeira *Bitcoin Treasury Company* do Brasil e da América Latina, tem em posse 320,25 Bitcoins, adquiridos a um preço médio de US$ 101.703,80 por Bitcoin.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia utilizou como fonte de financiamento principalmente recursos provenientes de seu fluxo de caixa, bem como os recursos decorrentes da oferta pública inicial e secundária de ações da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimento previstos

Conforme descrito no item 2.4 (b) deste Formulário de Referência, em 27 de novembro de 2023, ocorreu a conclusão da alienação de 100% das ações de emissão do Bankly e de 100% das ações de emissão da Acessopar, resultando na troca de controle da Acessopar e, indiretamente, do Bankly, ao Banco BV.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços

A Companhia considera para os fins de investimentos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços somente as intervenções que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de resultar em ganho de qualidade, produtividade ou competitividade. Devido ao mercado em que se encontra inserida, o acompanhamento, desenvolvimento e adesão a novos produtos e serviços é fundamental e indispensável para as atividades da Companhia. No cenário de elevada competitividade nas áreas de atuação do Méliuz, os incrementos tecnológicos são, ao final, os responsáveis pela fidelização dos usuários e geração de vendas para os clientes. Na mesma linha, as parcerias comerciais referentes a novos negócios, tais como as celebradas com sofisticados participantes do mercado financeiro e com fintechs, dependem praticamente da identificação, por parte desses parceiros, de um diferencial inovador da Companhia. Esse diferencial inovador se mostra basicamente em duas frentes: (i) tecnologia de ponta no *backoffice*, para suportar e executar as transações envolvidas na parceria com eficiência e confiabilidade; e (ii) conhecimento profundo do comportamento dos grupos de seus usuários.

2.10 Planos de negócios

Em 8 de março de 2023, houve a celebração do acordo comercial com o Banco BV. Com o início da operação, o Méliuz passa a atuar na oferta de produtos e serviços financeiros no modelo *asset light*, deixando de incorrer em diversos custos e despesas relacionados aos produtos e focando apenas na experiência do usuário, passando a ser remunerado por cartão de crédito ativado, conta ativada e percentual atrelado ao TPV do cartão.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, pois não há pesquisas específicas em andamento que já tenham sido divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não há registro de investimentos em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços no período.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia considera como projetos em desenvolvimento novos produtos ou serviços que possam gerar melhorias, aperfeiçoamentos, novas funcionalidades ou características, com potencial claro de gerar benefícios econômicos futuros, ganho de qualidade, produtividade ou competitividade, como por exemplo o Joy e o Cofrinho que foram finalizados em 2024 e seguros que ainda está em desenvolvimento.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, o saldo de projetos em desenvolvimento no intangível foi de R$ 2,8 milhões, incluindo o desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros e melhorias na infraestrutura tecnológica do Méliuz.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Na data deste Formulário de Referência, não há oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 2.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1. Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos 3 últimos exercícios e exercício social corrente

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha feito qualquer divulgação nesse sentido. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) até o momento, nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, o presente item 3.1 deste Formulário de Referência não é aplicável.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha feito qualquer divulgação nesse sentido. Assim, tendo em vista que a Companhia não divulgou projeções e estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) até o momento e nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, o presente item 3.2 deste Formulário de Referência não é aplicável.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de Risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, as Demonstrações Financeiras, as Informações Trimestrais da Companhia e as respectivas notas explicativas. Os negócios atuais e futuros, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez, a reputação e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer fatores de risco descritos a seguir. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os atuais e/ou potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

As referências constantes deste item 4.1 a “Emissor” ou a “Companhia” devem ser interpretadas como referência à Companhia e suas controladas, exceto se o contexto exigir de outra maneira.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na Companhia, na participação no mercado, na sua reputação, nos negócios atuais e futuros, na situação financeira, nos resultados operacionais, no fluxo de caixa, na liquidez e demais indicadores financeiros e não financeiros da Companhia, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidos nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens. Os riscos aqui apresentados encontram-se em ordem decrescente de relevância.

a. emissor

A Companhia é dependente de seus principais Parceiros Comerciais (conforme definido abaixo), que representam uma parte significativa do seu faturamento. O rompimento da relação comercial da Companhia com seus principais Parceiros Comerciais ou a ocorrência de eventos que impactem seus resultados negativamente podem afetar a Companhia adversamente.

A Companhia atua como uma plataforma de *shopping*, através de site, aplicativo e/ou extensão de navegadores de internet, por meio da qual seus usuários podem comprar produtos e serviços oferecidos por parceiros comerciais da Companhia (“Parceiros Comerciais”). A nossa Companhia não escolhe quais itens serão listados, nem estabelece preços ou outras decisões relacionadas aos produtos e serviços vendidos pelos Parceiros Comerciais nessas plataformas. A Companhia não garante que seus Parceiros Comerciais estarão sempre aptos a oferecer aos seus consumidores os produtos e serviços que procuram. Os principais direcionadores dos negócios da Companhia estão fora de seu controle e a Companhia depende da preferência contínua de milhões de usuários individuais por serviços online de terceiros.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O faturamento e a receita da Companhia são vinculados aos resultados obtidos por seus Parceiros Comerciais. No período de três meses findo em 31 de março de 2025, três clientes corresponderam, individualmente, mais de 10% da receita operacional líquida, e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía um cliente que correspondia, individualmente, mais de 10% da receita operacional líquida da Companhia. Para mais informações, vide item 1.5 deste Formulário de Referência.

Os contratos com Parceiros Comerciais poderão ser rescindidos, inclusive de forma imotivada, ou não ser renovados em condições semelhantes quando dos seus vencimentos. A rescisão ou a impossibilidade de renovação destes contratos poderá gerar um efeito material adverso nos resultados da nossa Companhia. Uma eventual diminuição na venda dos produtos comercializados pelos Parceiros Comerciais, por qualquer razão (inclusive por dificuldades financeiras ou operacionais desses Parceiros Comerciais), a redução das atividades destes Parceiros Comerciais, bem como desenvolvimento de novas estratégias para fidelização de seus respectivos usuários, são fatores que podem causar efeito adverso relevante para a nossa Companhia e para a nossa situação financeira.

A exposição da Companhia ao Bitcoin pode impactar adversamente seus resultados, sua condição financeira, sua liquidez e o valor das suas ações.

A Companhia tem como estratégia negócios expandir alocação de recursos e investimentos em Bitcoin, conforme descrito no item 1.2 deste Formulário de Referência. O Bitcoin é um ativo altamente volátil, sujeito a quedas acentuadas e prolongadas devido a fatores macroeconômicos, geopolíticos, de mercado ou de percepção do investidor. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, o Bitcoin sofreu flutuações no seu preço que variaram de aproximadamente US$ 40 mil a US$ 106 mil. Uma desvalorização significativa e contínua desse ativo, seja a curto ou a longo prazo, pode prejudicar os objetivos estratégicos da Companhia, afetando de forma adversa sua situação financeira, seus resultados e a sua percepção de valor de mercado. Variações significativas no valor dos ativos da Companhia podem levar a questionamentos da atual base de acionistas e afetar adversamente a reputação da Companhia perante investidores, analistas e outras partes interessadas.

O Bitcoin pode passar por períodos de baixa liquidez no mercado ou apresentar altos custos de conversão em moeda fiduciária, pois é menos líquido do que o dinheiro tradicional e seus equivalentes. Isso pode limitar a flexibilidade financeira da Companhia em determinadas situações. Adicionalmente, em linha com a estratégia da Companhia, os Bitcoins não seriam uma fonte de liquidez na mesma medida que o dinheiro. Além disso, uma queda contínua no valor do Bitcoin poderia reduzir a atratividade do ativo para investidores e usuários, potencialmente levando a perdas contábeis, impactos na reputação e questões relativas à alocação de capital da Companhia.

Esses cenários podem prejudicar o plano de negócios da Companhia, a consecução da sua estratégia de tesouraria e a sua capacidade de cumprir obrigações financeiras de curto prazo, exigindo medidas de reestruturação para mitigar os impactos e reduzir sua atratividade para investidores mais conservadores, bem como afetando a confiança do mercado em suas decisões de gestão financeira e alocação de capital, o que pode afetar negativamente sua capacidade financeira e seus negócios.

Os Bitcoins foram desenvolvidos recentemente e estão em rápida evolução. A situação financeira, os resultados operacionais e o crescimento da Companhia dependem da aceitação do Bitcoin.

A rede Bitcoin (ou Bitcoin Network) foi lançada pela primeira vez em 2009 e o Bitcoin foi o primeiro ativo virtual criptográfico criado para obter adoção global e massa crítica. A rede Bitcoin e os seus protocolos representam uma indústria recente e em rápida evolução, sujeita a uma variedade de fatores adversos que podem não ser previsíveis neste momento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Bitcoin não é uma forma de pagamento aceita amplamente em comércios e varejo, sendo o seu uso ainda limitado. Os bancos e outras instituições financeiras, voluntariamente ou por força de eventual regulamentação, podem se recusar a processar transações de Bitcoin, transferências eletrônicas de ou para plataformas de negociação de Bitcoins, para empresas ou prestadores de serviços relacionados a Bitcoin, ou a manter contas para pessoas ou entidades realizarem transações em Bitcoin. Como resultado, os preços do Bitcoin são determinados em grande parte por especuladores, contribuindo assim para a volatilidade dos preços, o que pode fazer com que o mercado, de forma geral, esteja menos propenso a aceitá-lo como forma de pagamento no futuro.

Os bancos podem não fornecer serviços bancários ou podem interromper a prestação de serviços bancários para empresas que fornecem serviços relacionados a Bitcoins, o que pode diminuir a sua liquidez no mercado e prejudicar a percepção pública dos Bitcoins em geral ou de qualquer outro ativo virtual em particular, e sua utilidade como forma de pagamento, o que pode diminuir o preço dos Bitcoins em geral ou individualmente.

Tais fatores podem afetar adversamente a situação financeira, os resultados operacionais e o crescimento da Companhia.

A Companhia pode vir a ter de captar recursos adicionais no futuro por meio da emissão de ações ordinárias ou outros valores mobiliários lastreados ou conversíveis em ações ordinárias, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores em seu capital social.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, incluindo por meio de aumento de capital mediante emissão privada ou pública de ações ordinárias ou outros valores mobiliários lastreados, conversíveis ou permutáveis ou que por qualquer outra forma confiram direito ao seu titular de receber por ações ordinárias de emissão da Companhia. Os acionistas que eventualmente não exercerem, por qualquer motivo, os seus direitos de preferência na subscrição de tais valores mobiliários em decorrência de qualquer dessas operações poderão ter sua participação acionária na Companhia diluída, passando, ato contínuo, a ter uma menor participação proporcional em rendimentos e menor poder de influência nas decisões assembleares da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia realizou a Oferta, cuja liquidação ocorreu em 17 de junho de 2025, por meio da qual foram entregues aos investidores 43.361.563 bônus de subscrição, como vantagem adicional a cada ação ordinária que subscreveram no âmbito da Oferta, divididos em 5 séries ("Bônus de Subscrição"). Para cada ação subscrita na Oferta, foram concedidos Bônus de Subscrição em proporção determinada para cada uma de suas séries, em períodos específicos ao longo de 5 meses, de acordo com seus respectivos termos. Considerando (i) a quantidade máxima de ações ordinárias ofertada no âmbito da Oferta (*i.e.* as ações ordinárias inicialmente ofertadas e a quantidade máxima de ações ordinárias objeto do lote adicional); (ii) a quantidade máxima de Bônus de Subscrição conferida como vantagem adicional no âmbito da Oferta; e (iii) o exercício da totalidade dos Bônus de Subscrição referidos no item (ii) anterior, a Companhia deverá emitir um total de 68.868.366 novas ações ordinárias.

Caso qualquer desses eventos ocorra com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia, a sua participação no capital social da Companhia poderá ser diluída.

Os Bitcoins são detidos de forma concentrada e vendas ou distribuições por detentores de tais Bitcoins, ou qualquer capacidade de participar ou influenciar a rede de processamento de Bitcoins pode ter um efeito adverso no seu preço de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, as 100 maiores carteiras de Bitcoin detinham aproximadamente 15% do Bitcoin em circulação. Além disso, é possível que outras pessoas ou entidades controlem várias carteiras que detenham coletivamente uma quantidade significativa de Bitcoin. É possível que algumas dessas carteiras sejam controladas pela mesma pessoa ou entidade e, como resultado dessa

4.1 Descrição dos fatores de risco

concentração, grandes vendas ou distribuições por tais detentores podem ter um efeito adverso no preço de mercado do Bitcoin, o que, por consequência, pode ter impactos à condição financeira e ao valor de mercado da Companhia.

As redes de processamento de Bitcoins enfrentam desafios de dimensionamento e os esforços para aumentar o volume e a velocidade das transações podem não ser bem-sucedidos.

Muitas redes de processamento de Bitcoins enfrentam desafios de dimensionamento devido ao fato de que os *blockchains* públicos geralmente enfrentam desafios relacionados à segurança e dimensionamento, em virtude de sua descentralização. Em 31 de dezembro de 2024, a rede de processamento de Bitcoins lidava com aproximadamente quatro transações por segundo. A rede de processamento de Bitcoins já está em sua capacidade máxima, acarretando um aumento nas taxas de transação. A título de exemplo, em 20 de abril de 2024, a taxa média diária de transação era de US$ 124,17. O aumento das taxas de transação e a diminuição da velocidade de liquidação podem impedir determinados usos do Bitcoin (por exemplo, micropagamentos) e podem reduzir a demanda e o preço do Bitcoin, o que pode afetar negativamente as condições financeiras, resultados operacionais e o valor das ações da Companhia.

Não há garantia de que qualquer um dos mecanismos existentes ou que estejam sendo explorados para aumentar a escala de liquidação ou o rendimento das transações da rede de Bitcoin será eficaz, bem como não há estimativa com relação a quanto tempo esses mecanismos levarão para se tornarem eficazes.

Caso a rede de processamento de Bitcoin seja usada para facilitar atividades ilícitas, as empresas que atuam nesse mercado podem estar sujeitas a ações criminais ou civis ou terem seus serviços interrompidos, o que pode afetar negativamente o preço do Bitcoin e o valor das ações da Companhia.

As redes de Bitcoins foram e podem continuar sendo usadas para facilitar atividades ilícitas. Se a rede de processamento de Bitcoin for usada para facilitar atividades ilícitas, as empresas que atuam nesse mercado podem estar sujeitas a ações judiciais criminais ou civis ou de terem serviços interrompidos, sendo que o Bitcoin pode ser removido das plataformas de negociação em virtude disso. Outros provedores de serviços de tais empresas também podem interromper serviços caso haja preocupação de que a rede de processamento de Bitcoin esteja sendo usada para facilitar atividades criminosas. Qualquer um dos fatores acima pode aumentar o escrutínio regulatório da rede de processamento de Bitcoin e/ou afetar adversamente o preço do Bitcoin, a atratividade da rede de processamento de Bitcoin e investimentos nas ações de emissão da Companhia.

A Companhia é dependente dos usuários de suas plataformas eletrônicas, os quais estão sujeitos a alterações dos hábitos de consumo e a novas preferências tecnológicas, fatores substancialmente fora do controle da Companhia.

Os negócios da Companhia dependem substancialmente da atração de novos usuários e retenção de usuários existentes, de usuários que se cadastram nas plataformas eletrônicas da Companhia e da atividade comercial e financeira que nossos usuários geram ao consumir produtos e serviços de seus Parceiros Comerciais. A Companhia está sujeita a alterações de hábitos de consumo e de demanda por produtos e serviços por parte de seus usuários. Ainda, as atuais plataformas eletrônicas da Companhia podem não ser capazes de acompanhar a transformação digital e tornarem-se obsoletas, afetando adversamente a nossa capacidade de atender às necessidades de nossos usuários. Dessa forma, a Companhia pode não ser capaz de se antecipar ou responder de forma adequada às mudanças de hábito de seus usuários e pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às preferências tecnológicas dos seus usuários ou aos padrões do setor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Se os usuários atuais perderem interesse na plataforma da Companhia, seja por causa de uma experiência negativa, desinteresse nos produtos oferecidos pelos seus Parceiros Comerciais, entre outros fatores, estes usuários podem fazer menos compras ou não recomendar a plataforma da Companhia a outras pessoas. Similarmente, caso os atuais Parceiros Comerciais, por qualquer razão (incluindo, sem limitação, experiência de uso ou melhores condições de concorrentes), percam interesse nos nossos serviços, a redução do número de Parceiros Comerciais poderá limitar os benefícios ofertados pela Companhia e afetar negativamente a comunidade de usuários, além de apresentar impactos nos resultados financeiros e operacionais da Companhia. Nessas circunstâncias, a Companhia pode ter dificuldade em atrair novos usuários e Parceiros Comerciais sem incorrer em despesas adicionais de *marketing*.

Adicionalmente, o atendimento aos usuários da Companhia exige uma despesa de pessoal e investimento no desenvolvimento de programas e infraestrutura de tecnologia para ajudar os representantes de atendimento aos usuários a desempenhar suas respectivas funções. A falha em gerenciar ou treinar adequadamente os representantes de atendimento aos usuários pode comprometer a capacidade da Companhia de lidar com as reclamações de seus usuários de maneira eficaz. Se a Companhia não tratar efetivamente as reclamações dos usuários, sua reputação poderá sofrer e a Companhia poderá vir a perder a confiança de seus usuários, o que pode afetar negativamente a comunidade de usuários e, consequentemente, o negócio e os resultados das operações da Companhia.

A perda de usuários ou a redução de transações de usuários junto aos Parceiros Comerciais são fatores que poderão afetar de forma significativa e adversa os negócios da Companhia e, por consequência, os seus resultados operacionais e a sua situação financeira.

A Companhia pode enfrentar baixa demanda no mercado local por investimentos ou produtos vinculados ao Bitcoin, o que pode comprometer o êxito da estratégia adotada.

Existe o risco de que não haja demanda suficiente no mercado brasileiro por investimentos em empresas ou produtos financeiros atrelados ao Bitcoin, o que pode limitar o interesse de investidores institucionais, analistas e do mercado em geral pela tese de investimento da Companhia.

A maturidade ainda incipiente do mercado local em relação a Bitcoins, aliada ao perfil conservador de parte dos investidores brasileiros, pode reduzir a receptividade a estratégias associadas a Bitcoins, o que pode impactar negativamente a liquidez das ações da Companhia, sua percepção de valor e sua capacidade de captação de recursos.

Caso esse cenário se concretize, a estratégia de exposição ao Bitcoin pode não gerar os efeitos esperados em termos de valorização, visibilidade ou diferenciação competitiva, afetando o desempenho e os resultados da Companhia.

A Companhia pode ser impactada por riscos de segurança relacionados à custódia e negociação de Bitcoin, incluindo falhas operacionais, fraudes e acesso indevido aos seus Bitcoins.

Existem riscos relevantes associados à custódia e às operações realizadas por meio de locais de negociação, como corretoras e *exchanges*. Muitos desses ambientes operam com grau limitado de regulação e supervisão, o que pode comprometer a segurança, integridade e rastreabilidade das operações, além de dificultar a responsabilização em caso de falhas.

Os Bitcoins, por sua natureza, estão expostos a riscos de perda, extravio, restrição de acesso, roubo e/ou furto. As chaves digitais privadas que os protegem, quando perdidas, furtadas ou transferidas incorretamente, são, em regra, irrecuperáveis. Além disso, falhas nos protocolos de criação, emissão, transmissão e armazenamento desses ativos podem ocasionar perdas parciais ou totais. A

4.1 Descrição dos fatores de risco

característica de irreversibilidade das transações com criptoativos pode torná-los alvos particularmente atrativos para ações ilícitas. A concentração excessiva de ativos sob a custódia de poucos agentes também amplia a exposição a perdas decorrentes de invasões, comprometimento de credenciais e subtração de chaves privadas.

A Companhia está exposta a riscos de fraudes, ataques cibernéticos, falhas de infraestrutura tecnológica ou operacionais, que podem resultar em acesso indevido aos Bitcoins da Companhia, perda, roubo ou extravio de chaves privadas ou até mesmo restrição de acesso aos Bitcoins da Companhia, como já verificado em incidentes públicos no setor.

A ocorrência de qualquer uma dessas situações pode resultar em perdas financeiras relevantes, exposição a litígios e impactos reputacionais, afetando adversamente a operação, a imagem e os resultados da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada pelo inadimplemento e comercialização de produtos inadequados por parte de lojas parceiras cadastradas em sua plataforma, podendo causar danos à sua imagem, marcas e aos seus resultados financeiros.

Por meio da plataforma da Companhia, esta possibilita que lojas parceiras se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro dos canais da Companhia. Por meio deste modelo, a Companhia é intermediária das transações de venda, não estando sob seu controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades das lojas parceiras perante os respectivos consumidores. Caso alguma dessas lojas parceiras não cumpra com suas obrigações perante os consumidores, A Companhia poderá ter seus indicadores de atendimento aos consumidores impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros, bem como ser obrigada a arcar com custos perante os consumidores que adquiriram seus produtos por meio da sua plataforma. A Companhia poderá ainda ser responsabilizada (inclusive na esfera criminal) por lojas parceiras que comercializarem, ou mesmo cadastrarem e oferecerem em sua plataforma, produtos falsificados, ilícitos e/ou ilegais. Estes aspectos podem afetar adversamente seus resultados financeiros e reputação.

A Companhia opera em mercados competitivos onde o aumento da competição pode afetar sua participação nestes mercados e estratégia de preços.

O mercado de *cashback* no Brasil está em constante transformação, com o surgimento de novos participantes e a ampliação da atuação de empresas de tecnologia, instituições financeiras e marketplaces que passaram a oferecer benefícios semelhantes aos nossos.

A concorrência pelo reconhecimento e preferência de marca é intensa entre os serviços de pesquisa de produtos online e *shopping*, globalmente e nas principais regiões geográficas. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a desenvolver e celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva e, com isso, limitar o número de potenciais Parceiros Comerciais da Companhia. À medida em que a carteira de clientes de tais empresas for crescendo e for fidelizada nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado nos quais a Companhia atua. Se a Companhia não conseguir preservar e aumentar efetivamente o reconhecimento da sua marca, esta pode não conseguir manter ou aprimorar o reconhecimento da sua marca e afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Esse aumento da concorrência exige inovação contínua, fortalecimento de parcerias comerciais e alto nível de engajamento com os usuários. A entrada de players com maior capacidade de investimento em tecnologia, marketing ou condições comerciais mais agressivas pode intensificar a pressão competitiva.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventuais concorrentes da Companhia nos mercados em que esta atua podem contar com: (i) recursos tecnológicos de ponta; (ii) acesso a mercados de capitais estrangeiros a custos mais baixos e líquidos; e (iii) melhores condições de financiamento que as encontradas no Brasil.

Novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. A Companhia acredita que a natureza da *internet* como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores. Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as vendas e os lucros operacionais da Companhia. Ainda, os concorrentes poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e marketing do que a Companhia.

Caso a Companhia não seja capaz de se manter competitiva devido às reduzidas barreiras de entrada ou caso não consiga responder adequadamente às estratégias de seus eventuais concorrentes, a Companhia poderá ter a sua participação em um ou mais mercados que atua reduzida, o que consequentemente reduziria suas receitas e criaria uma pressão sobre os preços de seus produtos e serviços, afetando adversamente seus negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de seus valores mobiliários.

Caso os mineradores venham a parar de expandir o poder de processamento das redes de Bitcoins ou exigir compensações financeiras elevadas para efetuar tais transações, o valor do Bitcoin e as condições financeiras, resultados operacionais e o valor da Companhia podem ser adversamente afetados.

Nos últimos anos, as operações de mineração de Bitcoins evoluíram de usuários individuais minerando com processadores de computador, unidades de processamento gráfico e máquinas de circuito integrado específicas de aplicativos de primeira geração para operações de mineração profissionalizadas, as quais usam hardware proprietário ou máquinas sofisticadas. Caso as margens de lucro das operações de mineração de Bitcoins não forem suficientemente altas é possível que os mineradores de Bitcoins os vendam imediatamente, resultando em um aumento na oferta líquida desse ativo, o que geralmente tenderia a reduzir o preço de mercado desse ativo virtual.

Ainda, caso os mineradores exijam taxas de transação mais altas para registrar transações, o custo de uso do Bitcoin pode aumentar e a demanda pelo Bitcoin pode ser reduzida. Alternativamente, os mineradores podem conspirar de maneira anticompetitiva para rejeitar baixas taxas de transação na rede de processamento de Bitcoin e forçar os usuários a pagar taxas mais altas, reduzindo assim a atratividade da rede de processamento de Bitcoin, o que pode afetar adversamente o valor do Bitcoin e as condições financeiras, resultados operacionais e o valor da Companhia.

A Companhia depende de seus sistemas de informação para operar os seus negócios. Falhas ou interrupções de seus sistemas podem afetar adversamente os resultados, estratégias e negócios da Companhia

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários centros e sistemas de dados, incluindo o funcionamento das suas plataformas eletrônicas (sites, aplicativos e extensão para navegadores de internet), de sistemas de crédito, logística e comunicação e vários softwares usados para controlar estoques e gerar relatórios de desempenho financeiro. Na hipótese de falhas ou interrupção de seus sistemas, a Companhia pode perder dados ou pode ser incapaz de realizar transações comerciais e, com isso, deixar de auferir receitas de vendas, o que impactaria de forma adversa os seus resultados. A Companhia presta serviços aos seus clientes principalmente por meio de seu *website* e aplicativos próprios, e sua operação envolve o tratamento de dados pessoais de clientes. A Companhia está especialmente suscetível à aplicação das leis de proteção de dados pessoais e direitos dos usuários na internet, tanto no Brasil quanto nos outros países nos quais atua.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Adicionalmente, o funcionamento do Bitcoin depende de uma infraestrutura tecnológica descentralizada, sujeita a falhas técnicas, vulnerabilidades de protocolo ou ataques coordenados à rede, que podem comprometer a segurança e a estabilidade do ecossistema do Bitcoin. Essas falhas podem resultar em perda de ativos, indisponibilidade temporária de transações ou restrições de liquidez, afetando diretamente a capacidade da Companhia de operar com eficiência e preservar o valor de seus Bitcoins. Além disso, a falta de consenso ou de clareza sobre a governança do *blockchain* ou dos seus protocolos pode prejudicar a utilidade, a adaptabilidade e a capacidade de crescimento e de enfrentar desafios dessa rede ou desses protocolos. Caso usuários e mineradores adotem alterações em uma rede descentralizada com base nas propostas de tais desenvolvedores principais, essa rede pode estar sujeita a um novo código-fonte, que pode afetar negativamente o valor do Bitcoin.

A falha dos sistemas ou software também pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão dos relatórios de processamento de transações e da contabilidade financeira da Companhia, assim como afetar a capacidade de gerenciar os negócios, os resultados operacionais e as necessidades de caixa da Companhia. A Companhia precisa continuamente atualizar e melhorar a tecnologia e, ao fazê-lo, pode incorrer em despesas substanciais adicionais ou problemas de integração, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

As falhas de sistemas também poderão ter efeitos sobre a legalidade das operações da Companhia, resultando em violações aos direitos dos titulares dos dados pessoais utilizados pela Companhia. As eventuais demandas de compensação por danos materiais e morais por parte dos titulares de dados violados e a eventual aplicação de sanções administrativas, cíveis e criminais por autoridades competentes poderá impactar os resultados financeiros da Companhia, em caso de violação das leis aplicáveis.

Em consequência da grande dependência de tecnologia para as suas atividades, a Companhia também pode incorrer em perdas financeiras devido a impactos nas suas operações.

Adicionalmente, os sistemas de informação da Companhia estão expostos a vírus, softwares mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente em suas operações. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios, reputação, resultados de operações e perdas financeiras para a Companhia.

As receitas futuras da Companhia dependem substancialmente da aceitação generalizada de consumidores e fornecedores e do uso contínuo da internet como forma de realizar comércio. Para a Companhia aumentar sua base de usuários com sucesso, mais consumidores devem aceitar e aderir a novas maneiras de conduzir negócios e trocar informações. Disponibilidade, velocidade de transação, aceitação, interesse e uso da internet são essenciais para o crescimento da Companhia. Caso os fatores acima não sejam verificados e o uso da internet como forma de comércio não seja consolidado, o crescimento da Companhia poderá ser freado, o que poderá representar um impacto adverso relevante nos seus negócios.

O rápido crescimento da disponibilidade, qualidade e uso da internet (particularmente como meio de fazer negócios ou fornecer e adquirir produtos e serviços) é um fenômeno relativamente recente no Brasil. A penetração da internet no Brasil pode nunca atingir os níveis vistos nos países mais desenvolvidos por razões que estão além do nosso controle incluindo, mas não se limitando, à falta de infraestrutura de rede necessária ou o atraso no desenvolvimento ou implementação de tecnologias inovadoras, melhorias de desempenho e medidas de segurança, prejudicando melhorias na confiabilidade da internet no Brasil. A infraestrutura da internet no Brasil pode também não ser capaz de suportar um crescimento contínuo no número de usuários, na frequência de uso ou nos requisitos de amplitude de banda, em especial se os serviços de telecomunicações não estiverem disponíveis de forma adequada para suportar o crescimento da internet no Brasil, ocasionando tempos de resposta no

4.1 Descrição dos fatores de risco

acesso à internet ou a nossos sistemas, produtos e serviços mais lentos, reduzindo o uso da internet e prejudicando nossos negócios. Adicionalmente, mesmo que a penetração da internet no Brasil aumente, não há garantia de que ocorra um aumento na utilização de produtos e serviços oferecidos pela internet, inclusive aqueles destinados ao incremento do *e-commerce* devido a vários fatores, incluindo a falta de confiança dos usuários na segurança online.

Para complementar este cenário, temos ainda que, no geral, os níveis de renda no Brasil são significativamente mais baixos do que nos Estados Unidos e em outros países mais desenvolvidos, enquanto os preços do acesso à internet e dos dispositivos conectados a ela, como computadores pessoais, *tablets*, telefones celulares e outros dispositivos portáteis são mais elevados do que nesses países, podendo limitar nosso crescimento, principalmente em partes do Brasil com baixos níveis de renda. Além disso, a inflação no Brasil tem mostrado índices mais elevados do que a inflação em outros países desenvolvidos, o que pode afetar de forma mais profunda os preços dos serviços de acesso à internet e dos dispositivos a ela conectados. Tais fatores podem afetar adversamente os resultados, estratégias e negócios da Companhia.

A Companhia pode ser impactada pela obsolescência tecnológica do Bitcoin ou pela concorrência de novos produtos financeiros com exposição a Bitcoins.

A estratégia da Companhia envolvendo o Bitcoin pode ser adversamente afetada pela evolução tecnológica ou pela dinâmica concorrencial do mercado de Bitcoins. O Bitcoin está sujeito ao risco de obsolescência, caso surja um ativo virtual mais eficiente, seguro ou amplamente aceito, que passe a ocupar seu espaço de mercado.

Além disso, o lançamento de produtos financeiros estruturados com exposição a Bitcoins por grandes instituições financeiras ou bancos de investimento — inclusive com estruturas mais sofisticadas, liquidez superior ou vantagens regulatórias — pode reduzir a atratividade do investimento direto em Bitcoin. Esses produtos, que oferecem exposição indireta ao Bitcoin por meio de fundos, ETFs, derivativos ou instrumentos estruturados, podem contar com maior liquidez, regulamentação mais favorável, proteção ao investidor ou vantagens fiscais, tornando-se mais atrativos para determinados perfis de investidores do que a exposição indireta ao Bitcoin por meio da aquisição das ações da Companhia.

Nesse cenário, investidores podem optar por alocar capital nesses instrumentos em vez de adquirir ações da Companhia, reduzindo sua atratividade no mercado, sua base acionária potencial e o efeito esperado de valorização decorrente da estratégia de exposição ao Bitcoin. Esses fatores podem afetar a demanda, precificação e relevância do Bitcoin no médio e longo prazo, com impactos negativos sobre a estratégia, os resultados financeiros e a posição competitiva da Companhia nesse segmento.

Qualquer mudança de nome ou iniciativa de rebranding associada ao Bitcoin pode não ser recebida favoravelmente pelo mercado, o que pode impactar negativamente o valor do Bitcoin e as condições financeiras, resultados operacionais e o valor da Companhia.

De tempos em tempos, os Bitcoins podem sofrer mudanças de nome e iniciativas de *rebranding*. Caso isso ocorra, o Bitcoin pode não ser capaz de alcançar ou manter o reconhecimento ou status de sua marca, podendo impactar negativamente o valor do Bitcoin e as condições financeiras, resultados de operações e o valor da Companhia.

Uma falha no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus usuários, inclusive dados pessoais, e de sua rede poderá prejudicar sua reputação e marca e afetar substancialmente os negócios e os resultados das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, por problemas de operação ou de prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária, as operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores e outros.

Eventuais falhas no impedimento de violações de segurança, afetando a confidencialidade, integridade, proteção de dados pessoais ou disponibilidade de informações fornecidas por usuários e armazenadas pela Companhia, poderão prejudicar a reputação e a marca da Companhia, resultar em deveres de compensação material e sanções administrativas, inclusive multas, decorrentes da violação da LGPD, e, ainda, afetar substancialmente o negócio e os resultados das operações da Companhia. A Companhia está sujeita a vazamento de dados pessoais, acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração ou comunicação de dados pessoais, falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de softwares, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas nos sistemas de computadores e *data centers* da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Para mais informações, vide fator de risco abaixo "*A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de* sanções".

A Companhia depende de tecnologias de criptografia e autenticação eletrônica de terceiros para efetuar a transmissão segura de informações confidenciais. Avanços tecnológicos, novas descobertas no campo da criptografia ou outros desenvolvimentos poderão resultar na exposição de falhas nas tecnologias que a Companhia utiliza para proteger dados pessoais fornecidos pelos seus usuários durante as operações na plataforma da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizar suas plataformas de maneira constante, suas operações e sua conformidade legal poderão ser prejudicadas, afetando adversamente os resultados da Companhia.

A plataforma da Companhia está suscetível a usos impróprios ou ilegais, que podem resultar em perdas financeiras ou violações à legislação vigente. A Companhia pode não ser capaz de implementar medidas que sejam suficientes para detectar, prevenir ou impedir usos impróprios ou ilegais da sua plataforma.

Além disso, os dados e informações gerados em nossas operações são armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Caso esses servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados.

A Companhia está sujeita a ataques externos de usuários de redes públicas. Qualquer comprometimento da segurança da Companhia poderá prejudicar sua reputação e marca e expor a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente o negócio e os resultados das operações da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, qualquer pessoa capaz de burlar as medidas de segurança da Companhia poderá se apropriar de informações confidenciais ou causar interrupções em suas operações.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita a leis e normas que podem exigir notificação de incidentes de segurança a órgãos reguladores, usuários ou funcionários, assim como pode ter que reembolsar e/ou indenizar usuários de cartões de crédito por quaisquer recursos furtados em decorrência de quaisquer violações ao sistema de segurança da Companhia, situações que poderiam aumentar significativamente os seus custos e reduzir sua atratividade.

Em consequência da grande dependência da tecnologia para as atividades da Companhia, também podemos incorrer em perdas financeiras devido a impactos de dificuldades técnicas nas operações da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, maliciosos (*malware*) e outros problemas, como por exemplo crimes e ataques cibernéticos, que podem interferir inesperadamente nas operações da Companhia. Qualquer ocorrência dessa natureza poderá resultar em um efeito material adverso sobre os negócios e causar danos à reputação e marca da Companhia, resultados de operações e perdas financeiras.

Em função do regime de teletrabalho dos colaboradores da Companhia, estamos sujeitos a riscos relacionados a uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia. Assim, interrupções ou falhas nos nossos sistemas de tecnologia da informação, como por exemplo no sistema de teletrabalho, apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no nosso funcionamento corporativo, comercial e operacional, o que pode afetar nossos negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente a nossa imagem e confiabilidade junto ao mercado. Ataques cibernéticos têm se tornado cada vez mais sofisticados e difusos. Mantemos em nossa base de dados informações sensíveis de nossos clientes, que podem ser objeto de ataques cibernéticos por parte de indivíduos que tentam ter acesso não autorizado a estas informações para utilização de forma indevida. Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais de nossos clientes, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar negativamente nossa imagem e reputação.

Os usuários da Companhia podem ser alvo de e-mails de "phishing" ou outras invasões que podem submeter a Companhia a investigações ou obrigações de reparação de danos.

Os usuários da Companhia podem receber e-mails fraudulentos e/ou serem vítimas de *phishing* (tentativa fraudulenta de obter informações confidenciais), ao receber e-mails que parecem ser legítimos e enviados pela Companhia ou por um usuário da plataforma, mas que sejam sites falsificados e operados pelo remetente do e-mail ou que informam incorretamente que determinado pagamento foi creditado na plataforma da Companhia e solicitando que o destinatário envie o produto vendido ou envie uma senha ou outras informações confidenciais.

Essas atividades podem prejudicar a reputação da Companhia e diminuir o valor de sua marca ou até desencorajar o uso do site e aumentar os custos da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de expandir e adaptar suas operações para atender rapidamente aos padrões industriais e de tecnologia em constante mudança, de maneira econômica e oportuna.

A Companhia pode não conseguir executar sua estratégia de crescimento e pode não conseguir expandir suas operações de maneira econômica ou oportuna, e os esforços de expansão podem não ter a mesma ou maior aceitação geral do mercado que os atuais serviços. Além disso, qualquer novo negócio ou serviço lançado pela Companhia que não seja recebido favoravelmente pelos usuários poderá prejudicar sua reputação e diminuir o valor de sua marca. Da mesma forma, a falta de aceitação do mercado desses serviços ou a incapacidade da Companhia em gerar receitas satisfatórias a partir de

4.1 Descrição dos fatores de risco

quaisquer serviços expandidos para compensar seus custos pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia deve constantemente adquirir novos *hardwares*, atualizar os *softwares* que utiliza, aprimorar e melhorar seus sistemas, além de adicionar e treinar novas equipes de engenharia da computação e outras pessoas para acomodar o aumento do uso de sua plataforma eletrônica. Esse processo de atualização é caro, e a crescente complexidade e aprimoramento das plataformas eletrônicas da Companhia resultam em custos mais altos. A falha na atualização da tecnologia, recursos, sistemas de processamento de transações, infraestrutura de segurança ou infraestrutura de rede para acomodar o aumento do volume de tráfego ou transação ou a complexidade crescente do site pode prejudicar materialmente os negócios da Companhia.

As receitas da Companhia dependem de processos de cobrança rápidos e precisos. Qualquer falha em aumentar recursos de processamento de transações para acomodar o número crescente de transações por meio do *e-commerce* prejudicaria materialmente os negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia pode precisar estabelecer um relacionamento com vários parceiros estratégicos, sites e outros provedores de serviços *on-line* e outros terceiros necessários aos seus negócios. O aumento da complexidade do gerenciamento de vários relacionamentos comerciais pode levar a problemas de execução que podem afetar as receitas atuais e futuras e as margens operacionais da Companhia.

Os sistemas, procedimentos e controles atuais podem não ser adequados para apoiar as operações futuras da Companhia. Qualquer falha da Companhia em gerenciar o crescimento de maneira eficaz pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

A Companhia pode ser impactada por falhas operacionais ou de governança relacionadas à gestão de Bitcoins, resultando em perdas financeiras ou questionamentos regulatórios.

A exposição da Companhia ao Bitcoin envolve riscos operacionais e de governança relacionados à gestão, controle, registro contábil, custódia e execução de processos internos.

O funcionamento do Bitcoin depende de uma infraestrutura tecnológica descentralizada, existindo o risco de que falhas técnicas, vulnerabilidades no protocolo ou ataques coordenados à rede comprometam a segurança e a estabilidade do ecossistema do Bitcoin. Tais falhas podem resultar na perda de ativos, indisponibilidade temporária para realização de transações ou restrições de liquidez, impactando diretamente a capacidade da Companhia de operar com eficiência e preservar o valor de seus Bitcoins.

Ainda, erros em qualquer das etapas de governança — como falhas de controles internos, inadequações em procedimentos de compliance, registros contábeis incorretos ou falta de aderência a práticas de governança — podem gerar perdas financeiras diretas, além de expor a Companhia a questionamentos por parte de órgãos reguladores e ao risco de danos reputacionais.

Tais eventos podem impactar negativamente a confiabilidade das demonstrações financeiras, a transparência da gestão e a credibilidade da Companhia no mercado.

A Companhia pode ser impactada por mudanças estruturais no sistema monetário global que reduzam a proposta de valor do Bitcoin e afetem sua demanda e precificação.

Eventuais mudanças estruturais no sistema financeiro global, como o reestabelecimento de lastros em commodities (ex.: ouro) ou a adoção coordenada de políticas de austeridade e controle de emissão monetária por governos centrais, podem comprometer a proposta de valor do Bitcoin como reserva alternativa a moedas fiduciárias.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse cenário, a percepção do Bitcoin como "dinheiro forte" pode ser enfraquecida, levando a uma redução na demanda global pelo ativo, queda em sua adoção institucional e, consequentemente, impactos negativos sobre seu preço de mercado.

Tais mudanças podem afetar adversamente a estratégia de exposição ao Bitcoin da Companhia, comprometendo os resultados financeiros esperados e a atratividade da tese de investimento.

A Companhia pode ser impactada por movimentos de liquidação em massa em momentos de estresse de mercado, dada a natureza altamente líquida e negociável do Bitcoin.

O Bitcoin é um ativo globalmente negociado 24 horas por dia, 7 dias por semana, com alta liquidez relativa em comparação a outros ativos de risco. Essa característica pode amplificar sua volatilidade em cenários de estresse financeiro, nos quais investidores buscam rapidamente converter ativos em caixa. Nesses contextos, o Bitcoin tende a ser um dos primeiros ativos a sofrer liquidações, por ser um dos poucos instrumentos com liquidez imediata, o que o torna alvo de vendas forçadas.

Esse comportamento pode provocar quedas abruptas de preço, afetando diretamente o valor dos ativos digitais detidos pela Companhia e, consequentemente, sua posição financeira e os resultados esperados da estratégia de exposição ao Bitcoin.

Se a Companhia não implementar totalmente sua estratégia de crescimento, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à estratégia de crescimento da Companhia dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais sua competência e capacidade de:

- proteger o poder da sua marca;
- expandir e manter suas relações comerciais com Parceiros Estratégicos;
- expandir e reter a base de usuários na plataforma digital;
- desenvolver aplicativos e plataformas tecnológicas que proporcionem uma experiência de compra mais fluida e rápida aos seus usuários;
- garantir uma oferta adequada de produtos, ampla e variada, que atenda as demandas dos usuários; e
- gerenciar a captação de recursos adicionais que venha a ser necessária para fins de implementação da estratégia financeira e operacional da Companhia.

A Companhia não garante que quaisquer destes objetivos sejam realizados com êxito, simultaneamente e por completo. O insucesso em implementar as estratégias pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, consumar, integrar ou ter sucesso e auferir os benefícios de aquisições futuras e de operações de novos negócios recém-constituídos/adquiridos, sendo que tais operações podem não trazer os resultados que a Companhia espera e/ou expor a Companhia a determinados riscos não vislumbrados.

No âmbito do plano de crescimento dos seus negócios, a Companhia considera além da expansão orgânica, a possibilidade de expansão por meio de combinações de negócios, aquisição de participação em outras companhias ou constituição de novos negócios.

A Companhia não garante que será capaz de identificar e garantir oportunidades de aquisição adequadas. Além disso, a sua capacidade de realizar aquisições bem-sucedidas em termos favoráveis pode ser limitada pelo número de alvos de aquisição disponíveis, demandas internas de recursos e, na

4.1 Descrição dos fatores de risco

medida do necessário, a sua capacidade de obter financiamento em termos satisfatórios para aquisições maiores, bem como a sua capacidade de obter as aprovações societárias, regulatórias ou governamentais exigidas.

A conclusão e o sucesso de qualquer operação estarão sujeitos a uma série de fatores econômicos, riscos relativos a essas transações e outros que estão além do controle da Companhia. Esses riscos incluem a possibilidade de:

- superestimar o valor do negócio objeto de aquisição/parceria, especialmente se for considerado que esses negócios podem não oferecer os resultados previstos e, portanto, os investimentos podem não oferecer o retorno esperado;
- passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos ou às parcerias estratégicas realizadas;
- como sucessora dos negócios de sociedades adquiridas, ser responsabilizada por passivos destas, bem como estar sujeita aos riscos e responsabilizações relacionados aos atos praticados por administradores e/ou ex-administradores, inclusive aqueles cujos fatos geradores tenham ocorrido anteriormente à conclusão de tal aquisição;
- celebrar documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os redirecionamentos estratégicos da Companhia, o que pode resultar em eventuais prejuízos futuros relativos às operações das empresas;
- não ter mapeado de forma exaustiva, ou não obter, as autorizações regulatórias necessárias às operações das companhias adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanção administrativa ou pecuniária;
- não ter monitorado toda a extensão de riscos relacionados a aderência de empresas em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (*compliance*, anticorrupção e outras);
- terceiros com quem a Companhia possui relações comerciais podem não estar dispostos a celebrar acordos em termos comercialmente aceitáveis em relação a uma transação específica.

Qualquer combinação dos fatores mencionados acima pode resultar na incapacidade da Companhia de integrar as empresas ou ativos adquiridos ou obter o crescimento ou as sinergias esperadas de uma transação específica.

As aquisições podem expor a Companhia a obrigações ou contingências desconhecidas incorridas antes da aquisição das empresas adquiridas ou dos respectivos ativos. A diligência realizada para avaliar a situação legal e financeira das empresas a serem adquiridas, bem como quaisquer garantias contratuais ou indenizatórias recebidas dos vendedores das empresas-alvo ou dos respectivos negócios, podem ser insuficientes para proteger ou indenizar a Companhia por quaisquer contingências que possam surgir. Quaisquer contingências significativas decorrentes de aquisições podem prejudicar as suas atividades e resultados. Além disso, a Companhia poderá adquirir empresas que não estão sujeitas à auditoria externa independente, o que pode aumentar os riscos relacionados às aquisições.

As aquisições podem também não serem concluídas por um longo período, ou até canceladas, por diversas razões, incluindo a não satisfação das condições precedentes ou a não obtenção das aprovações regulatórias exigidas, assim como condições para aprovação podem ser impostas, que não são passíveis de antecipação. Caso as condições precedentes não sejam verificadas, as operações podem não se concretizar, o que pode prejudicar a estratégia de negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As aquisições podem impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de *compliance*.

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de auferir o benefício de qualquer aquisição, incluindo a incapacidade de (i) implementar a cultura nas empresas adquiridas, (ii) integrar as respectivas políticas operacionais e contábeis e procedimentos, bem como sistemas de informação e operações de *Back-Office* com as das empresas adquiridas, (iii) agilizar operações de sobreposição e de consolidação de subsidiárias, (iv) manter a administração existente na medida necessária ou realizar a readequação das operações, (v) evitar potenciais perdas ou prejuízos às relações com os clientes e/ou usuários, conforme aplicável, existentes das empresas adquiridas ou com nossos usuários existentes, ou (vi) de qualquer outra forma gerar receitas suficientes para compensar os custos e despesas de aquisições. E, por consequência, a Companhia pode não conseguir atingir os resultados satisfatórios nos novos negócios, o que pode afetar as suas margens líquidas consolidadas.

Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, os negócios, resultados operacionais, reputação e condições financeiras da Companhia podem ser materialmente e negativamente afetados.

A Companhia pode ser impactada por variações cambiais indiretas decorrentes da correlação negativa entre o Bitcoin e o dólar norte-americano.

O Bitcoin pode estar sujeito a risco cambial indireto, uma vez que apresenta correlação inversa significativa com o índice do dólar (DXY). Isso significa que, em períodos de valorização do dólar, é comum que o Bitcoin apresente movimento de desvalorização, o que pode impactar negativamente o valor do ativo. Esse efeito pode gerar volatilidade adicional e potenciais impactos na estabilidade financeira da Companhia, especialmente em cenários de forte oscilação no câmbio internacional.

Se a Companhia não conseguir manter sua cultura e sua marca no processo de expansão, suas operações poderão ser adversamente afetadas.

A Companhia acredita que seu potencial de crescimento e o alcance de suas metas corporativas orientadas por resultados positivos financeiros e metas pré-definidas estão diretamente relacionados à sua capacidade de atrair e manter colaboradores altamente qualificados e comprometidos com a cultura e a marca da Companhia.

Na medida em que a Companhia expanda seus negócios, pode ser incapaz de identificar, contratar e manter trabalhando na Companhia um número suficiente de colaboradores alinhados à sua cultura corporativa. Tal falha poderia resultar em uma piora em seu atendimento aos seus usuários e/ou no desempenho de seus colaboradores, e consequentemente em um enfraquecimento da marca. A Companhia entende que sua cultura organizacional e a sua marca são cruciais para seus planos de negócio. O insucesso em manter tal cultura e marca pode afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de* sanções.**

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados podem ser processados em desacordo com a legislação vigente e estão sujeitos a incidentes de segurança cibernética, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. A Companhia deve também adotar um ambiente seguro para os titulares de dados. O investimento para manutenção das condições técnicas e administrativas para a segurança da informação e proteção de dados pessoais na Companhia também é necessário, inclusive para a sustentação de sua estrutura de governança corporativa de proteção de dados pessoais. A Companhia

4.1 Descrição dos fatores de risco

tem o dever legal de manter um canal de comunicação com os titulares dos dados pessoais sobre os quais realiza tratamento, inclusive seus clientes e parceiros comerciais.

Além da LGPD, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme alterada ("Constituição Federal"), a Lei nº 10.406/02 ("Código Civil"), a Lei nº 8.078/90 ("Código de Defesa do Consumidor" ou "CDC"), a Lei nº 12.965/14 ("Marco Civil da Internet") e o Decreto nº 8.771/16 são as principais leis que regem o uso de dados pessoais no Brasil. Entre outros requisitos, para que os dados pessoais sejam coletados e usados, a Companhia precisa se pautar em hipóteses legais válidas, conforme disposto na LGPD.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os titulares de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônico, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, nos impactará. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação realizada com dados pessoais, como por exemplo a coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou tornem identificável determinada pessoa.

A LGPD também estabelece que as seguintes informações devem ser fornecidas aos titulares de dados, o que pode ser feito por meio avisos de privacidade: (i) finalidade(s) específica(s) do tratamento; (ii) meios e duração do tratamento; (iii) identificação do controlador; (iv) informações de contato do controlador; (v) informações a respeito do compartilhamento de dados pessoais com terceiros e a finalidade; (vi) descrição das responsabilidades dos agentes de tratamento envolvidos; e (vii) os direitos dos titulares.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Marco Civil da Internet e no Código de Defesa do Consumidor, em caso de violação de suas disposições, notadamente as regras de segurança do armazenamento online da informação, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais a que se refere a infração, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração. Além disso, em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, ou por terceiros, sejam eles controladores que estiverem diretamente envolvidos no tratamento do qual decorram danos ao titular dos dados ou operadores contratados pela Companhia para tratar dados em seu nome.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia poderá ser judicialmente demandada ao pagamento de indenizações aos usuários prejudicados por violações dos seus direitos como titulares de dados, como por exemplo o seu direito de acesso, no sentido de obter informações sobre o tratamento de seus dados pessoais e demais direitos previstos na LGPD.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, poderão acarretar multas elevadas, a necessidade de divulgação de infração para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão das atividades da Companhia, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo à reputação da Companhia e seus resultados e, consequentemente, afetar o valor de suas ações.

Para mais informações, vide item 1.6 deste Formulário de Referência.

A incapacidade da Companhia ou falha em proteger os seus direitos de propriedade intelectual contra violações de terceiros, poderá afetar negativamente a Companhia.

O sucesso dos negócios da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger as atuais e futuras marcas da Companhia e defender os seus direitos de propriedade intelectual, com destaque para os nomes de domínio que permitem o acesso à plataforma e ao aplicativo da Companhia. Qualquer falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. O uso indevido ou não autorizado da propriedade intelectual da Companhia, principalmente, das marcas registradas, pode diminuir o valor da marca “MELIUZ”, bem como ocasionar um declínio nas vendas da Companhia.

A Companhia não garante que as medidas adotadas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos direitos de propriedade. Ainda, o monitoramento do uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e assim, ocasionalmente, terceiros já podem ter registrado ou adquirido direitos de marcas idênticas ou similares para produtos ou soluções que atendam ao mesmo mercado.

Há também o risco, ainda que por omissão, de a Companhia não conseguir prorrogar o registro de direitos de propriedade intelectual em tempo hábil ou que terceiros contestem e obtenham êxito em obstar ou anular quaisquer direitos de propriedade intelectual detidos pela Companhia ou a ela licenciados. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e fazer valer os direitos de propriedade intelectual da Companhia contra usos não autorizados ou violações praticadas por terceiros, e se não obtiver êxito na defesa de tais direitos, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O vínculo da marca da Companhia com qualquer comportamento, ato ou conteúdo controverso divulgado por influenciadores digitais com os quais a Companhia possui ou venha a possuir contratos poderá enfraquecê-la frente aos seus usuários.

A Companhia celebra contratos com influenciadores digitais com numerosos seguidores, para a divulgação de sua marca em redes sociais e mídias digitais. Na medida em que a Companhia não tem controle sobre os atos praticados pelos influenciadores digitais nem sobre o conteúdo das publicações por eles realizadas e que tais postagens podem, eventualmente, envolver questões polêmicas ou, até mesmo, opiniões repudiadas publicamente, a Companhia poderá ver sua marca vinculada a temas e comportamentos controversos, diminuindo seu valor frente aos seus usuários e Parceiros Comerciais. O vínculo da marca da Companhia com conteúdo controverso divulgado por tais influenciadores digitais ou atos polêmicos por eles praticados, portanto, poderá enfraquecê-la e prejudicar sua imagem, afetando adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos dos ativos e passivos da Companhia, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras assumidas, nos prazos estabelecidos. Em 31 de março de 2025, o valor dos passivos financeiros da Companhia era de R$ 65,5 milhões os quais se referem a fornecedores (R$ 9,8 milhões), arrendamento mercantil a pagar (R$ 182 mil), provisão de *cashback* (R$ 27,4 milhões), contas a pagar por aquisição de empresas (R$ 10,8 milhões), e custódia de Bitcoin (R$ 17,3 milhões).

Caso a Companhia não seja bem-sucedida na manutenção dos seus níveis de caixa e equivalentes de caixa para fazer frente a tais obrigações, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser impactados, e por consequência, poderá haver restrição da expansão das suas atividades.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e a dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados (tais como caso fortuito e força maior, interrupção de certas atividades e ataques cibernéticos), danos não segurados ou danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices vigentes na data deste Formulário de Referência. Caso haja um ataque cibernético, por exemplo, a Companhia está sujeita a ações indenizatórias de indivíduos que se sentirem prejudicados em decorrência do uso ou tratamento inadequado de seus dados pessoais. Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados, para os quais a Companhia não tenha cobertura contratada ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios acumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não garante que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso

4.1 Descrição dos fatores de risco

quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores podem criar obrigações relevantes e trazer efeitos adversos relevantes à Companhia, afetando seus negócios, sua condição financeira e reputação de forma negativa. A Companhia, suas controladas e seus respectivos administradores são e podem vir a ser no futuro partes no polo passivo em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais (de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental, concorrencial, criminal, de propriedade intelectual, trabalhista, entre outras). A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis a ela, suas controladas ou seus respectivos administradores, ou, ainda, que será mantido provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Para mais informações, vide itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

Da mesma forma, os administradores e os acionistas da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados ou chamados a depor em processos administrativos, judiciais, regulatórios, arbitrais ou inquéritos e investigações de natureza cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, criminais, entre outras, inclusive em relação a posições ocupadas em outras sociedades, cuja instauração e ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente, caso sejam indiciados ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

Decisões condenatórias ou a celebração de acordos que impliquem o pagamento de valores com relação a processos judiciais ou procedimentos administrativos poderão resultar em dispêndio de recursos relevantes para a Companhia, o que poderá afetar sua condição financeira ou a sua reputação de forma negativa, podendo inclusive ocasionar a proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público.

A Companhia poderá não ser capaz de prevenir ou detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita, entre outras, à Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), à Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro") e à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção "). Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, Lei Anticorrupção, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos similares aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros contratados para atuar em interesse ou benefício da Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

A Lei Anticorrupção impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos lesivos à administração pública praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não, podendo resultar, por exemplo, nas seguintes sanções: (i) multa no valor de até 20% (vinte por cento) do

4.1 Descrição dos fatores de risco

faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo; (ii) publicação extraordinária de sentença condenatória; (iii) obrigação de reparação de danos causados; (iv) perda de bens ou valores ilicitamente obtidos, e (v) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público. A Companhia poderá ainda, em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção perpetradas por seus Acionistas de Referência, controladores, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, consorciados, vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado, os quais, nesse caso poderiam afetar material e adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa e/ou judicial, nas esferas cível e/ou penal, relacionados a atos que violem as leis aplicáveis, praticados contra a administração pública do Brasil ou do exterior, por administradores, funcionários ou terceiros que agem em interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão de atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; entre outras sanções e consequências. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

O risco decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de usuários, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus usuários, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios ou seus usuários. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro e pode não ser capaz de ter acesso a financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, o que poderá afetá-la adversamente.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro para fazer frente às suas atividades, incluindo para fazer a novas aquisições e/ou desenvolvimento de novas linhas de negócios, a qual demandará, por sua vez aumento de despesas com os seus colaboradores, por meio da contratação de novos profissionais e aumento de despesas com atualização ou desenvolvimento de novos softwares e marketing de serviços.

A Companhia não pode garantir que terá acesso a financiamentos ou conseguirá emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas. Nesse contexto, a Companhia poderá também ter que eventualmente se sujeitar a diferentes cláusulas contratuais restritivas para obter financiamentos.

Ainda, a Companhia poderá optar obter o capital adicional por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de

4.1 Descrição dos fatores de risco

preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o capital social da Companhia poderá diluir a participação do investidor no capital social.

Na eventualidade de a Companhia não conseguir (i) obter financiamentos, empréstimos intercompany, fianças bancárias, seguros garantia, em condições satisfatórias, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, ou (ii) emitir valores mobiliários no mercado de capitais, quando necessário, a Companhia poderá não aproveitar oportunidades de negócios, satisfazer eventuais obrigações ou causar diluição aos seus acionistas em caso de captação no mercado de capitais. Na ocorrência de quaisquer de tais situações, os negócios e resultados financeiros da Companhia poderão sofrer um efeito adverso relevante.

A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas, no mínimo, 0,001% do seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido para a constituição de reservas, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e poderá não ser integralmente disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio. Por exemplo, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R$ 11,3 milhões, não tendo distribuído dividendos relativos a tal exercício social. Adicionalmente, a Companhia não pagará quaisquer dividendos a seus acionistas no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral que tal pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia.

Atualmente, os dividendos pagos por empresas brasileiras são isentos de tributação, mas há propostas legislativas para alterar essa realidade e passar a tributar os lucros e dividendos no Brasil. Assim, o Projeto de Lei nº 2.337, de 25 de junho de 2021 ("Projeto de Lei 2.337/2021") propõe a tributação de lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas brasileiras, tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados, mas ainda sem votação pelo Senado Brasileiro. Além disso, o Poder Executivo encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n° 1.087, de 18.3.2025 ("Projeto de Lei 1.087/25"), que busca criar im Imposto de Renda da Pessoa Física Mínimo ("IRPFM") a partir de janeirto de 2026 para tributar, à alíquota de até 10%, o pagamento, o creditamento, o emprego ou a entrega de lucros ou dividendos em montante superior a R$ 50.000,00 em um mesmo mês.

A aprovação do Projeto de Lei 2.337/2021 ou do Projeto de Lei 1.087/25 pode afetar os lucros da Companhia. Mudanças na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, majoração de impostos e/ou taxas já existentes, ou a expiração ou revogação de incentivos fiscais podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso na posição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que será capaz de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos do valor devido dos tributos incidentes em suas operações, seja em razão de reforma tributária, modificação de incentivos e isenções fiscais que usufrui ou por força de alteração das alíquotas ou base de cálculo de tributos devidos. Se tal fato ocorrer, os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos, o que poderá afetar negativamente o valor e a liquidez das ações da Companhia. Além disso, o valor dos dividendos pode ser reduzido significativamente, dependendo do comportamento de variáveis de mercado, como as taxas de juros no mercado doméstico.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente seus negócios.

As políticas e procedimentos para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser totalmente eficazes e/ou suficientes para prevenir ou detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas.

As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Adicionalmente, os procedimentos de *compliance* e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para prevenir, detectar e mitigar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus colaboradores, membros de sua administração, ou terceiros agindo em seu interesse ou benefício.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas da Companhia, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações ordinárias.

Uma falha na avaliação dos riscos associados a fraudes de cartões de crédito poderá vir a prejudicar a condição financeira, a reputação e a marca da Companhia, afetando adversamente o seu negócio e os seus resultados operacionais.

O Méliuz oferta o serviço de cartão de crédito de três maneiras:

- Cartão de Crédito Méliuz em parceria com o Banco BV: a Companhia não exerce controle sobre a gestão das operações de crédito nem sobre os mecanismos de prevenção à fraude, responsabilidades estas exclusivas da instituição financeira parceira;
- Cartão co-branded com o Banco Pan (cartão descontinuado em 2021, com o encerramento da parceria, mas que continua funcional para os usuários que já o possuíam): a Companhia autoriza o uso da marca “Méliuz” e da base de dados de seus usuários ao Banco Pan, prestador do serviço; assim como no modelo com o BV, a Companhia não exerce controle substancial sobre as operações de crédito nem sobre os mecanismos de prevenção à fraude, responsabilidades que permanecem com o banco parceiro; e
- Cartão de crédito próprio (cartão descontinuado em 2023 e atualmente em fase de encerramento do tombamento para o Banco BV): a responsabilidade sobre a avaliação de risco e prevenção a fraudes era da própria Companhia; os cartões eram emitidos por meio do Bankly, estando sujeitos a riscos como uso de dados roubados, tentativas de pagamento com fundos insuficientes, entre outros. Cabia ao Méliuz monitorar e avaliar a legitimidade das transações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em casos de transações ilegítimas, a Companhia poderia sofrer perdas financeiras, incorrer em passivos e estar sujeita a sanções regulatórias.

Em todas as modalidades descritas acima, falhas na prevenção ou correção de operações fraudulentas, ou qualquer dano causado aos titulares de cartões vinculados à marca “Méliuz”, podem gerar efeitos adversos relevantes à reputação da Companhia, aos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e à cotação de suas ações ordinárias. Além disso, a Companhia pode ser alvo de questionamentos por órgãos reguladores, multas, sanções administrativas e ações judiciais ou processos administrativos, com impactos negativos à sua marca, operações e desempenho.

A Companhia está sujeita a riscos de crédito em suas operações de cartão de crédito próprio.

Na operação de cartão de crédito próprio do Méliuz, a Companhia está sujeita ao risco de inadimplência de seus clientes em relação ao pagamento do saldo devido do cartão de crédito. Esse risco pode ocorrer caso os modelos utilizados na determinação da quantidade de crédito que estende a cada cliente não estejam devidamente calibrados.

Quaisquer eventos que possam impactar negativamente a capacidade dos clientes de honrar suas obrigações poderão resultar em perdas para a Companhia, bem como afetar o resultado operacional da Companhia. Por exemplo, caso as condições econômicas no Brasil se deteriorarem ainda mais devido a, entre outros fatores, desaceleração da atividade econômica, depreciação do real, inflação, aumento das taxas de juros domésticas ou aumento das taxas de desemprego, um percentual maior de seus clientes, os quais são mais sensíveis a tais fatores, pode entrar em inadimplência, aumentando as perdas e as provisões da Companhia para devedores, o que nos levaria a restringir a concessão de crédito aos seus clientes.

Caso o governo brasileiro implemente políticas restritivas de crédito ao consumidor, os resultados operacionais e situação financeira da Companhia podem ser adversamente afetados com a diminuição significativa da demanda de crédito pelos seus consumidores. A concretização desses riscos poderá afetar adversamente o crescimento, fluxo de caixa, negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

A Companhia pode vir a enfrentar dificuldades na exploração de novas oportunidades de negócios.

O crescimento e expansão dos atuais negócios da Companhia está fortemente ligado a diversos fatores, dentre os quais se destacam: (i) a atração e manutenção de Parceiros Comerciais e usuários, (ii) aprimoramento de seus produtos e serviços, (iii) sua capacidade de identificar e explorar novas oportunidades de negócios com sucesso; (iv) a disponibilidade de recursos financeiros para desenvolvimento de suas atividades, e (v) a contratação, treinamento e retenção de pessoal qualificado, especialmente em nível gerencial. Caso a Companhia não consiga administrar fatores e incertezas relacionados ao sucesso no aumento de sua base de usuários e no lançamento de novas verticais, os negócios e o resultado das operações da Companhia poderão ser negativamente afetados.

Adicionalmente, como parte de sua estratégia de crescimento, a Companhia analisa constantemente oportunidades de negócios (o que inclui aquisições, parcerias, *joint ventures*, entre outras formas associativas ou de aquisição) que julga interessantes para a sua atividade, relacionadas a seu mercado de atuação ou a novos mercados. A implementação bem-sucedida destes novos negócios poderá requerer o investimento de recursos financeiros não disponíveis para a Companhia, ocasionando a necessidade de captação de recursos adicionais. Além disso, a implementação de novos negócios envolve uma série de riscos e desafios que podem causar efeitos adversos sobre os objetivos de crescimento da Companhia, como riscos relacionados à integração das estratégias de negócios, às operações, aos sistemas de informação, ao pessoal, aos produtos e à base de usuários; às autorizações governamentais, incluindo das autoridades de defesa da concorrência; à geração dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

retornos esperados; e à exposição de obrigações e contingências. O processo de diligência e auditoria financeira, operacional e legal que a Companhia conduz para avaliar a situação dos potenciais novos negócios e quaisquer eventuais garantias contratuais ou indenizações que eventualmente receba da contraparte ou negócios prospectados podem falhar ou serem insuficientes para identificar, proteger ou indenizar a Companhia em função de eventuais contingências. A concretização de qualquer um desses riscos ou a ausência de recursos financeiros para investimento poderá impactar negativamente a Companhia.

A Companhia pode precisar de capital adicional no futuro, que pode não estar disponível em termos aceitáveis

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional para financiar sua expansão, para desenvolver novas *features* ou aprimorar as existentes ou para atuar frente a pressões competitivas. Esse capital pode não estar disponível em termos favoráveis a Companhia, caso não estejam, a Companhia pode não ser capaz de financiar a sua expansão, aproveitar oportunidades estratégicas e desenvolver o seu plano estratégico de crescimento, o que teria um efeito adverso no nosso negócio e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia. Nesse contexto, a Companhia pode também ter que eventualmente se sujeitar a diferentes cláusulas contratuais restritivas para obter financiamentos.

Na eventualidade de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou se não conseguir obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir satisfazer suas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, ou causar diluição a seus acionistas em caso de captação no mercado de capitais, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados financeiros.

A adoção da inteligência artificial expõe a Companhia a diversas situações, que se não gerenciadas adequadamente, podem levar a impactos adversos nos negócios, nas operações e na reputação da Companhia.

A Companhia estuda incorporar inteligência artificial em suas operações, a qual pode expor a Companhia a riscos de privacidade e segurança de dados, discriminação e conformidade regulatória, que variam de acordo com o cenário de implementação. Nesse sentido, existem riscos que são comuns, e que podem levar a impactos adversos aos negócios, como:

- implementação não coordenada com as ações estratégicas, valores e apetite de risco da Companhia pode levá-la a adotar modelos ineficazes ou até mesmo maliciosos ou antiéticos;
- decisões e recomendações inadequadas e incorretas devido a modelos inconsistentes resultam em perdas diretas, indiretas ou ameaças à organização, cliente e marca. A materialização desse risco pode levar a perdas financeiras e de reputação da Companhia, além de desperdício de recursos;
- indisponibilidade de dados precisos, rotulados, relevantes e imparciais para desenvolver, treinar e implantar modelos que atendam aos propósitos pretendidos pode gerar modelos tendenciosos;
- acesso não autorizado aos dados pode levar ao desalinhamento da solução com os objetivos de negócios;
- escolha inadequada de tecnologia, ou com restrições, podem limitar a auditabilidade do modelo e a disponibilidade de logs de auditoria, dificultando a transparência. Modelos não validados

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem expor a Companhia a uso indevido de direitos autorais ou, ainda, uso linguagem antiética;

- ausência de monitoramento e demora na captura de feedbacks podem atrasar correções nas discrepâncias do modelo;
- pontos únicos de falha na implantação sem redundância e tecnologia inflexível, podem limitar a escalabilidade à medida que a Companhia cresce.
- não identificar, rotular, armazenar e proteger Informações de Identificação Pessoal ("PII", na sigla em inglês) pode resultar em violações de privacidade de dados, levando a reações reputacionais e repercussões regulatórias contra a Companhia;
- ausência de controles de acesso adequados para proteger infraestrutura, aplicativo, modelo e código subjacente, pode expor a Companhia a ataques cibernéticos e vazamento de informações;
- ausência de pessoas qualificadas em cada estágio do ciclo de vida da inteligência artificial, somada à falta de segregação clara de papéis e responsabilidades, podem gerar um acúmulo de atividades em pessoas-chave e perda de qualidade do entregável;
- impacto na cultura de talentos da Companhia, que pode levar ao ressentimento dos funcionários, devido à implementação da inteligência artificial sem uma orientação e comunicação clara sobre o novo formato de trabalho "*Age of with*" – interação homem-máquina.
- não atendimento a requisitos regulatórios e de conformidade podem resultar em litígios e multas para a Companhia;
- falta de clareza sobre os regulamentos em torno da privacidade e segurança de dados, bem como de suas mudanças, pode levar a Companhia à criação de modelos ambíguos e penalidades financeiras.
- envolvimento de terceiros no ciclo de vida da implantação de inteligência artificial pode levar à dependência tecnológica e perda de propriedade intelectual;
- uso de termos vagos de contrato e controles inadequados na gestão do projeto representam um desafio para o gerenciamento de risco da implementação pela Companhia.
- decisões e recomendações incorretas, inconsistentes e tendenciosas feitas pelo modelo adotado pela Companhia, podem ocasionar problemas como perda de empregos e exclusão de serviços, causando disparidade socioeconômica.

Assim, caso a Companhia não consiga realizar o gerenciamento adequado, completo e de forma ampla dos riscos advindos com a adoção de inteligência artificial, atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais, isto pode eventualmente prejudicar os seus resultados operacionais e a sua reputação de forma adversa.

A Companhia se baseia em premissas na preparação de suas demonstrações contábeis e quaisquer mudanças podem ter efeito material adverso sobre os resultados da Companhia.

Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia utiliza o IFRS como norma contábil, bem como se baseia em estimativas, no histórico de experiências e em perspectivas futuras, entre outros fatores. Algumas premissas podem estar sujeitas a incertezas significativas, as quais fogem do controle da Companhia. Caso qualquer dessas premissas sofra mudanças ou se mostre incorreta, os resultados da Companhia podem ser afetados de maneira adversa e significativa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

A Companhia mantém negócios e operações financeiras com partes relacionadas, que podem gerar conflitos de interesses, incluindo reorganizações societárias, aquisições ou alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nesse cenário, as partes relacionadas poderão ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados e no valor das ações de emissão da Companhia.

Adicionalmente, as operações comerciais e financeiras realizadas entre a Companhia e suas afiliadas, mesmo se celebradas em condições de mercado, poderão potencialmente criar ou resultar em conflito de interesses. Além disso, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

A Companhia não pode garantir que as políticas de partes relacionadas (descritas no item 11.1 deste Formulário de Referência) sejam plenamente eficazes para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses. As situações de conflito de interesses com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e valores mobiliários.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle com mais de 50% de capital votante, o que poderá nos deixá-la suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou grupo de controle.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um acionista controlador ou grupo de controle com mais de 50% de capital votante. No entanto, podem surgir alianças ou acordos entre acionistas que, na prática, resultem em efeitos semelhantes aos de um grupo de controle. Caso isso ocorra e um grupo passe a exercer poder decisório, a Companhia poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas em suas políticas corporativas e estratégias, inclusive por meio da substituição de administradores.

A ausência de um acionista controlador ou grupo de controle com mais de 50% de capital votante também pode dificultar determinados processos de tomada de decisão, especialmente aqueles que exigem quóruns qualificados por lei, podendo impactar a governança e a agilidade nas deliberações sociais.

Adicionalmente, mudanças inesperadas na composição acionária, no quadro de administradores, nas diretrizes estratégicas, tentativas de aquisição de controle ou disputas entre acionistas sobre seus respectivos direitos podem afetar adversamente e ou negativamente nos negócios, nos resultados operacionais e na estabilidade da Companhia.

Os interesses dos Acionistas de Referência podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e investidores.

A Companhia é vinculada a um Acordo de Acionistas, celebrado em 31 de agosto de 2020 e aditado em 30 de maio de 2022, vigente desde que entrou em vigor em 5 de outubro de 2020. Esse acordo vincula a totalidade das ações de emissão da Companhia pertencentes aos signatários (conforme detalhado nos itens 6.1/2 e 1.13 deste Formulário de Referência) e, na data deste Formulário de Referência, não

4.1 Descrição dos fatores de risco

possui mais de 50% do capital votante ou influência majoritária permanente nas deliberações societárias.

Enquanto os Acionistas de Referência permanecerem vinculados por esse instrumento e detiverem participação que lhes permita preponderar nas deliberações societárias, é esperado que continuem exercendo influência sobre a condução dos negócios e atividades da Companhia, nos mesmos moldes atualmente adotados.

Essa atuação poderá, em determinadas situações, conflitar com os interesses dos demais acionistas ou não resultar em melhorias nos resultados operacionais, o que pode impactar negativamente a situação financeira, patrimonial e a valorização da Companhia no mercado.

Eventual conflito entre os Acionistas de Referência poderia prejudicar a condução estratégica de nossos negócios, afetando inclusive nosso resultado operacional.

Na data deste Formulário de Referência, os atuais Acionistas de Referência são signatários de um acordo de acionistas que garante diretrizes para condução estratégica de nossos negócios. Dessa forma, caso Acionistas de Referência tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em juízo acerca dos termos e condições do acordo de acionistas, estes poderão retardar ou não implementar medidas fundamentais e significativas para nós. Portanto, eventual discordância entre os Acionistas de Referência poderá prejudicar a condução estratégica de nossa Companhia, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

c. suas controladas e coligadas da Companhia

Além dos riscos descritos abaixo, aplicam-se às controladas da Companhia os riscos descritos nos subitens (a) e (i) deste item 4.1 do Formulário de Referência.

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações setoriais específicas e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

A Companhia tem realizado operações de aquisição de participação societária em outras sociedades, algumas inclusive em curso, como parte de sua estratégia de crescimento e ganhos de sinergia no mercado nacional. Para mais informações a respeito dessas aquisições, vide item 1.1 deste Formulário de Referência.

As referidas aquisições podem impor à Companhia o cumprimento e atendimento de regulamentações setoriais específicas, aumentando os seus custos de *compliance*.

O não cumprimento a tais regulamentações pode sujeitar a Companhia a multas e sanções, bem como a alteração das leis existentes e regulamentos podem impor um aumento dos custos para as operações das controladas da Companhia, o que poderá afetar negativamente as operações e situação financeira da Companhia e de suas controladas.

***A Alter Pagamentos, instituição de pagamento controlada pela Companhia, está sujeita a riscos associados ao não cumprimento de regulamentações do Banco Central e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à referida regulamentação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

A Alter é instituição de pagamento devidamente autorizada pelo Banco Central para operar. Como tal, está sujeita à regulação de suas atividades de meio de pagamento, o que inclui normas referentes a requerimentos de capital mínimo, normas contábeis, normas de compliance, dentre outros. Além disso,

4.1 Descrição dos fatores de risco

tendo em vista que a Alter é uma empresa que oferece serviços de negociação de Bitcoin, ela está sujeita à Lei nº 14.478/2022, que estabelece diretrizes sobre a prestação de serviços de ativos virtuais no Brasil, e ao Decreto nº 11.563/2023, que atribuiu competência ao Banco Central para regulamentar, autorizar e supervisionar os prestadores de serviços de ativos virtuais ("VASPs"). Em 2024 e 2025, o Banco Central realizou consultas públicas para coleta de subsídios e contribuições para formulação da regulamentação para as VASPs, sendo que, até o momento, não publicou normas específicas a esse respeito. Quando as referidas normas vierem a ser publicadas pelo Banco Central, isso poderá ocasionar um aumento dos custos para as operações da Alter, o que poderá afetar de forma adversa a sua situação financeira e, consequentemente, a situação financeira da Companhia.

Impactos reputacionais negativos e resultados financeiros insatisfatórios das empresas controladas podem afetar a reputação e os resultados financeiros da Companhia.

Conforme descrito no item 6.4 deste Formulário de Referência, o grupo da Companhia é formado pelas empresas Picodi, Melhor Plano, Promobit, Alter, Méliuz Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, Zoppy e Gana, além de ter adquirido os ativos de titularidade da Muambator.

Tais empresas desempenham funções estratégicas para o fortalecimento do ecossistema Méliuz, seja por meio da oferta de serviços próprios, da integração com parceiros ou da geração de receita via canais específicos, entre outros.

Estamos sujeitos a riscos relacionados à má performance, interrupções operacionais, eventos adversos ou à não concretização de premissas de negócio que embasaram investimentos e aquisições. Conforme descrito no item 1.4 deste Formulário de Referência, o Picodi enfrenta desafios significativos relacionados à recuperação do tráfego orgânico e à retenção de usuários, que são fundamentais para o crescimento sustentável e o aumento da receita ao longo do tempo.

Ainda, podem ocorrer restrições regulatórias, falhas tecnológicas, problemas com parceiros comerciais, ou mesmo desalinhamento estratégico, o que comprometeria a entrega dos resultados previstos.

Eventuais impactos reputacionais negativos das empresas controladas podem afetar o resultado da Companhia e gerar efeitos negativos sobre a percepção da marca Méliuz como um todo.

Além disso, eventuais perdas operacionais ou a não geração de valor esperada por essas empresas pode levar à necessidade de reconhecimento contábil de perdas por *impairment*, com efeitos adversos sobre o resultado consolidado da Companhia.

A ocorrência de qualquer um desses fatores pode afetar a rentabilidade, reputação e valor de mercado da Companhia, além de influenciar negativamente o preço das ações de sua emissão.

d. seus administradores

A Companhia pode ser adversamente afetada caso seus administradores e pessoas a ela ligadas, sejam associados, ou mesmo acusados de estarem associados, à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo, à corrupção e a outras atividades ilícitas relacionadas ou, ainda, a estrutura da Companhia seja utilizada, mesmo que sem seu conhecimento, para lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, corrupção ou para outros fins ilegais ou impróprios. De acordo com a legislação anticorrupção brasileira aplicável, uma pessoa jurídica pode sofrer sanções em caso de infrações cometidas por outras sociedades de seu mesmo grupo econômico.

A perda de membros da alta administração da Companhia e/ou a incapacidade de atrair e manter diretores qualificados podem causar um efeito adverso sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

O crescimento e desempenho da Companhia dependem em grande parte de esforços e da capacidade de sua alta administração formada por experientes executivos e colaboradores que detêm amplo

4.1 Descrição dos fatores de risco

conhecimento do negócio, entre eles, os fundadores da Companhia. A perda destes membros da alta administração da Companhia poderá afetar de modo adverso e relevante seus negócios e resultados operacional e financeiro. Além disso, caso a Companhia venha a perder algum desses profissionais-chave, pode não conseguir atrair novos profissionais com a mesma qualificação para substituí-los.

O sucesso da Companhia também depende de sua habilidade em identificar, atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerir profissionais altamente qualificados nas áreas técnicas, de gestão, tecnologia, *marketing* e serviços aos seus usuários. A competição por tais colaboradores altamente qualificados é intensa, e a Companhia pode não ser capaz de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, poderá não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, os resultados operacional e financeiro da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Os administradores da Companhia podem se tornar partes em processos judiciais ou administrativos, o que pode afetar negativamente a reputação e os negócios do Méliuz

Os administradores da Companhia podem, eventualmente, ser alvos de processos judiciais ou administrativos, relacionados ou não diretamente às atividades do Méliuz. Ainda que essas ações não envolvam a Companhia como parte formal, a associação de imagem entre a liderança e a marca Méliuz pode gerar impactos reputacionais relevantes.

Esse tipo de exposição pode prejudicar a percepção do mercado, afetar negociações com clientes, parceiros comerciais e instituições financeiras, além de gerar restrições ou limitações à atuação dos administradores envolvidos.

Não é possível garantir que a existência ou o surgimento de novos processos não afete a capacidade de gestão desses administradores ou gere impactos adversos à reputação, operação ou resultados da Companhia.

Os interesses de determinados colaboradores, empregados e administradores podem, no curto prazo, ficar excessivamente atrelados à cotação das ações da Companhia

A estratégia de remuneração da Companhia inclui a concessão de incentivos de longo prazo baseados em ações a determinados colaboradores, administradores e prestadores de serviço. Esse modelo pode levar, no curto prazo, a uma excessiva vinculação de seus interesses à cotação das ações da Companhia.

Adicionalmente, caso não ocorra a valorização esperada das ações, os planos de incentivo podem se tornar menos atrativos, comprometendo a retenção e o engajamento de talentos estratégicos. A volatilidade no preço das ações também pode impactar as despesas da Companhia, especialmente aquelas relacionadas ao reconhecimento contábil dos programas de remuneração.

e. seus fornecedores

A Companhia contrata armazenamento dos dados e informações produzidos em suas operações diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em "nuvem"). Eventuais interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação pelos responsáveis pelo armazenamento desses dados ou informações poderão acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser, direta ou indiretamente, afetados por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia.

As operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Os dados e informações gerados em suas operações são processados e

4.1 Descrição dos fatores de risco

armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em “nuvem”). Caso esses servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia.

Ainda, a LGPD estabelece responsabilidade solidária entre os controladores de dados, como a Companhia, e os operadores de dados, definidos como os agentes que realizam tratamento de dados pessoais em seu nome e no seu interesse, sempre que os controladores de dados estiverem diretamente envolvidos no tratamento de dados pessoais pelos operadores. Isto significa que as violações à legislação de proteção de dados por contratados e subcontratados da Companhia que realizem tratamento de dados em seu interesse, inclusive os provedores de aplicativos e conexão na internet, poderão resultar em deveres de compensação e indenização perante terceiros à Companhia, que poderão gerar custos e despesas relevantes e impactar os resultados financeiros da Companhia e sua reputação.

A Companhia conta com terceiros para direcionar tráfego para o site, e esses provedores podem alterar os algoritmos ou os preços dos mecanismos de pesquisa de maneira a afetar negativamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

O sucesso da Companhia depende de sua capacidade de atrair consumidores de maneira eficiente. No que diz respeito aos canais de *marketing*, a Companhia se aproveita de relacionamentos com provedores de serviços *on-line*, mecanismos de pesquisa, mídias sociais e outros sites e negócios de comércio eletrônico para fornecer conteúdo, banners publicitários e outros links que direcionam os consumidores ao site da Companhia. A Companhia utiliza esses relacionamentos para fornecer fontes de tráfego incremental para seu site. Em particular, usamos mecanismos de pesquisa, como Google, Bing e Yahoo! e as principais lojas de aplicativos para celular, como canais de *marketing*. As empresas de mecanismos de pesquisa alteram seus algoritmos naturais periodicamente, e a classificação da Companhia nas pesquisas naturais pode ser afetada negativamente por essas alterações. As empresas de mecanismos de pesquisa também podem determinar que a Companhia não está em conformidade com suas diretrizes e, consequentemente, a penalizar em seus algoritmos.

Se os mecanismos de pesquisa alterarem ou acabarem prejudicando a Companhia com seus algoritmos, termos de serviço, exibição e apresentação dos resultados de pesquisa, ou se a concorrência por anúncios aumentar, talvez a Companhia não consiga direcionar parte dos consumidores ao seu site e aplicativos. Como resultado, os negócios, resultados operacionais e condições financeiras da Companhia podem ser negativamente afetados.

A Companhia não pode garantir que seus fornecedores e Parceiros Comerciais não venham a utilizar práticas irregulares, podendo causar danos à sua imagem, marcas e resultados financeiros.

A Companhia não pode garantir que alguns de seus fornecedores e Parceiros Comerciais não venham a apresentar irregularidades em suas operações por descumprimento de legislações tributária, trabalhista, socioambiental e anticorrupção. É possível que tais parceiros e/ou fornecedores se utilizem da quarteirização da cadeia produtiva, ou mesmo que venham a se utilizar dessas irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos. Por meio deste modelo, a Companhia atua como intermediária das transações de venda, não estando sob seu controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos parceiros perante os respectivos usuários. Embora o Marco Civil da Internet determine que o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, referido artigo é objeto de

4.1 Descrição dos fatores de risco

Ação de Direta de Inconstitucionalidade, a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal nos próximos meses. Caso essa disposição seja declarada inconstitucional, haverá um aumento exponencial da responsabilidade civil da Companhia por produtos e serviços comercializados pelos Parceiros Comerciais por meio de suas plataformas, que poderão resultar em prejuízos financeiros relevantes. Além disso, caso algum desses parceiros não cumpra com suas obrigações perante os usuários, a Companhia pode ter seus indicadores de atendimento aos usuários impactados negativamente, sofrer sanções de órgãos reguladores e verificar aumento do número de ações judiciais na esfera cível e tributária, dentre outros. Caso a materialização deste risco ocorra, a Companhia poderá ter prejuízos com sua imagem e, em consequência, perda de atratividade perante seus usuários, com impacto direto na redução de sua receita líquida e resultado operacional, afetado também por sanções, como multas, a serem aplicadas por órgãos competentes. Ademais, poderá sofrer queda no valor das ações de sua emissão.

Uma paralisação do trabalho ou uma greve significativa por parte dos nossos funcionários pode afetar as nossas operações.

Os nossos funcionários são representados por sindicatos e estão assegurados por acordo ou convenção coletiva, o qual está submetido a renegociações periódicas nos prazos estabelecidos por lei. Greves e paralisações dos trabalhos ou outra interrupção de trabalho em qualquer dos nossos estabelecimentos que perturbe terceiros, tais como fornecedores de bens ou serviços podem ter um efeito material adverso no nosso negócio, resultados da operação ou condição financeira.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas, ambientais e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia poderá ser considerada solidária ou subsidiariamente responsável pelas dívidas trabalhistas, podendo, assim, ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas por condutas de terceiros e eventualmente ser obrigada a efetuar o pagamento de condenações judiciais e demais penalidades. Neste caso, a imagem, os negócios e resultados financeiros da Companhia podem ser adversamente afetados.

f. seus clientes

Precisamos identificar e responder rapidamente e com sucesso a mudanças nas preferências dos consumidores.

O sucesso de nossas vendas e resultados de operações depende da nossa capacidade de identificar, prever e responder prontamente a mudanças e possíveis mudanças nas tendências do mercado (incluindo *design*, estilo, qualidade, tecnologia) e preferências dos nossos clientes. Se não gerenciarmos nossos produtos com precisão, nos mantermos atualizados com as tendências mais recentes ou ajustarmos nossos produtos com êxito às preferências dos clientes, e, portanto, pode afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais, condição financeira e a imagem de nossas marcas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Podemos ser responsabilizados por perdas causadas por nossos serviços aos consumidores, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

As leis de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Nesse sentido, quaisquer pleitos de defesa do consumidor, incluídas as demandas originadas pelas autoridades municipais, estaduais ou federais, tais como a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e o Ministério Público, podem afetar negativamente os nossos negócios. No caso de sermos responsabilizados em um processo judicial ou administrativo, podemos ter um efeito adverso relevante em nossos negócios, reputação e resultados.

Na hipótese de não conseguirmos oferecer suporte de qualidade, nossa imagem, reputação e negócios poderão ser afetados adversamente.

Nossos clientes contam com nossa equipe de suporte para ajudá-los a implantar, utilizar e resolver problemas técnicos e operacionais relacionados aos nossos produtos e serviços. A manutenção de um serviço de suporte de qualidade é fundamental para expandirmos nossos negócios e buscarmos novos clientes. Conforme vamos expandindo nossas operações, precisaremos investir na atual estrutura de suporte existente, o que pode aumentar significativamente nossos custos e despesas operacionais. Adicionalmente, eventuais falhas em auxiliar nossos clientes a resolver seus problemas técnicos e operacionais ou em prestar suporte eficiente, de qualidade e de forma condizente com a demanda decorrente de nosso crescimento, poderá prejudicar nossa imagem, reputação, a captação de novos clientes e a renovação e expansão de nosso relacionamento com clientes existentes, afetando adversamente nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

O Governo Federal está constantemente promovendo modificações na regulação do comércio, da Internet e dos cartões de crédito, e tais mudanças poderão afetar nossos negócios adversamente.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais, bem como a leis que regem a Internet e o comércio eletrônico. Não existe atualmente diferenciação entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a dificultar o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem abranger tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

Ainda, o Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar a redução das receitas financeiras de nossos parceiros decorrentes dos juros praticados em tais operações, afetar negativamente as nossas parcerias para oferta dos cartões de crédito com a marca “Méliuz” e, consequentemente, os nossos resultados.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Historicamente, o setor varejista tem sido suscetível a períodos de desaquecimento econômico geral que levaram à queda nos gastos do consumidor. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, a ocorrência de epidemias ou pandemias e qualquer que resulte na queda da demanda de consumo, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salários. Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível. Tais situações poderão afetar adversamente as vendas dos Parceiros Comerciais da Companhia e, consequentemente, o resultado operacional e situação financeira da Companhia em virtude da redução da comissão que esta faria jus pela intermediação da venda do respectivo produto.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia pode sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro tem frequentemente implementado e discutido diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus usuários, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor.

Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da carga tributária da Companhia, o que poderia afetar adversamente sua lucratividade. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que se baseia para realizar suas transações.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às operações da Companhia, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

No que se refere à legislação brasileira, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Tributária, por meio da EC 132/2023. Em 16 de janeiro de 2025, o atual presidente do Brasil sancionou o primeiro projeto de regulamentação do novo sistema de tributação do consumo, através da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 ("LC 214/2025") que alterou a tributação para um sistema de tributação sobre o Valor Agregado ("IVA Dual"), composto por uma contribuição federal sobre bens e serviços ("CBS"), um imposto sobre bens e serviços ("IBS"), além de um novo imposto especial de consumo ("IS") a ser aplicado sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e cigarros. No âmbito da Reforma Tributária, o CBS substituirá as atuais contribuições sociais federais, o Programa de Integração Social ("PIS") e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), enquanto o IBS substituirá tanto o imposto estadual sobre bens e serviços ("ICMS") quanto o imposto municipal sobre serviços ("ISS"). Em suma, os tributos que compõe IVA Dual possuirão uma base ampla e integral, serão não cumulativos (permitindo a apropriação de créditos sobre quase todos os valores anteriormente pagos – com apenas algumas exceções previstas na legislação), incidirão sobre quaisquer operações com bens e serviços, serão cobrados no destino e terão apenas algumas exceções. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, a alíquota combinada dos dois tributos deve girar em torno de 28%. Durante a fase de transição, que terá duração variada a depender do tributo, haverá uma coexistência dos tributos recém instituídos e dos tributos anteriormente vigentes. A partir de 2027 as contribuições ao PIS/COFINS deixarão de existir e serão substituídas definitivamente pela CBS, que terá sua alíquota padrão definida pelo Senado Federal. Na

4.1 Descrição dos fatores de risco

mesma data, o IPI será zerado, exceto para os produtos que também tiverem sido industrializados na Zona Franca de Manaus no ano de 2024. De 2029 a 2032, as alíquotas do IBS serão aumentadas proporcionalmente ano a ano, enquanto as alíquotas do ICMS e do ISS serão reduzidas gradativamente, assim como os benefícios fiscais concedidos durante esse período. Em 2033, o IBS será implementado integralmente, enquanto o ICMS e o ISS serão extintos. Até o momento, o Congresso Nacional analisou dois projetos de Lei Complementar (PLP 68/2024 e PLP 108/2024) para regulamentar a Reforma Tributária, o primeiro PLP foi aprovado e objeto de sanção presidencial, dando origem à Lei Complementar 214/2025, conforme informado anteriormente, e o segundo aguarda aprovação do Senado Federal.

Paralelamente, o Congresso Nacional Brasileiro discute algumas outras mudanças, que podem afetar a distribuição de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio, em uma potencial e ampla reforma da tributação da renda. Para mais informações sobre as mudanças relacionadas aos dividendos e juros sobre o capital próprio, vide fator de risco acima "*A Companhia pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio*".

Mudanças na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, ou a expiração ou revogação de incentivos fiscais podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso na posição financeira ou resultados operacionais da Companhia, além de poder afetar o setor como um todo.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não consegue prever com precisão o impacto da Reforma Tributária ou de outras reformas tributárias em trâmite no Congresso Nacional em sua operação e o efeito dessas reformas em todos os setores da economia permanece incerto e difícil de avaliar. Se tais mudanças aumentarem a carga tributária (direta ou indiretamente) da Companhia, sua margem bruta poderia diminuir, o que pode afetar materialmente e adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Novas formas de incentivos fiscais poderão surgir dentro do novo modelo de tributação do consumo, depois de encerrado o prazo de vigência dos atuais incentivos fiscais da Companhia com condições menos favoráveis com relação aos incentivos fiscais atualmente em vigor, o que poderá afetar adversamente seus negócios e atividades operacionais. Caso novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos à Companhia em comparação aos que estão atualmente em vigor, a Companhia será igualmente afetada de maneira relevante e adversa. Dessa forma, agora será necessário aguardar para avaliar efetivamente o impacto dos incentivos fiscais.

A Lei do Bem institui incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica. Dessa forma, a partir de janeiro de 2019, a Companhia passou a usufruir de um dos incentivos previstos em tal lei, qual seja, a dedução, para efeito de apuração do lucro real, de valor correspondente à soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ. No período de três meses findo em 31 de março de 2025, esses incentivos fiscais totalizaram R$ 1,4 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R$ 6,1 milhões. Não podemos assegurar que os incentivos serão integralmente mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso nos nossos resultados.

A Companhia não consegue garantir que não haverá mais reformas tributárias ou mudanças na legislação e regulamentações aplicáveis que alterem o regime tributário atual ao qual estão sujeitas, ou que seus incentivos fiscais existentes serão efetivamente mantidos nas condições atuais até o fim de

4.1 Descrição dos fatores de risco

seus termos efetivos, ou que serão capazes de renovar as isenções fiscais em termos favoráveis após o término de seus termos atuais.

Além disso, a Companhia pode enfrentar situações semelhantes nas quais as interpretações que fazem de uma legislação tributária podem diferir daquela feita pelas autoridades fiscais, ou as autoridades fiscais podem contestar a interpretação feita pela Companhia que podem assumir provisões e cobranças imprevistas. Ainda, um eventual acordo em uma disputa tributária pode ter um impacto mais amplo em outras disputas tributárias. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso relevante na condição econômico e financeira e nos resultados da Companhia ou de controladas.

A Companhia pode ser impactada pela regulamentação aplicável a Bitcoins, inclusive por eventuais restrições impostas por autoridades brasileiras que afetem o investimento em Bitcoin.

Atualmente, o mercado de criptoativos no Brasil é regido pela Lei nº 14.478, de 21 de dezembro de 2022, conforme alterada, e pelo Decreto nº 11.563, de 13 de junho de 2023, o qual estabeleceu o Banco Central como competente para disciplinar as atividades das prestadoras de serviços de ativos virtuais, sendo a CVM responsável por regular as ofertas de ativos virtuais considerados valores mobiliários, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Em 2024 e 2025, o Banco Central realizou consultas públicas para coleta de subsídios e contribuições para formulação da regulamentação para os prestadores de serviços de ativos virtuais, sendo que, até o momento, não publicou normas específicas a esse respeito. Caso as normas que o Banco Central venha a publicar para o setor de criptoativos brasileiro, ou que a CVM eventualmente venha a publicar com relação à oferta de ativos virtuais considerados valores mobiliários, contenham restrições à negociação, custódia, oferta ou investimento em Bitcoin, isso poderá afetar de forma adversa a estratégia da Companhia de investir em Bitcoins. Adicionalmente, existe a perspectiva de que transferências transacionais de Bitcoin (e outros ativos virtuais) passem a ser operações inseridas no mercado de câmbio, o que poderá impactar significativamente a disponibilidade e o valor do ativo.

No cenário internacional, observa-se um movimento crescente de convergência regulatória voltado à promoção da transparência e à mitigação de riscos no ecossistema de criptoativos. Um dos principais marcos nesse contexto é a implementação da chamada *Travel Rule*, um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pelo *Financial Action Task Force* (FATF), que desde 2019 passou a exigir que prestadores de serviços de ativos virtuais (VASPs) coletem, verifiquem e compartilhem informações pessoais de remetentes e destinatários de transações com criptoativos — como nome, número de conta e endereço. O objetivo da regra é fortalecer os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, promovendo maior rastreabilidade e segurança nas transações envolvendo ativos virtuais.

A União Europeia incorporou formalmente a *Travel Rule* por meio do regulamento MiCA (*Markets in Crypto-Assets Regulation*), que entrou em vigor em 2024. O MiCA estabelece um arcabouço regulatório abrangente para emissores e prestadores de serviços de criptoativos, incluindo requisitos de governança, transparência, proteção ao consumidor e combate a ilícitos financeiros.

A adoção de normas semelhantes por outras jurisdições, inclusive o Brasil, bem como a evolução da regulamentação sobre o mercado de criptoativos a nível mundial, poderão impactar significativamente a forma como transações (locais e transfronteiriças) com criptoativos, incluindo o Bitcoin, são executadas. Além disso, as indefinições regulatórias podem limitar a negociação, custódia, oferta ou investimento em Bitcoin. Tais situações geram incertezas que podem impactar de forma adversa a estratégia da Companhia de investir em Bitcoins e, consequentemente, podem impactar adversamente os negócios e os resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico é relativamente recente, limitada e está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar os negócios da Companhia.

Atualmente, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulado por uma legislação complexa e as autoridades governamentais têm se mostrado cada vez mais sensíveis e atuantes em questões relacionadas à privacidade e à proteção dos dados pessoais. Eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação podem resultar em indenizações e na perda da confiança de seus usuários na segurança dos serviços, afetando adversamente as receitas da Companhia.

Os direitos à intimidade e à vida privada são genericamente assegurados pela Constituição Federal e pelo Código Civil, mas, na ausência de regras mais específicas sobre o tema, a legitimidade das práticas envolvendo o uso de dados pessoais foi, historicamente, avaliada de forma casuística pelo judiciário. Além disso, outras leis setoriais tutelam o tratamento de dados pessoais no Brasil, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet, também teve como objetivo regular o uso e tratamento de dados coletados por meio da internet.

Apesar do Código de Defesa do Consumidor ter estabelecido algumas regras específicas para contratação no âmbito do comércio eletrônico, não há atualmente distinção significativa entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo.

Ainda, quando foi aprovada a LGPD, as práticas relacionadas ao uso de dados pessoais eram reguladas por algumas normas setoriais. A LGPD trouxe um sistema de regras novo com relação ao tratamento de dados pessoais, mais completo e de aplicação transversal, afetando todos os setores da economia, especialmente as empresas que tratam um grande volume de dados pessoais, como é o nosso caso. A referida lei tem como objetivo criar um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais informações, trazendo novas obrigações a serem observadas pela Companhia. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade de obrigações exigidas, bem como devido à falta de clareza e unificação em certos aspectos da regulamentação ou à ausência de segurança jurídica. Tendo em vista o largo volume de dados pessoais tratados, a Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, sujeitando-se a perdas financeiras e de reputação o que pode afetar significativamente os nossos resultados financeiros. Em caso de infrações à LGPD, a Companhia estará sujeita, além da responsabilidade civil, às sanções previstas em tal lei, conforme já mencionado neste Formulário de Referência.

Além disso, as leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento *online*, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços.

A Companhia pode ser considerada responsável por danos causados por seus produtos ou serviços a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação de defesa do consumidor imputa à Companhia o ônus da prova na demanda de um cliente, colocando-a em desvantagem em qualquer processo envolvendo relações de consumo.

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, essas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante

4.1 Descrição dos fatores de risco

órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

Penalidades podem ser aplicadas pelas Agências de Proteção ao Consumidor (PROCON), que supervisionam os problemas dos consumidores de acordo com o distrito. As empresas que operam em todo o Brasil podem sofrer multas em face do PROCON, bem como da Secretaria Nacional do Consumidor (SENACON). As empresas podem resolver reclamações feitas pelos consumidores por meio do PROCON pagando uma indenização por violações diretamente aos consumidores e por meio de um mecanismo que permita ajustar sua conduta, denominada contrato de ajuste de conduta (Termo de Ajustamento de Conduta – TAC). Os promotores públicos brasileiros também podem iniciar investigações de supostas violações dos direitos do consumidor, e o mecanismo TAC também está disponível como uma sanção nesses processos. As empresas que violam TACs enfrentam possíveis multas automáticas. O Ministério Público brasileiro também pode ajuizar ações civis públicas contra empresas que violam os direitos do consumidor, buscando uma observação rigorosa das leis de proteção ao consumidor e compensação por quaisquer danos aos consumidores. Caso enfrentemos restrições e multas nos termos do Código Brasileiro de Proteção ao Consumidor, nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de nossos valores mobiliários poderão ser adversamente afetados.

Em 31 de março de 2025, a Companhia era parte passiva em processos de natureza consumerista, incluindo reclamações relativas a produtos ou procedimentos de parceiros comerciais. Novas ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra a Companhia sob as alegações de que seus produtos ou serviços estavam viciados, defeituosos, deteriorados ou adulterados; alegações de que os consumidores não receberam informações adequadas entre outras alegações. Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais em qualquer ação poderão impactar o resultado da Companhia e sua condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão impactar a imagem da Companhia afetando, consequentemente, suas vendas e reputação.

Adicionalmente, mesmo com relação aos produtos comercializados por Parceiros Comerciais por meio do *shopping*, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente no caso de ações judiciais demandadas por seus clientes, ocasionando também um impacto negativo à imagem da Companhia e seus resultados.

As instituições que oferecem serviços financeiros no Brasil estão sujeitas a mudanças regulatórias por parte do Banco Central.

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. A estrutura regulatória que rege as instituições brasileiras que oferecem serviços financeiros está em contínua evolução, inclusive em decorrência de tratados e acordos internacionais. Leis e regulamentações existentes podem ser alteradas, e a maneira com que as leis e regulamentações são aplicadas ou interpretadas também pode mudar, assim como novas leis e regulamentações podem ser adotadas. Além disso, a Companhia oferece serviços financeiros por meio de acordo comercial firmado com instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Referido modelo de parceria é conhecido genericamente como *Banking as a Service* ("BaaS"). Em 31 de outubro de 2024, o Banco Central do Brasil abriu a consulta pública nº 108 sobre proposta de regulamentação da prestação de serviços de BaaS por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a qual se encerrou em 28 de fevereiro de 2025 e, atualmente, aguarda-se a publicação da regulamentação do tema pela autarquia. A Companhia não possui controle sobre as regulamentações governamentais aplicadas às suas atividades, incluindo a regulamentação da prestação de serviços de BaaS a ser publicada pelo Banco Central do Brasil e as relativas a

4.1 Descrição dos fatores de risco

requerimentos de capital mínimo, investimento em capital fixo, limites e outras restrições de crédito, gestão de riscos, contábeis e estatísticos, dentre outros. Tais mudanças podem afetar de forma adversa suas operações e rendimentos.

Os serviços de oferta de crédito no Brasil estão sujeitos a mudanças regulatórias por parte do Conselho Monetário Nacional.

O Governo Federal define, por meio de órgão competente, mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, de 26 de janeiro de 2017, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade "crédito rotativo" até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade "crédito parcelado" e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, pode implicar na redução das receitas financeiras da Companhia decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar seus resultados.

i. países estrangeiros em que o emissor atue

***A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da GDPR e poderá ser afetada adversamente pelo investimento na adoção de medidas para adequação à legislação, bem como aplicação de multas e outros tipos de* sanções *em hipótese de não adequação ou descumprimento*.**

A Picodi, sociedade controlada pela Companhia sediada na Polônia, em função do tratamento de dados de pessoas localizadas na União Europeia realizado, está sujeita às sanções da *General Data Protection Regulation* ("GDPR"), que foi aprovada em abril de 2016 e entrou em vigor em maio de 2018, na medida em que a Companhia, através da Picodi, realize o tratamento de dados pessoais no contexto de atividades de um estabelecimento localizado na União Europeia ou quando ofereçam produtos e serviços direcionados a pessoas naturais localizadas na União Europeia.

A GDPR inclui disposições sobre direitos dos titulares de dados pessoais, princípios aplicáveis aos tratamentos de dados pessoais, as bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais em termos exaustivos, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos, as transferências internacionais de dados pessoais, o papel das autoridades de supervisão, dentre outras disposições. O descumprimento das determinações estabelecidas em tal regulamento, pode acarretar multas que podem chegar a 4% (quatro por cento) da receita anual global da sociedade ou 20 milhões de euros, o que for maior, além de divulgação do incidente para o mercado e até a suspensão de suas atividades.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela controlada da Companhia sediada na União Europeia e eventual descumprimento da GDPR, podem acarretar multas elevadas para a Companhia e outras sanções, a serem aplicadas por entidades estrangeiras ou danos à reputação, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia e seus negócios, reputação e resultados operacionais.

As operações internacionais da Companhia estão sujeitas a desafios comerciais e regulatórios variados e crescentes, e a possível incapacidade da Companhia de adaptação aos cenários diversificados e em constante mudança dos mercados internacionais pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

As operações internacionais da Companhia demandam atenção e recursos da administração da Companhia, bem como exigem que a Companhia esteja em conformidade com uma grande variedade

4.1 Descrição dos fatores de risco

de culturas, práticas comerciais, legislações e políticas locais. As operações internacionais da Companhia estão sujeitas a diversos riscos, incluindo, por exemplo:

- a capacidade de manter a satisfação dos seus parceiros e clientes de modo que seus produtos e serviços ofertados continuem a atrair parceiros de alta qualidade;
- a capacidade de responder com sucesso aos desafios macroeconômicos e a capacidade de otimizar a oferta de acordo com as preferências dos consumidores em períodos específicos;
- instabilidade e incerteza política, econômica e civil (incluindo atos de terrorismo, protestos, greves, violência, eclosões de guerra, surgimento de pandemias ou outras doenças);
- imposição de controles de câmbio ou preço;
- flutuações das taxas de câmbio de moeda;
- imposição de restrições às exportações de serviços;
- influência política de governos locais em comunidades onde a Companhia atua que exigem investimentos ou outros gastos;
- fortes concorrentes locais, que podem compreender melhor o mercado local e/ou ter maiores recursos no mercado local;
- a capacidade da Companhia de utilizar uma plataforma tecnológica para operar seus negócios sem interrupções ou atrasos significativos;
- dificuldades de integração com fornecedores de pagamentos locais, incluindo bancos, redes de cartões de crédito e de débito e sistemas eletrônicos de transferência de fundos;
- a capacidade da Companhia de consultar e negociar de forma rápida e eficaz sobre assuntos variados com os conselhos e sindicatos aos quais seus colaboradores internacionais venham a ser vinculados, incluindo decisões estratégicas e demais assuntos críticos relacionados às suas atividades, o que pode resultar no atraso na execução de ações-chave ou afetar negativamente a qualidade dos produtos e serviços da Companhia, bem como resultar no aumento de custos;
- dificuldade em termos de contratação pessoal, desenvolvimento e gestão de operações estrangeiras, através centros de serviços partilhados centralizados;

A Companhia está sujeita a leis, requisitos e regulamentos que se aplicam às suas operações internacionais (incluindo potenciais multas e sanções que podem ser impostas por descumprimento desses requisitos), tais como: requisitos de privacidade e proteção de dados, incluindo a GDPR, e leis que proíbem certos pagamentos a funcionários governamentais, regulamentos bancários e de processamento de pagamentos e regulamentos anticoncorrenciais, licenças e certificações empresariais, tributação (incluindo a diretiva da União Europeia sobre *gift cards* e cupons, imposto sobre serviços digitais e regulamentos semelhantes), leis de proteção do consumidor, incluindo as que restringem os tipos de serviços que a Companhia pode oferecer, bancos e transmissão de dinheiro, que podem limitar ou impedir a oferta dos serviços da Companhia em algumas jurisdições, causando despesas de conformidade imprevistas ou limitando a capacidade da Companhia de cumprir obrigações contratuais, entre outros.

O custo do cumprimento destas várias, e, por vezes conflituosas, leis e regulamentos pode vir a ser significativo, bem como a Companhia pode assegurar que os seus funcionários ou agentes não violem tais leis e regulamentos, ou mesmo políticas internas da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Como consequência desses riscos, o resultado operacional, a reputação e as condições financeiras das operações nessas regiões onde a Companhia possui operações podem ser negativamente impactados.

A extensão da guerra entre Rússia e Ucrânia pode impactar de forma imprevisível os resultados financeiros da Companhia.

A Picodi, sociedade controlada pela Companhia e sediada na Polônia possui atuação nos países impactados pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, que se iniciou em fevereiro de 2022. Esse conflito tem gerado diversos impactos macroeconômicos, com os países envolvidos enfrentando várias sanções. As incertezas em relação aos efeitos da guerra são imprevisíveis e, enquanto persistirem, poderão afetar a economia global e o consumo nesses países. A Picodi pode ter as suas operações, resultados e negócios afetados em virtude da continuidade ou da ampliação do conflito, gerando um possível reflexo nos resultados financeiros da Companhia.

Os esforços de expansão internacional da Companhia podem não ser bem-sucedidos ou podem sujeitar nossos negócios a maiores riscos.

Desde 2022, a Companhia passou a atuar internacionalmente com a aquisição da Picodi em mais de 44 países. Como parte da estratégia de expansão da Companhia, esta pode oferecer os produtos já ofertados no Méliuz para esses outros países onde têm pouca experiência e onde há diversas leis internacionais diferentes. Adicionalmente, essa expansão pode depender de análises de viabilidade, custo de oportunidade e do ambiente regulatório local.

A Companhia pode não obter sucesso na expansão de suas atividades nesses outros mercados de maneira econômica, e seus produtos e serviços podem não ter o mesmo engajamento e sucesso que é observado no Brasil.

j. questões sociais

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à conformidade com legislações socioambientais, de privacidade e governança, que podem impactar sua reputação e operações

A Companhia está sujeita à observância de legislações e boas práticas relacionadas à responsabilidade socioambiental, diversidade, inclusão, governança e conduta ética.

Mudanças na legislação, pressões regulatórias, exigências de investidores institucionais e expectativas do mercado podem demandar adaptações nos processos internos, na comunicação institucional e nos compromissos assumidos publicamente, o que pode gerar custos adicionais ou riscos reputacionais.

Adicionalmente, a contratação de prestadores de serviço ou parceiros de negócio que não estejam alinhados com os princípios de sustentabilidade, segurança da informação, ou práticas éticas, pode acarretar danos à reputação do Méliuz, mesmo que a responsabilidade direta não recaia sobre a Companhia.

A não conformidade com exigências legais, regulatórias ou de mercado nestes temas pode resultar na aplicação de penalidades, ações judiciais, perda de contratos e impactos negativos à imagem da Companhia perante usuários, parceiros e investidores.

A Companhia pode enfrentar riscos reputacionais caso suas iniciativas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) não atendam às expectativas do mercado e das partes interessadas.

Há um interesse crescente de investidores, usuários, colaboradores e demais partes interessadas em relação às práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), incluindo as políticas corporativas de diversidade, equidade e inclusão.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os esforços da Companhia de promoção de um ambiente diverso e inclusivo podem não ser percebidos como suficientes para atender às expectativas de determinados públicos, o que pode gerar avaliações negativas, críticas públicas ou perda de valor reputacional.

Além disso, investidores e instituições financeiras têm incorporado critérios ESG em seus processos decisórios. Caso entendam que a Companhia apresenta riscos sociais relevantes ou baixa maturidade em práticas de inclusão e diversidade, poderão optar por não investir ou limitar seu apoio financeiro, o que impactaria negativamente o acesso a capital e a atratividade da Companhia no mercado.

A não integração efetiva de políticas DEI à cultura, à gestão e à comunicação institucional da Companhia pode gerar impactos adversos sobre seus negócios e resultados.

k. questões ambientais

A Companhia pode ser responsabilizada, direta ou solidariamente, por danos ambientais causados por terceiros com os quais se relaciona.

No que se refere à responsabilidade ambiental, no Brasil, as condutas lesivas ao meio ambiente podem sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, à aplicação de sanções nas esferas administrativa e criminal, além da obrigação de reparar os danos causados (responsabilidade civil). Essas esferas de responsabilidade são diversas e independentes porque, por um lado, uma única ação do agente pode gerar responsabilidade ambiental nas três esferas e a aplicação, contra o mesmo agente, de sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma das esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental, no Brasil, é responsabilidade objetiva e solidária, o que significa que todos os envolvidos em uma cadeia de atividade que resulte em dano ambiental podem ser responsabilizados, independentemente de dolo ou culpa. Assim, a Companhia pode ser responsabilizada por ações ou omissões de terceiros, como prestadores de serviços, fornecedores ou parceiros comerciais, caso fique comprovado que houve vínculo contratual ou benefício direto à Companhia nas atividades que originaram o dano.

Nessas hipóteses, o Méliuz pode ser demandada judicial ou administrativamente a reparar o dano ambiental. Tal responsabilização pode acarretar prejuízos financeiros, com gastos relacionados à defesa jurídica, pagamento de multas, indenizações e adoção de medidas reparatórias, além de impactos reputacionais significativos. Tais eventos podem afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais, a situação financeira e a percepção de mercado sobre a Companhia e seus valores mobiliários.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas exige o aprimoramento contínuo das práticas da Companhia.

As ações de países desenvolvidos, somadas aos interesses de uma nova classe de investidores, têm elevado o foco para questões climáticas e como as empresas têm feito a gestão de possíveis impactos negativos ao negócio.

O combate aos riscos relacionados às mudanças climáticas exige o aprimoramento contínuo das práticas e devem ser incorporadas à estratégia de operação da Companhia, assim como a modernização dos equipamentos, fontes de energia mais limpas e o aumento da eficiência energética.

Os padrões vigentes requerem extenso mapeamento e engajamento da cadeia de fornecimento referente a cálculo de emissões, e as metodologias de cálculo atualmente disponíveis seguem padrões internacionais que não refletem a realidade das etapas de produção e abastecimento brasileiros, necessitando assim de adequações e articulações institucionais para padronização e acuracidade na

4.1 Descrição dos fatores de risco

apuração e objetivos eventualmente assumidos. Em caso de eventuais adequações, a Companhia poderá ser obrigada a aumentar, significativamente, seus investimentos e custos, o que poderá levar a desembolsos significativos.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Os mercados de países emergentes, como o Brasil, oferecem risco maior do que o de países considerados desenvolvidos.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido. O mercado brasileiro é substancialmente menor, menos líquido e potencialmente mais volátil que os mercados de ações nos Estados Unidos e em outros países desenvolvidos.

Dessa forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. Essas características de mercado poderão afetar o preço e liquidez de nossas ações e limitar significativamente a capacidade dos titulares das ações de nossa emissão de vendê-las ao preço e nas datas desejados. O valor de mercado de nossas ações também poderá variar significativamente por diversas razões, incluindo os fatores de risco apresentados neste Formulário de Referência.

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicam intervenções nas taxas de juros e no mercado de câmbio, mudança das políticas fiscais, controle de preços, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser afetados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- política monetária;
- flutuações cambiais;
- alteração das normas trabalhistas, legais e regulatórias;
- Inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

As ações do Governo Federal nas políticas ou normas que envolvam os fatores macroeconômicos acima listados poderão afetar adversamente as atividades da Companhia e análise de sensibilidade aos aumentos de taxa de juros. Ademais, mudanças nos preços de ações de companhias abertas, ausência de disponibilidade de crédito, reduções nos gastos, desaceleração da economia global, instabilidade de taxa de câmbio, aumento nas taxas de juros no Brasil ou no exterior e pressão inflacionária podem adversamente afetar, direta ou indiretamente, a economia e o mercado de capitais brasileiros, o que poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor no mercado de capitais brasileiro, afetando negativamente o preço das ações de emissão da Companhia, gerando consequências negativas aos seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

Crises econômicas e políticas no Brasil podem afetar adversamente os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil tem apresentado instabilidades econômicas causadas por distintos eventos políticos e econômicos observados nos últimos anos, com a desaceleração do crescimento do PIB e efeitos em fatores de oferta (níveis de investimentos, aumento e uso de tecnologias na produção etc.) e de demanda (níveis de emprego, renda etc.). Consequentemente, a incerteza sobre se o governo brasileiro fará as reformas econômicas necessárias para melhorar a situação das contas públicas e da economia tem levado a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações encerradas e em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro, desvio de dinheiro ou corrupção. Tais investigações tem um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de confissão com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos. Os efeitos das investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. A Companhia não tem controle e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

A última eleição presidencial, de governadores, deputados federais e senadores que ocorreu em outubro de 2022 resultou em significativa volatilidade nas taxas de câmbio, taxas de juros e preços de mercado dos valores mobiliários de emissores brasileiros. Incertezas relacionadas a medidas que venham a ser adotadas no futuro pelo governo federal brasileiro podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e podem ter um efeito significativamente adverso sobre os

4.1 Descrição dos fatores de risco

negócios e/ou resultados operacionais da Companhia. Ainda, tais incertezas podem aumentar tendo em vista que a próxima eleição presidencial no Brasil ocorrerá em outubro de 2026. O governo federal brasileiro tem o poder de determinar políticas e orientar a condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro de empresas, incluindo a Companhia. A Companhia não é capaz de prever quais políticas serão adotadas pelo governo federal brasileiro, tampouco os respectivos impactos na economia brasileira e na Companhia. Adicionalmente, os recentes impasses entre o governo federal brasileiro e o Congresso Nacional têm gerado incertezas com relação à implementação, pelo governo federal brasileiro, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, incluindo a legislação aplicável, o que pode contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

A instabilidade política brasileira, a capacidade do atual governo de implementar políticas e reformas, bem como a percepção externa em relação à economia e ao ambiente político brasileiro, podem trazer incertezas e, portanto, aumentar a volatilidade do mercado de títulos e valores mobiliários brasileiros, podendo ter um impacto negativo nos negócios da Companhia e no preço de seus valores mobiliários.

O desenvolvimento e a percepção de risco em outros países ou regiões podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países ou regiões, inclusive Estados Unidos, União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países ou regiões pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países de mercados emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. A instabilidade política e financeira nos Estados Unidos, Reino Unido, Europa, Oriente Médio, Rússia e outros mercados afetou a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram negativamente a economia brasileira e o mercado de capitais brasileiro, tais como: flutuações nos preços dos títulos de companhias abertas, reduções na oferta de crédito ou indisponibilidade, redução de custos, desaceleração econômica, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Em 5 de novembro de 2024, Donald J. Trump foi eleito para um segundo mandato não consecutivo como o 47º presidente dos Estados Unidos. Embora os efeitos específicos no Brasil e na América Latina permaneçam incertos, mudanças antecipadas na economia e na política externa dos Estados Unidos podem influenciar a dinâmica do mercado global, a confiança dos investidores e os fluxos de capital para mercados emergentes. Em 2 de abril de 2025, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou um conjunto de tarifas comerciais contra mais de 180 nações, intensificando, principalmente, uma guerra comercial norte-americana contra a China taxando seus produtos em até 145%. Os potenciais efeitos dessa guerra comercial para a Companhia podem ser, dentre outros:

4.1 Descrição dos fatores de risco

- Escassez de matéria-prima: a guerra comercial pode afetar o fornecimento de matérias-primas, levando a (i) escassez ou aumento nos preços desses insumos e (ii) a valorização do dólar frente ao real, encarecendo as importações e pressionando os custos de produção.
- Aumento na concorrência no mercado interno: com a imposição de tarifas entre EUA e China, produtos que seriam exportados para esses mercados podem acabar sendo redirecionados para o Brasil, gerando uma concorrência maior e pressão sobre os preços de bens.
- Maior dificuldade para manter a competitividade nos mercados internacionais, como o dos EUA.

A Companhia não pode assegurar que não haverá um agravamento desta guerra comercial nos próximos meses, bem como o surgimento de novas barreiras comerciais potencializando os riscos supracitados, o que poderá afetar adversamente os seus negócios e resultados.

Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado de suas ações ordinárias, restringir seu acesso aos mercados de capitais e comprometer sua capacidade de financiar as operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Os fatores relacionados à geopolítica internacional como, por exemplo, a escalada das tensões decorrentes do início do conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e do ataque do Hamas a Israel a partir da Faixa de Gaza, podem afetar adversamente a economia brasileira e, por consequência, o mercado de capitais. O conflito envolvendo a Federação Russa e a Ucrânia traz como risco uma nova alta nos preços dos combustíveis e do gás; ocorrendo simultaneamente à possível valorização do dólar, esses aumentos causariam ainda mais pressão inflacionária e poderiam dificultar a retomada econômica brasileira. Adicionalmente, o conflito impacta o fornecimento global de commodities agrícolas, de modo que, havendo reajuste para cima do preço dos grãos devido à alta procura, a demanda pela produção brasileira aumentaria, tendo em vista a alta capacidade de produção e a consequente possibilidade de negociar por valores mais competitivos; dessa forma, aumentam-se as taxas de exportação e elevam-se os preços internos, o que gera ainda mais pressão inflacionária. Por fim, importante mencionar que parcela significativa do agronegócio brasileiro é altamente dependente de fertilizantes importados da Federação Russa, bem como de dois de seus aliados (República da Bielorrússia e República Popular da China); dessa forma, a mudança na política de exportação desses produtos poderá impactar negativamente a economia e, por consequência, o mercado de capitais. Frise-se que, diante da invasão perpetrada no dia 24 de fevereiro de 2022, afloram-se as animosidades não apenas entre os países diretamente envolvidos, mas em muitos outras nações indiretamente interessadas na questão, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global.

Ainda, em 7 de outubro de 2023, militantes do Hamas e membros de outras organizações terroristas infiltraram-se na fronteira sul de Israel a partir da Faixa de Gaza e conduziram uma série de ataques terroristas contra alvos civis e militares, além de lançarem extensos ataques com foguetes contra a população israelita e centros industriais localizados ao longo da fronteira israelita com a Faixa de Gaza. Pouco depois do ataque, o gabinete de segurança de Israel declarou guerra ao Hamas. A intensidade e a duração da atual guerra de Israel contra o Hamas são difíceis de prever, assim como o são as implicações econômicas dessa guerra nos nossos negócios e operações e na instabilidade geopolítica global.

Além disso, nossa capacidade de administrar nossos negócios de forma eficaz pode ser afetada negativamente pelas condições gerais do setor de serviços financeiros e pelos receios em relação ao setor bancário. Eventos reais envolvendo liquidez limitada, inadimplência, não desempenho ou outros acontecimentos adversos que afetem instituições financeiras, contrapartes transacionais ou outras empresas do setor de serviços financeiros ou do setor de serviços financeiros em geral, ou

4.1 Descrição dos fatores de risco

preocupações ou rumores sobre quaisquer eventos desse tipo ou outros riscos semelhantes, levaram no passado e podem levar no futuro a problemas de liquidez em todo o mercado. Por exemplo, em 10 de março de 2023, o Silicon Valley Bank faliu e foi colocado em administração judicial pela Federal Deposit Insurance Corporation. Em 12 de março de 2023, o Signature Bank e a Silvergate Capital Corp. foram colocados em recuperação judicial. Na semana seguinte, um sindicato de bancos dos EUA injetou US$ 30 bilhões no First Republic Bank, que mais tarde foi declarado fechado e vendido ao JPMorgan Chase. Mais tarde, na mesma semana, o Banco Central Suíço forneceu US$ 54 bilhões em empréstimos cobertos e facilidades de liquidez de curto prazo ao Credit Suisse Group AG, tudo em uma tentativa de tranquilizar os depositantes e acalmar os temores de um contágio bancário. Mesmo assim, esses colapsos bancários e acordos de resgate reacenderam os riscos de recessão nos Estados Unidos, afetando negativamente a economia global. Uma recessão econômica grave ou prolongada pode resultar em diversos riscos, incluindo nossa capacidade de obter financiamento adicional em tempo hábil ou em termos aceitáveis. Nosso acesso a fontes de recursos em valores adequados para financiar ou capitalizar nossas operações comerciais atuais e projetadas para o futuro pode ser significativamente prejudicado por fatores que nos afetam, pelas instituições financeiras com as quais temos acordos diretos, pelo setor de serviços financeiros ou pela economia em geral.

Os mercados globais estão experimentando volatilidade após a escalada das tensões geopolíticas, em particular em conexão com o conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia e, também, na Faixa de Gaza e em Israel. Conflitos, invasões e guerras trazem como risco maior pressão inflacionária e a disrupção de determinadas cadeias produtivas, o que poderia impactar a economia brasileira. Diante das invasões indicadas acima, afloram-se as animosidades em muitas outras nações indiretamente interessadas nas questões, trazendo um cenário de altíssima incerteza para a economia global, o que poderá prejudicar o mercado de capitais e a economia brasileira.

Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu o grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu *rating* para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em abril de 2020, a Standard & Poor’s manteve o *rating* de crédito do Brasil em BB, mas mudou sua perspectiva de estável para negativa. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. A Fitch rebaixou o *rating* de crédito brasileiro para BB- em fevereiro de 2018. Em novembro de 2020 e maio de 2021, a Fitch manteve o rating em BB-, com perspectiva negativa, em ambos os casos fundamentando na severa deterioração do déficit fiscal e na alta dívida pública que se arrastam desde 2020, bem como na incerteza quanto à consolidação da recuperação econômica e fiscal. Em dezembro de 2021 e em dezembro de 2022, tais indicadores foram mantidos, considerando a situação das finanças públicas, a credibilidade do teto de gastos, a possibilidade de aumento de gastos, incertezas fiscais, inflação, alta volatilidade da moeda. Em julho de 2023, a Fitch elevou o rating soberano do Brasil de BB- para BB, com perspectiva estável.

Em 2024, a Moody’s elevou o rating do Brasil para “Ba1”, aproximando o país do grau de investimento.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira, particularmente antes da introdução da reforma monetária (o Plano Real) em julho de 1994. De acordo com o IPCA, os índices de inflação no Brasil foram de 5,48%, 4,83%, 4,62%, e 5,79% em 31 de março de 2025, 31 de dezembro de 2024, 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 na visão acumulada 12 meses, respectivamente. O Brasil pode experimentar altos níveis de inflação no futuro, o que pode levar o governo federal brasileiro, em resposta a pressões inflacionárias, a intervir na economia e introduzir políticas que podem afetar de maneira adversa a economia brasileira, o mercado de capitais brasileiro e os negócios da Companhia.

Como resultado de pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica, o Governo Federal adotou historicamente políticas monetárias que resultaram em altas taxas de juros no Brasil. O Banco Central define as taxas de juros básicas geralmente disponíveis ao sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. O aumento nas taxas de juros pode afetar negativamente nosso custo de financiamento, incluindo o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes de caixa.

Flutuações da taxa de câmbio e variações significativas nas taxas de juros podem afetar de forma negativa os resultados operacionais da Companhia.

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização significativas em relação ao Dólar, e a instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2025, a taxa de câmbio de venda do dólar foi de R$ 5,74 por US$ 1,00, em 2024 foi de R$ 6,19 por US$ 1,00, em 2023 foi de R$ 4,84 por US$ 1,00, e em 31 de dezembro de 2022, de R$ 5,21 por US$ 1,00.

As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados operacionais da Companhia, por conta da retração no consumo e aumento dos custos da Companhia. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos da capacidade de prevê-la. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Eventual limitação substancial na capacidade dos acionistas venderem as nossas ações pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários, poderá afetar adversamente o valor da sua negociação.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes como o Brasil envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados, atraindo mais investimentos de natureza especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que outros mercados, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, os países integrantes da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanas.

Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o seu acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de nossas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós.

Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar nossa liquidez e nosso valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como o coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Tal evento levaria a adoção de medidas restritivas por parte de autoridades governamentais (no Brasil e exterior), com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, fechamento de fronteiras e postos aduaneiros, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo.

Se uma porcentagem significativa de força de trabalho da Companhia não puder trabalhar, por motivo de doença ou outros fatores e restrições, suas operações podem ser adversamente afetadas.

Não é possível garantir que novos surtos regionais e/ou globais de doenças infecciosas, conhecidas ou não, não acontecerão novamente. E, caso aconteçam, também não é possível garantir que a Companhia será capaz de impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou superior a eventuais impactos já sofridos em surtos (ondas) anteriores, como as da pandemia da COVID-19 ocorridas até a emissão deste Formulário de Referência.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Descrição dos 5 (cinco) principais fatores de risco

São considerados, na data deste Formulário de Referência, os seguintes fatores de risco como os cincos principais na visão da Companhia:

- *A Companhia é dependente de seus principais Parceiros Comerciais (conforme definido abaixo), que representam uma parte significativa do seu faturamento. O rompimento da relação comercial da Companhia com seus principais Parceiros Comerciais ou a ocorrência de eventos que impactem seus resultados negativamente podem afetar a Companhia adversamente.*
- *A exposição da Companhia ao Bitcoin pode impactar adversamente seus resultados, sua condição financeira, sua liquidez e o valor das suas ações.*
- *A Companhia é dependente dos usuários de suas plataformas eletrônicas. Podem ocorrer alterações nos hábitos de consumo e preferências tecnológicas destes usuários, fatores substancialmente fora do controle da Companhia.*
- *A Companhia opera em mercados competitivos e o aumento da competição pode afetar sua participação nestes mercados e estratégia de preços.*
- *O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia.*

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem, principalmente, a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a pagar por aquisições de empresas e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, se houver. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras, para os quais realizou-se análise de sensibilidade

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia; deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas, por serem fundamentadas em simplificações estatísticas, não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações contábeis. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Adicionalmente, a Companhia deve apresentar em sua análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros os riscos que podem gerar prejuízos materiais direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos:

•O cenário provável é definido como o cenário esperado pela administração da Companhia e referenciado por fonte externa independente;

•O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e

•O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, fora mensurado considerando as taxas de juros divulgadas pelo BACEN, utilizando a taxa Selic em 12,25%, apurada em 31 de dezembro de 2024.

Sob a análise da Companhia, os instrumentos financeiros expostos ao risco de variação da taxa de juros, correspondem às aplicações financeiras em CDBs e fundos de investimento de renda fixa, classificados como equivalentes de caixa e aplicações financeiras, e os valores de *earn-out* a pagar.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Instrumentos financeiros
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
(em milhares de R$, exceto %s)	**2024**
Ativo	
Taxa CDI (%) Bacen	12,25%
Aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa	31.685
Títulos e valores mobiliários	209.506
Empréstimos e contratos a receber	3.029
Valores expostos ao risco de variação da taxa CDI	**244.220**
Cenário adverso possível (-25%)	(7.479)
Cenário adverso remoto (-50%)	(14.958)
Passivo	
Taxa CDI (%) Bacen	12,25%
Earn-out a pagar	6.164
Valores expostos ao risco de variação da taxa CDI	**6.164**
Cenário adverso possível (25%)	189
Cenário adverso remoto (50%)	378

Risco de câmbio

O risco de taxa cambial refere-se às alterações das taxas de câmbio do dólar americano, euro e zloty polonês que possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos ativos.

A Companhia detém um baixo volume de operações em dólar americano e euro, representando essencialmente 9% da receita do período de três meses findo em 31 de março de 2025. Além disso, considerando a aquisição da Picodi em fevereiro de 2021, as variações do zloty polonês podem afetar o auferimento de receita da Companhia.

O Bitcoin pode estar sujeito a risco cambial indireto, uma vez que apresenta correlação inversa significativa com o índice do dólar (DXY) de valorização do dólar, é comum que o Bitcoin apresente movimento de desvalorização, o que pode impactar negativamente o valor do ativo.

Esse efeito pode gerar volatilidade adicional e potenciais impactos na estabilidade financeira da Companhia, especialmente em cenários de forte oscilação no câmbio internacional.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4. Processos não sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e as suas controladas eram parte em 567 processos judiciais e administrativos, sendo 538 de natureza cível, 11 de natureza trabalhista, 8 de natureza administrativa, 4 de natureza criminal e 6 de natureza tributária, classificados por seus advogados com chance de perda possível, no montante de R$ 314.317,07, e com chance de perda provável, no montante de R$ 556.377,81, devidamente provisionado pela Companhia.

Adicionalmente, em razão de condições pactuadas na operação societária de venda do Bankly, na data deste Formulário de Referência, a Companhia é responsável financeiramente por 596 processos em que o Bankly figura como parte, sendo 593 de natureza cível, 2 de natureza trabalhista e 1 de natureza administrativa. classificados por seus advogados com chance de perda possível, no montante de R$3.116.884,23, e com chance de perda provável, no montante de R$899.519,37, devidamente provisionado pela Companhia.

A Administração da Companhia entende que nenhum dos processos dos quais é parte (ou responsável financeiramente, no caso do Bankly), pode ser considerado como individualmente relevante, visto que tais processos não contam com valores que poderiam impactar adversamente o patrimônio e a capacidade financeira da Companhia, bem como a sua imagem.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5. Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não aplicável, visto que não há processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referência.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possuía o seguinte processo sigiloso relevante:

Procedimento Arbitral	
a. análise do impacto em caso de perda do processo	Trata-se de arbitragem instaurada pela Companhia, com chance de perda possível, conforme data-base de referência de maio de 2025. Em caso de decisão desfavorável, a Companhia está sujeita a perdas financeiras decorrentes de eventual condenação.
b. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor em caso de perda (em maio de 2025): R$ 13.645.761,35.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), a qual foi devidamente atualizada na reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de agosto de 2024 e estabelece os princípios e parâmetros a serem observados no gerenciamento de riscos da Companhia, com objetivo de monitorar e minimizar os riscos inerentes às suas atividades. A íntegra da Política de Gerenciamento de Riscos pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Governança Corporativa", item "Estatuto, políticas, regimentos e outros", "Políticas" e por fim, "Política de Gerenciamento de Riscos".

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia tem por objetivo estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades gerais a serem observados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia e de suas controladas, visando a perpetuidade dos negócios. A Política de Gerenciamento de Riscos também buscar a adequação às melhores práticas de gerenciamento de riscos, controles internos e governança corporativa. O gerenciamento de riscos é fundamental para a estratégia da Companhia, provendo um procedimento de identificação de riscos aplicável às atividades atuais e futuras da Companhia.

O processo de gerenciamento de riscos é responsabilidade de todos os Administradores e colaboradores, com a participação ativa de todas as áreas da Companhia. Envolve etapas como identificação e classificação de riscos, análise de sua probabilidade e impacto, definição de ações para mitigação e monitoramento contínuo. A Companhia adota abordagens variadas, como questionários de risco, entrevistas e auditorias internas, para garantir a correta identificação dos riscos e a implementação de ações.

Adicionalmente, a Companhia não apresenta uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada.

i. riscos para os quais se busca proteção

Por meio da Política de Gerenciamento de Riscos, busca-se proteção para os seguintes riscos:

1. Riscos operacionais: são riscos decorrentes de falhas, erros, deficiências e/ou inadequações de processos internos, de gestão de pessoas e de uso de tecnologia, ou, ainda, riscos oriundos de eventos externos e que podem afetar a operação dos negócios da Companhia.

2. Riscos macroeconômicos: são riscos decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento dos clientes e consumidores, tais como taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.

3. Riscos de *compliance*: são riscos causados pela falha no cumprimento de leis, regras, regulamentos e dos códigos e políticas internas, e também dos códigos, políticas e regras de clientes ou de fornecedores com os quais a Companhia se relaciona, ou pela existência de processos em aberto ou processos futuros que podem resultar em perda financeira.

4. Riscos corporativos: são os principais riscos de cunho estratégico, operacional, financeiro, regulatório, de mercado, de mão de obra, políticos, socioambientais, que podem impactar as atividades ou os objetivos da Companhia.

5. Riscos estratégicos: são os riscos oriundos da implementação de uma estratégia malsucedida ou ineficaz que deixe de alcançar os retornos pretendidos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

6. Riscos regulatórios: são os riscos resultantes de modificações nas regulamentações e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito internacional ou nacional, que podem resultar na crescente pressão competitiva, aumentar os custos das atividades da Companhia ou até mesmo inviabilizá-la.

7. Riscos jurídicos: São aqueles que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações ou de indenizações/multas por eventuais danos a terceiros decorrentes das atividades que a Companhia desenvolve;

8. Riscos tecnológicos e cibernéticos: riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança da informação) que podem impactar os negócios da Companhia, como a ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro, dentre outros.

9. Riscos de imagem: são riscos resultantes da ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos listados acima e neste Formulário de Referência, nas seções 4.1 e 4.2, que podem causar danos à reputação, imagem, credibilidade e/ou marca da Companhia e de suas controladas, inclusive em razão de publicidade negativa, independentemente de sua veracidade.

10. Riscos políticos: são riscos relacionados à ocorrência de mudanças nas políticas governamentais, instabilidade política ou regulamentações que podem causar danos às operações ou a continuidade dos negócios da Companhia

11. Riscos financeiros: são aqueles referentes às possibilidades de perdas de valor econômico devido às flutuações nas taxas de câmbio, taxas de juros, mercados financeiros ou à insolvência de devedores

12. Riscos ambientais: são riscos resultantes da ocorrência de eventos, como desastres naturais, mudanças climáticas ou degradação ambiental, que podem ameaçar a sustentabilidade de uma operação e causar danos ambientais diretos ou indiretos.

Por fim, a Companhia não apresenta uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, no entanto a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças de câmbio e taxas de juros, conforme descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência.

ii. instrumentos utilizados para proteção

A Companhia não adota parâmetros objetivos para tomar decisões a respeito da aceitação ou não aceitação de determinados riscos. O principal instrumento utilizado no processo de gerenciamento de riscos é a “Matriz de Riscos”, ferramenta por meio da qual se busca auxiliar os processos decisórios e a definição do apetite a risco da Companhia. O processo de gerenciamento de riscos da Companhia é composto das seguintes etapas: (1) identificação e classificação dos riscos nas categorias descritas no item 5.1(b) (i) acima; (2) análise dos riscos identificados e indicação gráfica em uma matriz 5x5; (3) definição e implementação das ações de resposta aos riscos; e finalmente, (4) definição dos procedimentos de monitoramento e comunicação.

As seguintes abordagens e instrumentos podem ser adotados pela Companhia durante o processo de gerenciamento de riscos:

- **Questionários de risco:** A liderança da Companhia é solicitada a preencher um questionário específico para que indique possíveis riscos aos quais a Companhia está exposta. Os cenários de risco são observados e catalogados;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Ciclos de entrevistas:** Os cenários de risco são identificados e discutidos com determinados colaboradores. Os resultados também são documentados como parte da avaliação;
- **Auditorias de processos:** Os processos da Companhia são auditados e avaliados, a fim de verificar eventuais riscos aos quais está exposta. Neste processo, Matrizes de Riscos são criadas/atualizadas. Tais registros contribuem para a identificação de riscos dentro da Companhia, funcionando como uma fonte de possíveis ameaças ou fraquezas.

Essa primeira etapa é finalizada com o desenvolvimento de um mapa de riscos, que é avaliado anualmente. O mapa pode ser atualizado devido a: (i) novos cenários (interno, político, econômico, entre outros); (ii) resultados de auditorias, entrevistas, questionários, observações e demais atividades; ou (iii) evolução da cultura de integridade e mitigação de riscos.

A partir disso, é realizada a análise do grau de cada risco. A metodologia utilizada para realização desta análise considera: impacto/consequência do potencial de perdas financeiras, degradação da imagem, penalidades legais etc. e a probabilidade/vulnerabilidade de ocorrência de risco com base em quão robustos os controles internos relacionados são. O perfil do risco é determinado ao se combinar o impacto/consequência e probabilidade/vulnerabilidade esperadas do risco. Por fim, a Companhia determina como cada cenário de risco será respondido, considerando: (i) *terminar*, ou seja, eliminar riscos, redefinir os objetivos e/ou estratégias de negócios; (ii) *diversificar*, ou seja, intensificar o nível de gestão e/ou melhorar os controles internos; (iii) *aceitar*, ou seja, não realizar nenhuma ação adicional e continuar o monitorando, especialmente quando não é possível ou prático respondê-lo; ou (iv) *passar adiante*, transferindo a responsabilidade para terceiros (por exemplo, no risco de incêndio, o custo do sinistro pode ser transferido para seguradoras).

Tais recomendações se desdobram em ações detalhadas, pilotos, testes, validações e ajustes necessários para assegurar a eficácia do tratamento e controle dos riscos aos quais a Companhia está exposta. A partir dos riscos identificados e ações recomendadas, a Companhia deverá implementar os planos de ação a fim de garantir o tratamento dos riscos. Tais atividades são realizadas e monitoradas pelos membros da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita na alínea (iii) deste item 5.1, abaixo.

Além dos instrumentos descritos acima, são utilizados procedimentos de pré-avaliação cadastral de novos clientes, disseminação dos códigos, condutas e procedimentos da Companhia, treinamentos, com a finalidade de identificar e mitigar os riscos aos quais a Companhia está exposta.

Por fim, a Companhia não apresenta uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, divulgando assim as condições gerais e as diretrizes observadas no processo de gestão de riscos.

A gestão de instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração.

A gestão de riscos financeiros da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. Tal gestão é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de câmbio e taxas de juros.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

iii. estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é composta pelo Conselho de Administração, a Diretoria da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna, a Área de Governança, Riscos e Compliance, a Área de Segurança da Informação, bem como pelas Gerências e demais colaboradores da Companhia.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração aprova a Política de Gerenciamento de Riscos e suas revisões e atualizações. Estabelece ainda as diretrizes gerais das estratégias de gerenciamento de riscos e o nível de risco que a Companhia se submete na condução de seus negócios por meio da avaliação e aprovação da Matriz de Riscos apresentada pelo Comitê de Auditoria. Também tem como atribuição acompanhar e direcionar o desenvolvimento de uma sólida estrutura de gerenciamento de riscos, dando apoio, em caso de necessidade, aos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Supervisiona as atividades do processo de gerenciamento de riscos executadas pelos demais integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos; avalia a adequação da estrutura (recursos humanos, financeiros e sistemas, entre outras áreas) destinada ao processo de gerenciamento de riscos; e acompanha a evolução do gerenciamento de riscos em atenção aos níveis de riscos considerados aceitáveis para a Companhia.

O Conselho de Administração é ainda responsável por assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional e orçamento próprio, destinado a cobrir as suas despesas de funcionamento. O Conselho de Administração monitora as atividades do Comitê de Auditoria, bem como de quaisquer outros comitês de assessoramento, integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos. Por fim, define as decisões a serem tomadas nos casos de conflitos e impasses, caso o Comitê de Auditoria (e, eventualmente, outros comitês de assessoramento integrantes da estrutura organizacional de gerenciamento de riscos) não cheguem a uma decisão final sobre determinado tema relacionado ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Assessora o Conselho de Administração na avaliação de políticas, limites e planos de ação relacionados ao gerenciamento de riscos, mediante avaliação e monitoramento do cumprimento e da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, podendo recomendar correções ou aprimoramentos necessários ao Conselho de Administração. Ademais, acompanha e supervisiona as atividades da Auditoria Interna e da área de Governança, Riscos e Compliance da Companhia, inclusive, opinando na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

Compete ainda ao Comitê de Auditoria avaliar e monitorar a exposição aos riscos que possam afetar a continuidade dos negócios da Companhia e supervisionar as atividades da área financeira, controladoria e contábil, avaliando as informações trimestrais e demonstrações financeiras. É também responsável por receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, e por avaliar a efetividade do modelo de gerenciamento de riscos, sugerindo soluções de aprimoramento de seus processos ao Conselho de Administração, quando necessário, apontando as causas e responsabilidades, e recomendando ao Conselho de Administração a revisão ou a implementação de alterações, priorizações e inclusões na Matriz de Riscos, na distribuição de competências, nas categorias de riscos e nos processos internos de gerenciamento de riscos da Companhia.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, o Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que prevê o detalhamento de suas funções e procedimentos operacionais.

Diretoria

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração e executa a Política de Gerenciamento de Riscos. Sempre que necessário, deve propor ao Conselho de Administração revisões às estratégias e diretrizes da Companhia ou à Política de Gerenciamento de Riscos. Adicionalmente, deve identificar riscos preventivamente e fazer a gestão de tais riscos, avaliando a probabilidade de materialização e adotando medidas para prevenção e/ou mitigação.

Auditoria Interna

A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e é responsável por auditar o processo de gerenciamento de riscos da Companhia; monitorar o ambiente de controles internos e a efetividade do gerenciamento de riscos executado pelo Comitê de Auditoria, Diretoria e Conselho de Administração; e apresentar ao Comitê de Auditoria, periodicamente, pareceres imparciais, independentes e tempestivos contendo as suas conclusões e recomendações. Para tanto, executa os testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria; verifica a implementação dos planos de ação e sua eficácia; identifica a necessidade de priorizar determinadas ações, bem como de ampliar testes e/ou monitoramento contínuo, em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados. Ainda, identifica e aponta oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos, emitindo opinião formal sobre os controles internos testados.

Os trabalhos de competência da área de Auditoria Interna são terceirizados. Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

Área de Governança, Riscos e Compliance

A área de GRC combina governança, gerenciamento de riscos e conformidade em um modelo coordenado, com o objetivo de alinhar as metas do negócio ao gerenciamento eficiente dos riscos e ao cumprimento das regulamentações governamentais aplicáveis à Companhia. Suas principais atribuições incluem aumentar a eficiência dos processos, mitigar riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de compliance, e garantir uma gestão ética e responsável da organização por meio da definição clara de papéis, responsabilidades e prestação de contas. Além disso, a área de GRC atua na revisão e desenvolvimento contínuo das políticas da empresa, realiza processos de *due diligence* e participa ativamente das comissões de privacidade e proteção de dados, assegurando o alinhamento com as melhores práticas e regulamentações vigentes.

O setor busca identificar fragilidades nos processos e controles internos da companhia por meio da avaliação contínua das práticas adotadas nas diversas áreas. Também é responsável por reportar à Diretoria e ao Comitê de Auditoria qualquer evento ou situação que possa comprometer a governança, a conformidade ou a gestão de riscos. Com base nessas identificações, a área de GRC recomenda planos de ação e controles para mitigar os riscos decorrentes dessas fragilidades, acompanhando e monitorando a implementação dessas ações, seja diretamente ou com o suporte da Auditoria Interna.

Área de Segurança da Informação

A Área de Segurança da Informação tem por competência identificar, monitorar e mitigar os riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (infraestrutura, gestão de acessos, segurança

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

da informação) que possam prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, tais como ciberataques, destruição de servidores, restrição de acesso aos sistemas de informação, perda de informações relevantes, dentre outros. Nesse sentido, busca identificar fragilidades nos recursos e procedimentos empregados pela Companhia no tratamento de informações, por meio de inspeções periódicas aos parâmetros e recursos tecnológicos disponíveis, bem como implementar plano de ações e controles aos riscos decorrentes das fragilidades identificadas.

Constatada ocorrência de ciberataques, vazamento e/ou perda de integridade de informações, indisponibilidade do ambiente de TI, obsolescência tecnológica, vazamento de dados/informações pessoais, roubo/vazamento de informações estratégicas, envio de arquivos confidenciais, em via digital ou telefônica, acesso inadequado a ativos e recursos de TI, acesso remoto inseguro ou qualquer outro evento relacionado ao ambiente de tecnologia da informação que possa prejudicar ou impedir o bom andamento das operações da Companhia, a Área de Segurança da Informação deve reportar o evento à Diretoria e ao Comitê de Auditoria e recomendar as ações a serem implementadas para o tratamento dos riscos em relação ao ambiente de tecnologia da informação.

Gerências e demais colaboradores

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

Os controles internos contribuem para a mitigação dos riscos, propiciando um ambiente mais seguro e eficaz, no que tange a eficiência operacional e a integridade dos registros e informações, considerando principalmente os seguintes aspectos:

- os objetivos estratégicos da Companhia;
- composição e natureza das contas contábeis;
- possibilidade de perdas decorrentes de erros e fraudes; e
- complexidade nas transações das contas contábeis.

Para atingimento dos seus objetivos, o gerenciamento dos controles internos da Companhia está estruturado em um modelo integrado de três Linhas de Defesa, sendo:

- **1ª Linha de Defesa:** Representada pelas gerências e demais colaboradores que atuam nas operações da Companhia. Reporta-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. É responsável por: (i) identificar, avaliar, monitorar e mitigar os riscos (tratamento) de acordo com as diretrizes da Política de Gerenciamento de Riscos; (ii) implantar planos de ação e controles; e (iii) comunicar/reportar, em tempo hábil, informações relevantes relacionadas ao Gerenciamento de Riscos à 2ª Linha;
- **2ª Linha de Defesa:** Representada pela Diretoria, Área de Governança, Riscos e Compliance (GRC) e Área de Segurança da Informação, que utilizam a documentação suporte produzida pela 1ª Linha como subsídio para revisão do ambiente de controles e riscos. Atua apoiando as áreas de negócio no desenvolvimento e implementação dos processos e controles para gerenciar riscos, além de realizar o devido monitoramento;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **3ª Linha de Defesa:** Auditoria Interna, responsável por analisar e avaliar de forma independente o ambiente de controles internos com base nos trabalhos executados pela 1ª e 2ª linhas de defesa, fornecendo pareceres periódicos ao Comitê de Auditoria. Pode executar trabalhos adicionais conforme necessidade identificada.

Posteriormente, são realizados os mapeamentos e atualizações dos processos, da matriz de riscos e dos controles e testes de controle, com a finalidade de confirmar o entendimento dos processos mapeados, bem como se os controles estão implementados e operando de forma adequada.

Os controles inexistentes ou considerados insatisfatórios para mitigação dos riscos identificados são reportados para as áreas responsáveis pela elaboração de planos de ação (seja a criação do novo controle ou o aperfeiçoamento dos controles existentes).

Os processos e controles mapeados são ferramentas fundamentais para o planejamento da Auditoria Interna. Com base nesse mapeamento, a Auditoria Interna define a estratégia e os testes de efetividade que serão realizados, com o objetivo de avaliar a correta aplicação e eficiência operacional dos controles na prevenção ou detecção de distorções relevantes.

Por fim, a Companhia não apresenta uma política específica que trata de gerenciamento de riscos de mercado formalizada, divulgando assim as condições gerais e as diretrizes observadas no processo de gestão de riscos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração.

A gestão de riscos financeiros é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de câmbio e taxas de juros.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura operacional de controles internos desenvolvida na Companhia permite monitorar e avaliar periodicamente os principais riscos relacionados aos seus negócios e os impactos possíveis nos seus negócios.

Associada ao modelo das três linhas e em atenção às regulamentações pertinentes, a Companhia conta com auditoria independente, órgão externo à organização, para assegurar a credibilidade das informações sobre sua situação patrimonial e financeira.

Atualmente, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação de efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos, pois permite à Companhia monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos seus negócios, identificar possíveis impactos dos riscos em suas operações e corrigir eventuais falhas tempestivamente.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Descrição dos controles internos

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

A administração da Companhia, o Comitê de Auditoria, a Auditoria Interna e os demais colaboradores da Companhia são responsáveis por assegurar que as Demonstrações Financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos. Para tanto, a Companhia adota diversas práticas e controles internos para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de controles internos, *compliance* e processos que visam fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade na preparação das Demonstrações Financeiras e objetiva: (a) a manutenção de registros que, de forma rigorosa e justa, registrem as transações e disposições dos ativos e passivos da Companhia; (b) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (c) o fornecimento de garantia razoável em relação à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, utilização ou destinação não autorizadas dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis; (d) implantação de estrutura e procedimentos de *compliance*, bem como o aprimoramento das respectivas políticas; e (e) gerenciamento de riscos operacionais.

A respeito dos controles para elaboração das demonstrações contábeis, esta é iniciada com o processo de fechamento contábil, que conta com uma estrutura rígida de acompanhamento de fechamentos de módulos sistêmicos, em que são monitorados os processos de integração financeira para o sistema contábil, bem como análise da necessidade de possíveis lançamentos manuais no sistema contábil. O processo de fechamento contábil é revisado mensalmente pelo Diretor Financeiro. Todos são responsáveis por assegurar que os números contabilizados estão adequados e confiáveis.

Na sequência, com o uso *de checklists* de divulgação e avaliação interna sobre a necessidade e adequação qualitativa de divulgações, a área contábil da Companhia prepara as demonstrações financeiras, submetendo-as para revisão do Diretor Financeiro. Após revisadas, as demonstrações financeiras são submetidas aos auditores independentes, para elaboração de seu relatório sobre estas demonstrações.

No decorrer do exercício, e de forma concomitante aos trabalhos da Gerência de Contabilidade e da Diretoria Financeira, a Auditoria Interna efetua testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. A Auditoria Interna julga se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria. A Auditoria Interna teve suas funções aprovadas na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020 e, no exercício social em questão, teve suas atividades terceirizadas à Moore, empresa contratada em julho de 2023. Para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a empresa contratada para auditoria interna é a KPMG Auditores Independentes.

Os administradores da Companhia entendem que a Auditoria Interna possui estrutura e orçamento suficientes para o desempenho de suas funções. A estrutura e o orçamento da Auditoria Interna estão sujeitos a reavaliação pelo Conselho de Administração, por iniciativa própria ou por recomendação do Comitê de Auditoria, ao menos uma vez ao ano.

5.2 Descrição dos controles internos

Os administradores da Companhia entendem que os controles internos da Companhia são suficientes e pertinentes, dado o tipo de atividade e o volume de transações que a Companhia opera.

Adicionalmente, os administradores da Companhia esclarecem que permanecem empenhados no aprimoramento, revisão e atualização contínua de seus processos e políticas, e na implementação de novas ferramentas para revisão e aprimoramento dos controles internos e de *compliance.* Em razão de suas limitações inerentes, os controles internos podem não impedir ou não detectar erros.

b. estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui estrutura organizacional de controles internos para assegurar o gerenciamento de riscos envolvidos na elaboração das demonstrações financeiras:

(i) Gerente Contábil e Fiscal**:** Participa da elaboração de balancetes, papéis de trabalho adicionais e contratos. Responsável pela confecção de controles internos de suporte e validação de saldos de contas bem como documentos comprobatórios desses saldos.

(ii) Diretor Financeiro: responsável pela revisão e validação do relatório das demonstrações financeiras

Adicionalmente, observadas as demais competências e responsabilidades descritas no item 5.1 (b) (iii) e no item 5.3(a) acima, fazem parte da estrutura (1) o Conselho de Administração, que supervisiona a atuação das demais estruturas organizacionais envolvidas nos controles internos; (2) o Comitê de Auditoria, que acompanha as atividades de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, e supervisiona as atividades da área financeira, controladoria e contábil, reportando as suas conclusões e recomendações ao Conselho de Administração; e (3) a Auditoria Interna, que tem suas atividades terceirizadas a auditor independente registrado na CVM, sendo de sua competência, no decorrer do exercício, efetuar testes nos controles internos, inclusive controles financeiros, para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da Auditoria Interna está a função de julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para a mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, a Auditoria Interna recomenda melhorias ao Comitê de Auditoria.

Em virtude da necessidade de elaboração das demonstrações financeiras nos padrões contábeis adotados no país, a auditoria independente verifica periodicamente se as informações provenientes dos sistemas estão aderentes aos padrões contábeis exigidos e, nesse sentido, se estão aderentes às exigências e, sempre que necessário, recomenda adequações e melhorias aos padrões existentes.

Os gerentes e demais colaboradores da Companhia são responsáveis por observar integralmente as ações de gerenciamento de riscos no dia a dia da Companhia e por participar de forma ativa na comunicação e treinamento que permita a disseminação de forma consciente do gerenciamento de riscos na Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos adotados são mensalmente supervisionados pela Administração da Companhia. A Diretoria Financeira analisa e revisa todos os controles utilizados na preparação das demonstrações financeiras, enquanto os membros do Comitê de Auditoria e os membros do Conselho de Administração são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos, mediante supervisão periódica das atividades da área financeira, controladoria e contábil.

Ademais, a Auditoria Interna terceirizada registrada na CVM, é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de controle e governança da Companhia, tendo suas atividades acompanhadas pelo Comitê de Auditoria e a área de Governança, Riscos e Compliance, a fim de

5.2 Descrição dos controles internos

conferir maior confiabilidade aos relatórios financeiros e às demonstrações financeiras. As deficiências de controles são monitoradas periodicamente e, caso identificadas, são tratadas prontamente por meio de planos de ação estabelecidos pelas estruturas organizacionais envolvidas e acompanhadas pelo membro da Auditoria Interna.

Essa estrutura permite que qualquer não conformidade observada que possa impactar nas demonstrações financeiras seja pronta e tempestivamente reportada à Administração da Companhia para adoção das ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Os auditores independentes obtiveram o entendimento dos controles internos relevantes da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 com o objetivo de determinar a natureza, época e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não com finalidade de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Neste sentido, os auditores independentes da Companhia emitiram o “Relatório de recomendações” para aprimoramento dos controles internos, que tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis da Companhia e suas controladas. Foram identificadas oportunidades de melhorias nos procedimentos contábeis e controles internos da Companhia, contudo nenhum dos procedimentos e controles internos apontou qualquer deficiência significativa.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os Diretores da Companhia avaliaram e concordaram com todas as recomendações constantes do relatório dos auditores independentes. Visando à implementação de tais recomendações, a Companhia elaborou planos de ação destinados a mitigar cada uma das oportunidades de melhorias apontadas pelos auditores independentes. Ressalta-se que nenhuma deficiência significativa foi apontada no relatório de 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item acima.

5.3 Programa de integridade

5.3. Mecanismos e procedimentos internos de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública

Em 05 de novembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a atualização do Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") da Companhia, que estabelece, dentre outros, princípios éticos e padrões de condutas profissionais, com a finalidade de combater a corrupção, prevenir fraudes e ilícitos (incluindo, mas não se limitando contra a administração pública), praticar as boas práticas de mercado e promover o estrito cumprimento de todas as legislações e normas vigentes.

A íntegra do Código de Ética pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Governança Corporativa", item "Estatuto, políticas, regimentos e outros" e por fim, "Código de Ética e Conduta".

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia compromete-se com o cumprimento das leis e com o combate à corrupção, adotando mecanismos e procedimentos de integridade visando à prevenção, detecção e ao tratamento adequado a eventuais atos de corrupção, fraudes e condutas ilícitas de qualquer natureza, em ambiente público ou privado, incluindo qualquer forma de discriminação e preconceito, e condutas que atentem contra a diversidade ou contra direitos da criança e do adolescente. A Companhia busca ainda garantir a segurança e saúde no trabalho através do desenvolvimento de práticas e políticas que minimizem os riscos ocupacionais.

As relações da Companhia com seus fornecedores e prestadores de serviços devem contemplar os interesses legítimos dos envolvidos, sempre baseados em parâmetros técnicos, não sendo admitidas vantagens indevidas, obtidas por meio da manipulação de informação, ou de intimidação, coerção, coação, constrangimento ou qualquer criação artificial de situações de dependência da outra parte envolvida, sejam práticas de concorrência desleal ou situações caracterizadas como conflito de interesse com os negócios da Companhia.

A Companhia não admite, em nenhuma hipótese, o uso de meios ilegais (roubo, furto, suborno, espionagem por meios eletrônicos e outros) ou antiéticos para obter informações sobre concorrentes.

A Companhia e seus colaboradores devem observar a legislação que regula a participação de empresas em assuntos políticos e no relacionamento com o poder público e órgãos reguladores, inclusive no que diz respeito a contribuições para campanhas eleitorais. A Companhia mantém, com o poder público e órgãos reguladores, uma posição de independência, de colaboração e de respeito às leis e regulamentações. A relação da Companhia com o poder público deve ser sempre transparente e isenta, sendo expressamente vedado favores e doações, seja direta ou indiretamente, a funcionários públicos.

Considerando que a atividade da Companhia é fortemente baseada na utilização de informações confidenciais e estratégicas de seus clientes, tais informações devem ser manipuladas com zelo e cuidado. Para tanto, a Companhia impõe como princípios básicos:

(i) A informação é um ativo da Companhia e de seus clientes. É dever de todos os colaboradores protegê-la de vazamentos inconscientes ou tentativas maliciosas de terceiros, adotando um comportamento atento e responsável.

5.3 Programa de integridade

(ii) Uma vez que a segurança da informação está fortemente ligada ao comportamento, é necessário adotar-se sempre uma atitude responsável e ética, em consoante com os valores básicos da Companhia.

(iii) As consequências da disponibilização de informações confidenciais podem ser desastrosas para o colaborador e para a Companhia. A disponibilização negligente ou fraudulenta da informação é crime e abre a possibilidade de perdas econômicas por parte das empresas envolvidas. Por exemplo, deve-se colocar muita atenção nas relações com amigos e conhecidos que trabalham junto a concorrentes ou concorrentes dos clientes da Companhia.

(iv) *Chinese wall policy*: a confidencialidade de projetos e informações de clientes deve ser mantida inclusive internamente na Companhia, especialmente no caso de times alocados a clientes concorrentes (exemplos de clientes concorrentes: redes de supermercado, e-commerces, etc.). Caso haja alguma dúvida, o colaborador deverá conversar com sua liderança direta para esclarecimento e direcionamento.

(v) O uso indevido de informações confidenciais da Companhia ou de clientes é considerado motivo para desligamento por justa causa, além de sujeitar o responsável às penalidades previstas em lei.

Os principais mecanismos normativos do programa de integridade da Companhia foram aprovados pelo Conselho de Administração e compreendem, além do Código de Ética e da Política de Gerenciamento de Riscos atualizados nas reuniões do Conselho de Administração realizadas respectivamente em 15 de novembro de 2024 e 6 de agosto de 2024, respectivamente, as seguintes políticas/regimentos: (i) política de divulgação de atos ou fatos relevantes aprovada em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Política de Divulgação"); (ii) política de negociação de valores mobiliários aprovada em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Política de Negociação"); (iii) política de transações com partes relacionadas aprovada em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); (iv) política de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento aprovada em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Política de Remuneração"); (v) política de indicação dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento aprovada em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Política de Indicação"); (vi) regimento interno do Conselho de Administração atualizado em reunião do Conselho de Administração em 5 de outubro de 2020 ("Regimento Interno do Conselho de Administração"); e (vii) regimento interno do Comitê de Auditoria aprovado em reunião do Conselho de Administração em 1º de setembro de 2020 ("Regimento Interno do Comitê de Auditoria") (sendo a Política de Divulgação, a Política de Negociação, a Política de Gestão de Riscos, a Política de Transações com Partes Relacionadas, a Política de Remuneração, a Política de Indicação, o Código de Ética, o Regimento Interno do Conselho de Administração e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, em conjunto, definidos como "Políticas de Governança Corporativa").

As Políticas de Governança Corporativas estabelecem padrões de conduta, regras internas para alinhamento com os valores da Companhia, procedimentos e práticas para adequação ao perfil e riscos identificados, frequência de avaliação e demais assuntos relacionados. O inteiro teor das Políticas de Governança Corporativa pode ser consultado nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros” e por fim, o documento desejado.

Entre os principais instrumentos, procedimentos e práticas utilizados pela Companhia para gestão de seu programa de integridade estão (i) o Canal de Denúncias, conforme descrito no item (b), abaixo, por

5.3 Programa de integridade

meio do qual o descumprimento de quaisquer diretrizes éticas e de outras políticas de integridade podem ser reportadas à Comissão de Ética da Companhia, com a finalidade identificar e remediar e/ou punir a ocorrência de condutas irregulares, ilegais, fraudes ou quaisquer outros descumprimentos à legislação; (ii) ações de comunicação e treinamento periódicos, gerais e específicos, sobre as diretrizes de ética e conduta da Companhia, que visam a conscientizar e facilitar a compreensão dos colaboradores da Companhia quanto às diretrizes, regras e responsabilidades a serem cumpridas no âmbito do programa de integridade; e (iii) a entrega de cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia a seus colaboradores, contra a assinatura de um "Termo de Adesão", pelo qual o colaborador atesta sua ciência sobre as normas de conduta e obriga-se a cumpri-las.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação que tem por objetivo monitorar a operação da Companhia e avaliar periodicamente sua exposição a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*) de acordo com a política previamente aprovada. Para o auxílio na definição das diretrizes e metodologia de gestão de riscos e controles internos, além de métricas de mensuração da tolerância e apetite aos riscos, o Conselho de Administração conta com o Comitê de Auditoria. As competências destes dois órgãos da Administração encontram-se descritas no item 5.1 (a) deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, compete à Auditoria Interna: (i) o monitoramento do ambiente de controles internos e a efetividade da gestão de riscos; (ii) execução dos testes de controles de acordo com o planejamento da auditoria e reportar os resultados ao Comitê de Auditoria; (iii) verificação da implementação dos planos de ação e sua eficácia; (iv) identificação da necessidade de priorização de ações a partir dos resultados dos processos de riscos em execução, bem como ampliar o ambiente de testes substantivos ou o monitoramento contínuo em função de novos riscos ou agravamento de riscos previamente mapeados; (v) identificação e apontamento de oportunidades de melhorias nos processos de controle internos e de gestão de riscos; e (v) emissão de opinião formal sobre os controles internos testados no ciclo anual de auditoria.

Por fim, a companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por supervisionar a aplicação do Código de Ética.

iiii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia adota um Código de Ética que foi devidamente atualizado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de novembro de 2024. O Código de Ética define os valores e princípios da Companhia, as diretrizes de comportamento esperadas por parte de seus colaboradores nas suas relações internas e com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

A íntegra do Código de Ética pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Governança Corporativa", item "Estatuto, políticas, regimentos e outros" e por fim, "Código de Ética e Conduta".

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

As disposições do Código de Ética da Companhia se aplicam, irrestritamente, a todos os colaboradores e administradores da Companhia e de suas controladas. Os preceitos estabelecidos devem ser

5.3 Programa de integridade

observados em todas as relações profissionais mantidas com clientes, fornecedores, parceiros de negócios, com a comunidade e com órgãos públicos em geral. Além disso, o Código de Ética estabelece que os princípios éticos e padrões de conduta previstos no documento devem ser observados por todos os fornecedores, clientes e parceiros da Companhia.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

Os empregados, bem como todas as pessoas que mantêm vínculo estatutário com a Companhia, recebem treinamento no momento de ingresso na Companhia, e a área de GRC realiza demais ações periódicas com os colaboradores em frequência mensal, a fim de recordar as normas e princípios previstos no Código de Ética, além de esclarecer quaisquer questionamentos.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

O Código de Ética da Companhia prevê a adoção de medidas disciplinares em caso de violações. Essas medidas podem ser, dentre outras: (i) advertência; (ii) suspensão; (iii) desligamento do colaborador; (iv) encerramento da relação contratual existente com a Companhia, ou, ainda, (v) propositura de ações judiciais. A Companhia conta com uma Comissão de Ética e Conduta, responsável por tomar conhecimento das denúncias e concluir, por meio de processo formal, se ocorreu violação ao Código de Ética e Conduta e, em sendo o caso, definir quais medidas serão aplicadas ao infrator.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo

A Companhia disponibiliza canal para comunicação de denúncias de quaisquer comportamentos não éticos, violações à legislação, à regulação e a quaisquer de suas políticas, códigos e regimentos internos. O canal de denúncias da Companhia é disponibilizado aos seus colaboradores e quaisquer terceiros, admitindo-se denúncias anônimas. O canal de denúncias pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: https://canal.ouvidordigital.com.br/cash3.

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O canal de denúncias é interno. Todas as denúncias são tratadas com o sigilo e as respectivas informações são acessadas apenas pelas pessoas envolvidas no processo de investigação, cujo processo varia conforme seu grau de criticidade, de forma a prevenir que nenhuma conclusão seja tomada precipitadamente, sem que os fatos e as circunstâncias tenham sido objetivamente investigados e avaliados.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto para o recebimento de denúncias de colaboradores e de terceiros.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra indivíduos que realizaram denúncias de boa-fé e a Companhia se compromete a proteger sua identidade, caso assim o denunciante prefira. O nosso Canal de Denúncia garante a confidencialidade e o sigilo das denúncias, e pode ser utilizado por todos os Colaboradores, fornecedores, parceiros comerciais e acionistas, bem como quaisquer outros terceiros, sendo permitido o anonimato das denúncias. As denúncias devem ser feitas mediante seguinte endereço eletrônico: https://canal.ouvidordigital.com.br/meliuz/form.

5.3 Programa de integridade

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Comissão de Ética é responsável pela proposição de ações quanto à disseminação e cumprimento do Código de Ética, de modo a assegurar a sua eficácia e efetividade. A Comissão de Ética analisará e deliberará sobre as denúncias recebidas considerando-se o seu grau de criticidade, sempre zelando pelo sigilo e, importância dada a respectiva denúncia. Cabe à Comissão de Ética decidir, por meio de processo formal, sobre as penalidades que serão aplicadas a cada fato objeto de denúncia.

Casos denunciados, que tiverem por escopo questões contábeis e fiscais, bem como denúncias que envolvam membros da Administração da Companhia (conselheiros e diretores) além da Comissão de Ética, o caso será reportado também ao Comitê de Auditoria da Companhia, que acompanhará e dará suporte às decisões da Comissão de Ética.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não há casos confirmados de desvios, fraudes ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 6 de agosto de 2024, aprovou a atualização da Política de Gerenciamento de Riscos. As principais atualizações da política foram a inclusão da classificação dos riscos políticos, financeiros e ambientais, bem como a inclusão das competências da Área de Governança, Riscos e Compliance (GRC), conforme descritos no item 5.1 deste Formulário de Referência. A Companhia entende que tal alteração reforça o compromisso da Companhia com as melhoras práticas a serem adotadas na gestão de riscos.

Adicionalmente, a Companhia não apresenta, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na seção 4 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**

ANDRÉ AMARAL RIBEIRO					
076.677.516-09	Brasil	Sim	Sim	26/06/2025	
Não					
1.100.080	0,974	0	0,000	1.100.080	0,974
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	1,100,080	0.974	0.974	0.974	
BANCO BTG PACTUAL S/A					
30.306.294/0001-45	Brasil	Não	Não	25/06/2025	
Não					
16.070.283	14,224	0	0,000	16.070.283	14,224
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	16,070,283	14.224	14.224	14.224	
BTG PACTUAL WM GESTÃO DE RECURSOS LTDA					
60.451.242/0001-23	Brasil	Não	Não	24/04/2025	
Não					
7.081.411	6,268	0	0,000	7.081.411	6,268
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	7,081,411	6.268	6.268	6.268	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**

CONTROLADORA / INVESTIDORA	CPF/CNPJ acionista	Composição capital social

CANARY IV, L.P

60.576.184/0001-64	Estados Unidos	Não	Não	13/06/2025	
Sim	Banco BTG Pactual S.A.		Juridica		30.306.294/0001-45
6.470.500	5,727	0	0,000	6.470.500	5,727
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	6,470,500	5.727	5.727	5.727	

GABRIEL LOURES ARAUJO

114.679.806-76	Brasil	Sim	Sim	13/08/2025	
Não					
1.781.410	1,577	0	0,000	1.781.410	1,577
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	1,781,410	1.577	1.577	1.577	

ISRAEL FERNANDES SALMEN

094.163.596-10	Brasil	Sim	Sim	25/06/2025	
Não					
16.827.110	14,894	0	0,000	16.827.110	14,894
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	16,827,110	14.894	14.894	14.894	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo de pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais Unidade**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações Unidade**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
TULIO BRAGA PAIVA PACHECO					
097.210.046-69	Brasil	Sim	Sim	24/04/2025	
Não					
433.569	0,384	0	0,000	433.569	0,384
Classe Ação	**Qtde. de ações Unidade**	**Ações %**	**Ações (%) da espécie**	**Ações (%) do capital social**	
Ordinária Classe A	433,569	0.384	0.384	0.384	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
63.218.417	55,954	0	0,000	63.218.417	55,954
TOTAL					
112.982.780	100,000	0	0,000	112.982.780	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	23/05/2025
Quantidade acionistas pessoa física	59.082
Quantidade acionistas pessoa jurídica	3
Quantidade investidores institucionais	335

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

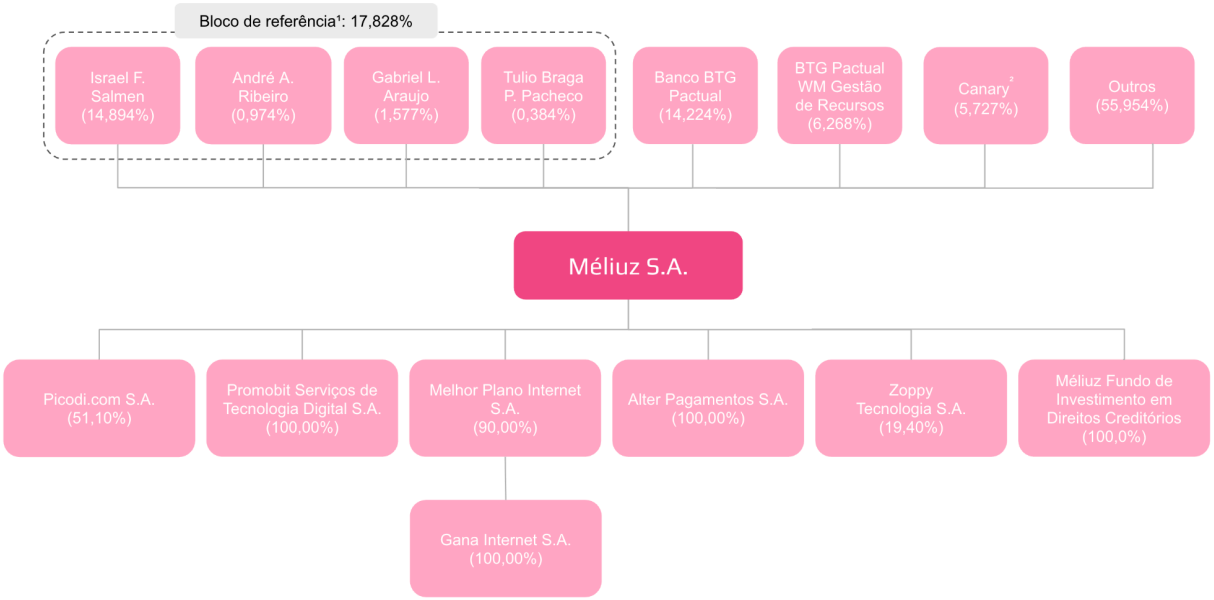
Quantidade ordinárias	92.840.611	82,172%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	92.840.611	82,172%

6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ALTER PAGAMENTOS S/A	29.617.760/0001-24	100
GANA INTERNET LTDA.	37.675.515/0001-00	100
MELHOR PLANO INTERNET S.A	26.181.101/0001-08	90
MÉLIUZ FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS	43.164.899/0001-90	100
PICODI S.A.	00.000.000/0000-00	51,2
PROMOBIT SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DIGITAL S.A.	23.895.251/0001-87	100
ZOPPY TECNOLOGIA LTDA	46.160.998/0001-92	19,4

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Na data deste Formulário de Referência, segue abaixo organograma da nossa estrutura societária:



¹ Acionistas signatários do Acordo de Acionistas, conforme descrito no item 1.13 e informações complementares dispostas no item 6.6 deste Formulário de Referência.

² Canary tem como representante legal o Banco BTG Pactual S.A.

6.6 Outras informações relevantes

Aliança Estratégica com o Banco BV

A Companhia celebrou, em 30 de dezembro de 2022, acordo comercial para estabelecer uma parceria estratégica com o Banco BV pelo qual passou a ofertar aos seus clientes, a partir de 8 de março de 2023, produtos e serviços financeiros do Banco BV. Como parte da aliança, o Banco BV adquiriu 3,85% do capital social do Méliuz através das ações detidas pelos Acionistas de Referência, conforme indicado no item 6.5 deste Formulário de Referência, e obteve uma opção de compra, exercível, em até 24 meses (encerrado em 8 de março de 2025), da totalidade das ações ordinárias de emissão do Méliuz, de titularidade dos acionistas Israel Fernandes Salmen, Ofli Campos Guimarães, André Amaral Ribeiro, Lucas Marques Peloso Figueiredo e a Org Investments LCC, com a obrigação de realizar uma oferta pública nos mesmos termos e condições para a compra de 100% das ações dos acionistas minoritários do Méliuz. No entanto, em 17 de fevereiro de 2025, a Companhia foi notificada pelo Banco BV sobre sua decisão irrevogável e irretratável de não exercer a opção de compra dessas ações. Assim, a opção perdeu sua validade e não poderá mais ser exercida. Para mais informações, vide item 1.14 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1. Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, quando instalado.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até 2 anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 ou 20%, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado e da lei e regulação aplicáveis, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia e de suas controladas, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras competências que lhe sejam atribuídas pela legislação aplicável, pelo Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado, pelas políticas e regimentos da Companhia, e por acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. Para mais informações sobre o Conselho de Administração, vide a “Seção II – Conselho de Administração Subseção I – Composição” e seguintes do “Capítulo IV – Da Administração” do Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do Conselho da Administração que foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de outubro de 2020, cujas integras podem acessadas nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros” e por fim, “Estatuto Social”, e “Regimentos” e por fim, “Regimento Interno do Conselho da Administração”, respectivamente.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por, no mínimo, 4 e, no máximo, 9 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de até 2 anos, permitida a reeleição e autorizada a cumulação de mais de um cargo por qualquer Diretor, sendo designados, no mínimo: (i) 1 Diretor Presidente; (ii) 1 Diretor Financeiro; (iii) 1 Diretor de Relações com Investidores; (iv) 1 Diretor de Operações; (v) 1 Diretor de Growth; e (v) 1 Diretor de Produto. Os demais diretores da Companhia terão a designação e as atribuições que lhes forem conferidas pelo Conselho de Administração. Compete à Diretoria gerir a Companhia e exercer as atribuições que o Conselho de Administração e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, incumbindo-lhe a administração e gestão dos negócios e atividades da Companhia. Para mais informações sobre a Diretoria, vide a “Seção III – Da Diretoria Subseção I – Composição e Reuniões” do “Capítulo IV – Da Administração” do Estatuto Social da Companhia, cuja integra pode acessada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros” e por fim, “Estatuto Social”.

Conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter não permanente e, quando instalado, é composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua respectiva eleição, sendo permitida a reeleição. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras, devendo observar as disposições legais, do Estatuto Social, do Regulamento do Novo Mercado e os regimentos da Companhia, conforme aplicável. Para mais

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

informações sobre o Conselho Fiscal, vide o “Capítulo VI – Conselho Fiscal” do Estatuto Social da Companhia, cuja integra pode acessada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros” e por fim, “Estatuto Social”.

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Companhia adota uma Política de Indicação dos Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento (“Política de Indicação”) a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês de Assessoramento.

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2020, e pode ser acessada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros”, “Políticas” e por fim, “Política de Indicação”.

Visando fomentar a diversidade em matéria de gênero para a indicação dos membros da Administração da Companhia, a Política de Indicação prevê, como diretriz geral, a indicação de candidatos para ocupar os cargos elegíveis deve ser baseada em uma análise da necessidade do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês de Assessoramento, conforme aplicável, garantindo a composição por membros de perfis diversificados, levando-se em conta experiências, competências, condutas, origens, faixa etária e gênero, atendendo assim o inciso I do art. 5º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3. A Companhia estuda no futuro complementar a sua Política de Indicação com critérios de diversidade em matéria de orientação sexual, cor ou raça e inclusão de pessoa com deficiência, de modo a atender o inciso II do art. 5º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3.

Os indicados aos cargos elegíveis deverão ser profissionais altamente qualificados, com relevante experiência profissional, técnica e acadêmica, e com reputação ilibada.

Quando da indicação de membros dos cargos elegíveis, serão observados os critérios de integridade (*background check* de integridade).

No processo de seleção é realizada a busca de candidatos com conhecimentos e experiências nos setores de negócios em que a Companhia e suas controladas atuem ou venham a atuar.

b. mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência

Conselho de Administração e Diretoria

O Conselho de Administração realiza, anualmente, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho de Administração, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês, do Presidente do Conselho de Administração e dos membros da Diretoria. A condução do processo de avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração como órgão colegiado é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. O processo de avaliação dos membros da Diretoria será conduzido pelos membros independentes do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa independente especializada para fins de avaliação de desempenho.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Comitê de Auditoria

A autoavaliação do Comitê e a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros, individualmente, são realizadas, no mínimo, anualmente. O processo de avaliação é de responsabilidade do coordenador do Comitê.

Os resultados consolidados das avaliações do Comitê de Auditoria e de seus membros serão disponibilizados a todos os membros do Comitê de Auditoria e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais são disponibilizados à pessoa em questão, coordenador do Comitê e ao Presidente do Conselho de Administração, e serão discutidas em sessões de feedback individuais.

Conselho Fiscal

A autoavaliação do Conselho Fiscal e a avaliação do seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros, individualmente, são realizadas, no mínimo, anualmente. O processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho Fiscal.

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho Fiscal e de seus membros serão disponibilizados a todos os membros do Conselho Fiscal. Os resultados das avaliações individuais são disponibilizados à pessoa em questão e serão discutidas em sessões de feedback individuais.

ii. metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

Além da metodologia e periodicidade mencionadas no item anterior, o processo de avaliação é estruturado levando-se em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente, do Conselho Fiscal, de seus membros, do Diretor Presidente e demais membros da Diretoria, do Comitê de Auditoria, seu coordenador e seus membros, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação. Os principais critérios utilizados na avaliação são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções e valores e objetivos.

Os membros da Diretoria são avaliados de acordo com a sua performance individual e metas corporativas que são definidas anualmente de acordo com as nossas políticas e estratégias.

iiii. Contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externas para avaliação de desempenho de seus órgãos e/ou comitês.

c. regras de identificação e administração de conflito de interesses

É vedado aos conselheiros intervir em qualquer deliberação em que o tiver ou representar interesse conflitante com o da Companhia. O conselheiro que tiver interesse conflitante com da Companhia deverá cientificar os demais conselheiros do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento. Na hipótese de o conselheiro que tiver interesse conflitante com o da Companhia não cumprir com esta, os demais Conselheiros, caso tenham conhecimento, deverão cumpri-la.

Em caso de conflito de interesse, o conselheiro deverá observar o Código de Ética da Companhia e as demais políticas da Companhia, sem prejuízo das normas legais aplicáveis.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d. descrição das principais características dos órgãos de Administração e do Conselho Fiscal do Emissor

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não acompanha outros indicadores de diversidade para os órgãos da administração e o Conselho Fiscal.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu Conselho Fiscal. Contudo, a Companhia possui processos inclusivos e equitativos que promovem a diversidade e a inclusão em sua operação e no quadro de colaboradores, e cumpre com o inciso I e II do art. 3º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3, uma vez que apresenta mulheres e pessoas pardas em seu quadro de administradores.

Por meio de políticas e programas específicos, a Companhia busca fomentar uma cultura de respeito, segurança psicológica, acolhimento e oportunidades iguais para todos os membros da equipe. A Companhia reconhece que a diversidade em experiências, perspectivas e origens é um ativo fundamental para a inovação, o crescimento e o sucesso sustentável da Companhia.

Assim, a Companhia reafirma o seu compromisso contínuo com a promoção da diversidade e inclusão em todos os aspectos de atuação, visando criar um ambiente de trabalho onde cada indivíduo se sinta valorizado, respeitado e capacitado a contribuir plenamente com seu potencial.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Os órgãos de administração não possuem papel específico na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima. Contudo, os órgãos de administração estão comprometidos em promover a conscientização sobre os desafios ambientais enfrentados atualmente.

Além disso, a administração da Companhia busca constantemente identificar e implementar outras iniciativas sustentáveis que possam contribuir para a preservação do meio ambiente e para a mitigação das mudanças climáticas. A administração da Companhia está comprometida em agir de forma responsável e proativa em relação a essas questões, reconhecendo a sua responsabilidade como parte integrante da comunidade global.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	5	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	1	7	0	0	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	0	0	2
TOTAL = 22	**2**	**15**	**0**	**0**	**5**

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	4	0	2	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	1	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	0	0	0	0	2
TOTAL = 22	**0**	**12**	**0**	**3**	**0**	**0**	**7**

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	6	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	8	1
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	2	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	1	2
TOTAL = 22	**0**	**17**	**5**

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2. Informações relacionadas ao conselho de administração

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, quando instalado.

Em reunião realizada em 1º de setembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Comitê de Auditoria não estatutário, cujas atribuições e funcionamento estão previstos no Regimento Interno do Comitê de Auditoria. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria poderão contar, ainda, com o apoio de outros comitês de assessoramento.

O Comitê de Auditoria é órgão vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, dotado de autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo que: (i) ao menos 1 membro deve ser conselheiro independente, conforme determinado pelo Regulamento do Novo Mercado; e (ii) ao menos 1 membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. O mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular os dois requisitos previstos nos (i) e (ii) acima, sendo vedada a participação, como membros do Comitê de Auditoria, de Diretores da Companhia, de suas Controladas, de coligadas ou sociedades sob controle comum. O Comitê de Auditoria deverá ser composto, também, por um coordenador, que será eleito pelos membros do Comitê, devendo ele representar, organizar e coordenar as atividades do Comitê de Auditoria. Para mais informações sobre o Comitê de Auditoria, vide o item 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, cuja integra pode acessada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros”, “Regimentos” e por fim, “Regimento Interno dos Comitês”.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais da rede mundial de computadores onde o documento possa ser encontrado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é de responsabilidade (i) da Diretoria recomendar ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes e garantir que estes avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna, e (ii) do Conselho de Administração a escolha, a avaliação e a destituição dos auditores independentes.

O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Adicionalmente, cabe ao Comitê de Auditoria fiscalizar a atividade dos auditores independentes e avaliar as recomendações feitas pelos auditores independentes e internos quando solicitado pela Diretoria da Companhia, bem como se posicionar perante o Conselho de Administração em hipótese de conflitos entre auditores internos, externos e/ou Diretores da Companhia.

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Compete à Diretoria auxiliar permanentemente o Conselho de Administração, monitorando a efetividade dos processos relacionados à elaboração dos relatórios financeiros e ao cumprimento da legislação tributária aplicável, analisando os relatórios e acompanhando/supervisionando os auditores externos e internos da Companhia, preservando sempre sua relação de independência para com a Companhia.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia não conta com canal interno de comunicação para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do Conselho de Administração. O Méliuz é uma empresa de tecnologia, cujas atividades não provocam impactos negativos nos aspectos do meio-ambiente e do social. Além disso, desde 2020, com o início da pandemia, a Companhia atua no regime de teletrabalho, reduzindo significativamente o consumo de energia dentro da empresa.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome ANDRÉ AMARAL RIBEIRO **CPF:** 076.677.516-09 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 21/08/1990

Experiência Profissional: O Sr. André Amaral Ribeiro é formado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2014. Possui mais de 8 anos de experiência em planejamento estratégico, finanças e planejamento corporativo, modelagem financeira, inteligência de negócio e growth. Antes de virar membro do Conselho de Administração e Diretor de Estratégia da Companhia, o Sr. André Amaral Ribeiro atuou como Head de Estratégia da Companhia. Além disso, foi, entre os anos de 2015 e 2017 Business Analyst e Associate na Advisia OC&C Strategy Consultants; e, entre os anos de 2013 e 2014, Trainee na Vallourec. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Administração (Efetivo)		03/10/2025	Sim	30/04/2021
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Outros Diretores	Diretor de Produto, Tecnologia e Dados	01/09/2025		01/09/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome BRUNA CRISTINA DA SILVA **CPF:** 088.779.186-75 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 12/06/1987

Experiência Profissional: Contadora com 20 anos de experiência profissional, tendo atuado em empresas dos setores industrial, automotivo, bancário e de fornecimento de energia. É graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Milton Campos e pós-graduada em Controladoria e Finanças pelo IBMEC. O membro do Conselho Fiscal declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho Fiscal declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DÚNIA NEVES RUAS MOURÃO **CPF:** 074.864.956-51 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 01/07/1985

Experiência Profissional: Dúnia Ruas Mourão é pós-graduanda em Direito Bancário e Mercado Financeiro pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e foi responsável pela cadeira de LGPD do MBA de Advocacia de Alta Performance pela PUC-MG. Possui sólida experiência em Jurídico Corporativo e é especialista em Direito do Trabalho & Previdenciário, Compliance e Governança Corporativa. Está a frente da área jurídica do Méliuz desde o IPO da Companhia, e atuou nos últimos 14 anos em empresas e escritórios renomados, com passagens pela multinacional Esab Indústria e Comércio Ltda, como responsável jurídica América do Sul, e atuações pela MRV Engenharia e Magazine Luiza. A Sra. Dúnia é certificada pela Legal, Ethics & Compliance (LEC) em Compliance e Anticorrupção e possuí curso de extensão em Sociedade Anônima pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A Diretora declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Outros Diretores	Diretora Jurídica	01/09/2025		01/09/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GABRIEL LOURES ARAUJO **CPF:** 114.679.806-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 05/08/1992

Experiência Profissional: O Sr. Gabriel é formado em administração de empresas pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui MBA em Administração e Gestão de Negócios pela Harvard Business School. Tem sólida experiência em M&A e Consultoria Estratégica, com passagem pela McKinsey & Company, Mantary e Boutique de Investimento. Se juntou ao time do Méliuz em 2018 e foi responsável pela estratégia de internacionalização e expansão das verticais de negócio da Companhia. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN, da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Outros Conselheiros / Diretores	Conselheiro (efetivo)	03/10/2025	Sim	10/03/2023
Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2025	01/09/2026	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Growth, Estratégia e Novos Negócios	01/09/2025	Sim	01/12/2022
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Diretor Presidente / Superintendente		01/09/2025		07/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	GUILHERME VILLELA DE VIANA BANDEIRA	**CPF:**	009.199.641-41	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Empresário	**Data de Nascimento:**	21/03/1989

Experiência Profissional: Guilherme Bandeira é doutor em direito pela Universidade de São Paulo (USP), LL.M pela New York University (NYU), bacharel em direito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e bacharel em filosofia na Universidade de São Paulo (USP). É advogado, especialista e consultor em Bitcoin há mais de sete anos, dedicando-se a assessorar na área técnica e regulatória de empresas. Tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração de acordo com o critério de independência do Regulamento do Novo Mercado. Adicionalmente, o Conselheiro declara não ser considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/10/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
GUILHERME XAVIER MILTON	062.290.016-16		Brasil	Economista	28/09/1987

Experiência Profissional: Bacharel em Ciências Economicas e em Ciência Contábeis, ambos pelo IBMEC MG. Detém a certificação de Analista Financeiro pelo CFA Institute. Possui cerca de 20 anos de experiência no mercado financeiro no Brasil e nos EUA, com foco em Finanças Corporativas, tendo atuado ao longo de sua carreira como Auditor Externo, Consultor em Finanças Corporativas e na área de Relações com Investidores. Atualmente é Gerente Sênior de Planejamento Financeiro na Localiza&Co. O membro do Conselho Fiscal declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho Fiscal declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	ISRAEL FERNANDES SALMEN	**CPF:**	094.163.596-10	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Empresário	**Data de Nascimento:**	03/10/1988

Experiência Profissional: O Sr. Israel Fernandes Salmen é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 2011. Em 2016, participou do curso de Executive Education, Innovation & Entrepreneurship da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. Possui mais de 16 anos de experiência em desenvolvimento de produto, novos negócios, vendas e gestão, sendo também fundador da Companhia e empreendedor da Endeavor desde 2016. O Sr. Israel Fernandes Salmen atua também como CEO da Companhia e já atuou como Diretor e membro do Conselho de Administração do Méliuz Holding Ltd. (de 24/10/2016 até seu encerramento em 2020) e Diretor do Méliuz LLC (de 12/11/2015 até seu encerramento em 2020), sociedades que integravam o grupo econômico do emissor. Além disso, foi sócio e diretor comercial da Solo Investimentos, uma gestora de recursos da qual foi sócio fundador, de 2009 a 2011. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Presidente do Conselho de Administração		03/10/2025	Sim	07/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	LEANDRO FERREIRA VILAÇA	**CPF:**	917.078.706-91	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Advogado
Data de Nascimento:	18/02/1978								

Experiência Profissional: Advogado com mais de 20 anos de experiência nas áreas de Direito das Sucessões, Direito de Família, Direito Obrigacional, Direito Processual Civil, Direito Imobiliário e Direito Empresarial (Societário, Contratos Mercantis e Títulos de Crédito). Mestre em Direito Internacional pela PUC/MG, com foco em Direitos Humanos, Integração Regional e Constitucionalização do Direito Internacional. Sócio fundador da Vilaça & Melo Sociedade de Advogados e da Vilaça's Negócios Imobiliários. Pós-graduado em Direito de Empresa, Planejamento Patrimonial e Sucessório (PUC/MG), Advocacia do Direito Negocial e Imobiliário, e Direito Processual Civil Aplicado (Universidade São Judas Tadeu/SP). Atua como membro do Conselho Fiscal do Méliuz S.A. e síndico do Condomínio Ed. Fernão Dias, com experiência prévia como subsíndico e conselheiro fiscal desde 2015. Foi coordenador do Curso de Direito da Fundação Dr. Pedro Leopoldo (FPL) e professor nas áreas de Direito Empresarial, Civil e Prática Jurídica, além de integrar o Conselho Acadêmico e a Comissão de Avaliação da instituição entre 2007 e 2023. O membro do Conselho Fiscal declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho Fiscal declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	MARCELO GONÇALVES SANTOS	**CPF:**	355.020.608-96	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Contador	**Data de Nascimento:**	04/11/1987

Experiência Profissional: Marcelo Gonçalves, Graduado em Ciências Contábeis e Atuarial pela Fundação Santo André, contando com mais de 10 anos de experiência no mercado financeiro, passando pelo grupo Brasken S.A., Brazil Plus Investment e Planner Corretora de Valores S.A e WNT Gestora. Acumula conhecimento nas áreas de estruturação de fundos, desenvolvimento de KPI'S, elaboração de Budget e Forecast, entre diversos outros. O membro do Conselho Fiscal declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho Fiscal declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador			Sim	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
MARCIO LOURES DE ARAUJO PENNA	110.659.767-20		Brasil	Administrador de empresas	06/12/1985

Experiência Profissional: O Sr. Marcio Loures de Araujo Penna é formado em Administração de Empresas e possui Mestrado em Finanças e Gestão pela Neoma Business School realizado em 2016/2017, em Paris, França. O Sr. Marcio possui sólida experiência na área financeira e de mercado de capitais, estando a frente da área de Relações com Investidores do Méliuz desde junho de 2021. Atuou nos últimos 15 anos em empresas renomadas do mercado, sendo a última passagem pela Petrobras, entre 2019 e 2021, como Assessor do Presidente nas áreas de Relações com Investidores, ESG e Estratégia. Entre 2017 e 2019 atuou como gerente de Relações com Investidores e ESG da Light S.A., e entre 2007 e 2016, atuou na Vale S.A. como analista de FP&A e Relações com Investidores. O Sr. Marcio também possui cursos executivos pela Chicago Booth School of Business, em Decision Making & Capital Management in the Firm; Creating an Entrepreneurial Culture & Leadership Training; e Financial Economics & Strategy Decision. O Diretor declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O Diretor declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Diretor de Relações com Investidores		01/09/2025		23/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MATHEUS COSTA FERREIRA **CPF:** 073.600.726-11 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 14/11/1985

Experiência Profissional: O Sr. Matheus Costa Ferreira é formado em Direito (2008) e em Ciências Contábeis (2014), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais. É pós-graduado em Auditoria Contábil (2010), pela Universidade Cândido Mendes, e mestre em Direito Empresarial, na área de Direito e Tecnologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Atua há mais de dez anos como consultor jurídico no CF Consultoria Jurídica de Negócios, da qual é sócio fundador, sociedade que não integra o grupo econômico do emissor, nem é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O membro do Comitê de Auditoria declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Comitê de Auditoria declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Administração (Efetivo)		03/10/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAURO ROJAS HERRERA **CPF:** 528.331.002-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Analista de sistemas **Data de Nascimento:** 30/10/1984

Experiência Profissional: O Sr. Mauro Rojas Herreira é o Diretor de Plataforma da Companhia e possui formação em ciência da computação pelo Instituto de Computação da UFAM, com mestrado focado nas áreas de Recuperação de Informação, Machine Learning e Banco de Dados. Foi co-fundador da Neemu, empresa amazonense que se tornou referência nacional no desenvolvimento de sistemas de busca e personalização para e-commerces e varejo físico. A Neemu dominou o mercado de tecnologia nesse segmento e foi adquirida pela Linx em 2015. No Méliuz, Mauro é diretor das áreas de Plataformas e Cyber Security, as quais são áreas responsáveis por garantir que a operação do Méliuz, principalmente de engenharia, cresça de forma escalável, resiliente e segura. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Outros Diretores	Diretor de Plataforma	01/09/2025		01/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MICHELLE MEIRELLES **CPF:** 070.395.466-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contadora **Data de Nascimento:** 28/02/1986

Experiência Profissional: A Sra. Michelle Meirelles é formada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais e possui MBA em Direito Tributário pela FGV com extensão pela Ohio University, nos Estados Unidos. A Sra. Michelle possui mais de 15 anos de experiência na área financeira e, atualmente, é responsável pela área Contábil/Fiscal do Méliuz, onde atua desde fevereiro de 2021. Entre 2019 e 2021, atuou como Controller na Laborum, estruturando a área financeira de diversas entidades no Brasil, como Sociedade São Vicente de Paulo e Santa Casa. Entre 2016 e 2019, foi responsável pela área de Technical Accounting da América Latina da Stellantis e, entre 2013 e 2016, trabalhou na FCA UK, em Londres, onde atuou na estruturação da holding após a fusão entre Fiat e Chrysler. Entre 2011 e 2014, atuou na Fiat do Brasil, como Analista de Compliance Contábil e, entre 2008 e 2010, foi responsável pela área de Suporte Contábil da Thomson Reuters. A Diretora declara não possuir, nos últimos 5 anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A diretora declara, adicionalmente, que não é considerada pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	01/09/2025	01/09/2026	Outros Diretores	Diretora Financeira	01/09/2025		23/03/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
PEDRO HENRIQUE SARTORI SORRENTINO	352.095.788-44		Brasil	Empresário	14/07/1988

Experiência Profissional: O Sr. Pedro Sorrentino possui mais de 10 anos de experiência em venture capital, com atuação nos mercados dos Estados Unidos e Brasil. É Sócio-Diretor da Atman Capital, fundo crossborder que investe em startups de inteligência artificial, criptoativos, fintechs e longevidade. Já investiu mais de meio bilhão de reais em centenas de startups de alto impacto, incluindo mais de 15 unicórnios, que somam mais de R$10 bilhões captados em rodadas subsequentes. Foi cofundador e managing partner da ONEVC, atuou como associate na FundersClub e iniciou sua carreira na SendGrid, onde participou da trajetória até o IPO e aquisição pela Twilio. Atua no ecossistema de blockchain e criptoativos há mais de 8 anos. Paulistano baseado em São Francisco, California é mestre em Estratégia Digital pela University of Colorado Boulder. O membro do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com o critério de independência constante do Regulamento do Novo Mercado.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/10/2025	Sim	03/10/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PHILIPE DE CASTRO OLIVEIRA **CPF:** 062.987.956-77 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 24/05/1983

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis. Conta com mais de 18 anos de experiência nas áreas financeira, contábil, tributária e auditoria, incluindo cerca de 9 anos atuando como auditor externo em grandes empresas de auditoria (PwC e Deloitte). Possui sólida formação contábil, amplo domínio de controles internos e vivência em diversos setores, como tecnologia, agronegócio, mineração, construção e serviços, demonstrando versatilidade e adaptação a diferentes contextos empresariais. O membro do Conselho Fiscal declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho Fiscal declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		14/04/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	ROBERTO CHRISTIANO GASPAR DE OLIVEIRA	**CPF:**	028.576.616-30	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Empresário	**Data de Nascimento:**	08/10/1975

Experiência Profissional: O Sr. Roberto Christiano possui mais de 20 anos de experiência profissional, tendo atuado como executivo nos setores de tecnologia, saúde e aviação, com foco em inovação, transformação digital e inteligência artificial. Possui especialização em Inteligência Artificial voltada para sistemas de saúde, capacitação em desenvolvimento de software full stack e certificação internacional ATLS (Instrutor). Roberto é fundador e CEO da MiMO Benefícios, healthtech com foco na integração de IA a serviços médicos e também idealizou a plataforma YouDoctor, que conecta mais de 5.000 médicos em todo o país. O membro do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, de acordo com o critério de independência constante do Regulamento do Novo Mercado.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/10/2025	Sim	23/05/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome STÉFANO FURLANI MALVEZI **CPF:** 523.755.708-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 17/02/2001

Experiência Profissional: Advogado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, pós graduando em MBA - Gestão Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sócio e head jurídico na WNT Capital, presidente do Conselho Fiscal da Metalfrio e TradersClub. Possui experiência em operações estruturadas e distressed assets, responsável pela estruturação de operações de aquisição de companhias, estratégias de risco, conversões de créditos e estruturação de fundos de investimento. Possui conhecimento em direito empresarial, recuperações judiciais, compliance regulatório e controles internos nos mercados financeiro e de capitais. O Conselheiro declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Conselheiro declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	14/04/2025	31/12/2025	C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas		14/04/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
TIAGO BORTOLETTO VELOSO DE ALMEIDA	303.329.378-60		Brasil	Engenheiro	29/04/1982

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP, Tiago Veloso de Almeida acumula mais de 18 anos de experiência no mercado financeiro, com passagem por bancos de investimento globais e family offices. É sócio fundador e Diretor de Gestão da Nello Wealth Management, onde lidera estratégias de alocação patrimonial e gestão de investimentos. Anteriormente, atuou como Chefe de Análise na Milestones Capital, Vice-Presidente de Equity Research no J.P. Morgan, com foco na América Latina, e Analista de Investimentos na Gávea Investimentos. Tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O membro do Comitê de Auditoria declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Comitê de Auditoria declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		03/10/2025	Sim	14/04/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome TULIO BRAGA PAIVA PACHECO **CPF:** 097.210.046-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 25/10/1989

Experiência Profissional: O Sr. Tulio Braga Paiva Pacheco cursou Engenharia Mecânica na PUC Minas, tem experiência de mais de 14 anos atuando com aperfeiçoamento de processos e desenvolvimento de novos negócios. Teve uma passagem de mais de 8 anos pela Vale, com atuação internacional em países como Peru, Wales e Canadá. Está há mais de 6 anos no Méliuz. O Diretor declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Diretor declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/10/2025	01/09/2026	Vice Presidente Cons. de Administração		03/10/2025	Sim	07/11/2024
Diretoria e Conselho de Administração	01/09/2025	01/09/2026	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor de Operações	01/09/2025	Sim	01/12/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome:	CPF:	Passaporte:	Nacionalidade:	Profissão:	Data de Nascimento:
LEONARDO DE PAIVA ROCHA	598.802.797-00		Brasil	Consultor	24/03/1959

Experiência Profissional:

O Sr. Leonardo de Paiva Rocha possui 40 anos de experiência profissional, tendo atuado como executivo financeiro e de RI em grandes organizações multinacionais e nacionais de capital aberto. Graduado em engenharia mecânica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME-1981), possui especialização em administração de empresas-finanças pela PUC/RJ (1989) e participou do CFO¶s Executive Program na University of Chicago (2007), de formação de conselheiros no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC-2009), de governança corporativa na Yale School of Management (2012), Conselhos de Administração/Comitês de Auditoria na Harvard Business School (2014), Private Equity ±Investing and Creating Value Program na The Wharton School (2017), Effective Board Leadership Workshop no IFC (2017), Director¶s College do Rock Center for Corporate Governance na Stanford University (2017), do Programa para Conselheiro de Estatais na Fundação Dom Cabral (2019),Corporate Compliance and Enforcement Program na New York University School of Law (2019) e Programa Avançado para Conselheiros de Administração (IBGC-2020). Em 2003, foi um dos três finalistas ao prêmio de melhor executivo de finanças concedido anualmente pelo IBEF-SP. O membro do Conselho de Administração declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Conselho de Administração declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável. O membro do Conselho de Administração também declara que é membro independente do Conselho de Administração da Companhia de acordo com o critério de independência constante do Regulamento do Novo Mercado.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/2025	01/09/2026			01/09/2025	01/09/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome:	MATHEUS COSTA FERREIRA	**CPF:**	073.600.726-11	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Advogado	**Data de Nascimento:**	14/11/1985

Experiência Profissional:

O Sr. Matheus Costa Ferreira é formado em Direito (2008) e em Ciências Contábeis (2014), ambos na Universidade Federal de Minas Gerais. É pós-graduado em Auditoria Contábil (2010), pela Universidade Cândido Mendes, e mestre em Direito Empresarial, na área de Direito e Tecnologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). Atua há mais de dez anos como consultor jurídico no CF Consultoria Jurídica de Negócios, da qual é sócio fundador, sociedade que não integra o grupo econômico do emissor, nem é controlada por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O membro do Comitê de Auditoria declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Comitê de Auditoria declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Presidente do Comitê	01/09/2025	01/09/2026			01/09/2025	01/09/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

N/A

Nome:	TIAGO BORTOLETTO VELOSO DE ALMEIDA	**CPF:**	303.329.378-60	**Passaporte:**		**Nacionalidade:**	Brasil	**Profissão:**	Engenheiro	**Data de Nascimento:**	29/04/1982

Experiência Profissional:

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola Politécnica da USP, Tiago Veloso de Almeida acumula mais de 18 anos de experiência no mercado financeiro, com passagem por bancos de investimento globais e family offices. É sócio fundador e Diretor de Gestão da Nello Wealth Management, onde lidera estratégias de alocação patrimonial e gestão de investimentos. Anteriormente, atuou como Chefe de Análise na Milestones Capital, Vice-Presidente de Equity Research no J.P. Morgan, com foco na América Latina, e Analista de Investimentos na Gávea Investimentos. Tais empresas não integram o grupo econômico do emissor, nem são controladas por acionista da Companhia que detenha participação direta ou indireta igual a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O membro do Comitê de Auditoria declara não possuir, nos últimos cinco anos, condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, do BACEN ou da SUSEP ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O membro do Comitê de Auditoria declara, adicionalmente, que não é considerado pessoa exposta politicamente, conforme regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria não Estatuário	Membro do Comitê (Efetivo)	01/09/2025	01/09/2026			01/09/2025	28/02/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois, na data deste Formulário de Referência, não há relação conjugal, união estável ou parentesco até 2º (segundo) grau entre (a) administradores da Companhia; (b) administradores da Companhia e administradores de suas controladas diretas ou indiretas; (c) administradores da Companhia e seus controladores diretos ou indiretos; e (d) administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2024

Administrador do Emissor

TULIO BRAGA PAIVA PACHECO	097.210.046-69	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Operações e Vice-Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00		
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

O Sr. Tulio Braga Paiva Pacheco é Membro do Supervisory Board, nomeado em 08 de agosto de 2024, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

Administrador do Emissor

DÚNIA NEVES RUAS MOURÃO	074.864.956-51	Subordinação	Controlada Direta
Diretora Jurídica	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00		
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Observação

A Sra. Dúnia Neves Ruas Mourão é Membro do Supervisory Board, nomeada em 08 de agosto de 2024, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
GABRIEL LOURES ARAUJO	114.679.806-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente, Diretor de Growth e Novos Negócios e membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
MELHOR PLANO INTERNET S.A	26.181.101/0001-08		
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Gabriel Loures Araújo é membro do Conselho de Administração da Melhor Plano, eleito para o cargo em 24 de julho de 2024, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.			
Administrador do Emissor			
MATHEUS COSTA FERREIRA	073.600.726-11	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
COSTA FERREIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	25.125.858/0001-03		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Matheus Costa Ferreira é sócio da Costa Ferreira Sociedade de Advogados, empresa que prestou serviços à Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	

Exercício Social 31/12/2023

Administrador do Emissor

ANDRÉ AMARAL RIBEIRO	076.677.516-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00	
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil

Observação

O Sr. André Amaral Ribeiro foi Membro do Supervisory Board, nomeado em 26 de janeiro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

Administrador do Emissor

GABRIEL LOURES ARAUJO	114.679.806-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Growth e Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

MELHOR PLANO INTERNET S.A	26.181.101/0001-08	
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil

Observação

O Sr. Gabriel Loures Araújo foi Diretor Presidente, eleito em 09 de janeiro de 2023, de sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

Administrador do Emissor

GABRIEL LOURES ARAUJO	114.679.806-76	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Growth e Novos Negócios	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	

Pessoa Relacionada

PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00	
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil

Observação

O Sr. Gabriel Loures Araújo foi Membro do Supervisory Board, nomeado em 02 de maio de 2023, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ISRAEL FERNANDES SALMEN	094.163.596-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00		
Presidente do Supervisory	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Israel Fernandes Salmen foi Presidente do Supervisory Board, nomeado em 26 de janeiro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.			
Administrador do Emissor			
MATHEUS COSTA FERREIRA	073.600.726-11	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
COSTA FERREIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	25.125.858/0001-03		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Matheus Costa Ferreira é sócio da Costa Ferreira Sociedade de Advogados, empresa que prestou serviços à Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.			

Exercício Social 31/12/2022

Administrador do Emissor			
MATHEUS COSTA FERREIRA	073.600.726-11	Prestação de serviço	Fornecedor
Membro do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
COSTA FERREIRA SOCIEDADE DE ADVOGADOS	25.125.858/0001-03		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Matheus Costa Ferreira é sócio da Costa Ferreira Sociedade de Advogados, empresa que prestou serviços à Companhia nos últimos 3 exercícios sociais.			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	**Passaporte**	**Nacionalidade**	
Administrador do Emissor			
ANDRÉ AMARAL RIBEIRO	076.677.516-09	Subordinação	Controlada Direta
Diretor de Estratégia	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00		
Membro do Supervisory Board	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. André Amaral Ribeiro foi Membro do Supervisory Board, nomeado em 26 de janeiro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.			
Administrador do Emissor			
ISRAEL FERNANDES SALMEN	094.163.596-10	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Pessoa Relacionada			
PICODI.COM S.A.	00.000.000/0000-00		
Presidente do Supervisory	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
Observação			
O Sr. Israel Fernandes Salmen foi Presidente do Supervisory Board, nomeado em 26 de janeiro de 2021, sociedade que integra o grupo econômico da Companhia, como sua controlada direta.			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia contrata, apólice de seguro de Responsabilidade Civil para Conselheiros, Diretores e/ou pessoas físicas que tenham poderes de representação da Companhia e/ou suas Subsidiárias cujo cargo ou função demande gestão ou representação legal exclusivamente em nome desta (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros, além de empregado da Companhia e/ou suas Subsidiárias, incluindo mas não se limitando a gestor de risco (*risk manager*), advogado, contador, auditor interno, desde que atuando em sua função na Companhia e/ou suas Subsidiárias, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um Segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. A apólice de seguro não garante a ação ou omissão voluntária, que viole direito e cause danos a outrem, ainda que exclusivamente moral ("Ato Ilícito Doloso"), além de não garantir danos causados a terceiros quando o Segurado agir fora da sua alçada na Companhia e/ou suas Subsidiárias.

A apólice, com vigência até 17 de abril de 2026, foi contratada junto à Kovr Seguradora S.A. (“Seguradora”). O valor total do prêmio líquido do seguro contratado foi de R$228.593,75, com limite máximo de garantia, no valor de R$ 70.000.000,00. O D&O conta com (i) Cobertura A: a Seguradora indenizará em nome da, ou à Companhia, as Perdas Indenizáveis resultantes ou decorrentes de alguma Reclamação contra a Companhia, com base em ato danoso, (ii) Cobertura B: a Seguradora reembolsará a Companhia por tal Perda Indenizável, se a Companhia efetuar o pagamento de uma Perda Indenizável de um segurado coberta pela apólice.

A Companhia não presta compromisso de indenidade com seus administradores que preveja o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia ou do pagamento de multas e acordos administrativos que não estejam cobertos pelo D&O.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Comitê Estratégico de Bitcoin

Em 4 de março de 2025, o Conselho da Administração aprovou a constituição do Comitê Estratégico de Bitcoin, e posteriormente, em 28 de maio de 2025, foi aprovado o Regimento Interno do Comitê Estratégico de Bitcoin. O comitê é órgão de assessoramento vinculado ao Conselho da Administração, dotado de autonomia operacional, bem como de orçamento próprio e, dessa forma, atua com independência perante a Diretoria.

A instauração do Comitê Estratégico de Bitcoin tem por objetivo: (i) supervisionar, de maneira continua e sistemática, as estratégias e diretrizes relacionadas às práticas de tesouraria de Bitcoin da Companhia; (i) monitorar riscos e oportunidades associados aos criptoativos; (ii) garantir o cumprimento das normas legais, estatutárias e regulatória, bem como as definições da Política de Aplicações Financeiras da Companhia; e (iv) avaliar impactos financeiros, tecnológicos e operacionais do Bitcoin nos negócios da Companhia.

Atualmente, o Comitê Estratégico de Bitcoin deve ser composto por 3 membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo que: (i) ao menos, 1 membro deve ser conselheiro independente, conforme determinado pelo Regulamento do Novo Mercado, e (ii) ao menos 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de criptomoedas. O mesmo membro do Comitê Estratégico de Bitcoin pode acumular os dois requisitos previstos nos (i) e (ii) acima. É vedada a participação, como membros do Comitê Estratégico de Bitcoin, de Diretores da Companhia, de suas Controladas, coligadas ou sociedades sob controle comum.

Governança Corporativa

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;

7.8 Outras informações relevantes

- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- não acumulação do cargo de diretor-presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Informações sobre quóruns de instalação de assembleias gerais

Seguem abaixo informações sobre a instalação de nossas assembleias gerais de acionistas ocorridas nos últimos três anos e no exercício corrente até a data de arquivamento deste Formulário de Referência:

Tipo de Assembleia Geral	Data de realização	Convocação	Quórum de instalação
Extraordinária	06/01/2022	2ª convocação	22,57%
Extraordinária	06/04/2022	1ª convocação	40,81%
Ordinária e Extraordinária	29/04/2022	1ª convocação	AGO: 35,59% AGE: 35,59%
Extraordinária	30/05/2022	1ª convocação	35,99%
Extraordinária	16/08/2022	1ª convocação	35,5%
Extraordinária	01/09/2022	1ª convocação	33,4%
Extraordinária	11/11/2022	1ª convocação	Não instalada
Extraordinária	30/11/2022	2ª convocação	34,1%

7.8 Outras informações relevantes

Tipo de Assembleia Geral	Data de realização	Convocação	Quórum de instalação
Extraordinária	24/02/2023	1ª convocação	Não instalada
Extraordinária	08/03/2023	2ª convocação	44,65%
Extraordinária	24/04/2023	1ª convocação	Não aplicável
Ordinária e Extraordinária	28/04/2023	1ª convocação	AGO: 31,16% AGE: 31,16%
Extraordinária	08/05/2023	2ª convocação	30,89%
Extraordinária	31/08/2023	1ª convocação	30,60%
Extraordinária	14/09/2023	2ª convocação	31,07%
Extraordinária	17/01/2024	1ª convocação	35,35%
Extraordinária	26/01/2024	2ª convocação	37,68%
Ordinária e Extraordinária	29/04/2024	1ª convocação	AGO: 29,36% AGE: 29,36%
Extraordinária	19/06/2024	1ª Convocação	Não instalada
Extraordinária	28/06/2024	2ª Convocação	39,60%
Extraordinária	30/08/2024	1ª Convocação	25,31%
Extraordinária	11/09/2024	2ª Convocação	25,91%
Ordinária e Extraordinária	14/04/2025	1ª Convocação	AGO: 36,73% AGE: 36,72%
Extraordinária	06/05/2025	1ª Convocação	Não instalada
Extraordinária	15/05/2025	2ª Convocação	62,08%
Extraordinária	23/05/2025	1ª Convocação	43,81%

Alteração na Administração

Em novembro de 2024, ocorreu uma mudança na estrutura organizacional da Companhia. O então CEO, Israel Salmen, assumiu a posição de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ampliando sua atuação estratégica e seu foco na condução das iniciativas do conglomerado como um todo.

Com essa transição, foi eleito um novo Diretor Presidente ("CEO") para a Companhia, Gabriel Loures, anteriormente ocupante do cargo de Vice-Presidente de Growth, Estratégia e Novos Negócios e Planejamento. Essa mudança marca um novo momento na liderança executiva, reforçando o compromisso com a continuidade, a inovação e o fortalecimento das operações da Companhia.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Em 1º de setembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou na política de remuneração ("Política de Remuneração"). A Política de Remuneração é aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e não Estatutários, membros do Conselho Fiscal (caso instalado) e membros do Comitê de Auditoria, e demais comitês de assessoramento, estatutários ou não estatutários ("Pessoas Sujeitas à Política").

A Política de Remuneração visa a estabelecer diretrizes que deverão ser observadas no âmbito da remuneração das Pessoas Sujeitas à Política, consolidando seus interesses com os objetivos e os objetivos das controladas da Companhia.

Os elementos que compõem as remunerações dos administradores visam a: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados, estando sempre alinhados aos interesses dos acionistas; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciam o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e (iii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos executivos.

A Administração entende que a remuneração das Pessoas Sujeitas à Política de Remuneração é compatível com as melhores práticas observadas pelo mercado de atuação, o que contribui para a atração e a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções.

A íntegra da Política de Remuneração pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba "Governança Corporativa", item "Estatuto, políticas, regimentos e outros", "Políticas" e por fim, "Política de Remuneração".

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos Administradores é aprovada em Assembleia Geral, devendo o Conselho de Administração fixar as remunerações individuais de seus membros e dos membros da Diretoria estatutária. A remuneração da Diretoria não estatutária, dos comitês de assessoramento não estatutários, como o Comitê de Auditoria, é aprovada pelo Conselho de Administração.

A remuneração do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral que os eleger, de acordo com práticas de mercado, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% do valor atribuído à média da remuneração fixa da Diretoria estatutária, nos termos do artigo 162, §3º da Lei das Sociedades das Ações.

Cabe ao Conselho de Administração determinar a alocação de cada parte da remuneração, dentre as quais (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) participação nos lucros; (iv) benefícios; (v) benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo; e (vi) remuneração baseada ou referenciadas em ações, conforme aplicável, levando em consideração a estrutura de remuneração de cada órgão da administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros do Conselho de Administração se abstêm de votar a respeito da definição de sua própria remuneração individual, de modo a não participar do processo decisório, buscando evitar eventual conflito de interesses.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para fixação da remuneração individual, o Conselho de Administração realiza pesquisas de mercado periódicas, visando a identificação de padrões remunerativos no mercado de atuação, e caso necessário, lhe é facultado contratar empresas de consultoria especializadas no tema em questão.

Como parâmetro, a remuneração fixa das Pessoas Sujeitas à Política é proporcional à responsabilidade do cargo, ao tempo dedicado às funções, à competência e reputação profissional, experiência individual e ao valor dos serviços com foco em sua perenidade e criação de valor no longo prazo. A remuneração variável, quando aplicável aos Administradores, observará regras específicas, sendo atribuída conforme resultados da Companhia e demais indicadores operacionais a serem definidos pela Companhia. Para tal, os indicadores e metas são revisados periodicamente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

Diretoria estatutária

Ao fazer suas recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração em relação à remuneração global e individual da Diretoria estatutária, o Diretor Presidente considera as Pesquisas de Mercado e indicadores que reflitam os objetivos do orçamento e do plano de negócios da Companhia, seu desempenho financeiro e operacional, além da estratégia da Companhia.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração individual dos membros da Diretoria estatutária fazem parte de um sistema de gestão de metas, que leva em consideração por exemplo indicadores estratégicos da Companhia, projetos estratégicos, dentre outros. O sistema de gestão de metas utilizado para determinar a parcela variável da remuneração da Administração possui como critérios o atingimento: (i) das metas da Companhia como um todo; e (ii) em alguns casos, atingimento dos critérios mínimos.

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

Diretoria não estatutária

Para a remuneração da Diretoria não estatutária são consideradas Pesquisas de Mercado e indicadores que reflitam os objetivos do orçamento e do plano de negócios da Companhia, seu desempenho financeiro e operacional, além da estratégia da Companhia.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração individual dos membros da Diretoria não estatutária fazem parte de um sistema de gestão de metas, que leva em consideração por exemplo, indicadores estratégicos da Companhia, projetos estratégicos, dentre outros. O sistema de gestão de metas utilizado para determinar a parcela variável da remuneração da Administração possui como critérios o atingimento: (i) das metas da Companhia como um todo; e (ii) em alguns casos, atingimento dos critérios mínimos.

Os indicadores e metas são revisados anualmente, de modo a refletir mudanças na estratégia e planejamento de resultados da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Conselho de Administração

Ao fazer suas recomendações para deliberação pelo Conselho de Administração em relação à remuneração individual dos membros do Conselho de Administração, conforme limite global aprovado pela Assembleia Geral, o departamento de Recursos Humanos da Companhia, em conjunto com especialistas de mercado, considera nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado, aferidos pelas Pesquisas de Mercado e quaisquer mudanças nas atividades prestadas.

Comitê de Auditoria

A remuneração fixa mensal do Comitê de Auditoria é definida com base em práticas de mercado e proporcional à remuneração dos administradores.

Conselho Fiscal

A remuneração individual de seus membros, em observância à Lei das Sociedades por Ações, é equivalente a 10% do valor médio pago aos diretores não computados benefícios, verbas de representação, participação nos resultados e bônus.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da prática utilizada para definição da remuneração dos membros da Administração, no tocante à sua metodologia, práticas e procedimentos adotados para tanto.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõe a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O valor anual global da remuneração dos administradores, compreendendo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos membros do Conselho Fiscal, é fixado em Assembleia Geral Ordinária e distribuído pelo Conselho de Administração.

Todos esses elementos da remuneração têm como objetivo promover o desempenho das equipes, além de atrair e reter profissionais de grande qualificação na Administração da Companhia.

Adicionalmente à remuneração acima referida, em alguns casos, se, e desde que aprovados pela Assembleia Geral e/ou pelo Conselho de Administração (conforme aplicável), os membros da Administração podem ser elegíveis a participar de um plano de remuneração baseado em ações. Na visão da Companhia, trata-se de instrumento que, de um lado, envolve risco, mas de outro, permite o alinhamento de interesses da Administração aos de seus acionistas no médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Os membros do Conselho de Administração poderão vir a fazer jus a uma remuneração fixa mensal. O valor global da remuneração do Conselho de Administração será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

A remuneração fixa tem como objetivo garantir a atratividade e a retenção de profissionais qualificados, reconhecendo o tempo dedicado, a complexidade das decisões estratégicas e a responsabilidade inerente às suas funções.

8.1 Política ou prática de remuneração

Os membros do Conselho de Administração podem vir a receber valores relativos à remuneração fixa diferentes, caso exerçam outros cargos na Companhia ou sejam independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: Os membros do Conselho de Administração poderão receber benefícios diretos e indiretos, incluindo o reembolso de despesas com viagens, hospedagem e alimentação para participação em reuniões e eventos institucionais.

Participação em Comitês: Atualmente, contamos com dois membros no Conselho de Administração que também atuam simultaneamente como integrantes do Comitê de Auditoria não Estatutário, sendo um deles independente, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração poderão ser elegíveis a prêmios por atingimento de metas, os quais têm como objetivo alinhar os interesses dos conselheiros aos objetivos estratégicos da Companhia, estimulando a tomada de decisões que promovam o crescimento sustentável e a geração de valor para os acionistas.

A implementação e os critérios para a concessão da remuneração variável serão definidos anualmente, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa e a legislação vigente. O valor global da remuneração do Conselho será aprovado em Assembleia, cabendo ao próprio Conselho deliberar sobre sua distribuição entre seus membros, respeitando as funções e responsabilidades de cada conselheiro.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros do Conselho de Administração são elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Essas iniciativas buscam reforçar o compromisso do Conselho com a perenidade e valorização da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide item 8.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Pró-labore ou Salário: Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal (honorários), a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Participação em Comitês: Os Diretores Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração fixa tem como objetivo remunerar a atuação de cada diretor de acordo com o seu escopo de atuação e senioridade, garantindo alinhamento com suas responsabilidades e contribuições para a Companhia.

Remuneração Variável

A remuneração variável da Diretoria Estatutária é composta por um montante anual atrelado ao atingimento de metas da Companhia. Assim, os Diretores Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia. O prêmio será concedido mediante o cumprimento de metas previamente estabelecidas, considerando indicadores financeiros e operacionais, além de critérios relacionados à adesão à cultura corporativa da Companhia.

Adicionalmente, conforme estabelecido no Acordo Coletivo, os Diretores contratados sob o regime CLT poderão ser elegíveis à Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Caso os critérios definidos sejam atendidos, o pagamento será realizado exclusivamente a esses Diretores.

Benefícios Pós-Emprego

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Essas iniciativas buscam reforçar o compromisso dos Diretores com a perenidade e valorização da Companhia Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 8.4 do Formulário de Referência.

Diretoria Não Estatutária

Remuneração Fixa

Salário: Os membros da Diretoria Não Estatutária fazem jus a uma remuneração fixa mensal, a qual é definida de acordo com a responsabilidade de cada cargo e em linha com as melhores práticas do mercado.

Benefícios Diretos e Indiretos: A remuneração acima destacada poderá, conforme o caso, ser complementada por benefícios diretos ou indiretos, quais sejam: assistência médica, assistência odontológica, vale refeição, vale transporte, auxílio creche, auxílio luto, benefício de retenção e benefícios legais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho.

Participação em Comitês: Os Diretores Não Estatutários não fazem jus à remuneração por participação em comitês.

Remuneração Variável

A remuneração variável da Diretoria Não Estatutária é composta por um montante anual atrelado ao atingimento de metas da Companhia. Assim, os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis ao recebimento de uma premiação, cujo objetivo é recompensar os resultados alcançados com base em seu desempenho e contribuição para a geração de valor da Companhia. O prêmio será concedido mediante o cumprimento de metas previamente estabelecidas, considerando indicadores financeiros e operacionais, além de critérios relacionados à adesão à cultura corporativa da Companhia.

8.1 Política ou prática de remuneração

Adicionalmente, conforme estabelecido no Acordo Coletivo, os Diretores Não Estatutários poderão ser elegíveis à Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Caso os critérios definidos sejam atendidos, o pagamento será realizado exclusivamente a esses Diretores.

Benefícios Pós-Emprego

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios pós-emprego.

Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo

Na data de arquivamento deste Formulário de Referência, os membros da Diretoria Não Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.

Remuneração baseada em ações

Os membros da Diretoria Não Estatutária poderão ser elegíveis à participação no plano de remuneração baseado em ações da Companhia. Essas iniciativas buscam reforçar o compromisso dos Diretores com a perenidade e valorização da Companhia. Para mais informações sobre o referido plano, vide o item 8.4 do Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

É assegurado uma remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes pelo exercício de suas funções. Os membros do Conselho Fiscal recebem uma remuneração fixa, equivalente a, pelo menos, o mínimo legal estabelecido pelo art. 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. Os membros do Conselho Fiscal são, também, obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Comitês de Assessoramento

Os Comitês de Assessoramento são os comitês, estatutários ou não estatutários, criados com o objetivo de auxiliar a Companhia e seus Administradores na condução das atividades em conformidade com as políticas, códigos e regimentos da Companhia, bem como da legislação e regulamentação aplicáveis, podendo ou não ser permanentes, de acordo com as necessidades da Companhia. Atualmente a Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário, qual seja, Comitê de Auditoria, estruturado em conformidade com o disposto no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Atualmente, a Companhia possui dois Comitês não estatutários:

1. Comitê de Auditoria - Estruturado em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado da B3, seus membros podem receber uma remuneração fixa mensal e são elegíveis ao plano de incentivo de longo prazo, conforme definido pelo Conselho de Administração. Além disso, terão direito ao reembolso de eventuais despesas com locomoção e estadia necessárias para o desempenho de suas funções.

2. Comitê Estratégico de Bitcoin – constituído em 4 março de 2025, com o objetivo de assessorar a Companhia em temas estratégicos relacionados a Bitcoin. A remuneração dos membros do Comitê Estratégico de Bitcoin deverá ser previamente determinada pelo Conselho de Administração da Companhia, em concordância com a Política de Remuneração da Companhia. Atualmente, os membros deste comitê não possuem remuneração.

- **sua proporção na remuneração total dos últimos 3 exercícios sociais**

A Companhia não contava com um Conselho Fiscal instalado nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022. Além disso, o Comitê Estratégico de Bitcoin foi constituído em 4 março de 2025 e os seus membros não recebem remuneração por tal cargo.

8.1 Política ou prática de remuneração

As tabelas abaixo apresentam a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e do Comitê de Auditoria não Estatutário para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 – Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitê de Auditoria Não Estatutário**
1. Remuneração fixa	**17,06%**	**40,38%**	**-**	**55,13%**	**37,69%**
(a) Salário ou Pró-Labore	15,25%	30,48%	-	45,77%	-
(b) Benefícios Diretos e Indiretos	1,81%	9,900%	-	9,366%	-
(c) Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	37,69%
(d) Outros	-	-	-	-	-
2. Remuneração Variável	**25,48%**	**58,55%**	**-**	**35,61%**	**-**
(a) Bônus	25,48%	58,55%	-	35,61%	-
(b) Participação nos resultados	-	-	-	-	-
(c) Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-	-
(d) Comissões	-	-	-	-	-
(e) Outros	-	-	-	-	-
3. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
4. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
5. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	57,46%	1,07%	-	9,26%	62,31%
Total	**100%**	**100%**	**-**	**100%**	**100%**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitê de Auditoria Não Estatutário**
1. Remuneração fixa	**-**	**40,80%**	**-**	**61,94%**	**33,89%**

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitê de Auditoria Não Estatutário**
(e) Salário ou Pró-Labore	-	33,76%	-	57,68%	-
(f) Benefícios Diretos e Indiretos	-	7,04%	-	4,26%	-
(g) Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-	33,89%
(h) Outros	-	-	-	-	-
2. Remuneração Variável	**-**	**58,36%**	**-**	**22,44%**	**-**
(a) (f) Bônus (b)	-	58,36%	-	22,44%	-
(c) (g) Participação nos resultados (d)	-	-	-	-	-
(e) (h) Remuneração por participação em reuniões (f)	-	-	-	-	-
(g) (i) Comissões (h)	-	-	-	-	-
(i) (j) Outros (j)	-	-	-	-	-
3. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
4. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
5. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	100%	0,84%	-	15,62%	66,11%
Total	**100%**	**100%**	**-**	**100%**	**100%**

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitê de Auditoria Não Estatutário**
1. Remuneração fixa	**-**	**49,84%**	**-**	**50,77%**	**49,65%**
(a) Salário ou Pró-Labore	-	46,91%	-	38,25%	**-**
(b) Benefícios Diretos e Indiretos	-	2,93%	-	12,52%	-
(c) Remuneração por	-	-	-	-	49,65%

8.1 Política ou prática de remuneração

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – Valores Anuais					
Composição da Remuneração	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Diretoria Não Estatutária**	**Comitê de Auditoria Não Estatutário**
participação em reuniões					
(d) Outros	-	-	-	-	-
2. Remuneração Variável	**-**	**22,22%**	**-**	**26,84%**	-
(a) (a) Bônus (b)	-	22,22%	-	26,84%	**-**
(c) (b) Participação nos resultados (d)	-	-	-	-	-
(e) (c) Remuneração por participação em reuniões (f)	-	-	-	-	-
(g) (d) Comissões (h)	-	-	-	-	-
(i) (e) Outros (j)	-	-	-	-	-
3. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
4. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-
5. Remuneração baseada em ações, incluindo opções	**100%**	**27,94%**	**-**	**22,39%**	**50,35%**
Total	**100%**	**100%**	**-**	**100%**	**100%**

- **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Cabe ao Conselho de Administração fixar a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, de acordo com os valores e parâmetros aprovados em Assembleia Geral.

A Companhia não conta com uma metodologia específica formalizada contemplando parâmetros financeiros pré-determinados para o cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração da Administração da Companhia (que não os reajustes legais em decorrência de dissídios, aplicável à Diretoria Não Estatutária), sendo tal análise realizada a cada exercício social, pelo Conselho de Administração considerando a análise de benchmarks de empresas do mesmo setor da Companhia, cenário macroeconômico e condições financeiras e patrimoniais da Companhia. A partir da análise de tais informações, cabe ao Conselho formatar a proposta da administração de remuneração dos administradores para fins de submissão à Assembleia Geral.

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração, pautadas em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação com empresas do mesmo setor da Companhia, de acordo com a função.

Cabe ao Conselho de Administração determinar, anualmente, o reajuste da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria Estatutária. A remuneração fixa da Diretoria Não Estatutária, por sua vez, é reajustada conforme dissídio aplicável aos demais colaboradores da Companhia.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Atualmente, a Companhia ainda não possui um componente da remuneração variável diretamente vinculado a indicadores ambientais, sociais e de governança (ASG), de modo a atender ao art. 6º do Anexo B do Regulamento de Emissores da B3. No entanto, a pauta ASG já é amplamente discutida internamente, bem como é reconhecida a importância da incorporação desses critérios em suas práticas de remuneração.

Para a determinação da remuneração fixa e variável dos Diretores Estatutários e Não Estatutários, a Companhia utiliza estudos de mercado como referência, considerando também a meritocracia, assim como o atingimento de metas da Companhia, as quais são fixadas anualmente.

No que se refere à remuneração fixa e aos benefícios, não são levados em conta indicadores de desempenho para sua determinação. Tais elementos de remuneração estão atrelados aos cargos exercidos, e no caso específico da remuneração fixa, também é considerada a qualificação do profissional para o exercício da função.

Os principais indicadores de desempenho considerados para fixação da remuneração variável consistem em (i) indicadores financeiros, tais como, por exemplo, a receita da Companhia e EBITDA; (ii) indicadores operacionais de produtividade e de sustentabilidade, tais como, NPS, números de chamados resolvidos, por agentes, volume de vendas junto aos parceiros e geração de receitas mediante venda de espaços publicitários, a depender da esfera de competência do administrador ou atribuição do cargo de cada colaborador; e (iii) alinhamento à cultura da Companhia, sendo que tal alinhamento é avaliado de forma subjetiva por meio da verificação da aderência do administrador ou colaborador aos sete principais valores da Companhia, por meio de respostas a perguntas constantes em um formulário pré-definido pela Companhia.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos a performance e o desempenho dos administradores da Companhia para manter uma remuneração compatível com as práticas de mercado, adequadas a qualidade e responsabilidades dos executivos e dentro das possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos executivos, visando ganhos pelo comprometimento e ao desempenho no curto prazo.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Em 2024, até o término do mandato em 30 de agosto de 2024, a Companhia contava com oito membros no Conselho de Administração, dos quais seis renunciaram ao recebimento de sua remuneração fixa ou variável na qualidade de Conselheiros de Administração, por se enquadrarem em uma das seguintes condições: (i) acionistas da Companhia, (ii) representantes de acionistas da Companhia, e/ou (iii) Diretores Estatutários.

Após a nova eleição realizada em 30 de agosto de 2024, bem como as alterações ocorridas em novembro de 2024, conforme informado no Formulário de Referência publicado em 07 de novembro

8.1 Política ou prática de remuneração

de 2024, a Companhia passou a contar com sete membros no Conselho de Administração, dos quais quatro renunciaram ao recebimento de sua remuneração fixa ou variável, pelos mesmos motivos mencionados anteriormente.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, uma vez que não há remuneração custeada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos, em razão dos cargos exercidos pelos Administradores na Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,50	7,00	2,25	17,75
Nº de membros remunerados	4,67	7,00	2,25	13,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.212.521,41	3.632.851,03	107.100,00	4.952.472,44
Benefícios direto e indireto	200.006,28	3.238.911,36	0,00	3.438.917,64
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	2.288.814,00	5.718.447,60	0,00	8.007.261,60
Participação de resultados	0,00	4.965,42	0,00	4.965,42
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	389.513,96	200.693,04	0,00	590.207,00
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor acima de bônus se refere ao valor provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2025 relativo ao bônus a ser pago em 2026 referente às metas de 2025.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	
Total da remuneração	4.090.855,65	12.795.868,45	107.100,00	16.993.824,10

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,83	7,83	0,00	15,66
Nº de membros remunerados	2,83	7,83	0,00	10,66
Esclarecimento			A Companhia não contou com um conselho fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.785,20	4.082.465,95	0,00	4.383.251,15
Benefícios direto e indireto	35.726,88	1.325.566,11	0,00	1.361.292,99
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	502.617,34	7.840.392,55	0,00	8.343.009,89
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	1.133.580,29	143.540,61	0,00	1.277.120,90
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor acima de bônus se refere ao valor provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2024 relativo ao bônus a ser pago em 2025 referente às metas de 2024.		
Total da remuneração	1.972.709,71	13.391.965,22	0,00	15.364.674,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,83	7,83	0,00	15,66
Nº de membros remunerados	3,25	7,83	0,00	11,08
Esclarecimento			A Companhia não contou com um conselho fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.664.397,61	0,00	4.664.397,61
Benefícios direto e indireto	0,00	972.533,04	0,00	972.533,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	8.064.217,41	0,00	8.064.217,41
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.170.339,53	116.058,90	0,00	2.286.398,43
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. O valor acima de bônus se refere ao valor provisionado nas Demonstrações Financeiras de 2023 relativo ao bônus a ser pago em 2024 referente às metas de 2023.		
Total da remuneração	2.170.339,53	13.817.206,96	0,00	15.987.546,49

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,30	4,66	0,00	11,96
Nº de membros remunerados	3,66	4,66	0,00	8,32
Esclarecimento			A Companhia não contou com um conselho fiscal instalado.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.787.484,00	0,00	2.787.484,00
Benefícios direto e indireto	0,00	174.421,67	0,00	174.421,67
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.320.050,01	0,00	1.320.050,01
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	2.998.634,00	1.660.426,32	0,00	4.659.060,32
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide item 8.16 para a metodologia de cálculo do número de membros remunerados e não remunerados.	Conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM, o número de membros foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	2.998.634,00	5.942.382,00	0,00	8.941.016,00

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,50	7,00	2,25	**17,75**
N° de membros remunerados	1,00	7,00	0,00	**8,00**
Esclarecimento			Necessário esclarecer	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	2288814,00	3228221,20	0,00	**5.517.035,20**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2288814,00	5718447,60	0,00	**8.007.261,60**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	2288814,00	5718447,60	0,00	**8.007.261,60**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	4965,42	0,00	**4.965,42**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	4965,42	0,00	**4.965,42**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	4965,42	0,00	**4.965,42**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,83	7,83	0,00	**15,66**
N° de membros remunerados	1,00	7,83	0,00	**8,83**
Esclarecimento			A Companhia não contava com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	502617,34	6656798,90	0,00	**7.159.416,24**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	502617,34	7945171,01	0,00	**8.447.788,35**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	502617,34	7945171,01	0,00	**8.447.788,35**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	502617,34	7840392,55	0,00	**8.343.009,89**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,83	7,83	0,00	**15,66**
N° de membros remunerados	0,00	7,83	0,00	**7,83**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fizeram jus à remuneração variável.		A Companhia não contava com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	6894546,00	0,00	**6.894.546,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	8064217,41	0,00	**8.064.217,41**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	8064217,41	0,00	**8.064.217,41**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	8064217,41	0,00	**8.064.217,41**

EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,30	4,66	0,00	**11,96**
N° de membros remunerados	0,00	4,66	0,00	**4,66**
Esclarecimento	Os membros do Conselho de Administração não fizeram jus à remuneração variável		A Companhia não contava com Conselho Fiscal instalado.	
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5499237,28	0,00	**5.499.237,28**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1320050,01	0,00	**1.320.050,01**
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	**0,00**
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	**0,00**

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a. termos e condições gerais

O Estatuto Social da Companhia prevê, dentro do limite do capital autorizado, a possibilidade de outorga de opção de compra de ações e ações restritas a administradores (incluindo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e de Comitês da Companhia, conforme indicados e aprovados pelo próprio Conselho de Administração), colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia (em conjunto, "Beneficiários"), sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações.

Plano de Outorga de Opções

De forma a prever a distribuição de opções de compra de ações aos Beneficiários, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Opções de Compra de Ações na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme retificado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2020, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2022 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14 de abril de 2025 ("Plano de Opções").

As ações efetivamente subscritas/adquiridas em razão do exercício de opções nos termos do Plano de Opções manterão todos os direitos pertinentes a sua espécie, de acordo com a legislação aplicável e o Estatuto Social vigente da Companhia.

A administração do Plano de Opções compete ao Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

De acordo com o Plano de Opções, o Conselho de Administração determinará periodicamente, dentre outras condições, (i) os Beneficiários, (ii) as metas de desempenho para os departamentos, setores ou operações da Companhia, as quais não deverão ser atreladas individualmente a um respectivo Beneficiário, (iii) a quantidade de Opções a serem outorgadas a cada um dos Beneficiários e/ou grupos específicos de Beneficiários, (iv) o preço de exercício e (vi) os termos e condições dos contratos de opção de compra de ações a serem celebrados pela Companhia e cada um dos Beneficiários (os "Contratos de Opção"). O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia entre os Beneficiários.

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, no entanto, aumentar o limite de ações a serem outorgadas aos Beneficiários ou, sem o consentimento prévio do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Opção.

O Plano de Opções entrou em vigor em 1º de setembro de 2020 e poderá permanecer vigente por até 6 anos, observado o prazo máximo de exercício previsto em cada Contrato de Opção.

Plano de Outorga de Ações Restritas

De forma a prever a distribuição de ações restritas aos Beneficiários, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Ações Restritas ("Plano de Ações Restritas") na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 23 de dezembro de 2021.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Este Plano tem por objetivo permitir que a Companhia, após verificadas as condições expressamente determinadas pelo Conselho de Administração, possa: (a) atrair, incentivar, reter e motivar talentos; (b) alinhar os interesses de determinados Beneficiários (conforme definidos na Cláusula 2.1 do Plano) com o sucesso das atividades da Companhia e o retorno aos seus acionistas, motivando-os, assim, a contribuírem substancialmente para o sucesso e progresso da Companhia; (iii) compartilhar riscos e ganhos de suas atividades com certos Beneficiários; e (iv) conceder incentivos de longo prazo para certos Beneficiários visando à estratégia de continuidade dos negócios da Companhia.

A administração do Plano de Ações Restritas compete ao Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Ações Restritas, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Ações Restritas, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável. De acordo com o Plano de Ações Restritas, o Conselho de Administração determinará periodicamente, dentre outras condições, (i) os Beneficiários, (ii) o número de ações, (iii) prazos, e (iv) os termos e condições dos contratos de outorga de ações restritas a serem celebrados pela Companhia e cada um dos Beneficiários ("Contratos de Outorga"). O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Outorga, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia entre os Beneficiários.

Nenhuma decisão do Conselho de Administração poderá, no entanto, aumentar o limite de ações a serem outorgadas aos Beneficiários ou, sem o consentimento prévio do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer obrigações ou direitos definidos em qualquer Contrato de Outorga.

O Plano de Opções entrou em vigor em 23 de dezembro de 2021 e permanecerá vigente por prazo indeterminado.

b. data de aprovação e órgão responsável

Plano de Outorga de Opções

O plano de Opções de Compra de Ações foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de setembro de 2020, conforme retificado e consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de outubro de 2020, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2021, na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2022 e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 14 de abril de 2025.

A administração do Plano de Opções compete ao Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Plano de Outorga de Ações Restritas foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2021.

A administração do Plano de Outorga de Ações Restritas compete ao Conselho de Administração, o qual terá poderes para tomar as medidas necessárias e adequadas para a implantação e gerência do Plano de Opções, desde que obedecidas as condições gerais do Plano de Opções, do Estatuto Social vigente da Companhia e da legislação aplicável.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

c. número máximo de ações abrangidas

Plano de Outorga de Opções

Em relação ao Plano de Opções em vigor, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 10% do número de ações tendo como base o dia 11 de março de 2025, data na qual o limite ora estabelecido foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas no termo do Plano de Opções deve observar o limite do capital autorizado da Companhia. Cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano não poderão exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, o limite total de 2,5% do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano.

d. número máximo de opções a serem outorgadas

Plano de Outorga de Opções

As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções poderão conferir direitos de subscrição/aquisição sobre ações representativas de até 10% do número de ações tendo como base o dia 11 de março de 2025, data na qual o limite ora estabelecido foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Considerando que cada opção dará o direito ao Beneficiário, de subscrição/aquisição de 1 ação ordinária de emissão da Companhia, o número máximo de opções a serem outorgadas deverá respeitar o limite acima.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As Ações Restritas outorgadas nos termos do Plano não poderão exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia, o limite total de 2,5% do capital social da Companhia na data de aprovação deste Plano.

e. condições de aquisição de ações

Plano de Outorga de Opções

A outorga de opções no âmbito do Plano de Opções será formalizada por meio da celebração de um Contrato de Opção entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, nos termos e condições a serem aprovados pelo Conselho de Administração de acordo com o previsto no Plano de Opções. Os Contratos de Opção deverão prever, necessariamente, (a) a quantidade de opções objeto da outorga; (b) os prazos e condições de pagamento, bem como as condições para aquisição do direito ao exercício das opções; e (c) o prazo final para exercício das opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

A outorga do direito de receber Ações Restritas, nos termos do Plano, será realizada mediante a celebração do Contrato de Outorga entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais deverão prever, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opções

O preço de exercício por ação será definido pelo Conselho de Administração quando da outorga de cada Opção e será pago pelos Beneficiários à vista, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser estipulada pela Companhia no respectivo Contrato de Opção.

Plano de Outorga de Ações Restritas

A entrega de Ações Restritas será realizada a título gratuito aos Participantes. O preço de referência por Ação Restrita, para os fins deste Plano de Ações, corresponderá à cotação das ações da Companhia na B3 no pregão imediatamente anterior à data de concessão das Ações Restritas.

g. critérios para fixação de prazo de aquisição ou exercício

Plano de Outorga de Opções

Deverão ser observados, para o exercício das opções, os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício de 2 ou de 6 anos, em ambos os casos contados a partir da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia (qualquer um, o "Prazo Máximo de Exercício"), total ou parcialmente.

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, exceto se de outra forma for estabelecido nos Contratos de Opção e/ou nos Programas ("Datas de Exercício"). Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Em qualquer caso, o exercício de qualquer opção outorgada somente poderá ocorrer até o prazo máximo para exercício definido em cada Contrato de Opção. Eventuais parcelas de opções não exercidas caducarão automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização pela Companhia aos Beneficiários.

Exceto se expressamente previsto de outra forma nos Contratos de Opção e observado o previsto no parágrafo abaixo, as opções outorgadas aos Beneficiários serão exercidas após devidamente apurados e verificados os seguintes períodos, nas seguintes proporções ("Períodos de Vesting"): (i) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, a partir do 3º ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (ii) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis a partir do 4º ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (iii) os 40% remanescentes das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, no todo ou em parte, a partir do 5º ano contado da data da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Não obstante os períodos acima, o Conselho de Administração da Companhia é autorizado a outorgar opções a Beneficiários que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou em Comitês Estatutários da Companhia, cujo exercício de até 100% das opções poderá ocorrer após verificado e apurado Período de Vesting equivalente de 12 a 18 meses contados do Contrato de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O Conselho de Administração definirá em cada Contrato de Outorga as condições para a transferência das Ações Restritas ao Beneficiário.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O Contrato de Outorga a ser celebrado com cada Beneficiário, conforme aprovado pelo Conselho de Administração, poderá estipular prazos de carência (*vesting*) para a outorga das Ações Restritas, limitado a 24 meses contados da celebração do respectivo Contrato de Outorga, ou a entrega imediata das Ações Restritas ao Beneficiário.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições para a transferência de Ações Restritas no Contrato, sempre de acordo com o Plano de Ações e com o respectivo Programa, que definirá, dentre outras o prazo e as condições para a efetiva aquisição do direito às Ações Restritas.

h. forma de liquidação

Plano de Outorga de Opções

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano de Opções, podemos, a critério do Conselho de Administração: (i) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) alienar ações mantidas em tesouraria, restrições à transferência das ações As opções outorgadas nos termos do Plano de Opções são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer forma alienar a quaisquer terceiros as opções, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, salvo nas hipóteses de sucessão aplicáveis ou se previsto de outra forma no Plano de Opções e/ou no respectivo Contrato de Opção.

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício das opções a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação dessas mesmas ações pelo beneficiário.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Com o propósito de possibilitar a outorga das Ações Restritas nos termos deste Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado; e/ou, ainda, (b) autorizar a aquisição e alienação de ações em tesouraria, nos termos do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM 77.

i. restrições à transferência de ações

Plano de Outorga de Opções

Atualmente as Opções outorgadas nos termos do plano de opções da Companhia são intransferíveis pelos beneficiários do plano, exceto no caso de sucessão e cessão pelos beneficiários para pessoas jurídicas nas quais o próprio beneficiário original seja titular de 100% do capital social.

Uma vez exercida a opção e adquiridas as ações no âmbito do plano, tais ações não estão sujeitas a qualquer outra restrição de transferência.

Plano de Outorga de Ações Restritas

As ações abrangidas pelo Plano de Ações Restritas não poderão ser negociadas pelo seu beneficiário ao menos por 12 meses após o seu recebimento. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, definir período de Lock-up distinto a cada Beneficiários, desde que estejam atendidos, cumulativamente, os seguintes critérios: (i) o Beneficiário não seja parte relacionada aos acionistas controladores da Companhia; e (ii) o prazo de Lock-Up definido pelo Conselho de Administração não seja inferior a 6 meses.

A vedação de negociação das Ações Restritas recebidas poderá se estender por prazo superior aos 12 meses, ou no Contrato de Outorga, se o Beneficiário estiver de posse de informação relevante não divulgada ao mercado, nos termos da legislação em vigor.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Outorga de Opções

O Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei e/ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários e/ou prejudique a Companhia.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção, as opções outorgadas nos termos do Plano de Opções e que estejam válidas, extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

a) mediante exercício integral nos respectivos Períodos de Vesting;

b) após decurso do respectivo prazo de vigência do exercício das opções, a ser definido em cada Contrato de Opção, sem que o Beneficiário tenha exercido tais opções;

c) mediante distrato do respectivo Contrato de Opção por suas partes e/ou de acordo com seus respectivos termos;

d) nas hipóteses de desligamento do Beneficiário previstas no Plano de Opções e/ou no Contrato de Opção (conforme descritos na letra “n” deste item 08.4);

e) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Beneficiário;

f) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado; e/ou, ainda; e

g) por qualquer outra hipótese especificamente prevista no respectivo Contrato de Opção de cada Beneficiário, caso aplicável.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O direito de receber as Ações Restritas, nos termos deste Plano, será automaticamente extinto, sem direito a qualquer indenização, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, nos seguintes casos:

(a) mediante distrato do Contrato de Outorga;

(b) nas hipóteses aplicáveis previstas nas Cláusulas 7ª e 8ª deste Plano e/ou quaisquer outras eventualmente previstas no Contrato de Outorga, observado, neste caso, o tratamento previsto nas respectivas cláusulas em relação às Ações Restritas;

(c) por comum acordo entre o Conselho de Administração da Companhia e o Beneficiário; e/ou

(d) caso a Companhia seja dissolvida, liquidada, tiver sua falência decretada e/ou, ainda, pedido de recuperação (judicial e/ou extrajudicial) solenemente formulado.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Outorga de Opções

Desligamento: Na hipótese de desligamento do Beneficiário por justa causa nos termos da legislação vigente, todas as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus Períodos de Vesting na data de seu desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, ficarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do Beneficiário, de forma voluntária pelo próprio Beneficiário ou por meio de demissão do Beneficiário pela Companhia sem justa causa, então: (i) as opções que já tenham completado seus Períodos de Vesting e ainda não tenham sido exercidas na data do desligamento, de acordo com o respectivo Contrato de Opção, poderão ser exercidas no prazo de até 30 dias contados da data do desligamento, sendo que após o referido prazo, tais direitos, se não exercidos, ficarão automaticamente extintos de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (ii) as opções que ainda não tiverem completado seus Períodos de Vesting na data do desligamento ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada por Invalidez: Durante uma licença não-remunerada do Beneficiário em razão de gozo de benefício previdenciário por invalidez, nos termos da legislação aplicável, os prazos dos Períodos de Vesting ainda não transcorridos ficarão suspensos pelo correspondente período da licença legal, e às opções exercíveis e ainda não exercidas poderão ser exercidas nos termos do Plano de Opções e do Contrato de Opção.

Caso as autoridades previdenciárias venham a declarar que a invalidez para o trabalho ou que os problemas de saúde são irreversíveis, todas as opções tornar-se-ão imediatamente exercíveis, podendo ser exercidas pelo Beneficiário ou seus responsáveis legais pelo prazo de até 12 meses a contar da declaração oficial de invalidez.

Aposentadoria: No caso da aposentadoria do Beneficiário: (a) as opções ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data de início de sua aposentadoria, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento; e (b) as opções já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data de início de sua aposentadoria, poderão ser exercidas, no prazo de até 30 dias contados da data de início de sua aposentadoria, após tal prazo, as opções, se não exercidas, automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Licença Não-Remunerada Voluntária: Caso o Beneficiário exerça uma licença não remunerada voluntária, desde que autorizada pela Companhia, pelo período de até 2 anos ("Licença Não-Remunerada Voluntária"), às opções exercíveis ou não exercíveis não serão extintas. Após esse período, caso o Beneficiário: (a) retorne ao seu cargo, todos os termos e condições do respectivo Contrato de Opção continuarão vigentes e aplicáveis, sendo que os Períodos de Vesting e Prazo Máximo de Exercício serão prorrogados automaticamente pelo prazo correspondente ao período da Licença Não-Remunerada Voluntária; ou (b) não retorne ao seu cargo, as opções, se não exercidas, ficarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento.

Falecimento: Diante do falecimento do Beneficiário, continuarão vigentes e aplicáveis, podendo ser exercidas, no todo ou em parte, por seu espólio, seus sucessores, e/ou herdeiros, nos termos do respectivo Contrato de Opção.

Alienação de Controle: Caso, durante o período de vigência do Plano de Opções e do respectivo Contrato de Opção, os acionistas controladores da Companhia alienem, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de operações sucessivas, um número de ações que implique na alteração do controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, as opções exercíveis e ainda não exercidas ou que ainda não tiverem completado seus respectivos Períodos de Vesting na data da alteração do controle serão liberadas para serem exercidas, no todo ou em parte, pelos Beneficiários.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia: Em caso de reestruturação societária que resulte na extinção da Companhia, a Companhia deverá fazer com que a sua sociedade sucessora antecipe os Períodos de Vesting, de forma que todas as opções cujos Períodos de Vesting ainda não tenham sido completados sejam acelerados, devendo o ônus do pagamento do valor final relacionado a tais opções ser assumido pela Companhia e/ou por sua sucessora legal, conforme aplicável.

Reestruturação Societária com Sobrevivência da Companhia: Nos casos de cisão parcial, ou seja, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração ao Plano de Opções ou ao respectivo Contrato de Opção.

Dissolução/Liquidação: Caso a Companhia venha a se tornar sujeita a dissolução/liquidação, os Períodos de Vesting serão automaticamente antecipados e os Beneficiários terão 30 dias contados da deliberação da dissolução/liquidação para exercerem todas as suas opções, incluindo aquelas exercíveis e ainda não exercidas, e participarem da dissolução/liquidação, sendo certo que, após o término do referido prazo de 30 dias e independentemente de prévia comunicação expressa neste sentido pela Companhia ao Beneficiário, tal direito estará automaticamente extinto e todas as opções não exercidas serão automaticamente canceladas.

O Plano de Opções prevê que o Conselho de Administração poderá, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas para a saída do administrador da companhia e estipular condições específicas adicionais no caso de desligamento de determinados beneficiários ou ocorrência de quaisquer eventos extraordinários, podendo conferir tratamento diferenciado a determinado beneficiário ou situação.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Demissão/Destituição motivada: Na hipótese de demissão/destituição do Beneficiário motivada, nos termos da legislação vigente, o direito do Beneficiário de receber as Ações Restritas que lhe foi outorgado/eventualmente ainda não transferidas restará automaticamente extinto de pleno direito, independentemente de qualquer aviso prévio e sem direito a indenização e/ou ressarcimento, salvo disposição em contrário no Contrato de Outorga.

Invalidez permanente ou falecimento: em caso de invalidez permanente ou falecimento do Beneficiário, os direitos e obrigações decorrentes das Ações Restritas estender-se-ão a seus herdeiros e sucessores, que terão direito às Ações Restritas, as quais permanecerão sujeitas às regras relativas ao Lock-Up.

Alienação de Controle: Caso, durante o período de vigência do Plano e do respectivo Contrato de Outorga, os acionistas controladores da Companhia alienem, direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou de operações sucessivas, um número de ações que implique na alteração do controle da Companhia, nos termos do Estatuto Social, das normas da B3, do Novo Mercado e da CVM, o Beneficiário fará jus ao recebimento, em até 30 dias contados da verificação da alteração do controle da Companhia, da totalidade das Ações Restritas que lhe foram outorgadas, independentemente do decurso de eventual prazo de carência estipulado nos respectivos Contratos de Outorga.

Reestruturação Societária com Extinção da Companhia: Caso a Companhia se sujeite a uma reestruturação societária que venha a resultar em sua extinção, será promovida a transferência aos Beneficiários de todas as ações que lhe foram outorgadas, independentemente do atendimento às condições previstas nos respectivos Contratos de Outorga, notadamente eventual prazo de carência, em até 30 dias contados da deliberação que aprovar a referida reestruturação societária.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Reestruturação Societária com a Sobrevivência da Companhia: Nos casos de cisão parcial, ou seja, sem extinção da pessoa cindida, incorporação ou transformação envolvendo a Companhia, bem como no caso de incorporação de ações, em que a Companhia seja a sociedade sobrevivente, não haverá qualquer alteração a este Plano ou ao respectivo Contrato de Outorga.

Dissolução/Liquidação: Caso a Companhia venha a tornar-se sujeita a dissolução/liquidação, será promovida a transferência aos Beneficiários de todas as ações que lhe foram outorgadas, independentemente do atendimento às condições previstas nos respectivos Contratos de Outorga, em até 30 dias contados da deliberação da dissolução/liquidação.

Demais hipóteses: As hipóteses de aposentadoria, desligamento voluntário, demissão sem justa causa e de licença não-remunerada observarão o disposto em cada Contrato de Outorga.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	8,50	7,00		**15,50**
N° de membros remunerados	4,00	3,00		**7,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,410000	0,140000		**0,55**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,83	7,83		**15,66**
N° de membros remunerados	3,00	3,00		**6,00**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	35,000000	14,000000		**49,00**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,83	7,83		**15,66**
N° de membros remunerados	3,25	1,00		**4,25**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,290000	0,040000		**0,33**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7,30	4,66		**11,96**
N° de membros remunerados	7,30	4,66		**11,96**
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,300000	0,440000		**0,74**
Esclarecimento				**----**
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTES GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Perdidas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00		**0,00**

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente:

2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8,50	7,00
N° de membros remunerados	4,00	0,00
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	69.876	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercícios das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	-	-

2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	1,00	2,00
Data de outorga	04/09/2024	04/09/2024
Quantidade de opções outorgadas	21.127	83.334
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	09/09/2025	04/09/2025 04/09/2026 04/09/2027 04/09/2028
Prazo máximo para exercícios das opções	04/09/2027	04/09/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	4,24	4,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$ 89.578,48	R$ 353.336,16

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	3,25	1,00
Data de outorga	01/09/2023	01/05/2023
Quantidade de opções outorgadas	236.608	34.083
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	06/09/2024	01/07/2026
Prazo máximo para exercícios das opções	01/09/2026	01/05/2029
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R$ 6,35	R$ 8,60

8.6 Outorga de opções de compra de ações

2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$1.502.460,80	R$ 293.113,80

2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	3,66	4,66
Data de outorga	02/03/2022 02/05/2022 03/10/2022	01/02/2022 02/03/2022 01/04/2022 02/05/2022 30/06/2022 01/07/2022 03/10/2022 21/11/2022 05/12/2022 14/12/2022
Quantidade de opções outorgadas	262.484	453.668
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	14/09/2023 08/05/2024 08/10/2023	30/08/2025 01/07/2025 01/07/2026
Prazo máximo para exercícios das opções	09/03/2025 03/05/2025 03/10/2025	01/02/2028 02/03/2028 01/04/2028 02/05/2028 30/06/2028 01/07/2028 03/10/2028 18/11/2028 05/12/2028 14/12/2028
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data de outorga	R$ 23,80 R$ 17,70 R$ 11,30	R$ 23,60 R$ 25,60 R$ 25,60 R$ 18,80 R$ 19,00 R$ 10,80 R$ 11,30 R$ 11,30 R$ 11,20 R$ 11,30
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data de outorga	R$ 3.512.273,30	R$ 6.227.886,40

8.7 Opções em aberto

8.7 Opções em aberto

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	3,00	4,00
Opções ainda não exercíveis		
i. Quantidade de opções outorgadas	21.127	119.894
ii. Data em que se tornarão exercíveis	04/09/2025	04/09/2025 01/07/2026 04/09/2026 04/09/2027 04/09/2028
iii. Prazo máximo para exercícios das opções	04/09/2027	04/09/2029
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
v. Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,02	R$ 2,12
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 2,75	R$ 2,75
Opções exercíveis		
i. Quantidade de opções outorgadas	270.184	3.509
ii. Data em que se tornarão exercíveis	14/09/2023 08/10/2023	30/08/2023
iii. Prazo máximo para exercícios das opções	09/03/2025 03/10/2025	30/06/2028
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
v. Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,02	R$ 0,02
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R$ 2,75	R$ 2,75

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	4,00	3,00
Número de ações	175.068	4.132
Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,02	R$ 0,02
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	R$ 4,01	R$ 3,55
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 699.133,10	R$ 14.597,38

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	3,25	7,83
Número de ações	18.765	11.175
Preço médio ponderado de exercício	R$ 0,02	R$ 0,02
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	R$ 3,53	R$ 4,55
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	R$ 65.929,95	R$ 50.571,00

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	3,66	4,66
Número de ações	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Preço médio ponderado de mercado de ações relativas às opções exercidas	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Diluição potencial por outorga de ações

Remuneração baseada em ações sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários prevista para o exercício social corrente (2025):

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8,50	7,00
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	-	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	-	-

Remuneração baseada em ações a serem entregues diretamente aos beneficiários - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	1,00	-
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	Não se aplica	R$ 0,00

8.10 Outorga de ações

8.10. Outorga de ações

Outorgas de ações prevista para o exercício social corrente (2025):

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	8,50	7,00
N° de membros remunerados	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2024:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2023:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,83	7,83
N° de membros remunerados	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo máximo para entrega das ações	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das ações na data de outorga	-	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	-	-
N° total de membros	-	-

8.10 Outorga de ações

Outorgas de ações exercício social de 31 de dezembro 2022:

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7,30	4,66
N° de membros remunerados	1	0
Data de outorga	01/02/2022	-
Quantidade de opções outorgadas	20.844	-
Prazo máximo para entrega das ações	02/02/2022	-
Prazo de restrição à transferência das ações	26/08/2023	-
Valor justo das ações na data de outorga	R$ 20,65	-
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data de outorga	R$ 430.428,60	-

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,83	7,83	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não houve ações entregues neste ano	Não houve ações entregues neste ano	

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,83	7,83	
N° de membros remunerados	0,00	0,00	
N° de ações	0	0	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento	Não houveram ações entregues neste ano	Não houveram ações entregues neste ano	

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	7,30	4,66	
N° de membros remunerados	1,00	0,00	
N° de ações	20.844	0	
Preço médio ponderado de aquisição	20,65	0,00	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	430.428,60	0,00	
Esclarecimento		Não houveram ações entregues neste ano	

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Precificação das ações/opções

a. modelo de precificação

Plano de Outorga de Opções

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

O modelo de precificação utilizado para a mensuração do valor das ações outorgadas é o valor de fechamento da ação na data de outorga.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Plano de Outorga de Opções

No âmbito do Plano, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a outorga de opções aos Diretores Estatutários e Conselheiros de Administração da Companhia. O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo Binomial de precificação de opções. As premissas consideradas para os cálculos são apresentadas na tabela a seguir:

Data da outorga	Total de opções de compra concedido	Preço de exercício	Volatilidade anual estimada	Dividendo esperado sobre as ações	Taxa de juros livre de risco média ponderada	Maturidade máxima	Valor justo na data da concessão
25/02/2021	178.473	R$0,02	81,45%	0,14%	7,13%	6 anos	R$44,80
03/05/2021	37.200	R$0,02	93,22%	0,14%	6,07%	6 anos	R$60,60
03/05/2021	907	R$0,02	93,22%	0,14%	7,97%	6 anos	R$60,30
17/05/2021	19.738	R$0,02	93,78%	0,14%	8,27%	6 anos	R$55,30
07/06/2021	1.645	R$0,02	94,90%	0,14%	7,96%	6 anos	R$60,30
19/07/2021	1.971	R$0,02	72,07%	0,14%	10,36%	6 anos	R$100,60
30/07/2021	18.518	R$0,02	83,25%	0,14%	8,79%	6 anos	R$112,20
02/08/2021	17.442	R$0,02	72,07%	0,14%	10,36%	6 anos	R$113,80
08/09/2021	38.462	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
20/09/2021	4.484	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
11/10/2021	2.235	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
18/10/2021	43.725	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
01/11/2021	29.936	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
08/11/2021	5.571	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
06/12/2021	97.617	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
20/12/2021	2.145	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
22/12/2021	3.762	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
23/12/2021	2.533	R$0,02	76,93%	0,14%	10,60%	6 anos	R$32,10
17/01/2022	58.366	R$0,02	74,66%	0,00%	11,22%	6 anos	R$29,10
01/02/2022	123.776	R$0,02	71,00%	0,00%	11,22%	6 anos	R$23,60
02/03/2022	64.818	R$0,02	72,12%	0,00%	11,19%	6 anos	R$25,60
01/04/2022	33.449	R$0,02	77,40%	0,00%	11,02%	6 anos	R$25,60
02/05/2022	5.319	R$0,02	77,89%	0,00%	12,16%	6 anos	R$18,80
03/05/2022	12.943	R$0,02	77,89%	0,00%	12,16%	6 anos	R$17,70
30/06/2022	2.671.940	R$0,02	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R$19,00
01/07/2022	99.378	R$0,02	76,26%	0,00%	12,61%	6 anos	R$10,80
03/10/2022	281.574	R$0,02	75,59%	0,00%	11,53%	6 anos	R$11,30
18/11/2022	254.887	R$0,02	75,97%	0,00%	12,72%	6 anos	R$11,30
05/12/2022	48.572	R$0,02	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R$11,20
14/12/2022	11.454	R$0,02	75,46%	0,00%	12,61%	6 anos	R$11,30
01/02/2023	37.600	R$0,02	73,52%	0,00%	12,09%	6 anos	R$11,10
01/05/2023	484.840	R$0,02	72,64%	0,00%	10,22%	6 anos	R$7,81
01/05/2023	8.108	R$0,02	72,20%	0,00%	10,23%	6 anos	R$7,81
01/09/2023	254.466	R$0,02	61,62%	0,00%	10,45%	6 anos	R$7,53
04/09/2024	381.894	R$0,02	55,33%	0,00%	11,76%	6 anos	R$4,26
04/09/2024	49.297	R$0,02	39,42%	0,00%	11,67%	3 anos	R$4,26

Forma de determinação da volatilidade esperada

Como não há um histórico suficientemente grande de pregões da Companhia, optou-se por utilizar empresas consideradas “comparáveis” para o cálculo da volatilidade esperada das ações da Companhia. Mais especificamente foi utilizado a média dos desvios padrão dos logaritmos naturais das variações diárias históricas do preço das ações de emissão dos peers Locaweb (LWSA3) e Banco Inter (BIDI11) desde a abertura do capital de cada uma das companhias, até a data da outorga das opções.

8.12 Precificação das ações/opções

Plano de Outorga de Ações Restritas

Para ações restritas outorgadas a única premissa para o valor justo da ação na data da outorga, foi o valor de fechamento da ação na data da outorga.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Plano de Outorga de Opções

Não foram considerados efeitos de exercício antecipado da opção no modelo de precificação de opções.

Plano de Outorga de Ações Restritas

Não foram considerados efeitos de exercício antecipado.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Participações detidas por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Ações emitidas pela Companhia

Ações ordinárias	Data base: 31 de dezembro de 2024
Conselho de Administração	**17.436.610**
Diretoria Estatutária	**299.662**
Conselho Fiscal	**-**

(1) As ações detidas por Diretores Estatutários que também são membros do Conselho de Administração foram contabilizadas na linha relativa ao Conselho de Administração.

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos acionistas controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável, uma vez que não há ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelos acionistas controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia, por membros do conselho de administração ou da diretoria estatutária.

8.14 Planos de previdência

8.14. Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou aos diretores estatutários.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	7,83	7,83	4,66	7,83	7,83	7.30	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,83	7,83	4,66	2,83	3,25	3,66	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	3.445.647,11	4.012.756,72	1.283.503,74	819.304,40	1.091.510,52	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	601.440,05	1.563.762,16	1.029.615,63	89.265,77	40.357,92	435.690,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	1.710.340,38	1.764.649,67	1.275.189,27	697.070,50	667.796,78	819.298,91	0,00	0,00	0,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. O valor mínimo da remuneração foi apurado considerando a exclusão de membros do órgão que não cumpriram 12 meses completos, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM.	
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo. O valor mínimo da remuneração foi apurado considerando a exclusão de membros do órgão que não cumpriram 12 meses completos, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM.	
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social, sendo que o membro detentor da maior remuneração individual exerceu suas funções durante 12 meses do exercício social. A maior remuneração acima destacada inclui todos os elementos que compõem a remuneração do executivo.	

	Conselho de Administração	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social. O valor mínimo da remuneração foi apurado considerando a exclusão de membros do órgão que não cumpriram 12 meses completos, conforme disposto no Ofício Circular Anual 2025 SEP/CVM.	
31/12/2023	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.	
31/12/2022	O número total de membros corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente. O número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais foram atribuídas remunerações reconhecidas no resultado do exercício. Para informar a maior remuneração, consideramos todas as remunerações reconhecidas no resultado do exercício social.	

	Conselho Fiscal	
	Observação	**Esclarecimento**
31/12/2024		A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2023		A Companhia não possuía Conselho Fiscal.
31/12/2022		A Companhia não possuía Conselho Fiscal.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Exceto pelos benefícios descritos no item 8.1 deste Formulário de Referência e pela apólice de seguro D&O contratada pela Companhia, a Companhia não celebrou com os membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Para detalhes relativos a apólices de seguros envolvendo o pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores da Companhia, vide item 7.7 deste Formulário de Referência.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável, tendo em vista que, como não há acionistas controladores na Companhia, esta não possui administradores ou membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas a controladores nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não foram realizados pagamentos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam. A Companhia também não possui uma previsão de pagamento para o exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia. A Companhia também não possui uma previsão de pagamento para o exercício social corrente a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras informações relevantes

Informações complementares ao item 8.2 deste Formulário de Referência

Apresentamos abaixo, para os três últimos exercícios sociais e para o exercício social corrente, as memórias de cálculo do:

(a) número de membros total de cada órgão apresentado no quadro 8.2, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e

(b) o número de membros remunerados corresponde à média anual do número de membros do referido órgão da administração apurado mensalmente, aos quais serão ou foram atribuídas (conforme aplicável) remunerações reconhecidas no resultado do exercício.

Número de Membros Total

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2025

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2025	7	7	0
Fevereiro de 2025	7	7	0
Março de 2025	7	8	0
Abril de 2025	7	8	3
Maio de 2025	7	9	3
Junho de 2025	7	9	3
Julho de 2025	7	9	3
Agosto de 2025	7	9	3
Setembro de 2025	7	9	3
Outubro de 2025	7	9	3
Novembro de 2025	7	9	3
Dezembro de 2025	7	9	3
Média	**7,00**	**8,50**	**2,25**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2024	8	8	0
Fevereiro de 2024	8	8	0
Março de 2024	8	8	0
Abril de 2024	8	8	0
Maio de 2024	8	8	0
Junho de 2024	8	8	0
Julho de 2024	8	8	0
Agosto de 2024	8	8	0
Setembro de 2024	8	8	0
Outubro de 2024	8	8	0
Novembro de 2024	7	7	0
Dezembro de 2024	7	7	0
Média	**7,83**	**7,83**	**0,00**

8.20 Outras informações relevantes

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2023	7	7	0
Fevereiro de 2023	7	7	0
Março de 2023	8	8	0
Abril de 2023	8	8	0
Maio de 2023	8	8	0
Junho de 2023	8	8	0
Julho de 2023	8	8	0
Agosto de 2023	8	8	0
Setembro de 2023	8	8	0
Outubro de 2023	8	8	0
Novembro de 2023	8	8	0
Dezembro de 2023	8	8	0
Média	**7,83**	**7,83**	**0,00**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	4	7	0
Fevereiro de 2022	5	7	0
Março de 2022	5	7	0
Abril de 2022	5	7	0
Maio de 2022	5	8	0
Junho de 2022	5	8	0
Julho de 2022	5	8	0
Agosto de 2022	5	8	0
Setembro de 2022	6	7	0
Outubro de 2022	6	7	0
Novembro de 2022	6	7	0
Dezembro de 2022	6	7	0
Média	**5,20**	**7,30**	**0,00**

8.20 Outras informações relevantes

Número de Membros Remunerados

Exercício Social encerrado em 31 de março de 2025

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2025	7	3	0
Fevereiro de 2025	7	3	0
Março de 2025	7	5	0
Abril de 2025	7	5	3
Maio de 2025	7	5	3
Junho de 2025	7	5	3
Julho de 2025	7	5	3
Agosto de 2025	7	5	3
Setembro de 2025	7	5	3
Outubro de 2025	7	5	3
Novembro de 2025	7	5	3
Dezembro de 2025	7	5	3
Média	**7,00**	**4,67**	**2,25**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2024	8	3	0
Fevereiro de 2024	8	3	0
Março de 2024	8	3	0
Abril de 2024	8	3	0
Maio de 2024	8	3	0
Junho de 2024	8	3	0
Julho de 2024	8	3	0
Agosto de 2024	8	3	0
Setembro de 2024	8	2	0
Outubro de 2024	8	2	0
Novembro de 2024	7	3	0
Dezembro de 2024	7	3	0
Média	**7,83**	**2,83**	**0,00**

8.20 Outras informações relevantes

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2023	7	4	0
Fevereiro de 2023	7	4	0
Março de 2023	8	4	0
Abril de 2023	8	3	0
Maio de 2023	8	3	0
Junho de 2023	8	3	0
Julho de 2023	8	3	0
Agosto de 2023	8	3	0
Setembro de 2023	8	3	0
Outubro de 2023	8	3	0
Novembro de 2023	8	3	0
Dezembro de 2023	8	3	0
Média	**7,83**	**3,25**	**0,00**

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022

MÊS	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
Janeiro de 2022	4	3	0
Fevereiro de 2022	5	3	0
Março de 2022	5	3	0
Abril de 2022	5	3	0
Maio de 2022	5	4	0
Junho de 2022	5	4	0
Julho de 2022	5	4	0
Agosto de 2022	5	4	0
Setembro de 2022	5	4	0
Outubro de 2022	6	4	0
Novembro de 2022	6	4	0
Dezembro de 2022	6	4	0
Média	**5,2**	**3,6**	**0,00**

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S Ltda	Juridica	61.366.936/0001-25
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
01/09/2018	01/09/2018	
Descrição dos serviços prestados		
A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. foi contratada para prestar os seguintes serviços para a Companhia: (i) auditoria independente das demonstrações contábeis da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022; (ii) serviços de revisão das Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2024, 2023 e 2022 e (iii) outros serviços de revisão.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
No último exercício social, a remuneração dos auditores independentes relativa ao item (i) acima foi de R$ 248.401,68, relativa ao item (ii) acima foi de R$ 177.155,78 e relativa ao item (iii) acima foi de R$ 70.310,31.		
Justificativa da substituição		
A mudança do auditor independente é realizada em razão do rodízio obrigatório de auditores independentes após o decurso do prazo de 5 anos previsto na Resolução CVM 23, e contou com a anuência dos auditores substituídos.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável.		

Código CVM do Auditor	002879	
Razão Social	**Tipo Auditor**	**CPF/CNPJ**
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	**Data de início da prestação de serviço**	
05/11/2024	01/01/2025	
Descrição dos serviços prestados		
A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda foi contratada para realizar a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, bem como para realizar a revisão das Informações Trimestrais – ITR da Companhia relativas ao período findo em 31 de março e a findar em 30 de junho e 30 de setembro de 2025		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
No último exercício social, não houve pagamento de remuneração à PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, uma vez que iniciou a prestação de serviços no exercício social corrente.		
Justificativa da substituição		
Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não se aplica.		

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia reforça que seus auditores independentes não prestaram serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria. No caso de contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente tampouco promover os interesses desse cliente.

Adicionalmente, a Companhia possui procedimentos internos específicos de pré-aprovação dos serviços contratados, visando evitar conflitos de interesse ou perda de objetividade de seu auditor independente.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras informações relevantes

Rodízio Obrigatório de Auditores Independentes

Conforme comunicado ao mercado divulgado pela Companhia no dia 6 de novembro de 2024, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada, em substituição à Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., para prestação de serviço de auditoria externa independente das demonstrações financeiras da Companhia, a partir do exercício social corrente (2025).

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	28	37	0	0	0
Não-liderança	69	87	0	0	1
TOTAL = 222	**97**	**124**	**0**	**0**	**1**

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	50	3	11	0	0	1
Não-liderança	4	93	13	43	2	0	2
TOTAL = 222	**4**	**143**	**16**	**54**	**2**	**0**	**3**

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	19	45	1
Não-liderança	103	54	0
TOTAL = 222	**122**	**99**	**1**

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	65	0
Não-liderança	9	148	0
TOTAL = 222	**9**	**213**	**0**

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	8	1	2	47	7	0
Não-liderança	23	18	7	93	16	0
TOTAL = 222	**31**	**19**	**9**	**140**	**23**	**0**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	8	23	0	0	0
Nordeste	8	11	0	0	0
Centro-Oeste	6	3	0	0	0
Sudeste	69	70	0	0	1
Sul	6	17	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 222	**97**	**124**	**0**	**0**	**1**

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	11	2	16	0	0	2
Nordeste	0	9	2	7	1	0	0
Centro-Oeste	1	6	0	2	0	0	0
Sudeste	3	98	11	26	1	0	1
Sul	0	19	1	3	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 222	**4**	**143**	**16**	**54**	**2**	**0**	**3**

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	16	15	0
Nordeste	15	4	0
Centro-Oeste	6	3	0
Sudeste	74	65	1
Sul	11	12	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 222	**122**	**99**	**1**

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1. Descrição dos recursos humanos

b. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados do Méliuz em 31 de dezembro de 2024 conforme a localização geográfica:

Terceirizados por Localização Geográfica	
Localidade	**Nº pessoas**
SP	1
BH	0
AM	0
PR	0
RJ	0
SC	0
Estados Unidos	0
Moçambique	0
Total	1

A tabela abaixo apresenta o número de terceirizados do Méliuz em 31 de dezembro de 2024, conforme a atividade desempenhada:

Terceirizados por Atividade	
Atividades	**Nº pessoas**
Limpeza e Segurança	0
Atendimento	0
Tecnologia	1
Consultoria e assessoria administrativa e financeira	0
Consultoria e assessoria em Marketing	0
Consultoria e assessoria em planejamento e estratégia	0
Total	**1**

(1) Foi considerado para este item o CNPJ do prestador dos serviços.

(d) Índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade (1) referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e que considera apenas os empregados do Méliuz:

31/12/2024
0,22

(1) O índice de rotatividade é calculado pela Companhia a partir da seguinte fórmula: *((nº de funcionários admitidos no período + nº de funcionários demitidos no período)/2)/nº de funcionários no período anterior.*

10.2 Alterações relevantes

10.2. Alterações relevantes

Não houve alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3. Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração e carreira da Companhia tem como objetivo recompensar e estimular o desenvolvimento profissional dos colaboradores e manter a Companhia competitiva e alinhada com as melhores práticas do mercado.

A metodologia que embasa o modelo foi desenvolvida em 2017, junto à consultoria *SG Comp Partners*, que disponibiliza um banco de dados de empresas do setor de tecnologia, segmentado por níveis de faturamento bruto anual.

O principal balizador da remuneração é a relação entre oferta e demanda de mercado pelas diferentes competências e qualificações dos cargos da estrutura da Companhia. As faixas salariais são atualizadas mediante nova pesquisa, realizada via consultoria, com frequência de acordo com a necessidade (geralmente, a cada 1 ou 2 anos, observado que, no caso de algumas áreas que são mais visadas pelo mercado, como, por exemplo, a área de desenvolvimento de *software*, é necessário atualizar as faixas salariais em períodos menores).

Os salários dos colaboradores são corrigidos anualmente, via convenção coletiva, de acordo com os termos do sindicato e com base nos índices de inflação. Além disso, a Companhia concede promoções e reajustes salariais por mérito duas vezes ao ano, a partir de um processo que avalia desempenho com base em entregas e comportamentos alinhados à cultura do Méliuz. O teto de aumento salarial é 25% sobre o salário fixo por avaliação realizada (dividido entre 12,5% de aumento por entregas e 12,5% por alinhamento cultural).

A estrutura de cargos da Companhia foi construída para atender às necessidades do negócio e é organizada por níveis de complexidade. Esse modelo nos ajuda a ter mais flexibilidade e velocidade para definir a melhor estrutura hierárquica e organizacional, a depender dos desafios estratégicos atuais. Tal estrutura foi construída no modelo Y, de forma a permitir iguais oportunidades de desenvolvimento profissional para gestores e perfis mais técnicos.

Os colaboradores também são elegíveis para o recebimento de premiação anual. As metas, regras e multiplicadores salariais da campanha de premiação, são definidas anualmente.

b. política de benefícios

Como forma de atrair, motivar e reter os melhores talentos, a Companhia adota um modelo de benefícios que seja competitivo em relação ao mercado. A fim de definir os benefícios que melhor atendem à realidade, o Méliuz roda pesquisas internas e buscando referências de melhores práticas com outras empresas do setor.

A Companhia oferece benefícios que contribuem com o bem-estar dos colaboradores e que sejam coerentes com os valores de sua cultura. Seguem abaixo os principais benefícios:

(a) **Plano de saúde coparticipativo (com plano odontológico):** todos os colaboradores possuem plano de saúde válido em todo o território nacional. Além das coberturas comuns, em apartamento, o plano cobre também atendimento psicológico. O plano tem a mensalidade toda coberta pela Companhia e o colaborador somente paga coparticipação em caso de uso.

(b) **Vale refeição/Vale alimentação:** o vale refeição é oferecido através de cartão benefício para todos os colaboradores, no valor de R$ 60,00 por dia.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(c) **Vale Transporte:** o vale transporte tem como objetivo custear as despesas com transporte no percurso diário residência/trabalho e vice-versa. Conforme previsto na legislação trabalhista, o colaborador que cumpre o regime de jornada de trabalho tem desconto em folha de 6% do salário com o teto máximo do valor do benefício.

(d) ***Cashback* em dobro para lojas online parceiras do Méliuz:** todos os colaboradores do Méliuz recebem *cashback* em dobro ao comprar em lojas parceiras do Méliuz.

(e) **Teletrabalho:** os colaboradores trabalham sob o regime de teletrabalho. Isso significa que a Companhia avalia as pessoas do time pelas entregas feitas e não pelas horas trabalhadas. Esse modelo de trabalho permite que as pessoas tenham mais autonomia e qualidade de vida, uma vez que podem definir um horário próprio de jornada e não precisam bater ponto. A Companhia fornece uma ajuda de custo para os gastos com internet e energia, e também fornece um subsídio para a compra de cadeira e mesa.

(f) **Empresa Cidadã:** desde 2017, o Méliuz adotou as regras como empresa cidadã. Os colaboradores possuem hoje, licença maternidade e paternidade estendida - 6 meses para maternidade (2 a mais que a lei) e 20 dias para paternidade (15 dias a mais que a lei) mesmo em casos de adoção.

(g) **Auxílio Creche:** para auxiliar as mães no retorno às suas atividades, a Companhia concede uma ajuda de custo para a creche da criança após o retorno da licença maternidade.

(h) **Auxílio assistência a filhos excepcionais:** para auxiliar pais e mães de filhos excepcionais, a Companhia concede uma ajuda de custo, caso o(a) filho(a) esteja matriculado (a) na APAE, APADEX ou instituição análoga, com as mesmas finalidades.

(i) **Auxílio Luto:** auxílio concedido nos casos em que algum familiar de primeiro grau (ascendente, ou irmão) de algum funcionário do Méliuz venha a falecer.

(j) **Seguro de vida:** todos os colaboradores possuem um seguro de vida com cobertura para morte, morte acidental, invalidez permanente por acidente e doenças, além de assistência funeral familiar cobrindo filhos e cônjuges.

(k) **Participação de lucros (PLR):** há pagamento, para todos os funcionários contratados no regime CLT de PLR**,** se o lucro líquido da empresa no exercício do ano, for superior ao valor total gasto com despesa com pessoal do mês de dezembro.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores grupos de beneficiários

Em 1º de setembro de 2020, foi aprovado plano de opção de compra de ações, o qual foi aditado em 5 de outubro de 2020, em 30 de abril de 2021, 06 de abril de 2022 e 14 de abril de 2025 e conta com os empregados da Companhia como beneficiários elegíveis.

i. grupo de beneficiários

Poderão ser beneficiados com a outorga de Opções de Ações, nos termos deste Plano, os administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e de Comitês da Companhia, conforme indicados e aprovados pelo próprio Conselho de Administração, nos termos da Cláusula 3.1(c) abaixo, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia (“Beneficiários” ou “Beneficiário”). Recebida a Opção de compra de Ações, o Beneficiário deverá celebrar um Contrato de Opção (conforme definido na Cláusula 4.2), nos termos deste Plano.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

ii. condições para o exercício

A outorga de Opções nos termos do Plano de Opção será oportunamente realizada mediante a celebração de Contrato de Opção entre a Companhia e os respectivos Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições eventualmente determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia: (a) a quantidade de Opções objeto da outorga; (b) as condições para aquisição do direito ao exercício das Opções; e (c) o prazo final para exercício das Opções ("Contratos de Opção").

As Opções poderão ser exercidas nos dias 1º do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, observados os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício previsto nos Contratos de Opção ("Datas de Exercício" e "Prazo Máximo de Exercício"), total ou parcialmente. Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

O Beneficiário que desejar exercer suas Opções deverá comunicar à Companhia, por escrito, dentro do respectivo Período de Vesting e em uma Data de Exercício, indicando a quantidade de Opções que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação que deverá ser anexado ao respectivo Contrato de Opção ("Notificação de Exercício").

A Companhia informará ao Beneficiário, no prazo de até 5 dias úteis a contar da data do recebimento da Notificação do Exercício, pelo menos (i) se as Ações adquiridas serão as detidas em tesouraria ou se serão novas Ações a serem emitidas dentro do limite do capital autorizado da Companhia, (ii) o preço de exercício total a ser liquidado, e (iii) a conta corrente a ser creditada, com base na correspondente quantidade de Opções exercidas informada pelo Beneficiário, cabendo à administração da Companhia tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição, pelo Beneficiário, das Ações objeto do exercício em conformidade com o disposto no Plano de Opção.

iii. preços de exercício

O preço de exercício por ação será definido pelo Conselho de Administração quando da outorga de cada Opção e será pago pelos Beneficiários à vista, em moeda corrente nacional, mediante transferência de fundos imediatamente disponíveis para a conta corrente a ser estipulada pela Companhia no respectivo Contrato de Opção.

iv. prazos de exercício

Deverão ser observados, para o exercício das opções, os respectivos Períodos de Vesting abaixo e o prazo máximo de exercício de 2 ou de 6 anos, em ambos os casos contados a partir da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração da Companhia (qualquer um, o "Prazo Máximo de Exercício"), total ou parcialmente.

As opções poderão ser exercidas nos dias 1º do mês de janeiro e/ou 1º do mês de julho de cada ano, exceto se de outra forma for estabelecido nos Contratos de Opção e/ou nos Programas ("Datas de Exercício"). Caso as Datas de Exercício não sejam dias úteis, o Beneficiário poderá exercer a(s) opção(ões) no primeiro dia útil imediatamente subsequente.

Em qualquer caso, o exercício de qualquer opção outorgada somente poderá ocorrer até o prazo máximo para exercício definido em cada Contrato de Opção. Eventuais parcelas de opções não exercidas caducarão automaticamente, sem que seja devida qualquer indenização pela Companhia.

Exceto se expressamente previsto de outra forma nos Contratos de Opção, as opções outorgadas aos Beneficiários serão exercidas após devidamente apurados e verificados os seguintes períodos, nas seguintes proporções ("Períodos de Vesting"): (i) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas nas Datas de Exercício, a partir do 3º ano decorrido após a data de assinatura

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (ii) até 30% das opções tornar-se-ão disponíveis a partir do 4º ano decorrido após a data de assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; (iii) os 40% remanescentes das opções tornar-se-ão disponíveis e poderão ser exercidas, no todo ou em parte, a partir do 5º ano contado da data da assinatura de cada um dos Contratos de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício.

Não obstante os períodos acima, o Conselho de Administração da Companhia é autorizado a outorgar opções a Beneficiários (i) que ocupem cargos no Conselho de Administração e/ou em Comitês Estatutários da Companhia, cujo exercício de até 100% das opções poderá ocorrer após verificado e apurado Período de Vesting equivalente de 12 a 18 meses contados do Contrato de Opção, respeitado o Prazo Máximo de Exercício; ou (ii) com preço e condições específicas a serem previstas nos Contratos de Opção, como por exemplo, a possibilidade de o Período de Vesting ser de até 5 anos contados da data da outorga, com período de carência (*vesting*) de 4 anos, com liberação de 25% a cada ano.

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 31 de dezembro de 2024 o total de opções ativas outorgadas é de 2.302.004. Para informações sobre o Plano de Opções acima mencionado, ver o item 8 deste Formulário de Referência.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social é de 23,53.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
3.445.647,11	146.451,61	23,53
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2023, a alteração do endereço da sede da Companhia para a Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, e o sindicato passou a ser o SINDIESP - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas e Cursos de Informática do estado de São Paulo.

Tendo como princípio uma relação pautada pela transparência e pilares da cultura “ganha-ganha” e clientes para vida toda, o Méliuz busca estar em conformidade com as diretrizes estipuladas em convenção coletiva, a legislação trabalhista aplicável e dos demais princípios e direitos previstos pela Organização Internacional do Trabalho - OIT. Além disso, a Companhia se esforça em encontrar soluções que atendam de forma favorável todos os envolvidos e garante a liberdade sindical, bem como a proteção do direito de sindicalização e de negociação coletiva.

Por fim, nos últimos três exercícios sociais, não ocorreram greves ou qualquer tipo de paralisação nas atividades da Companhia.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras informações relevantes

Auditoria Interna, Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos

A Companhia apresenta abaixo o número de funcionários de auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos, em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Auditoria interna, compliance, controles internos e riscos corporativos	3	2	2

Informações complementares ao item 10.4 deste Formulário de Referência

A Companhia foi avaliada por seus funcionários com nota 4,5 (em escala de 1 a 5) na plataforma Glassdoor[1]. Ainda, em dezembro de 2024, 89% dos funcionários que avaliaram o Méliuz na Glassdoor recomendariam a Companhia a um amigo para trabalhar.

Além disso, a Companhia realiza anualmente uma pesquisa de clima organizacional interna tem como objetivo captar a satisfação dos funcionários e criar planos de ações para atuarmos em relação a melhorias internas.

A Companhia usa como base de cálculo, o mesmo racional que o Great Place to Work – GPTW, isto é, considera o percentual de funcionários que concordam com as afirmativas. Em 2024, a Companhia obteve 87% de adesão à pesquisa e 84% dos funcionários concordaram com o lema *"Eu sinto orgulho de trabalhar no Méliuz"*.

(1) A *Glassdoor* é um dos maiores sites de vagas e recrutamento do mundo, no qual funcionários e ex-funcionários utilizam a plataforma para avaliar anonimamente as empresas em que trabalham ou trabalharam, dando notas a essas empresas e provendo opiniões pessoais, informações sobre remuneração e relatos de entrevistas de emprego.

Informações complementares ao item 10.3(d) deste Formulário de Referência

Para o cálculo da maior remuneração e da mediana da remuneração individual dos empregados, constantes do item 10.3(d) deste Formulário de Referência, foram considerado todos os itens de composição da remuneração durante 2024 e apenas colaboradores ativos em 31 de dezembro de 2024, desconsiderando estagiários e aprendizes.

Aditamento de Incentivo de Aquisições de Ações para Empregados

De forma a incentivar a participação de empregados nos resultados vinculados ao crescimento e expansão dos negócios da Companhia, a Companhia, concedeu empréstimos a determinados empregados, exclusivamente para fins de aquisição, em ambiente de bolsa, de ações de emissão da Companhia.

Nos termos dos contratos celebrados, o empregado recebe o valor disponibilizado pela Companhia e deve utilizar tal montante exclusivamente para a compra das ações de emissão da Companhia, nos prazos e condições previstos em cada contrato. A cada período de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, passa a ser exigível, pela Companhia em face do empregado, o recebimento de uma parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do mútuo. Na data de vencimento de cada parcela, e mediante o cumprimento de todas as obrigações pelo empregado, a Companhia automaticamente concede um desconto sobre o valor da parcela devida. Nesse caso, o valor a ser pago pelo empregado para a quitação da parcela correspondente será de R$ 1,00 (um real). A totalidade do mútuo deve ser quitada em até 48 (quarenta e oito) meses após a data de assinatura do contrato em questão.

10.5 Outras informações relevantes

O mútuo tem seu vencimento antecipado declarado caso haja: (a) desvinculação, por pedido do empregado de suas atividades na Companhia; (b) desvinculação, por decisão da Companhia de suas atividades com o empregado; (c) utilização do mútuo para fim diverso do estabelecido no contrato; e/ou (d) mudança de controle da Companhia. Havendo o vencimento antecipado do mútuo, o saldo em aberto deverá ser pago em única parcela, de acordo com os prazos e termos indicados no contrato. Ainda, o empregado não poderá vender suas ações antes do prazo previamente estabelecido em contrato, sendo permitido vender apenas 25% das ações a cada 12 (doze) meses, sob pena da declaração de vencimento antecipado do mútuo e imposição de multa.

Para outras informações, vide fator de risco "*Os interesses de determinados colaboradores, empregados e administradores podem, no curto prazo, ficar excessivamente atrelados à cotação das ações da Companhia*", constante do item 4.1 deste Formulário de Referência.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Em 1º de setembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a Política de Transações com Partes Relacionadas ("Política de Transações com Partes Relacionadas"). A Política tem por objetivo definir as condições e procedimentos internos para garantir que as transações com partes relacionadas sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, com plena independência e transparência dos interesses pessoais dos seus tomadores de decisão.

A Política de Transações com Partes Relacionadas considera “conflito de interesse” como o envolvimento de uma parte relacionada em processo decisório no qual não esteja em condições de comutatividade e independência, tendo ela o poder de influenciar o seu resultado final e assegurar ganho para si, algum familiar ou terceiro com o qual esteja envolvida, ou ainda qualquer outra situação que possa interferir na sua capacidade de julgamento isento. As decisões em que os objetivos pessoais dos tomadores de decisão da Companhia, por qualquer razão, não estejam alinhados aos objetivos da Companhia também serão consideradas como “conflitos de interesse”.

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, no caso de contratação de partes relacionadas devem utilizar as mesmas normas e critérios de contratação aplicáveis à seleção e contratação de prestadores de serviços independentes e observar as condições de mercado. Neste sentido, as operações com partes relacionadas são realizadas com estrita observância dos preços e condições usuais de mercado.

O procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos da Lei das S.A., que prevê que, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração da Companhia, o acionista ou administrador, conforme o caso, deve se abster de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, ainda, conselheiros e diretores da Companhia de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento do interesse da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Desta forma, caso seja identificada uma matéria que envolva partes relacionadas, os administradores ou colaboradores que estejam envolvidos devem manifestar seu potencial conflito de interesses acerca da referida matéria, ausentar-se das discussões sobre o tema e abster-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os administradores envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a transação com partes relacionadas e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum administrador ou colaborador que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

11.1 Regras, políticas e práticas

Anualmente, os administradores e os colaboradores devem assinar uma declaração, atestando a observância do disposto na Política de Transações com Partes Relacionadas e confirmando a inexistência de participação em transação objeto de conflito de interesse.

A íntegra da Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser consultada nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br/), da B3 (www.b3.com.br) e no site de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.meliuz.com.br/) na aba “Governança Corporativa”, item “Estatuto, políticas, regimentos e outros”, “Políticas” e por fim, “Política de Transações de Partes Relacionadas”.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Melhor Plano Internet S.A.	22/05/2024	530.109,30	257.180,65	530.109,30	Indeterminado	Variável conforme descrito no “objeto do contrato”

Relação com o emissor	Controlada
Objeto contrato	Contrato de parceria por meio do qual o Méliuz (credor) e a Melhor Plano realizaram uma parceria voltada para divulgação, pelo Méliuz, do serviço de comparação de planos de telecomunicação ofertados pelos parceiros da Melhor Plano, com o objetivo de alcançar os usuários da Plataforma Méliuz. O Méliuz terá direito a uma remuneração proporcional à receita gerada para a Melhor Plano pelos anúncios divulgados na Plataforma Méliuz e pela divulgação da ferramenta de comparação de preços, de acordo com as seguintes faixas de receita e respectivos percentuais de compartilhamento: (a) para os primeiros R$50.000,00 de Receita Líquida Mensal, a Melhor Plano terá direito a 30% da Receita Líquida, enquanto o Méliuz terá direito aos 70% restantes; (b) qualquer montante de Receita Líquida Mensal entre R$51.000,00 e R$100.000,00, a Melhor Plano terá direito a 20% e o Méliuz a 80% da Receita Líquida; e (c) para qualquer montante de Receita Líquida Mensal que exceda R$100.000,00 a Melhor Plano terá direito a 15% e o Méliuz a 85% da Receita Líquida. A “Receita Líquida Mensal” será calculada como a receita bruta gerada com a contratação de planos dos anunciantes realizadas através dos links da ferramenta de comparação de preços divulgado pelo Méliuz, deduzida dos impostos sobre receita aplicáveis. Em 31 de março de 2025, os valores a receber de partes relacionadas no âmbito desta transação, registrados no balanço patrimonial da Companhia, era de R$77 mil.
Garantia e seguros	Não há
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser interrompido ou finalizado, a qualquer tempo, mediante comunicação prévia pelo Méliuz ou pela Melhor Plano com antecedência mínima de 30 dias. O contrato poderá ser imediatamente rescindido: (i) pelo descumprimento de qualquer das cláusulas ou condições contratuais, independentemente de interpelação ou notificação judicial; (ii) pela parte interessada, quando a outra estiver em recuperação judicial ou tiver sua falência decretada; (iii) em razão da suspensão, pelas autoridades competentes, da prestação dos serviços contratados, em decorrência de violação de dispositivos legais vigentes; (iv) em razão da prática de atos, pela Melhor Plano ou pelos seus anunciantes, que, a critério do Méliuz, importem em descrédito comercial ou a redução comprovada do nível de qualidade dos serviços prestados em razão do contrato ora celebrado; (v) na hipótese de alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, tais como fusão, cisão ou incorporação da Melhor Plano que prejudiquem a regular execução do Contrato, a exclusivo juízo do Méliuz; (vi) por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento que prejudiquem ou impeçam a regular prestação dos serviços; (vii) em decorrência de eventual ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato, quando for possível a execução apenas parcial do contrato, as partes poderão decidir entre o cumprimento parcial e a rescisão do contrato; (viii) em decorrência de qualquer ato de corrupção ou desobediência a qualquer legislação em vigor por parte da Melhor Plano no desenvolver de suas atividades, ou ato que, a critério do Méliuz, indique que a Melhor Plano não pauta a sua atuação em princípios legais, éticos e morais, zelando pela lisura e boas práticas. Serão sempre prevenidas e combatidas quaisquer condutas que possam direta ou indiretamente ensejar fraudes e/ou corrupção.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	A operação é uma parceria entre Méliuz e Melhor Plano, visando à promoção, pelo Méliuz, do serviço de comparação de preços de planos de telecomunicação da Melhor Plano na Plataforma Méliuz. O não pagamento no prazo estabelecido implicará automaticamente na suspensão imediata pelo Méliuz da divulgação dos Anunciantes da Melhor Plano em suas Plataformas e em multa de 2% sobre o valor da fatura, acrescidos de correção monetária pelo IPCA e juros de 0,033% ao dia, limitados a 1% ao mês.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Melhor Plano Internet S.A.	17/06/2024	28.507,07	7.616,05	28.507,07	Indeterminado	-
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Rateio de despesas entre o Méliuz (devedor) e o Melhor Plano, com o fornecedor Amplitude, Inc, o qual presta serviços relacionados a infraestrutura de tecnologia da informação. Mensalmente, o Méliuz apura o consumo correspondente à parte cabível à Melhor Plano e verifica o saldo da transação em questão. Em 31 de março de 2025, os valores a receber de partes relacionadas no âmbito desta transação, registrados no balanço patrimonial da Companhia, era de R$77 mil					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Não há.					
Natureza e razão para a operação	A operação é um rateio de despesas.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Zoppy Tecnologia S.A.	08/11/2024	3.208.319,39	3.141.598,26	3.208.319,39	11/12/2028	8% ao ano
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Mútuo por meio do qual a Companhia (credor) disponibilizou recursos à Zoppy para a continuidade do desenvolvimento de suas atividades relacionadas aos serviços de Gestão de CRM (Customer Relationship Management) voltada ao mercado de pequenos e médios varejistas. Em 31 de março de 2025, as despesas financeiras no âmbito desta transação, registrados no resultado da Companhia, era de R$64 mil					
Garantia e seguros	Não há.					
Rescisão ou extinção	Na hipótese de inadimplemento de 2 parcelas, ocorrerá o vencimento antecipado do Mútuo, hipótese em que o pagamento do Mútuo poderá ser integralmente e imediatamente exigido pela Mutuante, acrescido dos juros e multa. Caso de não pagamento do mútuo, o montante do devido poderá, a exclusivo critério da Mutuante, ser convertido em participação societária na sociedade. A conversão será realizada considerando o valuation já acordado entre as partes.					
Natureza e razão para a operação	O valor do mútuo, líquido dos tributos incidentes e que devem ser retidos pelo Méliuz, foi disponibilizado à Zoppy em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R$ 500.000,00 e a segunda após o recebimento do SPA devidamente assinado pelas partes. A transferência ocorreu, por meio de transferência eletrônica disponível - TED, para a conta corrente de titularidade da Zoppy, em 11/11/2024. Em caso de não pagamento pela Mutuária de qualquer parcela do Mútuo, a Mutuante poderá exigir a parcela vencida da Mutuária, acrescida de Juros e de multa de 2% sobre o valor devido acrescido de juros de moratórios de 1% ao mês.					
Posição contratual do emissor	Outra					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens “n” e “o”

(n) medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Na data deste Formulário de Referência, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração ou rescisão de contratos ou realização de operações envolvendo partes relacionadas, exceto (a) entre a Companhia e sociedades coligadas; ou (b) controladas diretas e indiretas da Companhia, no curso normal de seus negócios.

Caso seja identificada, pelos administradores, qualquer matéria que possa dar ensejo a qualquer conflito de interesse entre a Companhia ou as suas controladas e qualquer parte relacionada, estes devem, obrigatoriamente, manifestar as razões de tal conflito de interesses, ausentando-se das discussões sobre o tema e abstendo-se de votar a respeito da respectiva matéria. Adicionalmente, caso solicitado pelo Diretor Presidente, os Administradores da Companhia envolvidos poderão participar parcialmente da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a transação com partes relacionadas e as próprias partes relacionadas envolvidas. Nesse caso, de qualquer forma, tais administradores deverão se ausentar do processo de votação da matéria.

Nessas situações, a manifestação da situação de conflito de interesses e a subsequente abstenção da discussão e votação a respeito da referida matéria deverão constar da ata da deliberação ou reunião em que for apresentada a situação. Caso algum administrador ou colaborador da Companhia que possa ter um potencial ganho privado decorrente de alguma decisão não manifeste seu conflito de interesses, qualquer terceiro que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

Adicionalmente, nos termos da Lei das S.A., os acionistas não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-los de modo particular, ou em que tiverem interesse conflitante com da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tenha interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição das vantagens que tiver auferido.

Com isso, as operações apresentadas no item “11.2” foram efetuadas a valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade e, portanto, não geram qualquer benefício ou prejuízo para as partes envolvidas. Quando são estabelecidas relações comerciais entre a Companhia e entidades consideradas como Partes Relacionadas aplicam-se a mesma imparcialidade que é promovida para os clientes e fornecedores externos.

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas, a Companhia deve divulgar ao mercado quaisquer contratações realizadas com partes relacionadas, com detalhes que sejam suficientes para a identificação das partes envolvidas e de quaisquer condições essenciais ou não estritamente comutativas inerentes às transações em questão, assegurando, assim, ao mercado, a possibilidade de fiscalizar e acompanhar atos de gestão, e a riscos que estejamos expostos eventualmente, ainda que não tenham se consumado, de acordo com o previsto no artigo 247 da Lei das S.A. e na Resolução CVM 94. A divulgação dessas informações também deverá ser realizada, de forma clara e precisa, nas notas explicativas às demonstrações financeiras trimestrais e anuais, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, e neste Formulário de Referência. Ademais, todas as transações com partes relacionadas são formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. As partes

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

contratadas também devem declarar, por meio de cláusula específica contida nos contratos do Méliuz, que têm conhecimento, respeitam e estão de acordo com a Política de Transação com Partes Relacionadas a partir da data de sua correspondente aprovação.

Contrato de Mútuo

O contrato de mútuo celebrado com a Zoppy observou as condições de mercado praticadas à época, tais como contratos similares firmados anteriormente com terceiros, considerando, inclusive, a aplicação de juros ao saldo da transação e o estabelecimento de cronograma de pagamento, em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas.

Contrato de Parceria

O contrato de parceria celebrado com a Melhor Plano observou as condições de mercado praticadas à época de sua celebração, tais como parâmetros estabelecidos em contratos similares firmados anteriormente com terceiros, em conformidade com a Política de Transações com Partes Relacionadas.

Rateio

Trata-se de reembolso de despesas, de acordo com os serviços de infraestrutura de tecnologia da informação prestados, conforme o custo efetivamente dispendido pela Melhor Plano.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a essa seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
10/09/2025	-	570.766.881,58
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
112.982.780	0	112.982.780

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	112.982.780

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
10/09/2025	-	570.766.881,58
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
112.982.780	0	112.982.780

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	112.982.780

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
10/09/2025	-	570.766.881,58
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
112.982.780	0	112.982.780

Capital social por classe de ações ordinárias	
Classe de ação ordinária	**Quantidade de ações**
Ordinária Classe A	112.982.780

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	**Prazo de integralização**	**Valor do capital**
30/06/2025		9.049.612.583,78
Quantidade de ações ordinárias	**Quantidade de ações preferenciais**	**Quantidade total de ações**
0	0	0

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2. Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é emissor estrangeiro.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Primeira Série do Bônus de Subscrição
Data de emissão	16/06/2025
Data de vencimento	01/08/2025
Quantidade	8.927.381
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável, uma vez que o valor mobiliário não é representativo de dívida.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações das características dos Bônus de Subscrição, conforme originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de Bônus de Subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	A quantidade de Bônus de Subscrição é de 0,35 para cada ação emitida no âmbito da oferta pública de ações e o preço de exercício é de R$8,24. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos no período compreendido entre a data de início das negociações dos Bônus de Subscrição na B3 (inclusive) e 1° de agosto de 2025 (inclusive), observados os procedimentos da Instituição Escrituradora e da Central Depositária, conforme o caso. Cada Bônus de Subscrição: (i) representa o direito irrevogável e irretratável do beneficiário relativamente à subscrição da quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente aos Bônus de Subscrição, pelo respectivo Preço de Exercício e no Período de Exercício aplicável, conforme descritas na reunião do conselho de administração da Companhia de 6 de junho de 2025; (ii) poderá ser exercido mediante o envio de notificação do beneficiário à Companhia ou ao seu Agente de Custódia na data de exercício, conforme o caso; (iii) terá forma nominativa e escritural; (iv) poderá ser negociado individualmente a partir de 16 de junho de 2025, para os Bônus de Subscrição; e (v) conferirá aos seus respetivos titulares direito a voto na assembleia geral de titulares de Bônus de Subscrição.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Segunda Série do Bônus de Subscrição
Data de emissão	16/06/2025
Data de vencimento	05/09/2025
Quantidade	8.927.381
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável, uma vez que o valor mobiliário não é representativo de dívida.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações das características dos Bônus de Subscrição, conforme originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de Bônus de Subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	A quantidade de Bônus de Subscrição é de 0,35 para cada ação emitida no âmbito da oferta pública de ações e o preço de exercício é de R$8,55. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos no período compreendido entre a data de início das negociações dos Bônus de Subscrição na B3 (inclusive) e 5 de setembro de 2025 (inclusive), observados os procedimentos da Instituição Escrituradora e da Central Depositária, conforme o caso. Cada Bônus de Subscrição: (i) representa o direito irrevogável e irretratável do beneficiário relativamente à subscrição da quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente aos Bônus de Subscrição, pelo respectivo Preço de Exercício e no Período de Exercício aplicável, conforme descritas na reunião do conselho de administração da Companhia de 6 de junho de 2025; (ii) poderá ser exercido mediante o envio de notificação do beneficiário à Companhia ou ao seu Agente de Custódia na data de exercício, conforme o caso; (iii) terá forma nominativa e escritural; (iv) poderá ser negociado individualmente a partir de 16 de junho de 2025, para os Bônus de Subscrição; e (v) conferirá aos seus respetivos titulares direito a voto na assembleia geral de titulares de Bônus de Subscrição.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Terceira Série do Bônus de Subscrição
Data de emissão	16/06/2025
Data de vencimento	03/10/2025
Quantidade	8.672.313
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável, uma vez que o valor mobiliário não é representativo de dívida.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações das características dos Bônus de Subscrição, conforme originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de Bônus de Subscrição especialmente convocada para tal fim.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Outras características relevantes	A quantidade de Bônus de Subscrição é de 0,34 para cada ação emitida no âmbito da oferta pública de ações e o preço de exercício é de R$8,88. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos no período compreendido entre a data de início das negociações dos Bônus de Subscrição na B3 (inclusive) e 3 de outubro de 2025 (inclusive), observados os procedimentos da Instituição Escrituradora e da Central Depositária, conforme o caso. Cada Bônus de Subscrição: (i) representa o direito irrevogável e irretratável do beneficiário relativamente à subscrição da quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente aos Bônus de Subscrição, pelo respectivo Preço de Exercício e no Período de Exercício aplicável, conforme descritas na reunião do conselho de administração da Companhia de 6 de junho de 2025; (ii) poderá ser exercido mediante o envio de notificação do beneficiário à Companhia ou ao seu Agente de Custódia na data de exercício, conforme o caso; (iii) terá forma nominativa e escritural; (iv) poderá ser negociado individualmente a partir de 16 de junho de 2025, para os Bônus de Subscrição; e (v) conferirá aos seus respetivos titulares direito a voto na assembleia geral de titulares de Bônus de Subscrição.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Quarta Série do Bônus de Subscrição
Data de emissão	16/06/2025
Data de vencimento	07/11/2025
Quantidade	8.417.244
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável, uma vez que o valor mobiliário não é representativo de dívida.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações das características dos Bônus de Subscrição, conforme originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de Bônus de Subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	A quantidade de Bônus de Subscrição é de 0,33 para cada ação emitida no âmbito da oferta pública de ações e o preço de exercício é de R$9,24. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos no período compreendido entre a data de início das negociações dos Bônus de Subscrição na B3 (inclusive) e 7 de novembro de 2025 (inclusive), observados os procedimentos da Instituição Escrituradora e da Central Depositária, conforme o caso. Cada Bônus de Subscrição: (i) representa o direito irrevogável e irretratável do beneficiário relativamente à subscrição da quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente aos Bônus de Subscrição, pelo respectivo Preço de Exercício e no Período de Exercício aplicável, conforme descritas na reunião do conselho de administração da Companhia de 6 de junho de 2025; (ii) poderá ser exercido mediante o envio de notificação do beneficiário à Companhia ou ao seu Agente de Custódia na data de exercício, conforme o caso; (iii) terá forma nominativa e escritural; (iv) poderá ser negociado individualmente a partir de 16 de junho de 2025, para os Bônus de Subscrição; e (v) conferirá aos seus respetivos titulares direito a voto na assembleia geral de titulares de Bônus de Subscrição.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Quinta Série do Bônus de Subscrição
Data de emissão	16/06/2025
Data de vencimento	05/12/2025
Quantidade	8.417.244
Valor nominal global R$	0,00
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável, uma vez que o valor mobiliário não é representativo de dívida.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Eventuais alterações das características dos Bônus de Subscrição, conforme originalmente aprovados pelo Conselho de Administração, serão plenamente eficazes em relação a todos os Bônus de Subscrição então existentes, desde que aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e aprovadas pela maioria dos titulares de Bônus de Subscrição presentes à assembleia especial de titulares de Bônus de Subscrição especialmente convocada para tal fim.
Outras características relevantes	A quantidade de Bônus de Subscrição é de 0,33 para cada ação emitida no âmbito da oferta pública de ações e o preço de exercício é de R$9,61. Os Bônus de Subscrição poderão ser exercidos no período compreendido entre a data de início das negociações dos Bônus de Subscrição na B3 (inclusive) e 5 de dezembro de 2025 (inclusive), observados os procedimentos da Instituição Escrituradora e da Central Depositária, conforme o caso. Cada Bônus de Subscrição: (i) representa o direito irrevogável e irretratável do beneficiário relativamente à subscrição da quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia correspondente aos Bônus de Subscrição, pelo respectivo Preço de Exercício e no Período de Exercício aplicável, conforme descritas na reunião do conselho de administração da Companhia de 6 de junho de 2025; (ii) poderá ser exercido mediante o envio de notificação do beneficiário à Companhia ou ao seu Agente de Custódia na data de exercício, conforme o caso; (iii) terá forma nominativa e escritural; (iv) poderá ser negociado individualmente a partir de 16 de junho de 2025, para os Bônus de Subscrição; e (v) conferirá aos seus respetivos titulares direito a voto na assembleia geral de titulares de Bônus de Subscrição.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	0	0	239

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa administrado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no segmento do Novo Mercado, sob o código de negociação "CASH3".

Os bônus de subscrição de emissão da Companhia são negociados no mercado de bolsa administrado pela B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8. Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que a Companhia não realizou oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos três exercícios sociais.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Alteração do Capital Social Autorizado e da Cláusula de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante

A Companhia convocou, em 30 de maio de 2025, uma Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de junho de 2025, em primeira convocação, para deliberar, entre outras matérias, sobre a alteração de seu estatuto social, para (i) alterar o seu capital social autorizado de R$2.000.000.000,00 para R$10.000.000.000,00, (ii) alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de seu capital social aprovado por seu conselho de administração em reunião realizada em 21 de maio de 2025, de forma a atender ao exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, bem como a rerratificar o aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2025, (iii) realizar alterações e aprimoramentos ao artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, que prevê a necessidade de realização de Oferta Pública por Atingimento de Participação Relevante; e (iv) consolidar o Estatuto Social da Companhia.

Além do exposto acima, não há outras informações relevantes com relação a essa seção 12.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Marcio Loures de Araujo Penna	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Gabriel Loures Araujo	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

Docusign Envelope ID: E59D6F69-2AEB-4CD6-A71F-037ADD733606

13.1 Declaração do Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:	Gabriel Loures Araujo
Cargo do responsável:	Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

a. reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência;

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e

c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

Gabriel Loures Araujo

7BEEEC9E996E4C7...

Gabriel Loures Araujo

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Docusign Envelope ID: AECA1277-5136-4C0A-8F0F-5482351EFAC7

13.1 Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário:	Marcio Loures de Araujo Penna
Cargo do responsável:	Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

a. reviu o formulário de referência.

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos arts. 15 a 20; e

c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:
MARCIO LOURES DE ARAUJO PENNA
DE0EECF68DE440F...

Marcio Loures de Araujo Penna

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.